TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO **1**
STP - Pautas 1
CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 1
CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA 3
CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL 4
CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO 8
CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 8
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI 10
CONSELHEIRO SUBSTITUTO THIAGO BARBOSA CORDEIRO 11
CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO 11
CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 11
CONSELHEIRA SUBSTITUTA MURYEL HEY 11
CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO 11
STP - Atas 11
STP - Acórdãos 11
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA **44**
1ªSECAM - Pautas 44
1ªSECAM - Atas 44
1ªSECAM - Acórdãos 44
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA **44**
2ªSECAM - Pautas 44
2ªSECAM - Atas 44
2ªSECAM - Acórdãos 44
ATOS DE RELATORIA **44**
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 44
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 48
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 50
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 53
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 53
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 53
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 54
Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 55
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO 56
Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA 56
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO 56
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 57
Conselheira Substituta MURYEL HEY 57
Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 57
CORREGEDORIA-GERAL **57**
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 57
OUVIDORIA DE CONTAS **57**
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS **58**
ATOS DIVERSOS **58**
Resenhas de Distribuição 58
Editais 59
Despachos 59
Informações 60
Atos de Alerta Municipais 60
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO **60**
ATOS NORMATIVOS **61**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA **62**
GP - Despachos 62
GP - Termo de Ajuste de Gestão 63
GP - Portarias 63
LICITAÇÕES E CONTRATOS **63**
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026 ..... **65**
Tribunal Pleno 65
Primeira Câmara 65
Segunda Câmara 65
Corregedoria-Geral 65
Ministério Público de Contas 65
Conselheiros – Diretores de Gabinete 65
Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete 65
Inspetorias de Controle Externo 65
Administrativo 65

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

TRIBUNAL PLENO
SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 13
DE 14 DE JULHO DE 2025 ATÉ 17 DE JULHO DE 2025

CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

RECURSO DE REVISTA

Processo: 115650/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA (Procurador(es): CAROLINE ITO MARIANO DE SOUZA)
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA (Procurador(es): CAROLINE ITO MARIANO DE SOUZA), MARIA DA COSTA FERREIRA ROSSANEIS (Procurador(es): KAWANA CAROLINA MOMESSO, MARYELE ZAVATTO BERBEL, FABIANA DEDIN BRIZOLA, ANE MARI DA SILVA, BADRYED DA SILVA, RENATA GIOVANA FERRARI, LUCIANE PEREIRA DE OLIVEIRA, ANNY HELYSE DO NASCIMENTO, AMANDA DOS SANTOS MACHADO PEREIRA, BRUNA ALVIN DE ARAUJO), MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Processo: 246623/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA (Procurador(es): CAROLINE ITO MARIANO DE SOUZA)
Interessado: ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA (Procurador(es): CAROLINE ITO MARIANO DE SOUZA), LUIZ FRANCISCONI NETO, MAURICIO LOURENCO DA SILVA

Processo: 405094/24 Adiado por devolução pós-vista desde 30/06/2025
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Interessado: AMAURI BILIERI (Procurador(es): JOSE ANTONIO SCHULLER DA CRUZ, NATALY NORONHA DE LIMA ROSA), CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO

ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Processo: 14010/25 Vista desde 22/04/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: ARY CARNEIRO JUNIOR, BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA (Procurador(es): ROBERLEI ALDO QUEIROZ), MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

Processo: 49760/25 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: COMPANHIA PARANAENSE DE GAS (Procurador(es): KETLIN THAYNARA MARTINS DOS SANTOS, IVAN SZABELIM DE SOUZA, ELIEZER LUIGI BRANDAO, SARA SUELY SOBRINHO LOPES, GABRIELLE NAUY BATISTA)
Interessado: CINTIA REGINA MARINONI (Procurador(es): KETLIN THAYNARA MARTINS DOS SANTOS, IVAN SZABELIM DE SOUZA, ELIEZER LUIGI BRANDAO, SARA SUELY SOBRINHO LOPES, GABRIELLE NAUY BATISTA), COMPANHIA PARANAENSE DE GAS (Procurador(es): KETLIN THAYNARA MARTINS DOS SANTOS, IVAN SZABELIM DE SOUZA, ELIEZER LUIGI BRANDAO, SARA SUELY SOBRINHO LOPES, GABRIELLE NAUY BATISTA), CURITIBA CARTORIO DO DISTRITO DE SAO CASIMIRO DO TABOAO, DORA MARIA FICINSKI DUNIN PIZZATTO (Procurador(es): JUAREZ JOSE COELHO DA SILVA JUNIOR, ANTONIO IVANIR GONCALVES DE AZEVEDO, GABRIEL BIANCHIMANO DE AZEVEDO), FABIO AUGUSTO NORCIO (Procurador(es): CAROLINA PAZZOTI TONI, MARIA CLARA ANDRES WEISS, MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER, FILIPE CAMPONEZ BRAMBILLA, BONIFACIO JOSE SUPPES DE ANDRADA, MAJEDA DENISE MOHD POPP, CARLYLE POPP, PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN, GUILHERME BORBA VIANNA, JAMILE APARECIDA MACHNICKI, MARCIA CRISTINA RIBEIRO DA COSTA SOARES, GEOVANA MARIA CORADIN, LYGIA MARIA COPI, JAÍNE HELLEN MACHNICKI, TULIO DE MEDEIROS JALES, JOSE AUGUSTO DIAS DE CASTRO, CLAUDIA ELENA BONELLI, ANA CANDIDA DE MELLO CARVALHO MUKAI, CAIO DE SOUZA LOUREIRO, ADRIANA FERREIRA, MARJORIE IACOPONI, THAISA TOLEDO LONGO, LAIS FERNANDA SAMPAIO RODRIGUES, RAFAEL PAES AMARO DE CASTRO, GABRIEL ENE GARCIA, JULIANA YUKA SUZUKI, LAIS YAMASHITA), FERNANDO EUGENIO GHIGNONE (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, BRUNO GOFMAN), GISELE UHLMANN KOPPE, JOSE HENRIQUE DI LUCA (Procurador(es): Thiago de Carvalho Ribeiro, JOSÉ CID CAMPELO FILHO), JOSE HENRIQUE DI LUCA - ME, JOSE ROBERTO GOMES PAES LEME (Procurador(es): RICARDO LUCAS CALDERON, TATIANA VILLORDO CALDERON), LUCIANO PIZZATTO (Procurador(es): SAMIR MATTAR ASSAD, FERNANDA ADAMS, LUCIANO BORGES DOS SANTOS), LUDOVINA LUCIANE DERING, LUIZA PIZZATTO CARVALHO, PEDRO PIZZATTO, RAFAEL LAMASTRA JUNIOR, RAQUEL PIZZATTO MARCELLO

Processo: 137042/25 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Interessado: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (Procurador(es): ALINE BOTH PERTUZATTI, EDILSON JOSE VALGOI, FERNANDO MANGOLD, CRISTIANE APARECIDA BUSATTO), ALAUR GOMES BALBINO, ELISANDRO PIRES FRIGO, GILBERTO ANTONIO DE SOUZA FILHO, HELENA THERESINHA KOVALSKI, JEFFERSON GOMES, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, MARCIA BLASSIUS, MÁRIO CESAR NICOLADELLI, RAFAEL FURTADO MADI, RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, SERGIO EIJI HAYASHI, VALDECIR DIAS DE MORAES, WELLINGTON DIAS DE PAULA

Processo: 195395/25 Adiado por devolução pós-vista desde 30/06/2025
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, LUIZ FRANCISCONI NETO, MARCIA REGINA POMINI (Procurador(es): PEDRO HENRIQUE RIBEIRO EZIQUIEL, IRIS SORAIA INEZ)

Processo: 281267/25 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, MARIA ADRIANE GUIOMAR ENGMANN COGO (Procurador(es): IRIS SORAIA INEZ)

RECURSO DE REVISÃO

Processo: 581119/24 Adiado para análise de voto divergente desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE MARUMBI
Interessado: 1ª VARA DO TRABALHO DE APUCARANA, ADHEMAR FRANCISCO REJANI, MUNICÍPIO DE MARUMBI

Processo: 134140/25 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
Interessado: EVA RODRIGUES DA COSTA, EXILAINE GASPAR, GENITO SEVERINO DOS SANTOS, MARIANA CASACOLI RIBAS, MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ROSANA MARTO HUGO (Procurador(es): LUÍS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES, DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA, THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA), VANDERLEY ZACARIAS FERREIRA (Procurador(es): JÚLIO APARECIDO BITTENCOURT)

Processo: 233181/25 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: MUNICIPIO DE JURANDA
Interessado: MUNICIPIO DE JURANDA, ROGERIO DOS REIS SILVA (Procurador(es): GUILHERME DIAS CAPELLO, THAIRAN CORVELONI MOTTA, IGOR BERTAZZO OSELAME BOEIRA LIMA)

Processo: 233530/25 Vista desde 19/05/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND
Interessado: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE MOACIR MICHELETTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND-PR (Procurador(es): ROBERLEI ALDO QUEIROZ, LUANA MARICY PINHEIRO RUGGERI, EDUARDO HENRIQUE FERRAZ MARTINS), JOÃO APARECIDO PEGORARO, MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND, NATAL ZUFFO RUEDA (Procurador(es): ROBERLEI ALDO QUEIROZ, LUANA MARICY PINHEIRO RUGGERI, EDUARDO HENRIQUE FERRAZ MARTINS), RENATO LAERT STAFUSA SALA (Procurador(es): ROBERLEI ALDO QUEIROZ, LUANA MARICY PINHEIRO RUGGERI, EDUARDO HENRIQUE FERRAZ MARTINS), VALTER APARECIDO SOUZA CORREIA

Processo: 304780/25 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Interessado: AUGUSTINHO ZUCCHI, CARLOS ROBERTO ZILLI, CESAR LEANDRO CHAMULERA, COPATER CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA (Procurador(es): PEDRO VERTUAN BATISTA DE OLIVEIRA), GERSON DENILSON COLODEL, JOÃO CARLOS ORTEGA (Procurador(es): ISABELA BONET SCHEFFER), LORIVALDO KOKOT (Procurador(es): PEDRO VERTUAN BATISTA DE OLIVEIRA), LUCIANA RAMOS DA SILVA DOBIS, LUCIMARA GRANDE (Procurador(es): RAFAEL BOARETTO HÖSCHELE, JEFFERSON DO NASCIMENTO DA SILVA), MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, RAFAEL BOARETTO HÖSCHELE, SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE (Procurador(es): ROSANA DE FATIMA MENARIN, VILMA REGINA GONÇALVES DIAS, PATRICIA BROCHADO BARRETO, ANDRE LUIZ BAUML TESSER)

RECURSO DE AGRAVO

Processo: 226452/25 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE PÉROLA
Interessado: ADEMAR AMERICO CAMOSSATO, CONSTRUTORA LONGUINI LTDA (Procurador(es): ALESSANDRO OTAVIO YOKOHAMA, SIONE APARECIDA LISOT YOKOHAMA), DARLAN SCALCO (Procurador(es): GABRIEL MARTINS FONCATTI, MATEUS CAVALHEIRO QUINALHA, BERNARDO DE SOUZA FARIA, JOAO VITOR CACHEL SILVA, GUSTAVO BONINI GUEDES, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE, DILOR GESSER SCARPETTA, LAERZIO CHIESORIN JUNIOR, NICARO COELHO, CAROLINA PADILHA RITZMANN, ANTONIO FILIPE CURY TANIOS DA CRUZ, GUILHERME MALUCELLI), GEOVANI GARILBADI CAMPOS (Procurador(es): ALESSANDRO OTAVIO YOKOHAMA, SIONE APARECIDA LISOT YOKOHAMA), LAILA SALVADEGO, MARIA SONIA CELINI (Procurador(es): IGOR CALIANI), MUNICÍPIO DE PÉROLA, R MUCHENISKI, RICARD DE OLIVEIRA GONZALEZ, RODRIGO CALIANI, RUBENS GABARRAO (Procurador(es): IGOR CALIANI), VALDETE CARLOS DE OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA

Processo: 365630/25 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA FÉ (Procurador(es): HWIDGER LOURENCO FERREIRA)
Interessado: MUNICÍPIO DE SANTA FÉ (Procurador(es): HWIDGER LOURENCO FERREIRA)

PEDIDO DE RESCISÃO

Processo: 342258/25 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL

PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL

Processo: 399493/25
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

CONSULTA

Processo: 6050/24
Entidade: MUNICÍPIO DE PINHALÃO
Interessado: DIONISIO ARRAIS DE ALENCAR, LUIZ EDUARDO DE CASTRO VANZELI, MUNICÍPIO DE PINHALÃO

Processo: 174991/25
Entidade: GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA
Interessado: EURIDES MORO, GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA

CERTIDÃO LIBERATÓRIA

Processo: 366491/25
Entidade: MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS
Interessado: MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS

Processo: 376519/25
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
Interessado: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

REPRESENTAÇÃO

Processo: 631280/24
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Interessado: CENTRO DE ESTUDOS, DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Procurador(es): LUIZ ARTHUR KLAS GINESTE DA CONCEICAO, ANDRE MELGES MARTINS), EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 31283/25
Entidade: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): FERNANDO PAULO DA SILVA MACIEL FILHO)
Interessado: ALEXANDRE MARANHÃO KHURY, BLANCOLIMA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA (Procurador(es): ALISSON RAMOS DA LUZ)

Processo: 67881/25
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
Interessado: ANTONIO LUIZ BENDO, BRUNO LOPES DE LIRA, EDILSO CICHELERO, J C DANIEL CALÇAMENTO LTDA (Procurador(es): LEONARDO LEMES ARDOHAIN), MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, THAIS NASCIMENTO MOREIRA

Processo: 38313/24 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP-PROAMUSEP
Interessado: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP- PROAMUSEP, MARCONDES ARAUJO DA COSTA, RENE PENACHIO XAVIER DE SA

Processo: 128760/25 Vista desde 05/05/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Interessado: LUIZ GOULARTE ALVES, MARTA CRISTINA GUIZELINI, SAFE CONSIG TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. (Procurador(es): KARINA DE PAULA KUFA, THIAGO ROCHA DOMINGUES, VICTOR JUVER), SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

Processo: 227580/25 Vista desde 05/05/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARAUCARIA
Interessado: INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS HUMANIZA (Procurador(es): BEATRIZ MARAFON SILVA SPAK, EDUARDO MARAFON SILVA), LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, RENATA KNOPIK BOTOGOSKI, SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARAUCARIA

Processo: 340034/25 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA
Interessado: ELETROFIO INSTALACOES ELETRICAS LTDA, GIANNY JOSE GRACIOSO BENTO, ISADORA VALES TOMBA PARO, LITEN TECNOLOGIA PARA CIDADES LTDA (Procurador(es): JOÃO LUCAS FREITAS PUZZI DOS SANTOS, LEANDRO BASTOS ANTUNES), MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA

PREJULGADO

Processo: 247111/24 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: MUNICÍPIO DE PINHAIS, PINHAIS PREVIDÊNCIA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE

Processo: 700025/23 Vista desde 19/05/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: MUNICÍPIO DE CURITIBA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

DENÚNCIA

Processo: 765592/20 Adiado por devolução pós-vista desde 30/06/2025
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): VINICIUS EDUARDO SAVIO)

RECURSO DE REVISTA

Processo: 715450/24
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA, MARGARETE DE FATIMA KESSIN, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

Processo: 736860/23 Vista desde 22/04/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE BRAGANEY
Interessado: ANDERSON JOSÉ PEREIRA MOÇO, INDECORB - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇAO DO BEM ESTAR SOCIAL E CIDAD, JOSENEY VICENTE (Procurador(es): NINA ROSA DE LIMA LIEVORE, FERNANDO QUEVEM CARDOSO MOURA), MIRIVALDO COSTA, MUNICÍPIO DE BRAGANEY

Processo: 505714/24 Vista desde 19/05/2025 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE (Procurador(es): MIRIAN RAMOS NOGUEIRA, TIAGO FOGACA RODRIGUES)
Interessado: ANDERSON GABRIEL HOSHINO, INES MARTA BOIKO (Procurador(es): CLARICE LOPES GUIMARAES DE ARAUJO, GIULIA DE ROSSI ANDRADE), INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE (Procurador(es): MIRIAN RAMOS NOGUEIRA, TIAGO FOGACA RODRIGUES)

Processo: 840459/24 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE SULINA
Interessado: ALMIR MACIEL COSTA (Procurador(es): NINA ROSA DE LIMA LIEVORE, FERNANDO QUEVEM CARDOSO MOURA), MUNICÍPIO DE SULINA

Processo: 195441/25 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ALCIONE FRANCA DOS SANTOS (Procurador(es): PEDRO HENRIQUE RIBEIRO EZIQUIEL, IRIS SORAIA INEZ), ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 378759/25
Entidade: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA
Interessado: CLARICE LOURENCO THERIBA (Procurador(es): GILBERTO RODRIGUES BAENA, NATALIA ANGELICA MISTRELLI), ESTANISLAU MATEUS FRANUS (Procurador(es): FERNANDO MOURA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, NINA ROSA DE LIMA LIEVORE, FERNANDO QUEVEM CARDOSO MOURA), INSTITUTO CONFIANCCE (Procurador(es): GILBERTO RODRIGUES BAENA, NATALIA ANGELICA MISTRELLI), MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, VALDIR ANDRADE DA SILVA (Procurador(es): LUIZ FABRICIO BETIN CARNEIRO, FERNANDO BUENO DE CASTRO, ALESSANDRA MUGGIATI MANFREDINI SILVA)

RECURSO DE AGRAVO

Processo: 848735/24
Entidade: AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRANSITO E CIDADANIA - TRANSITAR
Interessado: AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRANSITO E CIDADANIA - TRANSITAR, Carolina Pinto Coelho (Procurador(es): DANIELLE WARDOWSKI CINTRA MARTINS), EDGAR DE CARVALHO LEMOS, FERNANDO MARCOS GEA, JOCEMARA LOPES, JORGE LUIZ PINHEIRO, LARISSA KARLA BOEING DA SILVA, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, MUNICÍPIO DE CASCAVEL, RENATO DA SILVA, VIACAO CAPITAL DO OESTE LTDA (Procurador(es): LESSANDRO MILANI ZEM, LORIS EL HADI MAESTRI, CARLOS ARAUZ FILHO, FLAVIO ALEXANDRE DE SOUZA, Carolina Pinto Coelho, DANIELLE WARDOWSKI CINTRA MARTINS, FERNANDO HENRIQUE LUZ, ALEX ESPINOSA MOSTAFÁ)

Processo: 252178/25 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA - CISLIPA (Procurador(es): VINICIUS VARGAS GAGER)
Interessado: ADRIANO RAMOS, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA - CISLIPA (Procurador(es): VINICIUS VARGAS GAGER), MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

Processo: 306910/25 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMCESPAR
Interessado: BERTOLDO ROVER, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMCESPAR

REPRESENTAÇÃO

Processo: 485620/23 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA
Interessado: 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GUARAPUAVA, CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO, JOAO FELIPE NOGAROLI, LUIZ RENATO DURSKI JUNIOR (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, HENRIQUE CORTES FRESCURA, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, HIANAE SCHRAMM, THIAGO LIMA BREUS, MARINELI DE SAMPAIO, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, KAINAN IWASSAKI, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), MADERO S.A. (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, HENRIQUE CORTES FRESCURA, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, HIANAE SCHRAMM, THIAGO LIMA BREUS, MARINELI DE SAMPAIO, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, KAINAN IWASSAKI, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, NOGAROLI MADERO CONTAINER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, ROGERIO NOGAROLI, SANDRO ABDANUR (Procurador(es): CASSIANA MACHADO SOLDAN, SANDRO FRANCO DE GODOY, FABIO FARES DECKER), THIEME SILVESTRI NETTO

Processo: 508411/24 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

Entidade: PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IRETAMA
Interessado: MATHEUS GOMES VIEIRA, MUNICÍPIO DE IRETAMA, PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IRETAMA, PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IRETAMA, SAME SAAB

Processo: 203444/25 Vista desde 05/05/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA - CISLIPA (Procurador(es): VINICIUS VARGAS GAGER)
Interessado: ADRIANO RAMOS, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA - CISLIPA (Procurador(es): VINICIUS VARGAS GAGER), EDUARDO ANTONIO DALMORA, MUNICÍPIO DE MATINHOS (Procurador(es): MICHEL LAUREANTI), MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 621501/24
Entidade: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
Interessado: CONSTRUTORA LOTIZA DO BRASIL LTDA (Procurador(es): KLEBER STUANI), JOSIMAR APARECIDO KNUPP FROES, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, ROBSON ANTONIO GUZATTI (Procurador(es): KLEBER STUANI)

Processo: 681288/24
Entidade: MUNICÍPIO DE LONDRINA
Interessado: ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E CONFECCOES LTDA (Procurador(es): LUCCAS BERESA DE PAULA MACEDO), LUCIA HELENA GIL, MARCELO BELINATI MARTINS, MUNICÍPIO DE LONDRINA

Processo: 724009/24
Entidade: MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Interessado: RUDISNEY GIMENES FILHO, WM ENERGIA SOLAR LTDA (Procurador(es): LUCAS MOTA ELIAS)

Processo: 809225/24
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMBÉ
Interessado: CONRADO ANGELO SCHELLER, JAMILLE MOHAMAD ZEBIAN RADIGONDA, MUNICÍPIO DE CAMBÉ, PAULO HUMBERTO PIZAIA NETO, SAO MIGUEL ALIMENTOS LTDA

Processo: 852260/24
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: ERIC PAULINO PEREIRA, JOCELIA TERESINHA CHAVES ZANON (Procurador(es): RAFAELA MATOS DOS PASSOS HOEPERS, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, ENILSON LUIZ WILLE, MARCUS VINICIUS SPOSITO, GISELE JAQUES BASTOS, NELSON CASTANHO MAFALDA, ACIDY MARTINS DE CASTRO JUNIOR, CLAUDIO SOCCOLOSKI, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, MARCELA ROZA LEONARDO ZEN IMBELLONI, VIVIAN MACHADO GARCIA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, THAIS BAZZANEZE, GUSTAVO AECIO BARBOSA LOPES, RODOLFO MENDES SOCCIO, EVERSON LUIZ DA SILVA, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, BYANCA CAROLINE METZGER DAMIANI, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, HELENA YURIKO KOROGI, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA), MARGARIDA MARIA SINGER (Procurador(es): RAFAELA MATOS DOS PASSOS HOEPERS, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, ENILSON LUIZ WILLE, MARCUS VINICIUS SPOSITO, GISELE JAQUES BASTOS, NELSON CASTANHO MAFALDA, ACIDY MARTINS DE CASTRO JUNIOR, CLAUDIO SOCCOLOSKI, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, MARCELA ROZA LEONARDO ZEN IMBELLONI, VIVIAN MACHADO GARCIA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, THAIS BAZZANEZE, RODOLFO MENDES SOCCIO, EVERSON LUIZ DA SILVA, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, BYANCA CAROLINE METZGER DAMIANI, EDUARDO FORVILLE, HELENA YURIKO KOROGI, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA), MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PARQUE DE DIVERSÕES REI DO PARK LTDA (Procurador(es): ANDERSON FERNANDES DA SILVA, ERIC PAULINO PEREIRA, RAPHAELA MAIA RUSSI, CLEVERSON MARQUES DA SILVA, TAMARA CRISTINE LOURDES BARK FERNANDES, CHEDE ABRAO MAMEDIO BARK)

Processo: 389889/13 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ (Procurador(es): IZABELLA FREZA NEIVA DE MACEDO)
Interessado: EDISON DE OLIVEIRA KERSTEN, ETELVINA ROQUE MENDES, JOSÉ BAKA FILHO, KAREN ANNE LUVIZZOTTO ROQUE, LUMINAPAR-SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA LTDA (Procurador(es): GEROLDO AUGUSTO HAUER, MARCELO MARQUES MUNHOZ, ARNALDO CONCEICAO JUNIOR, PAULO HENRIQUE PETROCINI, JULIANE ZANCANARO BERTASI, WILMAR EPPINGER, LUANA VON STEINKIRCH DE OLIVEIRA, RODRIGO GAIAO, JORGE LUIZ MAZETO, JESSICA AGDA DA SILVA PAOLONI, LUCELENE OLIVEIRA DE FREITAS, PAULO HENRIQUE LOPES FURTADO FILHO, JULIANA KOQUE DE MUZIO CONTE, PEDRO SCHNIRMANN, CAROLINA JANZ COSTA SILVA, BRUNO ARCIE EPPINGER, ROBERTA DEL VALLE, CAROLINA CHAVES HAUER, ALTIVO JOSE SENISKI, LAIZ ANDRESSA KURAHASHI, BRUNA MOZZATTO BORGES), MAIRA DO ROCIO CORDEIRO DAS DORES ROQUE, MARCELO ELIAS ROQUE, MARCIO UBIRAJARA ELIAS ROQUE, MARCUS ANTONIO ELIAS ROQUE, MARIO CESAR ELIAS ROQUE, MARIO MANUEL DAS DORES ROQUE JUNIOR, MILTON JOSÉ LOPES, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ (Procurador(es): IZABELLA FREZA NEIVA DE MACEDO), TRAJETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA (Procurador(es): LUIZ HENRIQUE RAMOS)

Processo: 664351/22 Adiado para análise de voto divergente desde 30/06/2025
Entidade: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADRIANO MARCOS FURTADO, DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ, MEGADATA COMPUTACOES LTDA (Procurador(es): DENISE ARROWSMITH COOK KEZEN CAMILO JORGE, GUSTAVO BASTOS SALLES, BRUNO DO NASCIMENTO MACHADO FRAGA DA SILVA, ERICK OTTO SPRINGER, JOSE VINICIUS BENITEZ CASTRO DOS SANTOS, THALITA ALMEIDA, BERNARD DE OLIVEIRA FERNANDES, FABRICIA DE BARROS BOMFIM, RENATO PEREIRA DE FREITAS)

Processo: 212799/23 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADRIANO MARCOS FURTADO, DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ, VETERA TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA (Procurador(es): CATERINE DA SILVA FERREIRA, RÚBIA ALEXANDRA GAIDUKAS)

Processo: 407950/24 Adiado para análise de voto divergente desde 30/06/2025
Entidade: CP3 TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA, DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADRIANO MARCOS FURTADO, CP3 TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA, DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ

Processo: 445398/24 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Entidade: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL
Interessado: AGREENGE ENGENHARIA CIVIL LTDA, GUSTAVO HENRIQUE MARSANGO, GUSTAVO HENRIQUE MARSANGO LTDA, HELIO JOSE SURDI, MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL

Processo: 732796/24 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
Interessado: ADRIANA PEREIRA BARBOSA, JOSE ETEVALDO DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, PAV - OM PAVIMENTAÇÃO LTDA (Procurador(es): JOSE TADEU SILVA JUNIOR, MATHEUS FERNANDO DA SILVA, LAERZIO CEZARIO DA SILVA NETTO), PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA (Procurador(es): CONRADO MIRANDA GAMA MONTEIRO)

Processo: 228250/25 Vista desde 22/04/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CURITIBA
Interessado: EDELCIO MARQUES DOS REIS, EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO, ESTRE SPI AMBIENTAL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, MARILZA DO CARMO OLIVEIRA DIAS, MUNICÍPIO DE CURITIBA, SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CURITIBA, SOUTHERN MOWING SERVICOS LTDA (Procurador(es): FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 170104/25
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMILIA - SEDEF
Interessado: ROGÉRIO HELIAS CARBONI, SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMILIA - SEDEF

Processo: 170147/25
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Interessado: LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Processo: 268082/25
Entidade: MICRORREGIÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ
Interessado: MARCIA DE OLIVEIRA DE AMORIM, MICRORREGIÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ

Processo: 269526/25 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO

Processo: 663360/24
Entidade: PARANAGUA PREVIDENCIA
Interessado: ADRIANA MAIA ALBINI, ADRIANO PEDROSO VEIGA, ADRIANO RAMOS, CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ, DANIELE ORMENEZE JANOSKI, MARCELO ELIAS ROQUE, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, PARANAGUA PREVIDENCIA

CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 747918/20 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI)

Interessado: ALESSANDRO AFFORNALI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ALEXANDRE CASTRO FERNANDES, AMADEU CLOVIS GRECA, AMAURI MEDEIROS CAVALCANTI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), CARLOS ALBERTO FERREIRA LEAO (Procurador(es): ANDRÉ SAMPAIO DE VILHENA, JOSE EDUARDO SAMPAIO VILHENA, GISELE DE ALMEIDA WEITZEL), CBEMI CONSTRUTORA BRASILEIRA E MINERADORA LTDA (FALIDA), CONSORCIO GRECA/CBEMI/LEAO ENGENHARIA, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI), EDSON LUIZ AMARAL (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ELZA HELENA FERREIRA, FABIO DE SOUZA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), FERNANDO FURIATTI SABOIA, GLADIUS CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL S/S LTDA, GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA. (Procurador(es): BERNARDO STROBEL GUIMARAES, CAIO AUGUSTO NAZARIO DE SOUZA), HEITOR DUTRA DA SILVA FILHO, IVO JOSÉ FERREIRA, JOAO LUIZ GOLTZ DE ALMEIDA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), JOSIANE GRECA SCHMUCK, KLEBER DELEON DE OLIVEIRA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), LEAO ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL (Procurador(es): CAMILA BERTOLUCI FARIA GARCIA, MARILIA MIRA DE ASSUMPCAO, LOHRANY YONANH OLIVEIRA MELO), MARIA LUCIA SANCHES (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), NELSON LEAL JÚNIOR (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), OCTAVIO JOSE SILVEIRA DA ROCHA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), OSMAR LOPES FERREIRA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), PATRICIA CARLA FERREIRA, PAULA MARIA FERREIRA DE FARIA, RODRIGO DE CARVALHO, SANDRA SELETE FERRI DUTRA DA SILVA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES)

Processo: 747942/20 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI)
Interessado: ALESSANDRO AFFORNALI, ALEXANDRE CASTRO FERNANDES, ALLYRIO DE JESUS DIPP FILHO, AMAURI MEDEIROS CAVALCANTI, CARLOS GUILHERME CESCHIN GOMES DO REGO, COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (Procurador(es): PAULO VITOR GONÇALVES VIEIRA KAMMERS, EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, GIULIA DE ROSSI ANDRADE), CONSORCIO TRIUNFO - COMPASA, CONSTRUTORA TRIUNFO S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Procurador(es): LUCAS KAINA FERREIRA DA SILVA, JULIO GAZZOLLA DE OLIVEIRA JUNIOR, CASSIANO LUIZ IURK, LUIS DANIEL ALENCAR, MARCELO GROPPA, RODRIGO TEIXEIRA MATOS, CARLOS EDUARDO BENATO, PRISCILA DE SOUZA ALVES BEZERRA, TAINA ERICA MORAS), DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI), EDSON LUIZ AMARAL, ELDA MARIA VAQUEIRO HEIDGGER, FERNANDO FURIATTI SABOIA, JOSE FERREIRA HEIDGER, JOSE VALDECIR CAVALINI, LENO FANCHIN, NELSON LEAL JÚNIOR, ROBERTO SOLHEID DA COSTA DE CARVALHO, RUI CEZAR DE QUADROS ASSAD, SERGIO SELVATICI

Processo: 747950/20 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI)
Interessado: ALESSANDRO AFFORNALI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ALEXANDRE CASTRO FERNANDES, AMAURI MEDEIROS CAVALCANTI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ANTONIO RENATO HOINSKI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), C.C. PAVIMENTADORA LTDA, CARLOS GUILHERME CESCHIN GOMES DO REGO (Procurador(es): ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER, GIULIA DE ROSSI ANDRADE), CASSIANA INES SANTOS DE ANDRADE (Procurador(es): AIRTON CESAR FAVARIM, ALINE MENDES FAVARIM), COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (Procurador(es): PAULO VITOR GONÇALVES VIEIRA KAMMERS, EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, DIOGO ANTONIO RAMOS REBELO, BRUNO GOFMAN, GIULIA DE ROSSI ANDRADE), CONSORCIO COMPASA - VIA VENETTO - CC, CRISTIANO LINDNER RIBAS, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI), EDSON LUIZ AMARAL (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), FERNANDO FURIATTI SABOIA, JACIRA GIACOMINA SANTOS DE ANDRADE (Procurador(es): AIRTON CESAR FAVARIM), JOAO ARADY ANDRADE, JOAO PAULO KRAEMER DE ARAUJO, JOSE ALBERTO SANTOS DE ANDRADE (Procurador(es): AIRTON CESAR FAVARIM), LIDIA ANDREJEWSKI FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), MARCOS LUIZ GONCALVES SILKA, MILTON PODOLAK JUNIOR (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), NELSON FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), NELSON LEAL JÚNIOR (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), PAULO ROBERTO MELANI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), RAUL ALVES DE ANDRADE (Procurador(es): AIRTON CESAR FAVARIM, ALINE MENDES FAVARIM), RAUL SANTOS DE ANDRADE (Procurador(es): AIRTON CESAR FAVARIM), RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO, SERGIO MOREIRA GOMES (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), TAISA FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), TATIANA FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), THAYANA FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), THIAGO VELOSO MARIA (Procurador(es): BRUNO CÉZAR VENTURA GUIMARÃES), VIA VENETTO CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (Procurador(es): ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER, GIULIA DE ROSSI ANDRADE)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo: 132217/24 Adiado por alteração no quórum desde 30/06/2025
Entidade: FUNDO ESPECIAL DO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA
Interessado: FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

DENÚNCIA

Processo: 328703/23
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): FRANCISCO BORBA IACOVONE)
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): GILBERTO ALEXANDRE DE ABREU KALIL, VITOR JOSE BORGHI)

Processo: 369747/21 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): ALEXANDRE GUIMARAES MELATTI)

RECURSO DE REVISTA

Processo: 76864/25
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, YARA MARIA MIRANDA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, FABIANO JORGE STAINZACK, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, IURI FERRARI COCICOV, DAIANE MARIA BISSANI, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, DOUGLAS MURILO DOS REIS)
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JOSÉ DE SOUZA OLIVEIRA (Procurador(es): JOSÉ CARLOS NEGRI JUNIOR), MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO (Procurador(es): OTÁVIO OLIVEIRA DE SOUZA, RICARDO DE PAULA FEIJO, CLOVIS ALBERTO BERTOLINI DE PINHO), PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA,

NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, YARA MARIA MIRANDA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, FABIANO JORGE STAINZACK, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, IURI FERRARI COCICOV, DAIANE MARIA BISSANI, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, DOUGLAS MURILO DOS REIS)

Processo: 195492/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, WILSON PEREIRA DA SILVA (Procurador(es): PEDRO HENRIQUE RIBEIRO EZIQUIEL, IRIS SORAIA INEZ)

Processo: 252330/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, ROSALINA DE FATIMA MANTOVANI GANEN (Procurador(es): PEDRO HENRIQUE RIBEIRO EZIQUIEL, IRIS SORAIA INEZ)

Processo: 270575/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, MARGARETE FACIO (Procurador(es): IRIS SORAIA INEZ)

Processo: 587473/20 Adiado por devolução pós-vista desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ
Interessado: CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ

Processo: 588232/20 Adiado por devolução pós-vista desde 30/06/2025
Entidade: MUNICIPIO DE MARINGA
Interessado: EMPRESA FUNERARIA MAGNUS LTDA (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, ANGELICA PETIAN, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), EMPRESA FUNERARIA SESF LTDA (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, ANGELICA PETIAN, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), MARIO MASSAO HOSSOKAWA, MARIO SERGIO VERRI, MARQUES SERVICOS FUNERARIOS LTDA (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, ANGELICA PETIAN, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), MONTESCHIO & CIA LTDA (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, ANGELICA PETIAN, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), MUNICIPIO DE MARINGA, PEDRO HENRIQUE PLANAS, R. CZEZACKI & CIA LTDA (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, ANGELICA PETIAN, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS (Procurador(es): ALEXIS EUSTATIOS GARBELINI KOTSIFAS)

Processo: 592668/24 Adiado por devolução pós-vista desde 30/06/2025
Entidade: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADRIANO MARCOS FURTADO, CARVALHO ENGENHARIA & GESTAO LTDA (Procurador(es): LUIZ FABRICIO BETIN CARNEIRO, FERNANDO BUENO DE CASTRO, ALESSANDRA MUGGIATI MANFREDINI SILVA), CESAR VINICIUS KOGUT, CONECTIUS DO BRASIL EIRELI, CONSÓRCIO REMOVCAR PARANÁ (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, ANGELICA PETIAN, LARISSA BRAGA MACIAS CASARES, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), CONSÓRCIO VIAS PARANÁ (Procurador(es): LUIZ CARLOS CHECOZZI, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, ANGELICA PETIAN, LARISSA BRAGA MACIAS CASARES, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA), DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ, DP GESTÃO E COBRANÇAS LTDA, EDMILSON PEREIRA LIMA, FILIPPE DAVET MENDES PORTELA TISSOT VERAS, GAISSLER MOREIRA ENGENHARIA CIVIL EIRELI, HELOIZE FLAVIANNE MELO DOS SANTOS, PAVISERVICE ENGENHARIA E SERVICOS LTDA, VIP GESTÃO E LOGÍSTICA S.A (Procurador(es): RODRIGO PAVAN DE VALOES, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, ANGELICA PETIAN, LARISSA BRAGA MACIAS CASARES, PEDRO FLAVIO CARDOSO LUCENA)

Processo: 709026/24 Adiado para análise de voto divergente desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE FAXINAL
Interessado: ADRIANE TEREBINTO DI BACCO, FRANCISCO ALFREDO FERREIRA, KLEBER STOCCO, MUNICÍPIO DE FAXINAL, RITA EFIGÊNIA DE JESUS BRAZ, ROSANE APARECIDA TURRA DO PRADO, TDB/VIA CONTROLADORIA MUNICIPAL LTDA, YLSON ALVARO CANTAGALLO

Processo: 781681/24 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ
Interessado: ANTONIO SIMIANO (Procurador(es): CRISTIANO SCIBOR, DOUGLAS ALEX PEREIRA FERREIRA), CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO DA REGIAO, LUIZ CARLOS GIL, MIGUEL ROBERTO DO AMARAL (Procurador(es): DAIANE MAZIERO NOGUEIRA), MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

Processo: 805793/24 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Procurador(es): CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, ENILSON LUIZ WILLE, MARCUS VINICIUS SPOSITO, GISELE JAQUES BASTOS, NELSON CASTANHO MAFALDA, CLAUDIO SOCCOLOSKI, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, VIVIAN MACHADO GARCIA, FERNANDO HENRIQUE BASSAN PEIXOTO, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, THAIS BAZZANEZE, EVERSON LUIZ DA SILVA, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, CAMILA COSTA GARRIDO, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA)
Interessado: ALDRIAN FERNANDO CORTES MATOSO (Procurador(es): NAHOMI HELENA DE SANTANA, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK, MAITÊ CHAVES NAKAD MARREZ), ELOIZE MINATOWICZ PISKA, MARGARIDA MARIA SINGER, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Procurador(es): CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, ENILSON LUIZ WILLE, MARCUS VINICIUS SPOSITO, GISELE JAQUES BASTOS, NELSON CASTANHO MAFALDA, CLAUDIO SOCCOLOSKI, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, VIVIAN MACHADO GARCIA, FERNANDO HENRIQUE BASSAN PEIXOTO, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, THAIS BAZZANEZE, EVERSON LUIZ DA SILVA, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, CAMILA COSTA GARRIDO, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA), SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SINDICATO DAS EMPRESAS DE REF COL DO ESTADO DO PARANA (Procurador(es): JAIME PEREIRA JÚNIOR, MATHEUS FERRI, EGON BOCKMANN MOREIRA, GABRIEL JAMUR GOMES, HELOISA CONRADO CAGGIANO)

Processo: 17019/25 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICIPIO DE JURANDA
Interessado: ADRIANE TEREBINTO DI BACCO (Procurador(es): ADRIANE TEREBINTO DI BACCO), JOELMA DAMASCENO DEMENECK, JOSÉ DENILSON NASCIMENTO, LEILA MIOTTO AMADEI (Procurador(es): ADRIANE TEREBINTO DI BACCO), MUNICIPIO DE JURANDA, RODRIGO PIGNATO, TDB/VIA CONTROLADORIA MUNICIPAL LTDA, WANDERSON MOREIRA ELIZIARIO

Processo: 35483/25 Adiado para análise de voto divergente desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL (Procurador(es): CILMAR FRANCISCO PASTORELLO)
Interessado: BALABUCH TRANSPORTES LTDA (Procurador(es): PATRIQUE MATTOS DREY), JOSIANE FOLLE, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL (Procurador(es): CILMAR FRANCISCO PASTORELLO), NILSON ANTONIO FEVERSANI

Processo: 136992/25 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, LUIZ FRANCISCONI NETO, MATILDE FRANCHINI (Procurador(es): IRIS SORAIA INEZ)

RECURSO DE REVISÃO

Processo: 50598/25
Entidade: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
Interessado: ESLEIF MARTINS MENDES, MÁRCIO CLAUDIO WOZNIACK (Procurador(es): FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK, MAITÊ CHAVES NAKAD MARREZ), MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

Processo: 750441/24 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE PEABIRU
Interessado: JULIO CEZAR FRARE (Procurador(es): MARCOS APARECIDO REVOLTI), MUNICÍPIO DE PEABIRU

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 314777/25
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ALESSANDRO AFFORNALI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), AMAURI MEDEIROS CAVALCANTI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ANTONIO RENATO HOINSKI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), CARLOS RESQUETTI CERQUEIRA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), CIRO MACEDO RIBAS JUNIOR (Procurador(es): RUBENS CESAR TELES FLORENZANO), DARLAN DE PAIVA SANTANA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI), EDSON LUIZ AMARAL (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ELBIO GONÇALVES MAICH (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ELIZETE CARDOSO BOARETTO (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), ERALDO CORDEIRO SILVESTRE (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), FABIO DE SOUZA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), GILBERTO PEREIRA LOYOLA, GISLAINE MARIA ESTEVAO BATISTA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), HAMILTOM LUIZ BOING (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), HEITOR DUTRA DA SILVA FILHO, IRAN SABATINI MOREIRA FILHO (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), JOAO LUIZ GOLTZ DE ALMEIDA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), JORGE AKISHINO (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), LEANDRO JORGE RICANELI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), LUIZ CARLOS DE CRISTO (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), MARCUS VINICIUS TALAMINI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), MARIA LUCIA SANCHES (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, NAGMA LUCY BARROS (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), NELSON FARHAT (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), NELSON LEAL JÚNIOR (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), OCTAVIO JOSE SILVEIRA DA ROCHA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), OSMAR LOPES FERREIRA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), PAULO MONTES LUZ (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), PAULO ROBERTO MELANI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), RENATA JULIANA BERTOL BASEGGIO (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), SANDRA SELETE FERRI DUTRA DA SILVA, SERGIO LUIS FERRARI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES), TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, VICTOR EDUARDO ANTUNES (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, LORENZO FINARDI, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES)

Processo: 369628/25
Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): ELIZABET NASCIMENTO POLLI, INÁCIO HIDEO SANO, MAURICI ANTONIO RUY, MOEMA REFFO SUCKOW, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, RAFAEL STEC TOLEDO, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, FERNANDO MASSARDO, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, JOSIANE BECKER, FERNANDO BLASZKOWSKI, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, RUBIA MARA CAMANA, ADRIANO MARCOS MARCON, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, JANCELINE LABEGALINI SOARES, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, FERNANDA BENDER COLLODEL, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, IVO KRAESKI, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, LUCIANO SILVA DE LIMA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, IZABELI DOMBROSKI, LARISSA RAMOS PONTONI, JULIANA MORAIS, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, ANA CLAUDIA GRIGGIO, SAMIR WINTER)
Interessado: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): ELIZABET NASCIMENTO POLLI, INÁCIO HIDEO SANO, MAURICI ANTONIO RUY, MOEMA REFFO SUCKOW, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, RAFAEL STEC TOLEDO, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, FERNANDO MASSARDO, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, JOSIANE BECKER, FERNANDO BLASZKOWSKI, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, RUBIA MARA CAMANA, ADRIANO MARCOS MARCON, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, JANCELINE LABEGALINI SOARES, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, FERNANDA BENDER COLLODEL, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, IVO KRAESKI, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, LUCIANO SILVA DE LIMA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, IZABELI DOMBROSKI, LARISSA RAMOS PONTONI, JULIANA MORAIS, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, ANA CLAUDIA GRIGGIO, SAMIR WINTER), FERNANDO YUJI RIBEIRO SUZUKI, WILSON BLEY LIPSKI (Procurador(es): RAFAEL STEC TOLEDO, FERNANDA BENDER COLLODEL, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS)

RECURSO DE AGRAVO

Processo: 125990/25 Vista desde 19/05/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE MORRETES (Procurador(es): KARIN CRISTINA DUARTE SAIF, RAFAEL ELIAS ZANETTI, GIOVANNA MIZRAHI CARCERERI)
Interessado: MUNICÍPIO DE MORRETES (Procurador(es): KARIN CRISTINA DUARTE SAIF, RAFAEL ELIAS ZANETTI, GIOVANNA MIZRAHI CARCERERI), SEBASTIAO BRINDAROLLI JUNIOR (Procurador(es): FERNANDA CONTO GUIMARAES PEREIRA, LARISSA ANACLETO DO NASCIMENTO, MARCELA SENISE DE OLIVEIRA MARTINS, BERNARDO GURECK BORBA, GUILHERME NOCETTI ISFER GARCIA, MIRIAM CIPRIANI GOMES, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE)

Processo: 311220/25 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
Interessado: ELIEL HERNANDES ROQUE (Procurador(es): LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL), MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ

PEDIDO DE RESCISÃO

Processo: 651478/24 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
Interessado: FLORIVAL PEREZ DE MARCOS (Procurador(es): MARCOS APARECIDO REVOLTI, DANILO DAHER PEREIRA DE ALMEIDA), INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA

Processo: 756601/24 Adiado por devolução pós-vista desde 30/06/2025
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Interessado: SALETE PAULINA MACHADO SIRINO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL

Processo: 399507/25
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

CONSULTA

Processo: 813342/23 Vista desde 19/05/2025 Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Entidade: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
Interessado: IVAN REIS DA SILVA, MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

REPRESENTAÇÃO

Processo: 521456/20 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Interessado: AUGUSTINHO ZUCCHI (Procurador(es): VITOR EDUARDO HENRICHS DA SILVA), DANIEL PAIM (Procurador(es): JUNA DRAGUE VASSOLER PETINI, REINALDO SIDERLEY VASSOLER), DOUGLAS AGUSTINI, JOAO PAIM (Procurador(es): REINALDO SIDERLEY VASSOLER), JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA, MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, OSMAR BRAUN SOBRINHO (Procurador(es): GIOVANNA LORENZO NIECE)

Processo: 723576/24 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: GOVERNO DO PARANA - CASA CIVIL
Interessado: 4ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, GOVERNO DO PARANA - CASA CIVIL, MAIQUEL GUILHERME ZIMANN

Processo: 756326/24 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
Interessado: CELSO FERNANDO GOES, COORDENADORIA DE

ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, THIEME SILVESTRI NETTO

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 768227/24 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
Interessado: BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI, BIHL ELERIAN ZANETTI, ELISIL UNIFORMES LTDA (Procurador(es): DAVID RAFAEL FERREIRA DE SOUZA), MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, SIMONE FERRARINI DE SOUZA MILLEK

CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo: 355348/25
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: IVENS ZSCHOERPER LINHARES, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DENÚNCIA

Processo: 533513/24
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

RECURSO DE REVISÃO

Processo: 780367/24
Entidade: MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ
Interessado: ADIR SCHMITZ (Procurador(es): GABRIEL FERRAZ DA SILVA, RODRIGO VIEIRA ROCHA), FABIANA CRACCO, JOÃO TORMENA, MARIA TEREZA DA SILVA SCHIMITZ, MIRIAN ESTRADA, MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, ULISSES DE SOUZA, VANILDA APARECIDA DA SILVA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 188232/25 Adiado por devolução pós-vista desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE CURITIBA (Procurador(es): CLAUDINE CAMARGO, ROSA MARIA ALVES PEDROSO)
Interessado: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (Procurador(es): CARLA DOS SANTOS CORREIA, ROBERTO GODOY JUNIOR, PAULA FERRONATO COLLACO SILVA, FABIANA KARLA CASAGRANDE, RENATO REIS DO COUTO, MONICA RODRIGUES DA SILVA), ESER HELMUT AMORIM, LUIZ SERGIO VIEIRA FILHO, MACIEL CONSULTORES S/S (Procurador(es): WILLIAN IRIBARREN REINALDO, GUSTAVO MOUSQUER ZIMMERMANN, LETICIA PEREIRA VOLTZ ALFARO, BIANCA DOS SANTOS SOLLA, LUIS FELIPE CANTO BARROS, RAFAEL PAIM BROGLIO ZUANAZZI, ROBERTA SANTAYANA), MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE CURITIBA (Procurador(es): CLAUDINE CAMARGO, ROSA MARIA ALVES PEDROSO), RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO

Processo: 213970/25 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
Interessado: 5ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO, SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE (Procurador(es): VILMA REGINA GONÇALVES DIAS, PATRICIA BROCHADO BARRETO, ANDRE LUIZ BAUML TESSER)

RECURSO DE AGRAVO

Processo: 105647/25 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Interessado: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, BUNGE ALIMENTOS S.A. (Procurador(es): ANA CAROLINA PUGA DE BULHOES, LUIZ GUILHERME MARINONI, RICARDO ALEXANDRE DA SILVA, RUTINEIA BENDER, ELIANE CRISTINA CARVALHO, GLAUCIA MARA COELHO, MAURO BARDAWIL PENTEADO, JOSE ALEXANDRE FERREIRA SANCHES, SIMONE MORGADO NIGRO DE SOUZA, MAGDA DA CRUZ MEFFE, LUCAS DE MORAES CASSIANO SANT ANNA, NIKOLAS LENK GOMES, LUCIANA BENDER DA SILVA PRADO, GABRIEL RAPOPORT FURTADO, BRUNO CESAR LAUER DOS SANTOS ROBERTO, GUILHERME AFONSO DOURADO, ARIANE FULLER, THAIS PEREIRA DOS SANTOS LUCON), LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, Q-PAR09 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA (Procurador(es): ALUISIO CABIANCA BEREZOWSKI, BRUNO PEDREIRA POPPA, JOSE EDUARDO TAVANTI JUNIOR, LUIZ GUILHERME DUARTE MARTINS COSTA, RODOLFO FONTANA BOEIRA DA SILVA, ANDRE YUKIO IOCHIDA LACERDA, CAINAN GEA, ANDRE TUNES DO NASCIMENTO, GUSTAVO NOGUEIRA FIGUEIREDO, JOAO VITOR SILVA RODRIGUES, LEONARDO LAVELLI SANTOS, GABRIEL TADEU DE FIGUEIREDO BARROS, VITOR ATHAYDE DE MORAIS, LYGIA HELENA ROSSI DA SILVA, MARINA DE ABREU MONTEIRO DE CASTRO, LETICIA NAOMI KANASHIRO GONCALVES, VICTORIA ARISA LINN, VITORIA CAROLINA RODRIGUES DE LIMA), Q-PAR09 OPERADORA PORTUÁRIA SPE S.A. (Procurador(es): GRAZIELLE GRUDZIEN, DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS, LUIZ PAULO MULLER FRANQUI, ALUISIO CABIANCA BEREZOWSKI, BRUNO PEDREIRA POPPA, JOSE EDUARDO TAVANTI JUNIOR, LUIZ GUILHERME DUARTE MARTINS COSTA, RODOLFO FONTANA BOEIRA DA SILVA, ANDRE YUKIO IOCHIDA LACERDA, CAINAN GEA, ANDRE TUNES DO NASCIMENTO, GUSTAVO NOGUEIRA FIGUEIREDO, JOAO VITOR SILVA RODRIGUES, LEONARDO LAVELLI SANTOS, GABRIEL TADEU DE FIGUEIREDO BARROS, VITOR ATHAYDE DE MORAIS, LYGIA HELENA ROSSI DA SILVA, MARINA DE ABREU MONTEIRO DE CASTRO, LETICIA NAOMI KANASHIRO GONCALVES, VICTORIA ARISA LINN, VITORIA CAROLINA RODRIGUES DE LIMA)

CONSULTA

Processo: 125296/24
Entidade: MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA
Interessado: MARCELO LEITE, MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA

Processo: 104892/24 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Interessado: ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Processo: 546453/24 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Entidade: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP-PROAMUSEP
Interessado: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP- PROAMUSEP, MARCONDES ARAUJO DA COSTA, SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA

REPRESENTAÇÃO

Processo: 257054/18
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (Procurador(es): RAFAEL BARONI)
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA (Procurador(es): THIEME SILVESTRI NETTO, NILSEIA IVATIUK MIS), CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISGAP DE GUARAPUAVA, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CENTRO OESTE DO PARANA EM GUARAPUAVA, GELSON KRUK DA COSTA, JOAO CARLOS GONCALVES, LIANE MARIA MENDES, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (Procurador(es): RAFAEL BARONI), THIEME SILVESTRI NETTO

Processo: 759872/24
Entidade: MUNICÍPIO DE IBIPORÃ
Interessado: COORDENADORIA DE OBRAS PÚBLICAS, ELEN FRANCYNE HENRIQUES DOS SANTOS, JOSÉ MARIA FERREIRA, KLEVERTON THOMAZ LIBRAIS, MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 706817/24
Entidade: MUNICÍPIO DE APUCARANA
Interessado: ANTONIO PEREIRA DO NASCIMENTO, MUNICÍPIO DE APUCARANA, SEBASTIAO FERREIRA MARTINS JUNIOR, UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA (Procurador(es): JOAO LUCAS MOTA DE ALMEIDA, IAN BARROS MOLLMANN, RAIRA VLAXIO AZEVEDO, VIVIANE SOUZA DE OLIVEIRA SILVA)

Processo: 842737/24
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
Interessado: ANTONIO LUIZ BENDO, EDILSO CICHELERO (Procurador(es): JAQUELINE AMANDA PEREIRA DA SILVA), KARLA FRANCIELI GALENDE (Procurador(es): JAQUELINE AMANDA PEREIRA DA SILVA), MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, RODRIGO VIEIRA ROCHA, SIMARA CORDEIRO DA SILVA JORGE (Procurador(es): JAQUELINE AMANDA PEREIRA DA SILVA)

Processo: 362964/24 Vista desde 05/05/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE LONDRINA
Interessado: 1DOC TECNOLOGIA S.A (Procurador(es): FABIOLA GRAMS PORTO), APROVA DIGITAL S/A (Procurador(es): MICHELLI CRISTINA DEVES), MARCELO BELINATI MARTINS, MARCO ANTONIO ZANATTA, MUNICÍPIO DE LONDRINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 166484/25
Entidade: COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ
Interessado: COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, LAURECI SCHMITZ

CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 762946/21
Entidade: INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019)
Interessado: AFB - INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA (Procurador(es): VANESSA MACHADO DO NASCIMENTO, AUREO VINHOTI, FILIPE ALVES DA MOTA, CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, MARCELO DE BORTOLO, MARCOS CESAR VINHOTI, FLAVIA VOIGT MIRANDA, LEANDRO HENRIQUE FRACCAROLI DA SILVA, MICHELLE SCOT WINTERS, NICOLY STEPHANY KONIG SOBOL, MARIA TERESA VALIM COELHO, MAIARA PEREIRA ARAUJO, FLAVIA VALLIM RODRIGUES, MANUELA RODRIGUES DA MOTA), BENNO HENRIQUE WEIGERT DOETZER (Procurador(es): PEDRO VERTUAN BATISTA DE OLIVEIRA), EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, FLORA MADALOSSO BERTOLI (Procurador(es): VANESSA MACHADO DO NASCIMENTO, AUREO VINHOTI, FILIPE ALVES DA MOTA, CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, MARCELO DE BORTOLO, MARCOS CESAR VINHOTI, FLAVIA VOIGT MIRANDA, LEANDRO

HENRIQUE FRACCAROLI DA SILVA, MICHELLE SCOT WINTERS, NICOLY STEPHANY KONIG SOBOL, MARIA TERESA VALIM COELHO, MAIARA PEREIRA ARAUJO, FLAVIA VALLIM RODRIGUES, MANUELA RODRIGUES DA MOTA), INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019), JOSÉ LUIZ SCROCCARO, JOSE VOLNEI BISOGNIN, M.A.B. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (Procurador(es): VANESSA MACHADO DO NASCIMENTO, AUREO VINHOTI, FILIPE ALVES DA MOTA, CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, MARCELO DE BORTOLO, MARCOS CESAR VINHOTI, FLAVIA VOIGT MIRANDA, LEANDRO HENRIQUE FRACCAROLI DA SILVA, MICHELLE SCOT WINTERS, NICOLY STEPHANY KONIG SOBOL, MARIA TERESA VALIM COELHO, MAIARA PEREIRA ARAUJO, FLAVIA VALLIM RODRIGUES, MANUELA RODRIGUES DA MOTA), MARCELO HENRIQUE BERTOLI (Procurador(es): VANESSA MACHADO DO NASCIMENTO, AUREO VINHOTI, FILIPE ALVES DA MOTA, CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, MARCELO DE BORTOLO, MARCOS CESAR VINHOTI, FLAVIA VOIGT MIRANDA, LEANDRO HENRIQUE FRACCAROLI DA SILVA, MICHELLE SCOT WINTERS, NICOLY STEPHANY KONIG SOBOL, MARIA TERESA VALIM COELHO, MAIARA PEREIRA ARAUJO, FLAVIA VALLIM RODRIGUES, MANUELA RODRIGUES DA MOTA), RONISE MARA GOMES BERTOLI (Procurador(es): VANESSA MACHADO DO NASCIMENTO, AUREO VINHOTI, FILIPE ALVES DA MOTA, CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, MARCELO DE BORTOLO, MARCOS CESAR VINHOTI, FLAVIA VOIGT MIRANDA, LEANDRO HENRIQUE FRACCAROLI DA SILVA, MICHELLE SCOT WINTERS, NICOLY STEPHANY KONIG SOBOL, MARIA TERESA VALIM COELHO, MAIARA PEREIRA ARAUJO, FLAVIA VALLIM RODRIGUES, MANUELA RODRIGUES DA MOTA)

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Processo: 186945/24
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Interessado: ANDRE LUIS CAMPITELLI, CARINA APOLONI AGUERA MANGOLIM, CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ, ELZA MANGOLIM FERRETI, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARUMBI, MARLON CASTRO PAVESI PINI, MICHELE CAPUTO NETO (Procurador(es): CARLOS ALEXANDRE LORGA, CINTIA LARISSA RUEDA LORGA), SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo: 282502/25
Entidade: FUNDO ESPECIAL DO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA
Interessado: FUNDO ESPECIAL DO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA, IVENS ZSCHOERPER LINHARES

DENÚNCIA

Processo: 339776/24
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

RECURSO DE REVISTA

Processo: 871070/18 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA
Interessado: HAROLDO SALUSTIANO DE ARRUDA, IBRASC - INSTITUTO BRASILEIRO DE SANTA CATARINA, JEISIMAR DE CAMARGO SILVEIRA, JOÃO DAVID GARCIA (Procurador(es): ANDRE GELSLEICHTER DE LIMA), JOSE CARLOS JOBIM, LILIAN RAMOS NARLOCH, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, RIAD SAID ZAHOUI (Procurador(es): JOCLER JEFERSON PROCÓPIO), WAGNER DANIEL DUTRA MATTOS (Procurador(es): LEANDRO NANDI CARVALHO, WILLIAN AMBONI SCHEFFER)

Processo: 733652/24 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE CAPANEMA
Interessado: ALCIONE ROBERTO CLOSS, ALECXANDRO NOLL, AMERICO BELLE, LUCIANA ZANON, MUNICÍPIO DE CAPANEMA

RECURSO DE REVISÃO

Processo: 480800/24
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
Interessado: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, REGINA MASSARETTO BRONZEL DUBAY (Procurador(es): VITOR EDUARDO HENRICHS DA SILVA, CARLOS HENRIQUE SANTILI, CEZAR AUGUSTO FERREIRA)

Processo: 592796/23 Adiado para análise de voto divergente desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
Interessado: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, PAULO MAC DONALD GHISI (Procurador(es): FERNANDO MUNIZ SANTOS, RODRIGO MUNIZ SANTOS, ROBERLEI ALDO QUEIROZ, JOSE AUGUSTO PEDROSO, RODRIGO OTAVIO VICENTINI, JANAINA MARIA BETTES, AMALIA PASETTO BAKI, PRISCILA STELA PEDROSO)

Processo: 839990/24 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
Interessado: CLAUDIO CESAR CASAGRANDE (Procurador(es): LEANDRO SOUZA ROSA), MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 319019/25
Entidade: MUNICÍPIO DE IRATI
Interessado: ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER, JACIEL ANDRADE DOS SANTOS, JORGE DAVID DERBLI PINTO (Procurador(es): CARLA QUEIROZ), MUNICÍPIO DE IRATI, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Processo: 331850/25
Entidade: AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRANSITO E CIDADANIA - TRANSITAR
Interessado: ALEXANDRE MARQUI, AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRANSITO E CIDADANIA - TRANSITAR, MOC ELETRONICA EIRELI, SANDRA LUISA COVATTI, SIMONI SOARES DA SILVA (Procurador(es): GUILHERME MALUCELLI)

PEDIDO DE RESCISÃO

Processo: 19438/23 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (Procurador(es): FABIANE MALDANER BULAWSKI, JOSE AUGUSTO ALEXANDRIA ALVES, DEBORAH CRISTINA GONCALVES MOREIRA, ADRIANA BOLZANI BACH, PRISCILA PERELLES, RICARDO TADAO YNOUE, JULIANA FISCHER DE ALMEIDA, RODRIGO AUGUSTO CAMPOS BAPTISTA, AYRON DA CONCEICAO BACH, CLEISON DIOTALEVI, FABIANA PIAZZETTA ANDRETTA, JULIANA MOTTIM DE OLIVEIRA, JESRAEL SOARES BATISTA)
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (Procurador(es): FABIANE MALDANER BULAWSKI, JOSE AUGUSTO ALEXANDRIA ALVES, DEBORAH CRISTINA GONCALVES MOREIRA, ADRIANA BOLZANI BACH, PRISCILA PERELLES, RICARDO TADAO YNOUE, JULIANA FISCHER DE ALMEIDA, RODRIGO AUGUSTO CAMPOS BAPTISTA, AYRON DA CONCEICAO BACH, CLEISON DIOTALEVI, FABIANA PIAZZETTA ANDRETTA, JULIANA MOTTIM DE OLIVEIRA, JESRAEL SOARES BATISTA), CLAUDIA QUEIROZ GUEDES (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA), JOÃO CLAUDIO DEROSSO (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA, KAROLINE SALLES), NELSON GONCALVES DOS SANTOS (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, IVO ARY MEIER JUNIOR, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA, KAROLINE SALLES, ADONIRAM OZIAS SANTOS), OFICINA DA NOTICIA LTDA - ME (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA)

CONSULTA

Processo: 65590/24
Entidade: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO
Interessado: ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, JAMES KARSON VALERIO, MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

CERTIDÃO LIBERATÓRIA

Processo: 346474/25
Entidade: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Interessado: MUNICÍPIO DE TAPEJARA

Processo: 265040/25 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
Interessado: MARCELO JOSE BERNARDELI PALHARES, MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

REPRESENTAÇÃO

Processo: 141747/23 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Interessado: 4ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, ANDRE LUIS AGNER MACHADO MARTINS, CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, DANIEL ROMANOWSKI, ELISANDRO PIRES FRIGO, ESTADO DO PARANÁ, LOTERIA DO ESTADO DO PARANA - LOTEPAR, PAY BROKERS EFX FACILITADORA DE PAGAMENTOS S.A. (Procurador(es): JORDANO LYON DELLA PASQUA DA SILVA, ROBERLEI ALDO QUEIROZ, MARCELO MANSANI MUNHOZ DA ROCHA, RICARDO DE PAULA FEIJO), PAY BROKERS IP INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA., SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, SKILROCK TECHNOLOGIES BRASIL LTDA

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 134643/24
Entidade: MUNICÍPIO DE IRATI (Procurador(es): CARLA QUEIROZ)
Interessado: ALINE CARLA BRANDALISE, DIRCEU BUENO DA ROCHA, GILSON EMANUEL QUADROS, JORGE DAVID DERBLI PINTO, MUNICÍPIO DE IRATI (Procurador(es): CARLA QUEIROZ), SC EMPREENDIMENTOS LTDA

Processo: 433578/24
Entidade: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
Interessado: MARCO ANTONIO MARCONDES SILVA, MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, SEMPRE COMERCIAL E LICITACOES EIRELI - ME, VINICIUS DE OLIVEIRA MARTINS

Processo: 699078/23 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
Interessado: CELSO FERNANDO GOES, DIEGO VOLFF, M. DE SOUZA CONDICIONADORES DE AR LTDA, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, ROSIMERE DE PARIS DIAS, THIEME SILVESTRI NETTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 208906/24
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Interessado: CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO (Procurador(es): LEANDRO SOUZA ROSA), CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Processo: 164235/22 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADEMAR LUIZ TRAIANO, ALEXANDRE MARANHÃO KHURY, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI

DENÚNCIA

Processo: 737232/24 Vista desde 19/05/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

RECURSO DE REVISTA

Processo: 285696/25
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): JEAN COLBERT DIAS, RICARDO BIANCO GODOY)
Interessado: EVANI CORDEIRO JUSTUS (Procurador(es): GUILHERME DE SALLES GONCALVES, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA, FABRYCIA PATTA KESSLER, WALDIR FRANCO FELIX), FABIANO BENEDETI FUZETTI (Procurador(es): ALEXANDRE VAZ DE CAMARGO, LUCAS CEOLIN CASAGRANDE, CARLA CRISTINE KARPSTEIN ROMANELLI), INSTITUTO ELLOS, LUCIANA REGINA DOS REIS, MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): JEAN COLBERT DIAS, RICARDO BIANCO GODOY), NEURIDES VALBER BRERO (Procurador(es): GABRIELA PARDO FORIN, CASSIANO RODRIGUES DA SILVA NETO, JULIANA RIBEIRO PINHEIRO, BRUNA TORRECILLA GIROTTO, JULIA ABREU MULLER, BRUNO VERISSIMO MOSCA, CAROLINA SECHI MONTEIRO, CAROLLYNE BUENO MOLINA, LETICIA KETHELIN FERREIRA MOURA, LETICIA ALVES CUNHA BARRIENTO, LUIZ CHRISTIANO KUNTZ ALVES SERRA, HENRIQUE BORGES RODRIGUES, LUIS BERNARDO JUNIOR, ALINE CONCEIÇÃO GUERINO, ALEX SANDRO GOMES ALTIMARI, FERNANDO AUGUSTO DE NANUZI E PAVESI, JEFFERSON DANILO MAGON BARBAROSSA, CARLOS RAFAEL PAVANELLI BATOCCHIO, DANIEL DE BARROS SILVEIRA, KAREN LUCIA MEMBRIBES ESTEVES FERREIRA, CAIO PINHEIRO GARCIA DE OLIVEIRA, DANIEL FELIPE MURGO GIROTO, JANAINA CARDIA TEIXEIRA, JOSE LUIS MAZUQUELLI JUNIOR, LUCAS COLOMBERA VAIANO PIVETO, JOAO OTAVIO CANHOS, MARIA CARLA ARAUJO RODRIGUES, BRUNA CAROLINE DE SOUZA SANTOS), PAULO ROBERTO DE SOUZA JAMUR, REGINA LUCIA FERRAZ TORRES

Processo: 650013/24 Vista desde 19/05/2025 Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Entidade: MUNICÍPIO DE PRUDENTOPOLIS (Procurador(es): AYR AZEVEDO DE MOURA CORDEIRO, DIOGO SANGALLI)
Interessado: ADELMO LUIZ KLOSOWSKI (Procurador(es): AYR AZEVEDO DE MOURA CORDEIRO, DIOGO SANGALLI), GILVAN PIZZANO AGIBERT, LUIZ CARLOS MENDES FERREIRA JUNIOR (Procurador(es): DIOGO SANGALLI), MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE PRUDENTOPOLIS (Procurador(es): AYR AZEVEDO DE MOURA CORDEIRO, DIOGO SANGALLI), OSNEI STADLER (Procurador(es): AYR AZEVEDO DE MOURA CORDEIRO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 305522/25
Entidade: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
Interessado: AFFARI CONSTRUTORA E PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA (Procurador(es): EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA, WILLIAM TOHORU HOSAKA, FERNANDA BASSO BLUM), JOSIMAR APARECIDO KNUPP FROES, MUNICÍPIO DE PIRAQUARA

RECURSO DE AGRAVO

Processo: 241052/25
Entidade: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
Interessado: INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS HUMANIZA (Procurador(es): MARAFON SILVA SPAK - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, BEATRIZ MARAFON SILVA SPAK, EDUARDO MARAFON SILVA), INSTITUTO PATRIS, JOSIMAR APARECIDO KNUPP FROES, MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI, MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, PRO-VITTA ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE (Procurador(es): FELIPE TONIETTO REIS)

Processo: 291513/25
Entidade: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA (Procurador(es): RAPHAEL GALVANI, PAULA GEORGIA COSTA BANDEIRA, GRAZIANE DE MELO, ANA PAULA DE SOUZA BRITO, LETICIA FERNANDES DA SILVA, DEISI NOGUEIRA DE LIMA), ALEXANDRE MARANHÃO KHURY, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Processo: 316036/25
Entidade: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA
Interessado: CK LOCACOES E TERRAPLENAGEM LTDA (Procurador(es): RODRIGO MOTA DE CERQUEIRA), MUNICÍPIO DE MARIA HELENA

PEDIDO DE RESCISÃO

Processo: 563362/23 Adiado para análise de voto divergente desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
Interessado: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, PAULO MAC DONALD GHISI (Procurador(es): MUNIZ ADVOGADOS, RODRIGO MUNIZ SANTOS, CAMILA RODRIGUES FORIGO, MARJORIE LOUISE FERREIRA)

Processo: 776327/24 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE MARUMBI
Interessado: ADHEMAR FRANCISCO REJANI, MUNICÍPIO DE MARUMBI

Processo: 828351/24 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 30/06/2025
Entidade: MUNICIPIO DE CLEVELANDIA
Interessado: ADEMIR JOSÉ GHELLER (Procurador(es): DANIEL RICARDO ANDREATTA FILHO, CLAUDIO TAVARES TESSEROLI, CIDENEI QUERQUEN), MUNICIPIO DE CLEVELANDIA

Processo: 38911/25 Adiado por devolução pós-vista desde 30/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
Interessado: GIMERSON DE JESUS SUBTIL (Procurador(es): LUÍS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES, DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA, THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA), MUNICÍPIO DE SAPOPEMA

PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL

Processo: 485136/24 Trâmite Suspenso desde 16/12/2024
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

REPRESENTAÇÃO

Processo: 404764/24
Entidade: MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU, ODAIR BORN, RIVAIR JOSE DE OLIVEIRA, SEZAR AUGUSTO BOVINO

Processo: 645486/24 Vista desde 05/05/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE PAIÇANDU
Interessado: COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, ISMAEL BATISTA, MUNICÍPIO DE PAIÇANDU

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 844420/24
Entidade: MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL (Procurador(es): WILSON TRINDADE JUNIOR)
Interessado: ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO (Procurador(es): WILSON TRINDADE JUNIOR), KARIME FAYAD, LETICIA GALDI RIGHI RAMOS (Procurador(es): WILSON TRINDADE JUNIOR), MASTER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL (Procurador(es): WILSON TRINDADE JUNIOR)

Processo: 404059/25
Entidade: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANA - FUNEAS-PARANÁ
Interessado: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANA - FUNEAS-PARANÁ, GERALDO GENTIL BIESEK, SMB GESTÃO EM SAÚDE S.A. (Procurador(es): RODRIGO VIEIRA ROCHA)

Processo: 766956/23 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO, LUCIANE DA SILVA ONCA JACOBOSKI, MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (Procurador(es): JOÃO PAULO CORRÊA CARVALHO, MATEUS CAFUNDÓ ALMEIDA, RENATO LOPES, RAYZA FIGUEIREDO MONTEIRO, VINICIUS EDUARDO BALDAN NEGRO, ROBERTO DOMINGUES ALVES, RODOLFO ARAÚJO FERNANDES, RENNER SILVA MULIA, YAN ELIAS, EMANUELLE FRASSON DA SILVA, OTHON WELBER BARAGÃO), Rodirlei Azeredo Campi

Processo: 275470/25 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
Interessado: FRANCIELE APARECIDA DA CRUZ, GABRIELA JULIANO DIAS, JOSE OLEGARIO RIBEIRO LOPES, MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS, TJF GESTAO DE SERVICOS LTDA.

PREJULGADO

Processo: 618616/24 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES

Processo: 286893/25
Entidade: FUNDO DE EQUIPAMENTO AGROPECUARIO - MATRIZ
Interessado: FUNDO DE EQUIPAMENTO AGROPECUARIO - MATRIZ

CONSELHEIRO SUBSTITUTO THIAGO BARBOSA CORDEIRO

DENÚNCIA

Processo: 373230/24 Adiado por pedido do(a) relator(a) desde 19/05/2025
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): ROGERIO CALAZANS DA SILVA)

CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 310941/25
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA, MARIA EMILIA DE SIQUEIRA (Procurador(es): ANA CAROLINE SIBUT STERN, JEAN MARCOS BECKER), MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 366076/25
Entidade: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Interessado: CELK SISTEMAS S.A., GERSON DENILSON COLODEL, IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA (Procurador(es): CRISTIANO JOSÉ BARATTO, VINICIUS DE CASTRO MEDEIROS, JULIANA PAULA DIAS DE CASTRO), JOAO GUSTAVO KEPES NORONHA, MARCELO CZAIKOWSKI, MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, SECRETARIA DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 421081/24 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Entidade: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Interessado: DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA (Procurador(es): FERNANDA MARY DE OLIVEIRA LOUREIRO, VICTORIA DE SOUZA BATISTA, NATALIA WEIBEL CAVASSIN, FELIPE HENRIQUE BRAZ GUILHERME, PEDRO AUGUSTO SCHELBAUER DE OLIVEIRA, RAFAEL VERAS DE FREITAS, LEONARDO COELHO RIBEIRO), ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

CONSELHEIRA SUBSTITUTA MURYEL HEY

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 95257/25 Vista desde 02/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ (Procurador(es): MARCOS ANTONIO FERNANDES, RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA)
Interessado: GERSO FRANCISCO GUSSO, L. C. MATIERO, LUIZ CARLOS MARTENDAL, MARCOS ANTONIO FERNANDES, MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ (Procurador(es): MARCOS ANTONIO FERNANDES, RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA)

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 581593/24 Vista desde 19/05/2025 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Interessado: ANGELO GERALDO BOCHENEK, DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA (Procurador(es): PEDRO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA, FERNANDA MARY DE OLIVEIRA LOUREIRO, FELIPE HENRIQUE BRAZ GUILHERME, PEDRO AUGUSTO SCHELBAUER DE OLIVEIRA, RAFAEL VERAS DE FREITAS, LEONARDO COELHO RIBEIRO), LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Processo: 813443/24 Vista desde 16/06/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Entidade: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Interessado: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, ANGELO GERALDO BOCHENEK, DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA (Procurador(es): FERNANDA MARY DE OLIVEIRA LOUREIRO, VICTORIA DE SOUZA BATISTA, JOSÉ AUGUSTO AMARAL PATRUNI FILHO, FELIPE HENRIQUE BRAZ GUILHERME, PEDRO AUGUSTO SCHELBAUER DE OLIVEIRA, RAFAEL VERAS DE FREITAS, LEONARDO COELHO RIBEIRO), HEAD NET ENGENHARIA LTDA - EPP (Procurador(es): DANILO BASTOS ANTUNES), LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO

RECURSO DE REVISTA

Processo: 672705/19 Vista desde 30/06/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA (Procurador(es): SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS)
Interessado: ADRIANA APARECIDA FERNANDES WOCHE (Procurador(es): MAURI JORGE MARQUES GUEDES DA SILVEIRA, ALESSANDRA SOUZA BAGIO), EWERTON FRANCISCO STOCCO (Procurador(es): ENERZON DARCY HARGER VIEIRA, KATIELY LEMES RIBEIRO), FABIO ALCEU FERNANDES (Procurador(es): ADRIANA APARECIDA FERNANDES WOCHE), HISSAM HUSSEIN DEHAINI, LEANDRO ANDRADE ALVES (Procurador(es): RICARDO ALBERTO ESCHER), LUIS ANTONIO ROMANUS FILHO, MARION SILVEIRA CABRAL FIUZA (Procurador(es): OTÁVIO OLIVEIRA DE SOUZA, RICARDO DE PAULA FEIJO), MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA (Procurador(es): SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS), MURILO GOMES, OLIZANDRO JOSE FERREIRA (Procurador(es): MARJORIE LOUISE FERREIRA), RUI SERGIO ALVES DE SOUZA, TEC SERVICE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

STP - Atas

Sem publicações

STP - Acórdãos

PROCESSO Nº:-660642/20
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA
INTERESSADO:-COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA, HENRIQUE JOSÉ TERNES NETO, JAIME DE OLIVEIRA KUHN, JONEL NAZARENO IURK, JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR, JULIO JACOB JUNIOR, LINDOLFO ZIMMER, LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI, VLADEMIR SANTO DALEFFE, YÁRA CHRISTINA EISENBACH
ADVOGADO / PROCURADOR-ADRIANA DE PAULA BARATTO, ADRIANA NOGUEIRA BARBOSA, ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO, ALCIDES PAVAN CORREA, ALDEBARAN ROCHA FARIA NETO, ALESSANDRA MARA SILVEIRA CORADASSI, ANA CAROLINA MOREIRA SAMPAIO, ANA PAULA VONSOWSKI DA COSTA BISPO, ANDREA PATRICIA CEZARIO, ANGELA BEATRIZ ALCAIDE, ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO, ARIANE APARECIDA AMARAL BEDIN, BRUNO FELIPE LECK, BRUNO GOFMAN, CHRISSIE DESIREE LOPES DA SILVA HIGINO, CHRISTIANA TOSIN MERCER, CLAUDIA CECILIA CAMACHO ROJAS, CRISTINA KAKAWA, DAIANE MEDINO WOTKOSKI, DAMASCENO MAURICIO DA ROCHA JUNIOR, DANIEL WUNDER HACHEM, DANIELLE SIMÃO, DENISE CANOVA, DENISE SCOPARO PENITENTE, EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, ERICK CARDOSO HASSELMANN MOTTER, EVERTON LUIZ SZYCHTA, FABIOLA MACHADO MARQUES, FABIOLA MARTINI SIBUT, FABRICIO FABIANI PEREIRA, FELIPE KLEIN GUSSOLI, FELIPE SANTOS RIBAS, FERNANDA CARLA HENRIQUE BUSETTI, GISELE DAIANA MACIEL, GUILHERME MAXIMIANO, HELIO EDUARDO RICHTER, HULIANOR DE LAI, IRA NEVES JARDIM, IVANES DA GLORIA MATTOS, JEFERSON LUIZ DE LIMA, JEFFERSON BRUNO PEREIRA, JEFFERSON CAMILO DE SIQUEIRA, JOÃO VICTOR DIAS FONTANA, JOSÉ MANOEL DOS SANTOS, JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR, JULIANA PERELLES, KARLA PATRICIA POLLI DE SOUZA, KARLLA MARIA MARTINI, LEONARDO CESAR DE AGOSTINI, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA, LUIS ADOLFO KUTAX, LUIZ CARLOS PROENÇA, LUZARDO FARIA, MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA, MARCIO ARIOVALDO FELICIO GARCIA, MARCO ANTONIO DE LUNA, MARCOS DE OLIVEIRA MOREIRA, MARISE LAO, MAURICIO DA SILVA MARTINS, MICHELE SUCKOW LOSS, MOACYR CORREA NETO, NATALLY SOSSAI REYS, NAYANE GUASTALA, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES, REGILDA MIRANDA HEIL FERRO, REJANE MARA SAMPAIO D´ALMEIDA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, RENATO CARDOSO DE ALMEIDA ANDRADE, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, RONALDO JOSÉ E SILVA, SERGIO GOMES, SERGIO LOPES MASSEDO, SILVIA ASSUNÇÃO DAVET LOCATELLI, SILVIO RUBENS MEIRA PRADO, SIVONEI MAURO HASS, SONIA MARIA PIMENTEL LOBO, TALITA COSTA REBELLO BARBOSA, THAIS MARQUES CAVALCANTI DE BRITO, THAIS YUMI ASSAKURA, THALITA FERREIRA DRAGO, VALERIA JARUGA BRUNETTI, WALTER GUANDALINI JUNIOR, WELLINGTON LINCOLN SECO
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1649/25 - TRIBUNAL PLENO
Recurso de revista. Tomada de contas extraordinária. Julgamento pela irregularidade das contas, com o reconhecimento da prescrição relativamente às multas. Prejulgado n.º 32. Prescrição que implica na extinção do processo com julgamento de mérito. Óbice ao prosseguimento do julgamento. Conhecimento e provimento.
1. RELATÓRIO
Tratam os autos de recursos de revista interpostos por JAIME DE OLIVEIRA KUHN, JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR e YARA CHRISTINA EISENBACH, LINDOLFO ZIMMER e HENRIQUE TERNES, JULIO JACOB JUNIOR, JONEL NAZARENO IURK, LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI e VLADEMIR SANTO DALEFFE, os quais se insurgem em face do Acórdão n.º 1630/2020 (peça 236), do Tribunal Pleno, integrado pelo Acórdão n.º 2634/2020 (peça 246), também do Tribunal Pleno, em sede de embargos de declaração, que julgou procedente tomada de contas e irregulares as contas de responsabilidade dos recorrentes, em virtude da tomada de decisão referente à aquisição dos empreendimentos eólicos ”Casa dos Ventos" (Nova Euros, Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel), pelo valor de R$ 286.066.000,00, sem a adequada motivação para o afastamento da avaliação externa e de seu encaminhamento para análise pelo Conselho de Administração.
Em suas razões (peça 249), JAIME DE OLIVEIRA KUHN, JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR e YARA CHRISTINA EISENBACH alegaram que: (i) aprovaram a aquisição do empreendimento, levando em consideração os estudos e pareceres técnicos elaborados pelos empregados especializados da companhia, que não só apontaram inúmeras inconsistências na avaliação elaborada pela American Appraisal, como também indicaram o valor compatível com a operação em questão; (ii) a diferença dos valores entre o estudo da American Appraisal e aquele prospectado pela

companhia se deve à adoção de premissas distintas; (iii) a decisão do gestor amparada em pareceres técnicos impossibilita a sua responsabilização, eis que inexistente dolo ou erro grosseiro; (iv) ainda que se entenda pelo cometimento de alguma irregularidade, é necessário que as condutas dos recorrentes sejam analisadas de acordo com as orientações gerais vigentes à época da tomada de decisão de aquisição do empreendimento, eis que o processo de compra e pagamento do empreendimento já havia passado pela fiscalização desta Corte de Contas e tido a sua regularidade reconhecida; e (v) há que ser reconhecida a incidência da prescrição, impossibilitando a inclusão do nome dos recorrentes no cadastro de agente públicos com contas irregulares.

Por sua vez, LINDOLFO ZIMMER e HENRIQUE TERNES e JULIO JACOB JUNIOR, em suas razões (respectivamente peças 251 e 253), também arguiram que o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva obsta o ingresso no mérito, tornando indevida a determinação de inclusão de seus nomes em lista para envio ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins previstos no artigo 1º, alínea "g", da Lei Complementar n.º 64, de 18/05/1990.

Já JONEL NAZARENO IURK, LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI e VLADEMIR SANTO DALEFFE (peça 255) manifestaram seu inconformismo arguindo: (i) também a incidência da prescrição da pretensão punitiva; (ii) a ilegitimidade passiva dos recorrentes para responderem por atos praticados por outros diretores; e (iii) a necessidade de julgamento de regularidade das contas dos recorrentes, eis que agiram de boa-fé na condição de diretores visando ao interesse da companhia, não atuando com dolo ou erro grosseiro.

A 2ª Inspetoria de Controle Externo (Instrução n.º 17/2023, peça 268), opinou pelo não provimento do recurso.

De igual forma, o Ministério Público de Contas (Parecer n.º 575/2023, peça 269).

É, naquilo que importa, o relato do estado dos autos.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Os recursos mostram-se cabíveis (artigo 484, caput, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná - RITCEPR) e foram esgrimados tempestivamente (artigo 484, caput, do RITCEPR), por partes legítimas (artigo 474 do RITCEPR), detentoras de interesse de recorrer. Portanto, encontram-se presentes os pressupostos de admissibilidade, hábeis à ratificação do recebimento do recurso.

Admitido o recurso, cumpre adentrar no mérito.

Em que pesem os opinativos que instruem o feito, há que se dar provimento ao recurso.

Conforme se abstrai do dispositivo do Acórdão n.º 1630/2020, do Tribunal Pleno, decisum contra o qual se recorre, foram consideradas:

"irregulares as contas dos Srs. Vlademir Santo Daleffe, Jonel Nazareno Yurk, (peça 157), e Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Lindolfo Zimmer, Henrique José Ternes Neto, Jaime de Oliveira Kuhn, Jorge Andriguetto Júnior e Júlio Jacob Júnior e a Sra. Yara Christina Eisenbach, em virtude da tomada de decisão referente à aquisição dos empreendimentos eólicos "Casa dos Ventos" (Nova Euros, Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel) , pelo valor de R$ 286.066.000,00, sem a adequada motivação para o afastamento da avaliação externa e de seu encaminhamento para análise pelo Conselho de Administração, deixando, contudo de aplicar a multa administrativa em virtude do reconhecimento da prescrição". (peça 236, fls. 35) (grifou-se).

Ou seja, foi reconhecida a incidência da prescrição para o afastamento das sanções pecuniárias, "diante da passagem de mais de 5 anos desde a contratação, em 24/06/2013, até a emissão do Despacho n.° 1360/18, de 20/09/2018 (peça n.° 98), que determinou a citação as partes" (peça 236, fls. 35), mas ainda se insistindo na irregularidade das contas.

Ocorre que esta Corte prolatou Prejulgado 32 que prescreve que:

"O reconhecimento da prescrição implica na extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II, do Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária, impedindo o prosseguimento do julgamento e a consequente inclusão de nomes na lista dos responsáveis por contas irregulares".

Posto isso, forçoso admitir a incidência da prescrição nos termos do referido prejulgado. Em assim sendo, o reconhecimento da prescrição importa na prejudicialidade do respectivo julgamento do mérito da tomada de contas extraordinária, impondo-se assim o provimento dos recursos.

3. VOTO

Ante o exposto, VOTO:

I) pelo conhecimento e provimento dos recursos, reconhecendo a prescrição e consequente prejudicialidade do julgamento de mérito da tomada de contas extraordinária;

II) pelo encerramento dos autos, após o trânsito em julgado, feitas as devidas anotações, nos termos do artigo 398 do Regimento Interno desta Corte.

É o voto.

4. VOTO DIVERGENTE (Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva)

"Trata-se de Recursos de Revistas interpostos por JAIME DE OLIVEIRA KUHN, JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR, YARA CHRISTINA EISENBACH[1], LINDOLFO ZIMMER E HENRIQUE TERNES[2], JULIO JACOB JUNIOR[3], JONEL NAZARENO IURK, LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI e VLADEMIR SANTO DALEFFE[4] contra o Acórdão 1630/20 do Tribunal Pleno[5], integrado ao Acórdão 2634/20 do Tribunal Pleno[6], do processo de Tomada de Contas Extraordinária, em que foram julgadas irregulares as contas de responsabilidade de Vlademir Santo Daleffe, Jonel Nazareno Yurk, Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Lindolfo Zimmer, Henrique José Ternes Neto, Jaime de Oliveira Kuhn, Jorge Andriguetto Júnior e Júlio Jacob Júnior e a Yara Christina Eisenbach, em virtude da tomada de decisão referente à aquisição dos empreendimentos eólicos "Casa dos Ventos", sem a adequada motivação para o afastamento da avaliação externa e de seu encaminhamento para análise pelo Conselho de Administração.

O relator do Recurso de Revista, Conselheiro Durval Amaral, votou pelo provimento aos Recursos de Revista para reconhecer a prejudicialidade do julgamento de mérito da tomada de contas extraordinária, considerando que a prescrição conduz à extinção do processo, impedindo o prosseguimento do julgamento pela irregularidade das contas.

Em que pese o voto apresentado, divirjo da proposta do Relator.

O presente processo trata da compra de um conjunto de parques eólicos, Casa dos Ventos. A aquisição, julgada irregular pelo Tribunal Pleno, chegou ao valor de R$ 286.066.000,00.

Conforme apontado pela 2ª Inspetoria de Controle Externo esse valor foi considerado R$ 158.966.000,00 superior ao preço máximo possível, segundo a avaliação elaborada por empresa contratada pela COPEL para apreciação técnica da operação.

Ocorre que a apreciação dos fatos referentes à aquisição dos empreendimentos eólicos que foram discutidos na tomada de contas extraordinária não está prescrita.

No acórdão recorrido, o Tribunal Pleno tomou, como termo inicial para o cálculo da prescrição, a data da Reunião da Diretoria da Copel que decidiu pela aquisição, ocorrida em 27 de maio de 2013.

Contudo, a aquisição foi assinada em 24/06/2013, e o pagamento foi realizado por meio de sete parcelas, sendo que o último pagamento ocorreu em 23/09/2014 (peça 4, p. 38).

A 2ª Inspetoria, responsável pela fiscalização da COPEL a partir do ano de 2015, realizou trabalho de fiscalização com o objetivo de examinar o procedimento que resultou na aquisição dos empreendimentos, e apresentou um relatório no dia 19 de novembro de 2015[1], apontando a irregularidade na aquisição da Casa dos Ventos por valor superior ao patamar máximo indicado em laudo técnico.

A fim de oportunizar à Copel e seus gestores os direitos à ampla defesa e ao contraditório, a 2ª Inspetoria expediu ofícios, que foram respondidos pela entidade e pelos gestores.

Em 1º de março de 2018, a 2ª Inspetoria de Controle Externo propôs a instauração de Comunicação de Irregularidade, que foi autuada em 22 de março de 2018 (peça 1).

Em 20 de setembro de 2020, após o exercício do contraditório pelos gestores e pela entidade, a Comunicação de Irregularidade foi convertida em Tomada de Contas Extraordinária que foi submetida à regular instrução, e, ao final, as contas foram julgadas irregulares, por meio do acórdão recorrido.

Assim, verifica-se que não houve inércia por parte do controle externo. Foram praticados atos de fiscalização devidamente documentados e submetidos ao contraditórios, atos inequívocos de apuração dos fatos sujeitos à apreciação desta Corte e que interrompem o curso da prescrição desde 2015.

O § 1º do art. 95 da Lei Estadual n.º 20.656/2021 disciplina as normas gerais do processo administrativo no Estado do Paraná e estabelece que a prescrição é interrompida pela "notificação do indiciado" ou por "qualquer ato inequívoco que implique a apuração do fato":

Art. 95. A ação punitiva da Administração Pública Estadual prescreve: [...]

§ 1º Interrompe-se a prescrição:

I - pela notificação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital;

II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato.

Dessa forma, no presente processo, a contagem da prescrição foi interrompida pelos inequívocos atos de apuração, praticados pela 2ª Inspetoria, até a expedição da Comunicação de Irregularidade.

Portanto, se considerada a data do último pagamento, em 23/09/2014, realizado para a aquisição que foi examinada pela fiscalização, o despacho de citação, proferido em 20/9/2018, ocorreu antes do decurso do prazo de 5 anos.

Entre as duas datas houve, ainda, diversos atos inequívocos de apuração dos fatos, especialmente o Relatório de Fiscalização assinado em 19 de novembro de 2015, com a garantia do contraditório, razão pela qual é certo que não houve a prescrição para o exercício do controle externo, pois a lei atribui aos atos de fiscalização o efeito de interromper a prescrição.

Ademais, ainda que examinasse a questão pela perspectiva do Código de Processo Civil, a prescrição não restaria configurada. O § 1º do art. 240, do Código de Processo Civil, estabelece a interrupção da prescrição operada pelo despacho que ordena a citação retroage à data de instauração do processo.

Considerando que a autuação ocorreu em 22 de março de 2018, mesmo considerando a data do ato irregular adotada pelo acórdão recorrido, 27 de maio de 2013, o prazo quinquenal não teria se esgotado.

Contudo, considerando que a aplicação das sanções foi afastada pelo acórdão recorrido, e considerando o princípio que veda a reforma da decisão em prejuízo do recorrente, uma vez que não houve recurso pelo Ministério Público, não é possível retomar o julgamento quanto às sanções aplicáveis em razão da irregularidade.

Além disso, diante da robusta apreciação técnica pelo Tribunal, que conduziu à conclusão da ocorrência de irregularidades, compartilho do entendimento adotado no acórdão recorrido, no sentido de que a declaração da ocorrência de irregularidades não fica prejudicada pelo reconhecimento da prescrição, que conduz à extinção do processo com resolução do mérito no que se refere às sanções aplicáveis e à inclusão dos gestores no rol legal de gestores com contas julgadas irregulares, nos termos do Prejulgado 32.

Conforme destacado pelo Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares no acórdão recorrido, "a mera existência do relatório técnico interno, juntado na peça n.° 5, não descarta a necessidade de uma avalição crítica e aprofundada das premissas que tornaram os resultados discrepantes"[7].

Ressalto que a desconsideração injustificada da avaliação externa resultou em uma aquisição com sobrepreço de aproximadamente R$ 160 milhões.

Assim, mantenho o acolhimento das razões técnicas que conduzem à declaração de irregularidade dos atos apurados, pronunciamento a respeito do qual não há razão para o Tribunal se abster de fazer, com vistas a orientação de toda a administração pública e a prevenção contra novas ocorrências.

O acolhimento das razões técnicas que conduzem à declaração de irregularidade dos atos apurados deve ser mantido, mesmo com o reconhecimento da prescrição.

Assim, acompanhando a unidade técnica e o Ministério Público, VOTO pelo desprovimento dos recursos e a manutenção do acórdão recorrido.

Ainda, de ofício, proponho ao Tribunal Pleno a extração de cópia integral deste processo e sua remessa ao Ministério Público Estadual, a fim de que seja apurada a ocorrência de ato doloso de improbidade administrativa causador de dano ao erário, que é imprescritível."

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de RECURSO DE REVISTA

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por maioria absoluta, em:

I. Conhecer e dar provimento aos recursos, reconhecendo a prescrição e consequente prejudicialidade do julgamento de mérito da tomada de contas extraordinária;

II. Após o trânsito em julgado, remeter os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento, nos moldes dos artigos 398, § 1º, e arquivamento, de acordo com o artigo 168, VII, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e AUGUSTINHO ZUCCHI. (voto vencedor)
O Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA votou pelo desprovimento dos recursos e a manutenção do acórdão recorrido e, de ofício, propôs ao Tribunal Pleno a extração de cópia integral deste processo e sua remessa ao Ministério Público Estadual, a fim de que seja apurada a ocorrência de ato doloso de improbidade administrativa causador de dano ao erário, que é imprescritível. O Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO acompanhou a divergência e acrescentou a proposta de abertura de Tomada de Contas Extraordinária. (votos vencidos)
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Sala das Sessões, 2 de julho de 2025 – Sessão Ordinária nº 23.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
__1__. Recibo de Petição Intermediária 660642/20 (peças 248 e 249).
__2__. Recibo de Petição Intermediária 6611029/20 (peças 250 a 251).
__3__. Recibo de Petição Intermediária 661177/20 (peças 252 a 253).
__4__. Recibo de Petição Intermediária 661193/20 (peças 254 a 260).
__5__. Peça 236.
__6__. Peça 246.
__7__. Acórdão 1630/20 do Tribunal Pleno (peça 236).

PROCESSO Nº:-152750/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO
INTERESSADO:-LIDIA MATIKO MAEJIMA, LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 1666/25 - TRIBUNAL PLENO
Prestação de contas de Presidente do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário. Contas regulares.
1. RELATÓRIO
Versa o presente expediente acerca da prestação de contas do Sr. Luiz Fernando Tomasi Keppen como Presidente do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário no exercício de 2024.
O Relatório de Fiscalização da 7.ª Inspetoria de Controle Externo (Peça 35) indica a não constatação de impropriedades.
Em primeira análise, a Coordenadoria de Gestão Estadual (Instrução 288/25 – Peça 36) opinou pela regularidade das contas.
O Ministério Público de Contas (Parecer 475/25-7PC – Peça 37) acolheu integralmente o posicionamento da Unidade Técnica.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Considerando os documentos acostados aos autos e os pertinentes dispositivos legais, endosso o entendimento esposado pela Coordenadoria de Gestão Estadual, bem como pelo Parquet, e voto no sentido de que deve o Tribunal de Contas do Estado do Paraná:
- julgar regulares as contas do Sr. Luiz Fernando Tomasi Keppen como Presidente do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, no exercício de 2024, com base no disposto no art. 16, I, da LC/PR 113/05;
- determinar o encerramento do Processo, após o trânsito em julgado da decisão.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:
I - Julgar REGULARES as contas do Sr. Luiz Fernando Tomasi Keppen como Presidente do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, no exercício de 2024, com base no disposto no art. 16, I, da LC/PR 113/05;
II - determinar o encerramento do processo, após o trânsito em julgado da decisão.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-343935/24
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
INTERESSADO:-GERSON DENILSON COLODEL, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, ENSINO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE - IDEAS - ARAUCÁRIA, JOAO GUSTAVO KEPES NORONHA, MARCELO CZAIKOWSKI, MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, VIVA RIO
ADVOGADO / PROCURADOR-DOUGLAS ANDERSON DAL MONTE, ELIZA MARIA DA SILVA, FABIO KUNZ DA SILVEIRA, HELIO DE MELO MOSIMANN, ITALO AUGUSTO MOSIMANN, LIO VICENTE BOCORNY, LUANA REGINA DEBATIN TOMASI, LUCAS INACIO DA SILVA, OSWALDO JOSE PEDREIRA HORN, RAFAEL DE ASSIS HORN, RODRIGO DE ASSIS HORN, VANESSA BUSSOLO BRAND
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1667/25 - TRIBUNAL PLENO
Denúncia. Município de Almirante Tamandaré. Chamamento Público para celebração de contrato de gestão com organização social visando à gestão da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas. Avaliação da experiência anterior em gerência de unidades. Interpretação restritiva do edital. Princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da competitividade, da vantajosidade e da razoabilidade. Art. 10, inciso III, da Lei Municipal nº 2.267/2021. Anulação do certame a partir da fase de julgamento e classificação das propostas. Pareceres uniformes. Procedência com determinação.
1. RELATÓRIO
Trata-se de Denúncia proposta pelo Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde (IDEAS), mediante a qual noticia supostas irregularidades no Edital de Chamamento Público nº 14/2023, do Município de Almirante Tamandaré, que tem por objetivo identificar organizações sociais, com comprovada experiência na área da saúde, para celebrar contrato de gestão, pelo período de 12 (doze) meses, visando à gestão da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas.
Consta do edital, juntado à peça 5, que, para a execução do objeto da parceria, a Administração disponibilizará recursos financeiros no montante de R$ 25.579.371,72.
Aduz o denunciante que, mesmo tendo apresentado, na fase de habilitação técnica, documentação comprobatória da gestão de unidades de saúde com mais de 36 meses, de 12 a 36 meses e por até 12 meses, conforme quesitos do item 13.3 do edital, a Comissão Especial de Seleção deixou de lhe atribuir a respectiva pontuação.
Assevera que, no recurso administrativo interposto, a comissão rejeitou o pedido de majoração da pontuação concernente aos atestados e contratos apresentados, sob o fundamento de que a expressão “unidade de saúde” contida no edital referia-se exclusivamente a “unidade básica de saúde”.
Alega que o edital não previu limitação à gestão de unidade básica de saúde e que não é razoável supor que a experiência técnica devesse ser comprovada tendo por base unidade de saúde de porte menor do que o objeto do certame, voltado à gestão de Unidade de Pronto Atendimento 24 horas.
Sustenta ter apresentado todos os atestados de capacidade técnica exigidos para cada item de pontuação estabelecido no edital, inexistindo qualquer margem de discricionariedade por parte da Administração Pública.
Aponta, ademais, que houve quebra da isonomia entre as concorrentes, pois, assim como o denunciante, a entidade Viva Rio, classificada em primeiro lugar, apresentou comprovação de experiência apenas em hospitais, e não em unidades básicas de saúde, além do que lhe foi atribuída pontuação integral (5 pontos) por apenas uma comprovação, quando o edital previa 2,5 pontos por experiência.
Destaca que o fundamento posteriormente invocado apenas em face do denunciante foi determinante para a classificação final, haja vista a ínfima divergência de nota técnica (0,75 ponto) entre o primeiro e o segundo colocados.
O feito foi distribuído à Conselheira Substituta Muryel Hey[1].
Por meio do Despacho nº 64/24-GCSMH[2], foi determinada a intimação do Município de Almirante Tamandaré e do prefeito em exercício, Senhor Gerson Colodel, para manifestação preliminar.
Em atenção ao solicitado, o município, por seu representante legal, Senhor Gerson Denilson Colodel, apresentou defesa prévia e documentação às peças 86-88.
Nos termos do Despacho nº 65/24-GCSMH[3], a denúncia foi recebida.
O município e o prefeito à época prefeito, Senhor Gerson Denilson Colodel, apresentaram defesa conjunta às peças 104-105. A Organização Viva Rio, vencedora do chamamento público, manifestou-se às peças 106-109. Já para os Senhores Marcelo Czaikowski, presidente da Comissão Especial de Seleção, e João Gustavo Kepes de Noronha, Secretário Municipal de Saúde, foi certificado o decurso de prazo[4].
A Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) emitiu a Instrução nº 5673/24[5], na qual opinou pela extinção da presente denúncia sem julgamento de mérito ou, subsidiariamente, pelo seu sobrestamento até a resolução do Mandado de Segurança nº 0003630-34.2024.8.16.0024, impetrado pelo ora denunciante e que tem por objeto as mesmas questões trazidas nestes autos.
O Ministério Público de Contas, em seu Parecer nº 857/24-1PC[6], manifestou-se, primeiramente, pelo sobrestamento dos autos até o julgamento do referido mandado de segurança e, subsidiariamente, pela extinção do feito sem apreciação de mérito.
A então relatora apresentou voto pelo encerramento do feito, sem apreciação do mérito. Entendi, contudo, que o processo deveria ter seguimento, a fim de ser julgado o mérito da denúncia, com o retorno dos autos à unidade técnica para instrução conclusiva, motivo pelo qual apresentei voto divergente, o qual se sagrou vencedor[7], nos termos do Acórdão nº 4579/24-STP[8].
O processo me foi redistribuído[9].
Na Instrução nº 729/25-CGM[10], a unidade técnica pronunciou-se pela procedência da denúncia, com a expedição de determinação ao município para que “anule o Contrato de Gestão n.º 01/2024 celebrado com a entidade VIVA RIO, em razão dos vícios insanáveis apontados, e, caso opte pela manutenção do procedimento licitatório, que retorne o Chamamento Público à fase de julgamento e classificação das propostas, a fim de considerar para a pontuação do item 13.3 do edital a experiência relativa aos serviços de gerenciamento de ‘unidades de saúde’, incluindo as unidades de atenção secundária e terciária”.
O órgão ministerial, pelo Parecer nº 237/25-1PC[11], manifestou-se pela procedência da denúncia, com a expedição de determinação ao ente municipal para que “proceda à anulação do Contrato celebrado com a entidade VIVA RIO, retornando o Chamamento Público à fase de classificação das propostas, para fins de considerar para a pontuação do item 13.3 do edital a experiência relativa aos serviços de gerenciamento de ‘unidades de saúde’, incluindo as unidades de atenção secundária e terciária”.
É o relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Acompanho as manifestações uniformes da CGM e do órgão ministerial pela procedência da denúncia com expedição de determinação.
O denunciante insurge-se contra a pontuação lhe conferida pela Comissão Especial de Seleção na fase de habilitação técnica em relação aos três primeiros quesitos relativos à experiência anterior em gerência de unidades, constantes do item 13.3 do edital[12]:

EXPERIÊNCIA ANTERIOR EM GERÊNCIA DE UNIDADES	Comprovação de gestão de unidades de saúde com mais de 36 meses (p/ cada Comprovação vale 2,5 pontos reconhecidos à apresentação de até duas experiências).	**5 pontos**	**25 pontos**
	Comprovação de gestão de unidades de saúde de 12 a 36 meses (p/cada Comprovação vale 1,0 ponto reconhecidos à apresentação de até três experiências).	**3 pontos**	
	Comprovação de gestão de unidades de saúde com até 12 meses (p/cada Comprovação vale 0,5 ponto reconhecidos à apresentação de até quatro experiências).	**2 pontos**	
	Comprovação de gestão de UPA´S (p/cada Comprovação vale 5,0 pontos reconhecidos à apresentação de até três experiências).	**15 pontos**	

De acordo com a petição inicial, mesmo o demandante tendo apresentado documentação comprobatória de sua experiência na gestão de unidades de saúde para os três períodos indicados (mais de 36 meses, de 12 a 36 meses e até 12 meses), a comissão não computou qualquer ponto nesses tópicos.
A apuração da pontuação em relação a esses itens, extraída da ata de julgamento, foi reproduzida pelo ora denunciante em sua peça de recurso administrativo[13]:

Em resposta ao referido recurso, a C

EXPERIÊNCIA ANTERIOR EM GERÊNCIA DE UNIDADES	Comprovação de gestão de unidades de saúde com mais de 36 meses (p/ cada Comprovação vale 2,5 pontos reconhecidos à apresentação de até duas experiências).	5 pontos	0	Não apresentou comprovação
	Comprovação de gestão de unidades de saúde de 12 a 36 meses (p/cada Comprovação vale 1,0 ponto reconhecidos à apresentação de até três experiências).	3 pontos	0	Não apresentou comprovação
	Comprovação de gestão de unidades de saúde com até 12 meses (p/cada Comprovação vale 0,5 ponto reconhecidos à apresentação de até quatro experiências).	2 pontos	0	Não apresentou comprovação
	Comprovação de gestão de UPA'S (p/cada Comprovação vale 5,0 pontos reconhecidos à apresentação de até três experiências).	15 pontos	15	Apresentou três comprovações.

omissão Especial de Licitação manteve inalterada sua análise, esclarecendo que "o termo unidade de saúde, conforme definido especificamente para os propósitos de pontuação deste chamamento público, refere-se exclusivamente a unidade básica de saúde" (grifo no original)[14]:

A) Experiência Anterior em Gerência de Unidades de Saúde:

O IDEAS apresentou argumentos e documentações visando comprovar experiência prévia em gerência de unidades de saúde em diversos períodos. Entretanto, após cuidadosa análise e interpretação dos critérios estabelecidos pelo edital, a comissão esclarece que o termo **unidade de saúde**, conforme definido especificamente para os propósitos de pontuação deste chamamento público, refere-se exclusivamente a **unidade básica de saúde**.

- **Mais de 36 meses:** A documentação apresentada pelo IDEAS, embora comprove experiências na gestão de unidades de saúde, não se alinha estritamente à definição adotada de unidade básica de saúde. Portanto, a comissão decide manter a pontuação originalmente atribuída, não reconhecendo essas experiências para a atribuição integral dos pontos.
- **De 12 a 36 meses e Até 12 meses:** Similarmente, as experiências documentadas nos intervalos de 12 a 36 meses e até 12 meses, embora valiosas, não se enquadram na definição específica de unidade básica de saúde. Consequentemente, a pontuação para estes critérios permanece inalterada, conforme a avaliação inicial.

No contraditório, o município aduziu que houve a perda do interesse processual do denunciante, pois o chamamento público já foi homologado e o contrato, assinado em 17/04/2024.
Sobre o mérito, alegou ser impossível a revisão da pontuação, pois tudo foi devidamente justificado e fundamentado pela comissão.
Sustentou que o ente municipal buscava a contratação de organização social com maior expertise na área de saúde básica, e não de hospitais, e que os atestados de capacidade técnica não estão de acordo com o que foi previsto no edital.
Argumentou que a unidade de saúde, para o caso, é unidade básica de saúde com atendimento de 24 horas e que o hospital não se enquadra nesse conceito para os fins do edital, explicitando que:
"A definição de 'unidade de saúde' como 'unidade básica de saúde' foi adotada para alinhar com os objetivos do chamamento e as políticas de saúde pública que enfatizam a atenção primária. Essa escolha assegura que as experiências consideradas são diretamente relevantes para as demandas e os serviços que a nova unidade administrada precisará entregar."
Ressaltou que a Viva Rio apresentou atestados de capacidade técnica relativos a ações e serviços de saúde no âmbito da Estratégia de Saúde da Família, que são comparáveis em gestão e operacionalização às unidades básicas de saúde.
Asseverou que não houve qualquer direcionamento por parte da comissão e que o processo "foi conduzido com total transparência, garantindo que todas as avaliações estivessem estritamente alinhadas aos critérios pré-definidos no edital".
A Organização Viva Rio destacou, inicialmente, que figura como mera interessada, sem qualquer ingerência sobre a avaliação das propostas.
Afirmou que comprovou a gestão de ações e serviços destinados à Estratégia de Saúde da Família, que consiste em um programa para reorganização da atenção básica, não se confundindo com gestão de hospitais.
Alegou que inexistiu tratamento não isonômico no julgamento das propostas, visto que, mesmo tendo comprovado a gestão de vários hospitais e UPAs por período superior a 36 meses, foi considerada pela comissão apenas uma comprovação para gestão de unidade básica de saúde.
Sustentou que a unidade de saúde nos itens de pontuação menor referia-se às unidades básicas de saúde, de menor complexidade, cuja gestão foi devidamente comprovada pela Viva Rio, e não pelo denunciante.
Aduziu, ainda, que qualquer alegação de violação ou divergência na interpretação dos critérios deveria ter sido formalizada dentro do prazo estabelecido para impugnações e recursos.
Pois bem.
Quanto à aventada perda do interesse processual do denunciante, tenho que a homologação do chamamento público e a assinatura do contrato não importam na limitação do exame de legalidade da fase de julgamento e classificação das propostas.
O interesse de agir decorre da própria dicção do art. 30 da Lei Estadual nº 113/20025, segundo o qual:
"Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações."
Vale destacar que não se deve considerar apenas o interesse do denunciante, mas, principalmente, o interesse público, de modo que cabe o julgamento de mérito da demanda.
E, quanto ao mérito, não restou demonstrada a validade da interpretação restritiva conferida pela Administração Pública, já que em nenhum momento o edital especificou que a acepção de "unidade de saúde" limitar-se-ia ao conceito de "unidade básica de saúde".
Desse modo, o esclarecimento – feito pela Administração tão somente no julgamento do recurso administrativo – sobre a que se referiria a expressão "unidade de saúde" acabou por criar exigência não prevista no edital, redundando em ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, como bem concluiu a unidade técnica:
"(...) o edital pode ser considerado como a lei interna do processo licitatório, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por isso, a Administração não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, a fim de garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes.
Posto isso, se a cláusula editalícia 13.3 não estabeleceu que a comprovação de gestão se limitava às 'unidades básicas de saúde', não pode a Administração, posteriormente, conferir tal interpretação ao instrumento e exigir esse requisito das licitantes.
Ora, a utilização do termo 'unidade de saúde' possibilita a demonstração de experiência de maneira ampla, por englobar diversos estabelecimentos que prestam serviços na área de saúde. Sendo assim, evidente que a imposição de exigência que não consta expressamente no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório."
Em igual sentido, a despeito da independência das instâncias, cabe o registro de que a sentença que julgou o mandado de segurança envolvendo os mesmos fatos objeto dos presentes autos[15] reputou ilegal o ato que deixou de atribuir pontos à impetrante, ora denunciante, entendendo que "a autoridade coatora, ao assim agir, violou o princípio da vinculação ao edital, adotando interpretação restritiva que não encontrava respaldo no instrumento convocatório".
Ademais, dita limitação, ainda que estivesse expressamente prevista no edital, não seria razoável e teria o potencial de implicar prejuízo à competitividade e à vantajosidade da contratação.
Consoante salientou a CGM, de acordo com a Portaria nº 10/2017 do Ministério da Saúde[16], as Unidades de Pronto Atendimento 24 horas são estabelecimentos de saúde de complexidade intermediária.
Tal classificação é, inclusive, reforçada pelo próprio Termo de Referência do certame, que assim dispôs[17]:
"7.1 A Unidade de Pronto Atendimento 24 horas presta serviços de saúde de complexidade intermediaria entre as Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família e a rede hospitalar, compondo com esta a organização de atenção as Urgências definidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS."
Nesse norte, sendo o objeto da contratação a gestão de Unidade de Pronto Atendimento, não se mostra plausível restringir a comprovação de experiência apenas em gestão de unidades básicas de saúde, de menor complexidade, deixando de admitir a comprovação de experiência em gestão de serviços de saúde de maior complexidade.
Conforme frisou a Coordenadoria:
"(...) a exigência de atestados de capacidade técnica profissional deve ser realizada para comprovar que a licitante está apta a executar o serviço licitado, afastando as empresas desqualificadas do certame. Assim, se os atestados apresentados pela Denunciante são capazes de demonstrar sua capacidade para gerenciamento de unidade de saúde de complexidade intermediária, compatível com o serviço contratado, não se verifica plausibilidade na justificativa para sua recusa."
Além da afronta aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da competitividade, da vantajosidade e da razoabilidade, constata-se que o município também deixou de observar regramento expresso da Lei Municipal nº 2.267/2021[18]:
"Art. 10. O Chamamento Público será conduzido por uma Comissão Especial de Seleção - CES, instituída no âmbito da Secretaria Competente, composta por 03 (três) membros, sendo um deles designado como seu presidente, e a ela competirá, conforme previsto no Edital:
(...)
III - Julgar e classificar as propostas, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no Edital;"
Conclui-se, dessa feita, que, a partir da fase de julgamento e classificação das propostas, o chamamento público encontra-se eivado de vício.
A respeito da anulação do ato, na linha da instrução da CGM, devem ser sopesadas as consequências da decisão e o interesse público envolvido, observando-se o disposto nos artigos 20 e 21 da LINDB[19] e, também, no art. 147 da Lei de Licitações[20].
Na hipótese, verifica-se que o chamamento público havia sido suspenso por força de decisão judicial proferida em 17/04/2024 no Mandado de Segurança nº 0003432-94.2024.8.16.0024[21], da 1ª Vara da Fazenda Pública de Almirante Tamandaré.
Na decisão datada de 25/04/2024[22], que havia estendido os efeitos da tutela de urgência para determinar, também, a suspensão dos efeitos do contrato firmado com a primeira colocada, Organização Viva Rio, o Juízo levou em conta a ausência de perigo da demora reverso, haja vista a prorrogação do termo de parceria então vigente. Confira-se:
"2. Defiro o pedido de mov. 39.1, visto que, à luz da documentação acostada no mov. 38.2, restou evidenciado que a vencedora da concorrência descrita na inicial não assumiu a gestão da unidade de Pronto Atendimento. Observa-se, ainda, que o Termo de Parceria então vigente em favor da Impetrante, foi prorrogado por mais 90 dias (mov. 39.2/42.2).
3. Com base no item precedente, ausente perigo da demora reverso, nos termos do art. 296, do CPC, estendo os efeitos da tutela de urgência concedida no mov. 14.1 para o fim de determinar a suspensão dos efeitos do Contrato de Gestão nº. 1/24 acostado no mov. 37.2/38.2, até ulterior deliberação deste juízo."
Em consulta ao Projudi[23], verifica-se que, por sentença datada de 09/05/2025 (ainda não transitada em julgado), foi denegada a segurança no referido mandamus, com a revogação das liminares de suspensão do chamamento público e do contrato. Determinou o Juízo, contudo, que a cessação da prorrogação de vigência do contrato anterior deverá ocorrer somente após a celebração de novo contrato de gestão.
Isso porque a sentença julgou em conjunto, também, o Mandado de Segurança nº 0003630-24.2024.8.16.0024, impetrado pelo IDEAS, ora denunciante, e envolvendo os mesmos fatos objeto dos presentes autos.

Nesse segundo mandamus, a segurança foi parcialmente concedida, determinando-se à autoridade coatora que proceda à reclassificação das entidades participantes, vedada a execução do Contrato de Gestão nº 1/2024, firmado com a Organização Viva Rio.
Para melhor elucidação, confira-se o dispositivo da sentença:
"3. DISPOSITIVO
3.1. Autos n. 0003432-94.2024.8.16.0024
Ante o exposto, julgo o feito extinto com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, para DENEGAR A SEGURANÇA postulada na inicial, ficando revogadas as determinações liminares de suspensão do chamamento público e do Contrato de Gestão n. 01/2024 e de continuidade da execução dos serviços pelo INVISA mediante a prorrogação do Termo de Parceria n. 04/2018 (movs. 14.1, 34.1, 44.1, 48.1, 105.1 e 129.1).
A fim de se garantir a segurança jurídica e a continuidade dos serviços de saúde em prol do Município, a cessação da prestação dos serviços pelo Impetrante INVISA por força da prorrogação do Termos de Parceria n. 04/2018 deverá ocorrer com a celebração do novo contrato de gestão, após a reclassificação determinada no Mandado de Segurança n. 0003630-34.2024.8.16.0024.
(...)
3.2. Autos n. 0003630-34.2024.8.16.0024
Com base nas razões apresentadas e com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo o feito extinto com resolução do mérito para CONCEDER PARCIALMENTE A SEGURANÇA a fim de determinar à autoridade coatora que acrescente 10 pontos referente ao item 13.3.1 do edital em questão em favor do Impetrante IDEAS[24] no âmbito do Chamamento Público n. 14/23, com a consequente reclassificação das entidades participantes do certame e promoção dos demais atos posteriores voltados à sua conclusão, ficando anulada, por consequência, a classificação anteriormente realizada e os atos administrativos do chamamento público que se sucederam a ela.
Ainda, concedo a liminar pleiteada na inicial para determinar ao Município que retome a realização do certame, no prazo de 10 dias, procedendo ao acréscimo dos pontos aqui reconhecidos em favor do Impetrante e à reclassificação das entidades participantes do certame, ficando vedada a execução do contrato inicialmente firmado com a VIVA RIOS (Contrato de Gestão n. 01/2024) a partir da classificação aqui anulada, sob pena de multa de R$ 100.000,00 em caso de descumprimento." (grifos no original)
Considerando que, em conformidade com as decisões judiciais proferidas, a contratada não chegou a assumir a gestão da UPA e a vigência do termo de parceria anterior deverá ser prorrogada até a celebração de novo contrato de gestão, a anulação não possui o condão de causar prejuízo ao interesse público, mas, pelo contrário, o privilegia, ao assegurar a vantajosidade da contratação almejada.
Assim, com fundamento na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)[25], cabe determinar ao município que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à anulação do chamamento público a partir da fase de julgamento e classificação das propostas e, caso retome o andamento do certame, que se abstenha de interpretar restritivamente a expressão "unidades de saúde", contida no item 13.3 do edital, para avaliação da comprovação de experiência das entidades concorrentes.
Em face do exposto, acompanhando as manifestações uniformes da unidade técnica e do órgão ministerial, VOTO pelo conhecimento e pela procedência da denúncia, para o fim de determinar ao Município de Almirante Tamandaré que, no prazo de 30 (dias), proceda à anulação do Chamamento Público nº 14/2023, a partir da fase de julgamento e classificação das propostas, e, caso retome o andamento do certame, que se abstenha de interpretar restritivamente a expressão "unidades de saúde", contida no item 13.3 do edital, para avaliação da comprovação de experiência das entidades concorrentes.
Com o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para registros e acompanhamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I – CONHECER, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade e no mérito, julgar, acompanhando as manifestações uniformes da unidade técnica e do órgão ministerial, PROCEDENTE a denúncia, para o fim de determinar ao Município de Almirante Tamandaré que, no prazo de 30 (dias), proceda à anulação do Chamamento Público nº 14/2023, a partir da fase de julgamento e classificação das propostas, e, caso retome o andamento do certame, que se abstenha de interpretar restritivamente a expressão "unidades de saúde", contida no item 13.3 do edital, para avaliação da comprovação de experiência das entidades concorrentes;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para registros e acompanhamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. *Peça 83.*
2. *Peça 84.*
3. *Peça 90.*
4. *Peça 110.*
5. *Peça 111.*
6. *Peça 112.*
7. *"Votaram, acompanhando a Relatora, Conselheira Substituta Muryel Hey (vencida), pelo encerramento da Denúncia, sem apreciação do mérito, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e IVENS ZSCHOERPER LINHARES.*
Votaram, acompanhando a divergência do Conselheiro IVAN LELIS BONILHA (vencedor), os Conselheiros FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI."
8. *Peça 114.*
9. *Peça 115.*
10. *Peça 119.*
11. *Peça 120.*
12. *P. 15 da peça 5.*
13. *P. 5 da peça 51.*
14. *P. 2 da peça 56.*
15. *Mandado de Segurança nº 0003630-24.2024.8.16.0024, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Almirante Tamandaré, impetrado pelo IDEAS, ora denunciante. Sentença datada de 09/05/2025, ainda não transitada em julgado, conforme consulta ao Projudi (https://consulta.tjpr.jus.br/projudi_consulta/).*
16. *"Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:*
I - UPA 24h: estabelecimento de saúde de complexidade intermediária, articulado com a Atenção Básica, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, a Atenção Domiciliar e a Atenção Hospitalar, a fim de possibilitar o melhor funcionamento da RAU;"
17. *P. 41 da peça 5.*
18. *Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações Sociais no âmbito do Município de Almirante Tamandaré, institui a figura do Contrato de Gestão e normatiza disposições correlatas.*
19. *"Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.*
Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.
Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.
Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos."
20. *"Art. 147. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:*
I - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
II - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
III - motivação social e ambiental do contrato;
IV - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
V - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
VI - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
VII - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
VIII - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
IX - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
X - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
XI - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.
Parágrafo único. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis."
21. *Impetrado pelo Instituto Vida e Saúde (INVISA). O relatório da decisão judicial expõe o objeto do mandado de segurança:*
"Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Instituto Vida e Saúde - INVISA em face do Presidente da Comissão Especial de Chamamento Público do Município de Almirante Tamandaré. Expõe o Impetrante, em síntese, que o Município deu início ao Chamamento Público nº. 14/23, visando identificar Organizações Sociais para gerir unidade de pronto atendimento. O edital estipula valor máximo de R$ 25.579.371,72.
Dentre os serviços a serem prestados, o Mapa de Custos e Formação de Preços previa teto de R$ 497.835,00 para a prestação de 4.500 horas mensais de serviços médicos hospitalares.
Formulados pedidos de esclarecimentos, a Municipalidade informou que o limite de 4.500 horas mensais era um teto máximo a ser observado e que não era possível ultrapassar o total geral previsto cada serviço no Mapa de Custos.
Elaboradas as propostas, afirma que foi surpreendida pelo fato de que as duas primeiras colocadas excederam o limite estabelecido para os serviços médicos.
Interposto recurso administrativo em face da decisão, a Municipalidade reconheceu o excesso, porém, manteve a classificação das entidades.
Por tais razões, requereu liminarmente a suspensão do chamamento público atacado."
22. *Contra tal decisão foi interposto o Agravo de Instrumento nº 0041675-82.2024.8.16.0000, o qual não foi conhecido, pois restou prejudicada a análise do mérito, ante a prolação de sentença pelo Juízo de origem.*
23. *https://consulta.tjpr.jus.br/projudi_consulta/*
24. *Na sentença, havia constado "Impetrante INVISA". O erro material foi sanado em sede de embargos de declaração, mediante decisão disponibilizada no DJEN de 18/06/2025 (https://comunicaapi.pje.jus.br/api/v1/comunicacao/Qa7Deb9YQoclwa4FDT5Ngey6gMzm2n/certidao).*
25. *"O Tribunal de Contas da União - embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos - tem competência, conforme o art. 71, IX, para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou." (MS 23550. Rel. Min. Marco Aurélio. Rel. p/ Acórdão Min. Sepúlveda Pertence. Tribunal Pleno. J. 04/04/2001. DJ 31/10/2001)*

PROCESSO Nº:-310224/25
ASSUNTO:-PEDIDO DE RESCISÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO:-BACHIR ABBAS, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
ADVOGADO / PROCURADOR-BEATRIZ MARAFON SILVA SPAK
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1669/25 - TRIBUNAL PLENO
Pedido de Rescisão. Representação da Lei de Licitações. Reconhecimento da situação de calamidade pública. Realização de dispensa de licitação para aquisição de cestas básicas em detrimento de ata de registro público em vigência, com o objeto semelhante. Aplicação de multas ao gestor. Possibilidade de imediato enfrentamento de mérito. Conhecimento e improcedência.
1. DO RELATÓRIO
Trata-se de Pedido de Rescisão, com pedido de concessão de medida liminar suspensiva, formulado pelo Senhor Bachir Abbas, ex-Prefeito do Município de União da Vitória, em face do Acórdão nº 4529/24 – STP (processo 191302/24), que julgou procedente a Representação da Lei de Licitações proposta em face da Dispensa de Licitação nº 42/2023, cujo objeto era a "(...) aquisição, parcelada, de Cestas Básicas para distribuição gratuita, destinadas a Munícipes/Famílias em situação de vulnerabilidade social (...)", com imposição de multas, nos seguintes termos:
ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em: Julgar pela PROCEDÊNCIA da presente Representação da Lei de Licitações proposta em face do Município de União da

Vitória, com as seguintes sanções e encaminhamentos: I. aplicação de multa proporcional ao dano, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o prejuízo ao erário, no montante de R$ 46.476,00 (quarenta e seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais), ao Prefeito Municipal e Ordenador da Despesa, Bachir Abbas, e à Secretária Municipal de Administração e requisitante da contratação, Lindamir de Fátima Varela. II. aplicação de multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g", ao Prefeito Municipal e Ordenador da Despesa, Bachir Abbas, e à Secretária Municipal de Administração requisitante da contratação, Lindamir de Fátima Varela, tendo em vista a elaboração de Procedimento de Dispensa de Licitação com Pregão vigente. III. encaminhamento de Ofício ao Ministério Público da Comarca de União da Vitória, para que tome as medidas que entender cabíveis ao caso, em razão da realização de despesas sem lastro de procedimento licitatório.

A decisão acima foi parcialmente anulada pelo Acórdão nº 696/25 – STP, excluindo-se a interessada Lindamir de Fátima Varela, devido à ausência autuação e citação no feito.

O pedido de rescisão fundamenta-se no art. 77, V[1], da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.

Em apertada síntese, o peticionário alegou que a decisão rescindenda teria violado o art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93; os princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV e LV), bem como os princípios da segurança jurídica e da confiança legítima.

Relatou que, em outubro de 2023, uma enchente elevou o Rio Iguaçu a 8,38 metros, alagando cerca de 40% do território do município, danificando 6.665 edificações e desalojando mais de 17.000 pessoas.

Alegou que a dispensa de licitação para aquisição de cestas básicas estaria respaldada pela Portaria nº 744/2023 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, pelo art. 24, IV, da Lei 8.666/1993 e em precedentes do Tribunal de Contas da União.

Argumentou que os recursos utilizados na contratação estavam vinculados à finalidade emergencial.

Acrescentou que a responsabilização automática, sem a efetiva demonstração de dolo ou culpa grave, viola o princípio da razoabilidade, desencorajando gestores a adotar providências urgentes, por receio de futuras sanções.

Subsidiariamente, pugnou pelo reconhecimento da incidência do princípio da proteção da confiança legítima do gestor público, alegando que sua conduta estaria baseada em pareceres técnicos e jurídicos válidos, adotando medidas excepcionais em consonância com o ordenamento jurídico e com os instrumentos normativos federais.

Alegou também que a decisão rescindenda foi proferida sem que o Município de União da Vitória fosse formalmente intimado para exercer plenamente seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

Por fim, pleiteou pela concessão de tutela de urgência, afirmando que que o fumus boni juris e o periculum in mora estariam caracterizados diante da legalidade da contratação emergencial, da ausência de dolo ou má-fé, da nulidade insanável por falta de intimação do ente federado e do risco de que sanções administrativas sejam executadas de imediato, gerando efeitos gravíssimos à reputação, à honra e à vida funcional do Requerente.

O Pedido de Rescisão foi recebido, nos termos do Despacho 718/25 (peça 35), com determinação de remessa dos autos à Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM e ao Ministério Público de Contas – MPC, para que se manifestassem sobre o pedido liminar, em conformidade com o disposto no art. 495-A, § 3º[2], do Regimento Interno.

A Coordenadoria de Gestão Municipal-CGM (Instrução 1467/25-CGM, peça 37) manifestou-se preliminarmente pelo não conhecimento do pedido de rescisão e, sucessivamente, pelo indeferimento da liminar pleiteada e, no mérito, pela improcedência do pedido.

O Ministério Público de Contas (Parecer 431/25-5PC, peça 38) opinou pelo indeferimento da liminar e, no mérito, pela improcedência do pedido de rescisão.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, presentes os pressupostos de admissibilidade, ratifico o recebimento do Pedido de Rescisão.

Diante das manifestações de mérito da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, resta superada a análise da liminar, encontrando-se o feito em condições de julgamento antecipado, nos termos do § 9º do art. 495-A do Regimento Interno[3].

Posto isso, o pedido deve ser julgado improcedente.

Sobre a alegação de regularidade da contratação, denota-se, da análise dos autos do processo 191302/24, que a decisão rescindenda não desconsiderou a situação de calamidade pública pela qual passava o município, que justificaria a aquisição de cestas básicas por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

No caso em exame, a realização de dispensa de licitação foi considerada irregular pelo fato de já existir uma ata de registro de preços vigente, proveniente do Pregão Eletrônico nº 66/2023, com objeto equivalente e preço inferior ao da dispensa, que teve o contrato formalizado em 30/10/2023.

Por este aspecto, como bem observou a CGM, mencionando a jurisprudência trazida aos autos pelo requerente (TCU - Acórdão nº 1130/2019 – Primeira Câmara), mesmo em se tratando de situação emergencial, caberia ao requerente demonstrar a impossibilidade de se utilizar da ata de registro de preços vigente.

Conforme apontado pela unidade técnica, entre a data de reconhecimento do estado de calamidade pública, pelo Decreto nº 451 de 18/10/2023 e da aquisição das cestas básicas por dispensa de licitação, em 16/11/2023, transcorreram 29 dias. Assim, caso a Administração tivesse acionado a ata de registro de preços, que havia sido formalizada em 30/10/2023, mesmo que se considere o prazo máximo de 10 dias úteis de entrega previsto no edital do pregão, as cestas estariam disponíveis na data em que se realizou a dispensa de licitação.

Sobre a alegada ausência de dolo ou má-fé, conforme se concluiu na instrução, a omissão do gestor em utilizar a ata de registro de preços vigente, com saldo capaz de atender de imediato 80% da demanda, configurou erro grosseiro, nos termos do art. 28[4] da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). E, de acordo com o art. 12, §1º, do Decreto nº 9.830/2019, que regulamenta a aplicação da LINDB na Administração Federal, erro grosseiro é o "manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia".

Sobre a alegação de que a conduta do gestor estaria respaldada em pareceres técnicos e jurídicos válidos, denota-se, do processo de dispensa de licitação[5], que a ata de registro de preços vigente e com objeto semelhante não foi submetida à análise do parecerista, que se limitou a se manifestar sobre a legalidade do procedimento de dispensa em face do estado de calamidade pública.

Nesse contexto, entende-se que os princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, aplicáveis a terceiros que, em tese, não teriam conhecimento da existência da ata de registro de preços, não poderão ser invocados pelo gestor público, que havia firmado o contrato havia pouco mais de duas semanas, para se eximir da responsabilidade.

Sobre a alegada ausência de citação do Município de União da Vitória, denota-se, da análise do processo 191302/24, que o município apresentou o contraditório logo após a disponibilização do Despacho 415/24-GCFSC[6], antes de receber a notificação por via postal, conforme Informação 2077/24-DP[7]. Por este aspecto, o art. 381, I, §1º, "a", do Regimento Interno[8] estabelece que o comparecimento nos autos supre a citação e convalida eventual vício de comunicação.

Desse modo, corroboro o entendimento da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas pela improcedência do pedido, eis que as alegações apresentadas não foram suficientes para alterar o entendimento firmado na decisão rescindenda ou invalidar o processo.

3. DO VOTO

Diante do exposto, VOTO pelo conhecimento do Pedido de Rescisão e, no mérito, pela sua improcedência, mantendo-se a decisão consubstanciada no Acórdão nº 4529/24 – STP, parcialmente alterado pelo Acórdão nº 696/25 – STP.

Após o trânsito em julgado, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo, para reprodução nos autos 191302/24 desta decisão e da respectiva certidão de trânsito em julgado, nos termos do art. 496-A, §1º[9], do Regimento Interno, com posterior encerramento do processo e arquivamento dos autos naquela unidade.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:

I – CONHECER, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, e no mérito julgar IMPROCEDENTE o Pedido de Rescisão, mantendo-se a decisão consubstanciada no Acórdão nº 4529/24 – STP, parcialmente alterado pelo Acórdão nº 696/25 – STP;

II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa à Diretoria de Protocolo, para reprodução nos autos 191302/24 desta decisão e da respectiva certidão de trânsito em julgado, nos termos do art. 496-A, §1º[10], do Regimento Interno, com posterior encerramento do processo e arquivamento dos autos naquela unidade.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 77. À parte, ao terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é atribuída legitimidade para propor, sem efeito suspensivo, o Pedido de Rescisão de decisão definitiva, desde que: (...) V – violar literal disposição de lei.

2. Art. 495-A. O Relator poderá conceder medida liminar suspensiva da decisão rescindenda, que somente surtirá efeito após a aprovação do Tribunal Pleno, com voto favorável de no mínimo 03 (três) conselheiros, vedadas as medidas que esgotem, no todo ou em parte, o objeto do processo, desde que suficientemente demonstrado: (...) § 3º Não será admitida a concessão de liminar sem a prévia instrução da unidade técnica competente, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, e a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal, no mesmo prazo.

3. Art. 495-A. O Relator poderá conceder medida liminar suspensiva da decisão rescindenda, que somente surtirá efeito após a aprovação do Tribunal Pleno, com voto favorável de no mínimo 03 (três) conselheiros, vedadas as medidas que esgotem, no todo ou em parte, o objeto do processo, desde que suficientemente demonstrado: (Incluído pela Resolução n° 24/2010) (...) § 9º Será incluído em pauta o feito que se encontre em condições de julgamento antecipado, após observado o § 3º. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)

4. Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

5. peça 7 dos autos de Representação da Lei de Licitações.

6. Peça 17 do processo 191302/24

7. Peça 21 do processo 191302/24

8. Art. 381. As citações e intimações serão realizadas por uma das seguintes modalidades, conforme o caso: (Redação dada pela Resolução nº 40/2013) I - quando do comparecimento espontâneo da parte; § 1º As citações e intimações consideram-se perfeitas: (Redação dada pela Resolução nº 40/2013) a) pelo comparecimento espontâneo da parte, quando for dada ciência dos termos do despacho e da decisão, certificando-se nos autos, qualificando-se e colhendo-se a assinatura da parte;

9. Art. 496-A. Os autos de Pedido de Rescisão, ainda em meio físico, julgado integral ou parcialmente procedente, com decisão transitada em julgado, serão anexados ao processo de origem, para efeitos de registro e execução da decisão, com observância das seguintes regras: [...] § 1º Nos demais casos de não recebimento, não conhecimento e improcedência do pedido, será reproduzida a decisão e a respectiva certidão de trânsito em julgado e juntadas ao processo de origem quando este estiver em trâmite no Tribunal, devolvendo-se, após, o Pedido de Rescisão ao requerente.

***10**. Art. 496-A. Os autos de Pedido de Rescisão, ainda em meio físico, julgado integral ou parcialmente procedente, com decisão transitada em julgado, serão anexados ao processo de origem, para efeitos de registro e execução da decisão, com observância das seguintes regras: [...] § 1º Nos demais casos de não recebimento, não conhecimento e improcedência do pedido, será reproduzida a decisão e a respectiva certidão de trânsito em julgado e juntadas ao processo de origem quando este estiver em trâmite no Tribunal, devolvendo-se, após, o Pedido de Rescisão ao requerente.*

PROCESSO Nº:-685774/11
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE MARIPÁ
INTERESSADO:-ALTAIR JOÃO PANDINI, CÂMARA MUNICIPAL DE MARIPÁ, EUCLIDES JOSE KREUTZ, ILARIO KRUGER, JACIRA QUIRINO ALVES, JOÃO ZOZ, NORMELIO SCHNEIDER, ORLANDO BINSFELD, VERÔNICA HARTMANN
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1670/25 - TRIBUNAL PLENO

Representação. Supostas irregularidades na concessão de diárias, acúmulos de cargos e desvios de recursos. Fatos ocorridos de 2007 a 2012. Citação realizada em

2017. Prescrição. Encerramento.

1 RELATÓRIO

Trata-se de Representação encaminhada por Jacira Quirino Alves, então Prefeita Municipal de Maripá[1], para noticiar supostas ilegalidades praticadas no âmbito da Câmara de Vereadores daquele Município.

Argumenta a representante que Normélio Schneider, servidor do Legislativo Municipal, acumula desde 2007 o exercício dos cargos de Diretor Executivo, de Contador/Técnico Contábil e de Controlador Interno.

Sustenta que o fato implica irregularidade não apenas pela sobreposição das remunerações relativas aos três cargos, mas também pela monopolização, pelo servidor, de toda a administração e controle das finanças da Câmara Municipal, o que impossibilita a adequada fiscalização de seus atos.

Além disso, a requerente aduz que, inobstante o servidor ocupe três cargos públicos e receba gratificação por dedicação exclusiva, não está submetido ao controle de ponto, ao contrário dos demais servidores, e "ausenta-se constantemente por 04 dias ou mais de suas funções para ministrar cursos por meio de sua empresa NS Treinamentos" (peça 02, fl. 02), possivelmente com ciência do ex-Presidente da Câmara, Altair João Pandini.

Alega que o mesmo servidor, desde 2007 – e mais incisivamente no período de 2007 a 2010 –, se beneficia abusivamente de diárias e que apresenta substancial aumento no somatório do valor percebido a título de contraprestação pelo trabalho prestado à Administração.

Afirma que, possivelmente, a diminuição na utilização de diárias a partir de 2011 se deu em razão de investigação deflagrada naquele ano pelo Ministério Público Estadual.

Aponta, ainda, um "suposto esquema de desvio de recursos públicos da Câmara Municipal de Maripá à empresa de Cursos NS Treinamentos, de propriedade do senhor Normélio Schneider" (peça 02, fl. 02), a qual, segundo a representante, ministra cursos aos membros e servidores da Câmara de Maripá e de outros municípios.

Aponta, por fim, que, além do Sr. Normélio, um segundo servidor do Legislativo de Maripá, o Assessor Jurídico Everton Bogoni, também exerce atividades particulares de treinamento e consultoria através da aludida empresa e "também estaria envolvido no esquema de cursos da empresa NS Treinamentos" (peça 02, fl. 05).

Juntamente com a inicial, a representante apresenta ata de sessão da Câmara Municipal, relatório de empenhos, relatório de vencimentos e diárias e a divulgação de cursos ministrados pela NS Treinamento e Capacitação em Gestão Pública e por pessoa jurídica que, no aludido material, está identificada como Interativa – Instituto Paranaense de Assessoria Pública Ltda.

Por meio do Despacho n.º 1186/14 (peça 05), determinei, no exercício da função de Corregedor-Geral, a intimação da Câmara Municipal, para que apresentasse manifestação preliminar e documentação necessária ao juízo de admissibilidade do feito. Ainda, determinei a intimação do Ministério Público Estadual para que apresentasse cópia integral dos autos dos processos administrativos e judiciais desencadeados para apuração dos fatos mencionados neste despacho e eventual responsabilização dos envolvidos.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palotina encaminhou cópia integral dos autos de Ação Civil Pública de ressarcimento de dano ao patrimônio público, indisponibilidade de bens e imposição de sanções por atos de improbidade administrativa com pedido liminar n.º 0000152-52.2014.8.06.0126, da Vara Cível de Palotina, instaurada em face de Altair João Pandini, Ilário Kruger e Normélio Schneider.

A Câmara Municipal de Maripá, por sua então gestora Rosângela Barbosa, encaminhou cópia (autos n.º 514091/13 em anexo) dos trabalhos realizados pela Comissão Processante n.º 02/2012, no qual se decidiu pela completa improcedência das alegações em face do Sr. Normélio Schneider (peça 11, fls. 29 e ss. dos autos em anexo).

Pelo Despacho n.º 1611/17 (peça 77), o expediente foi parcialmente recebido para apurar os seguintes fatos: a) acúmulo indevido de cargos pelo Sr. Normélio Schneider desde 2007; b) não cumprimento de jornada de trabalho pelo Sr. Normélio Schneider, o qual não estava submetido a controle de ponto; c) percepção abusiva de diárias pelo Sr. Normélio Schneider, com aumento substancial do valor percebido a título de contraprestação pelo trabalho prestado à Administração; e d) possível desvio de recursos públicos da Câmara Municipal de Maripá à empresa de Cursos NS Treinamentos, de propriedade do senhor Normélio Schneider, a qual ministra cursos aos membros e servidores da Câmara de Maripá e de outros municípios.

Por conseguinte, foram citados a Câmara Municipal de Maripá, na pessoa de seu representante legal, o Sr. Ilário Kruger, a Sra. Verônica Hartmann, o Sr. Orlando Binsfeld João Zoz, o Sr. Altair João Pandini (Presidentes da Câmara Municipal à época dos fatos) e o Sr. Normélio Schneider.

Os esclarecimentos foram prestados às peças 98 e 100.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, no Parecer n.º 164/19 (peça 108), opinou pela procedência da Representação, nos termos abaixo:

Por todo o exposto, ainda que não se tenha conhecimento do deslinde da Ação Civil Pública em trâmite perante a Vara Cível de Palotina, opina-se pela procedência da presente Representação, devendo o servidor Normélio Schneider restituir o erário de todo o montante percebido a título de função gratificada e dedicação plena nos anos de 2007 a 2010, em valor total a ser apurado em momento oportuno, já que neste período o servidor definitivamente não fez jus aos adicional de dedicação plena assim como não exerceu a função gratificada em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

No período de 2011 a Abril de 2012 o servidor também recebeu de forma cumulativa o adicional de dedicação plena e a gratificação de função, mas não há empenhos neste período que ameace o exercício da função em tempo integral e dedicação exclusiva. Não obstante, considerando que o exercício da função gratificada demanda dedicação exclusiva, indevido se faz a percepção cumulativa do adicional de dedicação plena. Assim, em relação ao período de 2011 a Abril de 2012 opina-se pela condenação do servidor a pena de devolução aos cofres públicos do montante percebido a título de Dedicação Plena. Opina-se, ainda, pela condenação dos ex-gestores (Srs. ILARIO KRUGER - 01/01/2007 a 31/12/2008, JOÃO ZOZ - 01/05/2009 a 31/12/2010 e ALTAIR JOÃO PANDINI – 01/01/2011 a 31/12/2012) responsáveis pelos pagamentos indevidos de função gratificada e dedicação plena, a pena de multa com fundamento no artigo 87, IV, "g" da LC113/05.

Deixa-se de opinar pela aplicação de pena de multa aos ex-gestores VERÔNICA HARTMANN (01/01/2009 a 31/03/2009) e ORLANDO BINSFELD (01/04/2009 a 30/04/2009) já que o curto período de tempo do mandato impossibilita a exigência de adoção de medidas efetivas a fim de cessar o pagamento indevido.

Por derradeiro, opina-se pela instauração de Tomada de Contas Extraordinária em face do Município e da Câmara Municipal de Maripá para que se apure a legalidade da contratação nos anos de 2010 a 2015 da empresa "Schneider Treinamento e Capacitação Prof. em Gestão Pública", de propriedade do servidor Normélio Schneider.

O Ministério Público de Contas, por sua vez, sugeriu o sobrestamento do feito, diante da tramitação da Ação Civil Pública protocolada sob o n.º 0000152-52.2014.8.16.0126 acerca dos mesmos fatos, o que foi acolhido pelo Despacho n.º 401/19 (peça 110).

O sobrestamento foi prorrogado mediante os Despachos n.º 1005/20 (peça 117), n.º 1112/21 (peça 124), n.º 71/23 (peça 128) e n.º 2046/24 (peça 133).

Posteriormente, pela Informação n.º 112/25 (peça 137), a Diretoria Jurídica informou que a Apelação interposta pelo Sr. Normélio Schneider foi julgada procedente, nos seguintes termos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. RECEBIMENTO DE VANTAGENS SUPOSTAMENTE INDEVIDAS A TÍTULO DE DIÁRIAS, ADICIONAIS E GRATIFICAÇÕES. ENQUADRAMENTO DA CONDUTA COMO ATO ÍMPROBO TIPIFICADO NO ART. 9, XI, DA LEI Nº 8.429/1992. APLICABILIDADE AO CASO DAS ALTERAÇÕES DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PELO ADVENTO DA LEI Nº 14.230 /2021. VERBAS PAGAS COM BASE EM ATOS NORMATIVOS VIGENTES À ÉPOCA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO EM ENRIQUECER ILICITAMENTE OU DE CAUSAR DANO AO ERÁRIO. INDISPENSABILIDADE DE COMPROVAÇÃO DO DOLO DO AGENTE. SERVIÇO EFETIVAMENTE PRESTADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Diante disso, determinei a remessa dos autos ao Ministério Público de Contas para manifestação, consoante o Despacho n.º 200/25 (peça 138).

Pelo Parecer n.º 219/25 (peça 140), o órgão ministerial opinou pelo regular prosseguimento da Representação, por força do princípio da independência entre as instâncias.

No mérito, sugeriu a procedência da demanda, "com a determinação de ressarcimento de valores e aplicação de multa aos agentes responsáveis, nos exatos termos da Instrução nº 164/19. Com relação à quantificação do dano, caso entenda necessário, sugerimos que seja juntada a cópia integral dos autos 0000152-52.2014.8.16.0126 com a finalidade de utilizar as provas obtidas judicialmente para fins de melhor instrução deste feito, desde que respeitado o princípio do contraditório e ampla defesa".

Ainda, "No que tange à contratação da empresa "Schneider Treinamento e Capacitação Prof. em Gestão Pública", que pertence ao próprio servidor Normélio Schneider, acompanhamos o opinativo técnico para que seja instaurada Tomada de Contas Extraordinária com a finalidade de apuração da legalidade da contratação pela Câmara Municipal de Maripá, considerando os indícios de violação ao art. 9º, III da Lei nº 8.666/93".

Encaminhados os autos à Diretoria Jurídica, a unidade informou o trânsito em julgado da Ação de Improbidade Administrativa n.º 0000152-52.2014.8.16.0126 em 18/03/2025 (Informação n.º 243/25, peça 144).

Em última instrução (n.º 1210/25, peça 145), a Coordenadoria de Gestão Municipal manifestou-se pela procedência parcial da Representação, "para considerar irregular a concessão de vantagem indevida entre abril de 2008 e abril de 2012, ao servidor Normélio Schneider, em decorrência de sua designação para função gratificada de controlador interno, enquanto percebia adicional de gratificação plena, havendo impedimento legal".

Ainda, "no tocante à contratação da empresa "Schneider Treinamento e Capacitação Prof. em Gestão Pública", por entendermos que passados quase 10 anos do término das contratações (anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015) incide a prescrição, opinamos pelo encerramento desta parte do processo, sem julgamento do mérito, em razão do reconhecimento da prescrição e inviabilidade de nova tramitação, dentro do devido processo legal".

Por fim, o Ministério Público de Contas opinou pelo "encerramento da presente Representação, em razão do reconhecimento da prescrição das pretensões ressarcitória e sancionatória, conforme o entendimento fixado no Prejulgado nº 26", nos termos do Parecer n.º 440/25 (peça 146).

É o relatório.

2 FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Compulsando os autos, entendo que assiste razão ao órgão ministerial quanto à ocorrência da prescrição.

Primeiro, cabe destacar que, no âmbito judicial, o Sr. Normélio Schneider foi absolvido de improbidade administrativa, diante da ausência de comprovação de dolo, com o reconhecimento de que o servidor havia prestado os serviços e agido conforme as normas vigentes à época dos fatos.

No presente processo, observo que os fatos ocorreram de 2007 a 2012, especialmente até abril/2012, quando o servidor teria recebido a última vantagem supostamente indevida. Por sua vez, o despacho que ordenou a citação (n.º 1611/17, peça 77) foi publicado em agosto de 2017.

Logo, decorreu mais de 05 (cinco) anos entre a data da cessação dos atos irregulares e a do despacho que ordenou a citação dos representados, razão pela qual deve-se reconhecer a ocorrência de prescrição.

Nesse contexto, considerando a recente evolução da jurisprudência deste Tribunal de Contas sobre a prescrição atingir não apenas as multas, como também a restituição de valores (Prejulgado n.º 26), entendo que deve ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória em relação aos eventuais responsáveis, em conformidade com a manifestação do órgão ministerial.

Diante de todo o exposto, VOTO por encerrar a presente Representação, em razão da prescrição das pretensões ressarcitória e sancionatória

Após o trânsito em julgado, determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:

I - ENCERRAR a presente Representação, em razão da prescrição das pretensões

ressarcitória e sancionatória;
II – determinar, após o trânsito em julgado, o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Prefeita Municipal no período de 01/01/2009 a 03/12/2009 e 14/12/2009 a 27/12/2012.

PROCESSO Nº:-365483/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ, JOSÉ CARLOS DA SILVA MAIA, JOSUÉ BARBOSA DE ANDRADE, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ, STEFAN TOME PAUKA
ADVOGADO / PROCURADOR-ANA CAROLINA DE ANDRADE BORBA, FERNANDO CESAR ROCCO
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1671/25 - TRIBUNAL PLENO
Representação. Município de São João do Caiuá. Repasses do FUNDEB à entidade filantrópica. Ausência de convênio. Subsídio por fontes diversas. Inexistência de direito potestativo aos repasses do FUNDEB. Conhecimento e improcedência.
1. RELATÓRIO
Trata-se de Representação proposta pela Câmara Municipal de São João do Caiuá, mediante a qual relata que, em reunião com a Comissão de Prestação e Tomada de Contas, a qual é presidida pelo vereador Senhor Josué Barbosa de Andrade, dirigentes da APAE e representante do FUNDEB informaram a ausência de repasse de recursos financeiros à entidade entre os anos de 2013 e 2020.
A representação veio acompanhada de cópias de documentos relativos a convênios firmados pelo Município de São João do Caiuá com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.
Consoante Despacho nº 700/24 – GCILB (peça 7), em vista do noticiado e nos termos do art. 175-K, inciso II, e do art. 278, § 1º, do Regimento Interno, os autos foram encaminhados à Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM para que se manifestasse acerca da admissibilidade do feito.
Ato contínuo, a CGM, mediante Instrução nº 2419/24 – CGM (peça 9), ressaltou que os poucos documentos juntados nos autos não comprovam, efetivamente, que houve ou não a transferência de recursos, ou a falta deles, não sendo possível, nesta manifestação inicial da Representada, derrubar de pronto as alegações (mesmo que precárias) da Representante, opinando pela Admissibilidade da Representação.
Conforme Despacho nº 790/24 -GCILB (peça 10), recebi o presente expediente e determinei a citação do Município de São João do Caiuá e do Sr. Stefan Tomé Pauka, oportunizando o contraditório e a ampla defesa.
Considerando as Petições Intermediárias nº 523798/24 e nº 523801/24 (peças 21/26), mediante Despacho nº 1086/24 -GCILB (peça 29), determinei citação do Sr. José Carlos da Silva Maia, ex-prefeito do Município de São João do Caiuá para que, querendo, também apresentasse as suas razões de contraditório.
Os interessados citados apresentaram suas respostas, mediante Recibos de Petição Intermediária nº 544906/24 (peças 30/41) e nº 643220/24 (peças 46/48).
Ato contínuo, a Coordenadoria de Gestão Municipal, consoante Instrução nº 4973/24 – CGM (peça 49), opinou pelo conhecimento e procedência da presente Representação, com aplicação de multa, nos termos do artigo 87, IV, "g", da Lei Complementar nº 113/2005, ao senhor Stefan Tomé Pauka.
O Ministério Público de Contas, conforme Parecer nº 773/24-1PC (peça 51), ratificou integralmente o opinativo da unidade técnica, concluindo pela procedência do feito, com a aplicação da multa sugerida.
Compulsando os autos, constatei, em consulta aos Autos nº 261034/15, mediante Acórdão de Parecer Prévio nº 325/17 - S2C[1], que esta Corte de Contas decidiu pela regularidade das contas na PCA, relativa ao exercício de 2014. Nos referidos autos, a unidade técnica, consoante Instrução nº 1621/17 – COFIM (peça 93), evidenciou a gestão regular dos recursos do FUNDEB.
Ainda, conforme a Lei Orçamentária Anual de 2015 da entidade (peça 35), observei que houve previsão de repasses dos recursos do FUNDEB e que nas PCA, relativas aos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, não houve apontamentos de irregularidades em relação ao FUNDEB.
Ao contrário das manifestações, o Representante anexou à peça 4 diversos comprovantes de repasses, extratos bancários, leis autorizativas e planos de trabalho da entidade.
Dessa forma, determinei o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para complementar a Instrução nº 4973/24 – CGM (peça 49), devendo abordar, de forma fundamentada, os seguintes pontos:
a) considerando os comprovantes de repasses, extratos bancários, leis autorizativas e planos de trabalhos da entidade mencionados na peça 4, os documentos juntados às peças 31-41 e a petição juntada à peça 47, à CGM para reavaliar a informação de que "não vislumbrara as previsões de despesas para os repasses financeiros, nem outra pista qualquer que tivesse o condão de comprovar os citados repasses."
b) considerando os anos mencionados na presente Representação, para fins de eventual responsabilização, a unidade técnica deve manifestar-se acerca do(s) responsável (eis), da (s) conduta (s), do nexo de causalidade e de eventual aplicação de sanção;
c) considerando a suposta ausência de repasse de recursos financeiros à entidade entre os anos de 2013 e 2020, a CGM deve também analisar, havendo proposta de sanção[2], o evento da prescrição, nos termos do Prejulgado nº 26 – TCE/PR, revisado pelo Acórdão nº 1919/23 - TP.
Na sequência, a Coordenadoria de Gestão Municipal, consoante Instrução nº 1375/24 – CGM (peça 54), opina, em última análise, pela improcedência da presente Representação, à consideração de que não constatou irregularidade relativa à ausência de repasses de recursos do Fundeb à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Caiuá.
Por fim, o Ministério Público de Contas, conforme Parecer nº 457/25-1PC (peça 55), retifica o Parecer nº 773/24 – 1PC (peça 51) e se manifesta pela não procedência da presente Representação.
É o relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Compulsando os autos, corroboro as manifestações da unidade técnica e do Ministério Público de Contas pela improcedência desta Representação, por entender inexistente a irregularidade relativa à ausência de repasses de recursos do Fundeb à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município.
Nota-se, na Consulta nº 651437/18, de minha relatoria, que este Tribunal respondeu, mediante o Acórdão nº 2767/19 – Tribunal Pleno, acerca da obrigatoriedade de efetuar o repasse de valores recebidos do FUNDEB à APAE sem convênio, da seguinte forma:
"OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I – Conhecer a presente Consulta, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, para, no mérito, respondê-la nos seguintes termos:
i) o repasse de valores recebidos do FUNDEB a entidades filantrópicas de direito privado sem fins lucrativos exige a formalização prévia de convênio, bem como o cumprimento dos requisitos dispostos na Lei nº 11494/2007;
[...]
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e IVENS ZSCHOERPER LINHARES e o Auditor CLÁUDIO AUGUSTO KANIA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas VALERIA BORBA.
Sala das Sessões, 11 de setembro de 2019 – Sessão nº 32. IVAN LELIS BONILHA Conselheiro Relator. NESTOR BAPTISTA Presidente." (grifo nosso)
Diante disso, conforme a consulta mencionada acima, o repasse de valores recebidos do FUNDEB a entidades filantrópicas de direito privado sem fins lucrativos exige a formalização prévia de convênio, bem como o cumprimento dos requisitos dispostos na Lei nº 11494/2007 (revogada pela Lei nº 14.113/20).
Nota-se que os repasses dos recursos recebidos do FUNDEB somente podem ser realizados mediante o instrumento do convênio, nos termos da Lei nº 14.113/20, vejamos:
"Art. 7º A distribuição de recursos que compõem os Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal e da complementação da União, conforme o art. 5º desta Lei, dar-se-á, na forma do Anexo desta Lei, em função do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, observadas as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno (VAAF, VAAT ou VAAR) entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino e consideradas as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade, bem como o disposto no art. 10 desta Lei.
§ 3º Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos previstos no caput do art. 212-A da Constituição Federal:
[...]
I - em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas:
[...]
d) na educação especial, oferecida, nos termos do § 3º do art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelas instituições com atuação exclusiva nessa modalidade para atendimento educacional especializado no contraturno para estudantes matriculados na rede pública de educação básica e inclusive para atendimento integral a estudantes com deficiência constatada em avaliação biopsicossocial, periodicamente realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, com vistas, sempre que possível, à inclusão do estudante na rede regular de ensino e à garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;
[...]
§ 7º As condições de que tratam os incisos I, II, III, IV e V do § 4º deste artigo, para o cômputo das matrículas das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, deverão ser comprovadas pelas instituições convenentes e conferidas e validadas pelo Poder Executivo do respectivo ente subnacional, em momento anterior à formalização do repasse dos recursos recebidos no âmbito do Fundeb e ao repasse dos recursos recebidos no âmbito do Fundeb para a cobertura das matrículas mantidas pelas referidas instituições. (Incluído pela Lei nº 14.276, de 2021).
Art. 25. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996."
Conforme manifestação da unidade técnica,[3] "a legislação condiciona o repasse dos recursos do Fundo às APAEs à formalização de termos de convênio entre o município e a associação, não havendo qualquer disposição quanto ao montante mínimo a ser repassado, o que atesta a discricionariedade da Administração quanto à efetiva formalização de convênio para transferência dos recursos do Fundeb a essas organizações."
Em relação ao tema, este Tribunal também respondeu à Consulta nº 371148/2, conforme decisão consubstanciada no Acórdão 706/22 - Tribunal Pleno, vejamos:
"ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade:
I. conhecer parcialmente a Consulta formulada pelo Prefeito de Congonhinhas, Sr. José Olegário Ribeiro Lopes, sobre o repasse de verbas do Fundeb, pelo Município, à Associação de Pais e Amigos do Excepcionais – APAE e, no mérito, respondê-la nos seguintes termos: a) No caso acima narrado, é permitido ao Município de Congonhinhas repassar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE 100% (cem por cento) do valor total anual, ou seja, R$ 192.017,60, calculado com base no valor do aluno matriculado, ou é permitido somente o repasse de 30% (trinta)

por cento de tal quantia, por força do art. 26 da Lei Federal nº. 14.113/2020?
Resposta: Nos termos da Lei 14.113/2020, o repasse de recursos do Fundeb feito pelos Municípios às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas deverá ser feito mediante acordo com condições e cláusulas estabelecidas no convênio firmado previamente entre o Poder Executivo e a Entidade. A fração máxima que pode ser destinada por meio do convênio é de 30% (trinta por cento) do Fundeb, quer dizer, após deduzida a parcela mínima de 70% (setenta por cento) destinada ao pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, nos termos do art. 26 da Lei 14.113/2020, a fração residual poderá ser destinada às escolas conveniadas. Tais frações dizem respeito à aplicação dos recursos do Fundeb e não especificamente à aplicação dos recursos pela Entidade. Destaque-se que o montante a ser repassado deve estar previsto no termo do convenio firmado, sendo possível adotar como critério a medida correspondente ao valor anual por aluno (VAAF) estimado para o Fundeb." (grifo nosso).
Conforme o quadro abaixo apresentado pela CGM (peça 54), nenhum dos convênios firmados entre o Município e a Associação previa a transferência de recursos do Fundeb:

Ano	Vvalor total (R$)	Fontes (dotação orçamentária)
2013	25.596,00	- Recursos Ordinários (livres) – Exercício Corrente - Piso de Transição de Média Complexidade
2014	41.478,83	- Recursos Ordinários (livres) – Exercício Corrente - Piso de Transição de Média Complexidade - Exercício Anterior - Recursos para o FUMAS Incentivos Fiscais – Exercício Anterior - Recursos para o FUMAS Incentivos Fiscais II
2015	36.959,15	- Recursos Ordinários (livres) – Exercício Corrente - Piso de Transição de Média Complexidade - Contribuições e legados de Entidades não Governamentais
2016	37.903,64	- Recursos Ordinários (livres) – Exercício Corrente - Piso de Transição de Média Complexidade – Exercício Anterior - Piso de Transição de Média Complexidade - Contribuições e legados de Entidades não Governamentais
2017	34.818,64	- Recursos Ordinários (livres) – Exercício Corrente - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Contribuições e legados de Entidades não Governamentais
2018	40.346,76	Recursos Ordinários (livres) – Exercício Corrente - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Contribuições e legados de Entidades não Governamentais
2019	54.434,36	- Recursos Ordinários (livres) – Exercício Corrente - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Contribuições e legados de Entidades não Governamentais
2020	68.710,89	- Recursos Ordinários (livres) – Exercício Corrente - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Contribuições e legados de Entidades não Governamentais

Diante da documentação juntada aos autos, a unidade técnica constatou não haver "qualquer indício nos autos que indiquem a prestação exclusiva do atendimento especial pela APAE no Município, tendo em vista que as previsões orçamentárias atestam que parte dos valores do Fundeb são destinados à educação especial municipal."
Considerando a hipótese de o atendimento especial não ser prestado com exclusividade e ser significativamente subsidiado pelo Ente Federativo, conforme mencionado pela CGM[4], esclareço que não há direito potestativo de a entidade filantrópica receber os repasses do Município, em razão da necessidade do instrumento do convênio, nos termos da Lei nº 14.113/20.
Nesse sentido, a unidade técnica atesta que "não há qualquer indício nos autos que indiquem a prestação exclusiva do atendimento especial pela APAE no Município, tendo em vista que as previsões orçamentárias atestam que parte dos valores do Fundeb são destinados à educação especial municipal", que "foram firmados múltiplos convênios com a organização ao longo da gestão do ex-Prefeito, ainda que oriundos de fontes diversas, para a transferência voluntária de recursos à organização, sendo repassados montantes significativos à Associação," que o "Município subsidiou as atividades da APAE por meio de transferências voluntárias de valores significativos, para aplicação em diversos objetos, como gêneros de alimentação, materiais de limpeza, uniformes, material educativo e esportivo, material de expediente, combustível, manutenção de bens imóveis, entre outros."
Por fim, consoante a manifestação do Município de São João do Caiuá (peças 31/41), a entidade destinou recursos do FUNDEB à educação básica, mediante os Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis de Orçamento Anuais.
Dessa forma, acompanhando as manifestações uniformes, concluo pela improcedência da presente Representação, por entender que não há demonstração nos autos de provas da suposta irregularidade relativa à ausência de repasses de recursos do Fundeb à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Caiuá.
3. VOTO
Diante do exposto, acompanhando as manifestações uniformes, VOTO pelo conhecimento e pela improcedência da presente Representação, nos termos da fundamentação.
Após o trânsito em julgado, determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I – CONHECER, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade e no mérito, acompanhando as manifestações uniformes, julgar IMPROCEDENTE a presente Representação, nos termos da fundamentação;
II – determinar, após o trânsito em julgado, o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. PROCESSO Nº: 261034/15 - ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 325/17 - Segunda Câmara: "ACORDAM Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em: I- Emitir Parecer Prévio recomendando a regularidade das contas do Sr. José Carlos da Silva Maia, prefeito do Município de São João do Caiuá, relativa ao exercício financeiro de 2014, com fundamento no art. 1º, I, combinado com o art. 16, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005. II- Remeter, após o trânsito em julgado, os autos ao Gabinete da Presidência, para as providências contidas no §6º do art. 217-A do Regimento Interno e, na sequência, à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398 §1º e art. 168, inciso VII, ambos do Regimento Interno. Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e IVENS ZSCHOERPER LINHARES e o Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO. Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas GABRIEL GUY LÉGER. Sala das Sessões, 5 de julho de 2017 – Sessão nº 22. IVENS ZSCHOERPER LINHARES Conselheiro Relator IVAN LELIS BONILHA Conselheiro no exercício da Presidência"
__2__. LINDB Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. (Regulamento)
§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)
§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)
§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)
__3__. Peça 54
__4__. Peça 54 - TJ-PR 0014419-05.2019.8.16.0045 Arapongas, Relator: Leonel Cunha, Data de Julgamento: 08/04/2024, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13/04/2024)

PROCESSO Nº:-482617/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO:-HALAN KIOSH MIAHIRA DE LIMA, MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, N. T. V. IMAGEM E PROPAGANDA LTDA, TAUILLO TEZELLI
ADVOGADO / PROCURADOR-ALISSON RAMOS DA LUZ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1673/25 - TRIBUNAL PLENO
Representação da Lei de Licitações. Licitação para contratação de serviços de publicidade. Ausência de chamamento público para composição da subcomissão técnica. Procedência parcial. Determinação.
1 RELATÓRIO
Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, proposta por N.T.V. Imagem e Propaganda Ltda. - EPP, em face do supostas irregularidades havidas na formação da Subcomissão Técnica e no julgamento das propostas técnicas no âmbito da Concorrência n° 05/2023, promovida pelo Município de Campo Mourão.
Relata a representante, em suma, que, in verbis:
O Município de Campo Mourão instaurou licitação na modalidade Concorrência, sob n° 05/2023, visando à contratação de uma agência de publicidade, no valor de R$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) para um período de doze meses;
Após a disponibilização na internet das propostas técnicas das duas primeiras colocadas, bem como dos documentos relativos à análise e julgamento por parte da Subcomissão Técnica (ata de julgamento e tabelas contendo as notas e justificativas) foi possível identificar falhas graves e insanáveis, que deveriam resultar na anulação do certame ou em seu fracasso pela ausência de licitantes classificados;
Referidas falhas, que foram objeto de recurso administrativo interposto pela ora Representante e que serão abordadas mais adiante, resumem-se a: a) Inexistência de chamamento público para formação da Subcomissão; b) Irregularidade nas justificativas da Subcomissão para as notas atribuídas; c) Descumprimento do edital pelas licitantes Casa da Comunicação e Única;
As decisões proferidas sobre os recursos interpostos não fundamentaram – nem sequer abordaram – a principal ilegalidade apontada, que é a falta de chamamento público para a formação da Subcomissão Técnica;
A licitação ficou suspensa por determinado período em razão de liminar concedida em Mandado de Segurança impetrado pela licitante "GPAC Comunicação Integrada Ltda.", no âmbito do processo n° 0010674-36.2023.8.16.00588;
Quanto a Inexistência de chamamento público para formação da Subcomissão alega que: Não se teve notícia, não consta no portal da transparência do Município de Campo Mourão, e não se tocou no assunto na decisão/julgamento do recurso sobre nenhum processo de chamamento público destinado à seleção de membros para a formação da Subcomissão Técnica. Há nos documentos da Concorrência n° 05/23 a relação de nomes para sorteio (todos indicados pelo Município), a ata da sessão de sorteio e o decreto de nomeação dos membros, mas inexiste referência a um edital de chamamento, o que viola o entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Paraná. Citou precedentes do Tribunal de Contas do Paraná nesse sentido. A sessão de sorteio da Subcomissão foi realizada em 24 de maio de 2023, mas o decreto que tornou pública essa sessão foi publicada somente em 26 de setembro, ou seja, mais de quatro meses depois
Quanto a irregularidade nas justificativas da Subcomissão para as notas atribuídas, alega que: A Lei n° 12.232/10 e o edital da CP n° 05/23 exigem a análise individualizada das propostas por parte dos membros da Subcomissão Técnica. Tal análise individual pressupõe a elaboração de justificativas distintas aptas a motivar as notas atribuídas. As justificativas apresentadas não comprovam que efetivamente houve análise individual, pois salta aos olhos a similaridade no texto dessas justificativas. Citou decisões deste Tribunal de Contas.
Quanto ao descumprimento do edital pelas licitantes Casa da Comunicação e Única,

alegou que: As licitantes classificadas teriam contrariado o edital e ainda assim a subcomissão técnica não desclassificou as empresas.
Antes da análise definitiva do juízo de admissibilidade, reputei necessária a oitiva prévia do Município de Campo Mourão.
O Município compareceu aos autos por meio da petição juntada à peça 21, na qual, em resumo, sustentou o seguinte:
Realizou por meio da Concorrência Pública n.º 005/2023 a contratação de serviços de publicidade por intermédio de agência de propaganda nos termos do art. 1º da Lei Federal n.º 12.332/2010, "homologada" no dia 19/07/2024, originando o Contrato Administrativo nº 155/2024 firmado com a agência Casa da Comunicação;
Após a fase de classificação das notas técnica (composição abaixo), se classificaram para a terceira fase (proposta de preços) as agências ÚNICA PROPAGANDA LTDA EPP e CASA DA COMUNICAÇÃO S/S LTDA, por receberem pontuação acima da nota de corte, mínimo "7,0", conforme consignado no edital;
Quanto aso fatos narrados na peça de representação: a) Inexistência de chamamento público para formação da Subcomissão: Com a devida vênia aos precedentes desta corte, a municipalidade deixou de aplicar o chamamento por experiencia prática. A formação de comissões – em especial no caso de licitações - na administração pública não atrai muitos simpatizantes, tendo eles vínculo ou não com a administração. Isso ocorre, pelo nível de responsabilidade atribuída e pela sua solidariedade. A formação de comissão ou subcomissão para análise de licitação equiparasse a convocação do tribunal do júri, havendo esse último penalidade por desobrigação. Outro exemplo clássico que se iguala a comissão de licitação está na formação da mesa de sessões eleitorais, caso não seja por convocação obrigatória, com sanção não pleito eleitorais.
b) Irregularidade nas justificativas da Subcomissão para as notas atribuídas: Para fundamentar seu pedido, a Representante tenta de forma equivocada se socorrer ao Acordão n. 2773/2019 do Tribunal Pleno. As únicas igualdades encontradas nas justificativas são nas palavras "licitantes" e "raciocínio básico", pela importância de ambas elas serão replicadas algumas vezes no presente procedimento licitatório. A primeira por ser o designativo aplicado as empresas, ou, a quem participa de licitação; e a segunda por ser elemento de avaliação consignado na atividade de publicidade e propaganda. A alegação da Representação para o item 2.2. da inicial não deve prosperar, uma vez que "igualdade" e "similaridade" distanciam-se no julgamento do caso concreto com o julgamento do precedente.
c) Descumprimento do edital pelas licitantes Casa da Comunicação e Única: Todos os questionamentos trazidos nas fases recursais de todas as fases, incluindo a de avaliação técnica, foram apreciados e julgados pela Subcomissão. Em julgamento, alguns questionamentos foram rechaçados e outros recepcionados pelo princípio do formalismo moderado, resultando o julgamento na manutenção da decisão anteriormente proferida pela subcomissão, sendo ratificado pela autoridade superior em duplo grau de jurisdição.
Pelo Despacho 1308/24 (peça 22), recebi a Representação, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do §4º do artigo 170 da Lei nº 14.133/2021[1], bem como dos artigos 30[2] e 34[3] da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei Complementar Estadual nº 113/2005) e dos artigos 275 e 276, caput e §1º[4], do Regimento Interno.
Determinei que os fatos que merecem melhor apuração por esta Corte, são: 1. Inexistência de chamamento público para formação da Subcomissão; 2. Irregularidade nas justificativas da Subcomissão para as notas atribuídas e; 3. Descumprimento do edital pelas licitantes Casa da Comunicação e Única.
Ato contínuo, o Município de Campo Mourão e o Prefeito Municipal, senhor Tauillo Tezelli, apresentaram contraditório (peças 31 a 34). Devidamente citado, o senhor Halan K. M de Lima não apresentou manifestação, conforme consta da Certidão de Decurso de Prazo nº 991/24-DP (peça 35).
Encaminhados os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM, a unidade técnica exarou a Instrução 75/25 (peça 39) mediante a qual opinou pela procedência parcial da Representação da Lei de Licitações, com expedição de determinação.
O Ministério Público de Contas, através do Parecer 78/25-2PC (peça 40), corroborou a conclusão da unidade técnica.
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO
Conforme relatado, a presente Representação da Lei de Licitações foi recebida para apuração dos seguintes itens: 1. Inexistência de chamamento público para formação da Subcomissão; 2. Irregularidade nas justificativas da Subcomissão para as notas atribuídas; e 3. Descumprimento do edital pelas licitantes Casa da Comunicação e Única.
Com relação a inexistência de chamamento público para a formação da subcomissão, a municipalidade justificou que a formação de comissões – em especial no caso de licitações – na Administração Pública não atrai muitos simpatizantes, tendo eles vínculo ou não com a administração.
Denota-se, portanto, que o município não realizou o chamamento público para a formação de subcomissão técnica em licitação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda.
Com efeito, o art. 10, §1º, da Lei nº 12.232/2010, ao disciplinar a constituição da subcomissão técnica, responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas, assim dispôs:
§ 1o As propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou a entidade responsável pela licitação. (grifamos)
Percebe-se, portanto, a vedação de vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão licitante, de pelo menos 1/3 dos membros que compõem a subcomissão técnica.
Conforme bem observado pela representante, este Tribunal já se manifestou acerca da necessidade da realização de chamamento público, no Acórdão nº 2113/17[5] (Processo nº 472607/14). Veja-se o seguinte trecho da decisão:
A indicação direta pela administração pública dos profissionais para comporem a referida relação contraria o objetivo da Lei nº 12.232/10, que determina que 1/3 dos profissionais da subcomissão técnica não deve ter vínculo com a administração pública, nem mesmo em sua indicação, pois visa compô-la, em parte, com profissionais da sociedade civil, de forma independente.
Desse modo, para a definição dos profissionais sem vínculo com a administração pública que devem constar na relação a ser submetida a sorteio para a definição dos membros da subcomissão técnica, deve ser possibilitado o cadastro de todos os profissionais interessados que cumpram os requisitos estabelecidos na Lei nº 12.232/10, através de chamamento público, abstendo-se a administração pública de indicar os profissionais para a referida relação.
Inclusive, este Tribunal de Contas, através do Acórdão nº 308/12 proferido nos autos de Consulta nº 11438-6/11, concluiu, de forma indireta, uma vez que não era o objeto principal dos autos, pela necessidade de procedimento no qual a administração pública não indique diretamente os profissionais que constarão na referida relação, nos seguintes termos:
"07. Quanto aos membros que não pertencem ao quadro de pessoal da Administração que farão a composição da subcomissão técnica a que alude o art. 10, §1°, como se efetivará as suas contratações?
A contratação e remuneração desses profissionais obedecem às disposições contidas na Lei nº 8.666/93, inclusive quanto aos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação. Pode a Administração celebrar instrumentos de cooperação técnica com entidades de classe ou se valer do credenciamento para obter o maior número possível de profissionais mediante remuneração fixada de maneira uniforme para todos, conforme exposto anteriormente."
Assim, resta assente a necessidade de realização do chamamento público no presente caso. Destaca-se que o município sequer buscou demonstrar a eventual realização de processos que tenham se revelado infrutíferos. Não é suficiente a mera alegação de que a formação da subcomissão não atrai simpatizantes.
Conforme bem lembrou a unidade técnica[6], este Tribunal, quando do julgamento de consulta formulada pelo Município de Tuneiras do Oeste[7], apontou que "um excelente mecanismo para potencializar a participação de membros da sociedade civil na composição da Subcomissão Técnica seria a divulgação permanente de um edital de chamamento de eventuais interessados, e não apenas como providência prévia à abertura de determinado certame (medida prevista no inc. I do parágrafo único do art. 79 da nova lei de licitações – Lei Federal n. 14.133/21)"
Não obstante a irregularidade praticada, corroboro o entendimento da unidade técnica e do Ministério Público de Contas quanto a inviabilidade de anulação do certame.
Nesse sentido, irretocável a fundamentação da CGM, a qual acolho como razões de decidir e transcrevo:
Primeiro porque a empresa representante não invocou a alegada nulidade no momento oportuno, ou seja, quedou-se silente quando da divulgação da relação prévia dos profissionais passíveis de integrar a subcomissão técnica (peça 14, fl. 3), bem como quando da divulgação dos nomes sorteados para compor a referida subcomissão (peça 14, fl. 7).
Apenas após tomar conhecimento de sua desclassificação, a empresa representante optou por suscitar a nulidade do procedimento, conforme se verifica do recurso administrativo interposto junto à Comissão Permanente de Licitação do Município (peça 8 dos autos).
O Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente aos processos em trâmite perante esta Casa, dispõe em seu art. 278 que, em caso de nulidade, esta deverá ser alegada na primeira oportunidade, sob pena de preclusão.
A alegação extemporânea e deliberada de vício anteriormente verificado, mas não aventado, atenta contra o princípio da lealdade processual e constitui manobra que não se coaduna com a boa-fé processual, razão pela qual é rechaçada pelo Superior Tribunal de Justiça:
"a jurisprudência dos Tribunais Superiores não tolera a chamada "nulidade de algibeira" - aquela que, podendo ser sanada pela insurgência imediata da defesa após ciência do vício, não é alegada, como estratégia, numa perspectiva de melhor conveniência futura. Observe-se que tal atitude não encontra ressonância no sistema jurídico vigente, pautado no princípio da boafé processual, que exige lealdade de todos os agentes processuais". (STJ, informativo n. 741, 20/06/2022, Quinta Turma, AgRg no HC 732.642- SP, Rel. Min. Jesuíno Rissato (Desembargador convocado do TJDFT), Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 24/05/2022, DJe 30/05/2022)
PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. NULIDADE. SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA DE PODERES. REQUERIMENTO DE PUBLICAÇÃO EXCLUSIVA. PUBLICAÇÃO EM NOME DOS ANTIGOS ADVOGADOS. ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO PELOS NOVOS PATRONOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA.
1. A jurisprudência do STJ é assente no sentido de ser nula, por ofensa aos princípios da ampla defesa e contraditório e ao art. 236, § 1º, do CPC, a publicação dirigida apenas a advogado substabelecido, em especial quando constar pedido expresso de publicação exclusiva em nome do advogado constituído. Precedentes. 2. Contudo, é também pacífico que a declaração de nulidade de atos processuais deve se dar com temperamento, sempre à luz da hipótese concreta, pois o regime de nulidades no processo civil vincula-se à efetiva ocorrência de prejuízo à parte, a despeito de eventual inobservância da forma prevista em lei (art. 244, CPC - princípio pas de nulitté sans grief). 3. A jurisprudência do STJ, atenta à efetividade e à razoabilidade, tem repudiado o uso do processo como instrumento difusor de estratégias, vedando, assim, a utilização da chamada "nulidade de algibeira ou de bolso". 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1424304/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 26/08/2014)
Esse entendimento visa impedir que a parte permaneça inerte mesmo diante da ciência de eventual irregularidade para, posteriormente, alegar essa "nulidade de bolso ou de algibeira" diante de decisão que lhe seja desfavorável, em evidente prejuízo ao tempo dispendido, ao trabalho realizado e aos custos decorrentes do trâmite normal dos processos.
Em segundo lugar, imperioso registrar que inexiste qualquer evidência material nos autos que sugira a ocorrência de eventual direcionamento ou favorecimento a licitantes em virtude da ausência do chamamento público.
Pelo contrário, a despeito da inexistência do devido chamamento, o Município de Campo Mourão assegurou a publicidade e transparência de todos os atos que envolveram a formação da subcomissão técnica, os quais não foram impugnados no momento oportuno por nenhum dos participantes.
Conforme esclarecido em sede defensiva, a relação prévia era composta de 6 profissionais sem vínculo empregatício com a administração e três com vínculo e foi devidamente publicada no Órgão Oficial n. 2907 do dia 05/05/2023. Houve, ainda, a a publicação no Diário do Estado do Paraná do dia 08/05/2023 e em jornal de grande circulação no dia 07/05/2023.
Não havendo impugnações dos nomes relacionados, a sessão pública de sorteio foi realizada no dia 24/05/2023 às 09:00 na sala da Gerência de Licitações, com a devida

transmissão ao vivo pela plataforma youtube, bem como, com a presença dos membros da Comissão de Licitação e a Coordenadora do Observatório Social do Brasil – Campo Mourão (peça 14, fl. 05).
Por fim, após realizado o sorteio foi editado o Decreto nº 10510/2003 designando os nomes sorteados para compor a subcomissão, sendo publicado o ato no órgão oficial nº 2652 de 26/09/2023 (peça 14, fl. 06).
Como terceiro e último ponto é preciso que se diga que a falha cometida pelos representados não prejudicou a competitividade do certame que contou com pelo menos seis participantes, quais sejam CASA DA COMUNICAÇÃO S/S LTDA; ÚNICA PROPAGANDA LTDA EPP; GPAC COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA; TRADE COMUNICAÇÃO E MARKETING SS LTDA; BLANCO LIMA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA; NTV IMAGEM E PROPAGANDA LTDA – EPP.
O artigo 20 da LINDB veda a prolação de decisões pelas esferas administrativas, controladoras ou judiciais, sem que sejam consideradas a consequências práticas da decisão:
"Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)"
O reconhecimento da nulidade da contratação certamente implicaria em danos reversos ao próprio poder público diante da necessidade de refazimento de todos os atos praticados, em evidente desperdício de tempo, força de trabalho e custos financeiros despendidos com a prática dos atos administrativos eventualmente anulados.
Por sua vez, o artigo 22 da Lei de Introdução à Normas de Direito Brasileiro impõe a necessidade de que sempre sejam considerados os obstáculos e as reais dificuldades do gestor no exame do caso concreto, bem como, as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente:
"Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. (Regulamento) § 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)"
No caso dos autos não pode ser desconsiderada a circunstância prática de que o gestor municipal procurou conferir transparência às etapas de formação da subcomissão técnica, salvo a irregularidade atinente à ausência de chamamento público, bem como, que não houve prejuízo à competividade ou danos ao erário.
Pelo exposto, concluo pela procedência da representação quanto a este item e determino a expedição de determinação ao Município de Campo Mourão para que nos futuros certames que tenham por objeto a contratação de serviços de publicidade seja promovido o devido chamamento público para a escolha do nome dos profissionais que irão compor a relação de que trata o artigo 10, §2º da Lei nº 12.232/2010.
Quanto à suposta irregularidade nas notas atribuídas pela Subcomissão, a empresa representante alega que as justificativas oferecidas pela subcomissão técnica não comprovam que efetivamente houve análise individual, tendo em vista a similaridade em seus textos.
Em sua petição inicial colacionou os seguintes trechos para evidenciar a alegação:

11,3	A estratégia de comunicação publicitária está frágil na consistência e adequação. Deixou a desejar na riqueza dos desdobramentos positivos. Também poderia ter demonstrado melhor capacidade de concatenação dos conhecimentos sobre a cidade.
11,5	Houve inconsistências na defesa do conceito e desdobramentos. A proposta foi superficial nos argumentos e a campanha não atendeu em boa parte o objetivo.
11,4	A consistência na argumentação não alinhou adequadamente os conhecimentos para a comunicação do município. Conceito e campanha poderiam ser melhor elaborados para se adequar à linhas de comunicação propostas. Isso também interferiu nos desdobramentos.

5,2	A licitante apresentou um raciocínio básico com citações genéricas e muitas vezes descontextualizado. Faltou demonstrar mais conhecimento das funções e papel do município. O problema e objetivos foram apresentados.
6,3	A licitante demonstrou um raciocínio básico genérico, com entendimento superficial das funções e papel da cidade, tanto na identificação do problema e dos objetivos de comunicação. Poderia ter explorado melhor a relação com os mourãoenses.

Da análise da justificativas das notas, não é possível concluir que não houve a devida apreciação individualizada de cada item. As semelhanças entre algumas expressões não são suficientes para justificar a anulação do certame.
Quanto à diferença entre as notas atribuídas para alguns quesitos, não há indícios de regularidade. Embora devam ser adotados critérios objetivos, é notório que existe um certo grau de subjetividade inerente à avaliação humana. Inclusive, a própria Lei 12.232/10 prevê um mecanismo para mitigar eventuais discrepâncias entre as notas dos avaliadores, conforme art. 6°, VIII:
Art. 6º. A elaboração do instrumento convocatório das licitações previstas nesta Lei obedecerá às exigências do art. 40 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, com exceção das previstas nos incisos I e II do seu § 2o, e às seguintes:
(...)
VII - a subcomissão técnica prevista no § 1o do art. 10 desta Lei reavaliará a pontuação atribuída a um quesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos postos no instrumento convocatório;
Portanto, entendo que a Representação é improcedente quanto a este item.
Por fim, sobre o alegado descumprimento do edital pelas licitantes Casa da Comunicação e Única, a Representante alegou o seguinte em sua petição:
A Representante apontou em seu recurso administrativo o descumprimento de dispositivos do edital pelas duas únicas licitantes classificadas, o que deveria resultar na desclassificação de ambas e no fracasso do certame.
Porém, em nome da concisão, da economia processual e pela gravidade dos fatos detalhados nos itens 2.1 e 2.2 desta peça, a representante limita-se a reiterar e ratificar integralmente as irregularidades apontadas às fls. 7 a 11 do recurso (doc. 5).
Pois bem. Entendo que não é função deste Tribunal de Contas simplesmente revisar um recurso administrativo interposto perante a entidade licitante, apenas por irresignação da empresa. Conforme se observa, não houve a indicação de nenhuma ilegalidade a respeito da decisão da Administração Pública em negar o referido recurso.
Nesse sentido, corroboro o entendimento da CGM de que não basta a mera reprodução ou menção do que fora alegado em sede de recurso administrativo em processo licitatório, mas é imprescindível que a parte interessada aponte especificamente o desacerto ou a ofensa à legislação praticada pelos agentes públicos responsáveis pelo exame do recurso, de modo a demonstrar eventual relevância pública da matéria que justifique a intervenção desta Corte, o que não ocorreu.
Assim, a Representação não merece procedência quanto a este item.
3 VOTO
Diante de todo o exposto, VOTO pelo conhecimento e pela parcial procedência da presente Representação, nos termos da fundamentação, a fim de que seja expedida determinação ao Município de Campo Mourão para que, nos futuros certames que tenham por objeto a contratação de serviços de publicidade, seja promovido o devido chamamento público para a escolha do nome dos profissionais que irão compor a relação de que trata o art. 10, §2° da Lei 12.232/2010.
Após o trânsito em julgado da decisão, determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I – CONHECER, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade e no mérito, julgar PROCEDENTE EM PARTE a presente Representação, nos termos da fundamentação, a fim de que seja expedida determinação ao Município de Campo Mourão para que, nos futuros certames que tenham por objeto a contratação de serviços de publicidade, seja promovido o devido chamamento público para a escolha do nome dos profissionais que irão compor a relação de que trata o art. 10, §2° da Lei 12.232/2010;
II – determinar, após o trânsito em julgado, o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.
§ 1º As razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis deverão ser encaminhadas aos órgãos de controle até a conclusão da fase de instrução do processo e não poderão ser desentranhadas dos autos.
§ 2º A omissão na prestação das informações não impedirá as deliberações dos órgãos de controle nem retardará a aplicação de qualquer de seus prazos de tramitação e de deliberação.
§ 3º Os órgãos de controle desconsiderarão os documentos impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
2. Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.
3. Art. 34. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
Parágrafo único. O denunciante deverá fornecer identificação e dados de onde poderá ser encontrado.
4. Art. 275. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades de atos e fatos da administração pública direta, indireta ou fundacional estadual ou municipal.
Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
§ 1º O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível, documentação comprobatória.
5. Unanimidade: Conselheiros Nestor Baptista, Artagão de Mattos Leão, Fernando Augusto Mello Guimarães (relator), Ivan Lelis Bonilha e Ivens Zschoerper Linhares e o Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca.

6. Peça 39, pág. 5.
7. TCE/PR – Consulta nº 155724/22 – Acórdão 965/23 – Tribunal Pleno – Relator Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – Sessão: 27/04/2023. Unanimidade: Conselheiros Ivan Lelis Bonilha, Jose Durval Mattos do Amaral, Fabio de Souza Camargo, Ivens Zschoerper Linhares, Maurício Requião de Mello e Silva e Augustinho Zucchi.

PROCESSO Nº:-477664/24
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANA - FUNEAS-PARANÁ
INTERESSADO:-ANDRE LUIZ GOMES VIEIRA, FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANA - FUNEAS-PARANÁ, GERALDO GENTIL BIESEK, MARCELLO AUGUSTO MACHADO, VIA SERVICOS INTEGRADOS LTDA
ADVOGADO / PROCURADOR-EDUARDO FEUERHARMEL SOARES DA SILVA, EDUARDO FRANCISCO DE SOUZA GOMES, EVELYN ROSE MENDES WISNIEWSKI, FRANCIANI APARECIDA DE LARA, ISABELLE BUHRER, MILENA DE SOUZA DOS SANTOS, NAPOLEÃO LOPES JUNIOR, RAFAELA CHIARELO, ROSENILDA APARECIDA ANTONIO, SERGIO MIGUEL STELKO JUNIOR, SONIA INES ANGELO
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1689/25 - TRIBUNAL PLENO

Recurso de Revista contra decisão proferida no Acórdão nº 890/24-Tribunal Pleno[1], integrado pelo Acórdão nº 1489/24-STP[2], proferidos em sede Representação. Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS/PR. Aceitação de proposta com deficiência na planilha de composição de custos unitários. Adicional calculado sobre base inferior à vigente para o salário-mínimo. Ausência de cotação de vale alimentação no período de férias, benefício previsto em norma coletiva. Conhecimento. Não provimento.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Revista interposto pela FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS/PR[3], contra a decisão proferida no Acórdão nº 890/24-Tribunal Pleno[4], integrado pelo Acórdão nº 1489/24-STP[5] em sede de embargos de declaração, que julgou parcialmente procedente Representação da Lei de Licitações com aplicação de sanção e determinação de anulação dos atos de adjudicação e homologação do certame, em relação a irregularidades noticiadas na planilha de custos apresentada pela empresa vencedora do Pregão Eletrônico nº 254/2022.

Após o recebimento do Recurso de Revista, nos termos do Despacho nº 1013/24-GCILB[6], encaminharam-se os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo e, posteriormente, ao Ministério Público de Contas (MPC) para as devidas manifestações.

A unidade técnica, conforme Instrução nº 23/24-1ICE[7], opinou pelo conhecimento do Recurso de Revista e, no mérito, pelo não provimento, com a manutenção da decisão proferida no Acórdão recorrido.

O Ministério Público de Contas (MPC), por seu turno, entendeu haver prejudicialidade no julgamento do Mandado de Segurança nº 0001758-78.2023.8.16.0004 e requereu o sobrestamento do feito[8], o que foi acolhido pelo Despacho nº 1184/24-GCAZ[9].

Após informação de extinção da ação judicial sem resolução do mérito em razão da desistência da impetrante, foi retomado o trâmite do recurso, com remessa ao Parquet para manifestação meritória[10].

O Ministério Público de Contas (MPC), em consonância com a Unidade Técnica, manifestou-se pelo conhecimento e, no mérito, pelo não provimento do Recurso de Revista interposto, consoante disposto no Parecer nº 205/25-1PC[11].

É o breve relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, constata-se que o Recurso possui os requisitos de admissibilidade, pois foi apresentado por interessado no processo, que possui pretensão da reforma da decisão que lhe foi desfavorável, manejado de acordo com a previsão legal e dentro do prazo, o que implica no seu conhecimento.

Quanto ao mérito, o Acórdão recorrido julgou procedente Representação da Lei nº 8.666/93 apresentada pela empresa VIA SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA, na qual restaram confirmadas irregularidades na proposta da empresa DRA SERVIÇOS GERAIS LTDA., consistentes na cotação de adicional de insalubridade tendo por base o valor do salário-mínimo vigente até 31/12/2022; falta de cotação do vale alimentação do período de férias, item obrigatório na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 do SIEMACO; e falta de cotação do Descanso Semanal Remunerado para os postos noturnos.

Após o devido trâmite processual Representação foi jugada procedente, com expedição de determinação e aplicação de multas administrativas ao Pregoeiro e ao Diretor Presidente da FUNEAS, responsáveis pelas irregularidades. A decisão teve o seguinte dispositivo:

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:

Conhecer e julgar pela parcial procedência da Representação em face da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS, com aplicação da multa prevista no artigo 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 ao Sr. André Luiz Gomes Vieira (Pregoeiro) e ao Sr. Marcello Augusto Machado (Diretor Presidente da FUNEAS), nos termos da fundamentação.

Após o trânsito em julgado da decisão, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para a adoção das providências determinadas no julgado.

(...)

A decisão foi objeto de embargos de declaração, opostos pela representante, acolhidos pelo Acórdão nº 1489/24-STP, para integrar a decisão de expedir determinação à entidade, nos seguintes termos:

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:

Conhecer dos embargos declaratórios propostos por VIA SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA., acolhendo-os para aclarar a fundamentação do Acórdão nº 890/24-STP (peça nº 60), com os acréscimos abaixo destacados: [...]

Face ao exposto, acompanho os pareceres e VOTO pelo conhecimento e pela parcial procedência da Representação em face da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS, com aplicação da multa prevista no artigo 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 ao Sr. André Luiz Gomes Vieira (Pregoeiro) e ao Sr. Marcello Augusto Machado (Diretor Presidente da FUNEAS), nos termos da fundamentação.

Ainda, determinar à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS que adote as providências necessárias para anular o ato de adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico nº 254/2022 em favor da empresa DRA SERVIÇOS GERAIS LTDA., haja vista as irregularidades constatadas na presente Representação.

Após o trânsito em julgado da decisão, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para a adoção das providências determinadas no julgado.

(...)

O recorrente traz como argumentos para reforma da decisão a existência de decisão judicial com fundamentos contrários aos apresentados na decisão desta Corte; a taxa administrativa seria risco da empresa; o descanso semanal remunerado seria integrante do salário e cotado internamente, não sendo exigida cotação específica pela natureza da verba, a ausência de cotação de vale alimentação do período de férias teria sido suprida pela apresentação dos valores como item diverso; as demais verbas teriam sido cotadas de acordo com o Edital, especialmente o valor do adicional de insalubridade calculado sobre o valor do salário mínimo vigente em dezembro de 2023.

A análise dos argumentos trazidos não é apta a ensejar a reforma da decisão e revela que a instrução do recurso, promovida pela unidade técnica e acompanhada pelo Ministério Público de Contas, foi precisa em afastar as razões apresentadas pelo recorrente e concluir pela manutenção da decisão recorrida.

Primeiramente, a planilha de composição de custos tem como finalidades evidenciar as rubricas que compõem a proposta, permitir a comparabilidade com as demais e demonstrar sua efetiva vantajosidade, dentre outras. Daí que a precisão na indicação das rubricas que a compõem é essencial tanto para a efetiva apuração de ser a proposta melhor do que as demais, em consagração ao princípio da competitividade, quanto para orientação da contratação.

Dito isso, as considerações sobre a taxa administrativa e sobre a prejudicialidade da ação judicial escapam ao objeto do recurso. A primeira pela improcedência do tópico no Acórdão recorrido e a segunda pela extinção sem análise do mérito. Já quanto aos itens que ensejaram a procedência, tem-se que restam mantidos na análise dos argumentos do recurso de modo suficiente para manutenção da decisão recorrida.

A cotação do adicional de insalubridade pelo valor do salário-mínimo inferior ao vigente justifica a não aceitação da proposta. A argumentação de que foi feita de acordo com o edital não encontra amparo na realidade, como restou precisamente apontado pela 1ª ICE na Instrução nº 13/23-1ICE:

Nesse ponto, verifica-se que tem razão a impugnante, uma vez que a divulgação do Pregão Eletrônico ocorreu em 03/01/20233 (DOPR nº 11322, pág. 13), mas o cálculo do adicional de insalubridade constante da proposta da licitante DRA SERVIÇOS GERAIS LTDA, apresentada em 17/03/2023, já estava sob a égide da nova Convenção Coletiva nº PR000321/2023 e deveria ser elaborada considerando-se o novo salário-mínimo nacional em vigor desde o início do ano de 2023, entendimento que deveria ser estendido a todos os licitantes, ainda que os documentos do procedimento de licitação tenham sidos produzidos no decorrer do ano de 2022.

Ao elaborar e entregar proposta com valor defasado, eventual aceitação na licitação implicará em proposta com valor a menor do que o devido em benefício direto na classificação do certame, porque a seleção se dará sobre a proposta de menor preço.

Veja-se que no certame em questão houve a apresentação de outras propostas com cálculo do adicional de insalubridade incidindo sobre o valor atualizado do salário-mínimo nacional4.

Cita-se a primeira proposta analisada pelo pregoeiro que foi da licitante PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA5, tendo sido apresentada com valores do adicional de insalubridade calculados sobre o novo salário-mínimo de R$ 1.302,00. Estranhamente, a terceira proposta analisada no pregão foi a da vencedora do certame, a qual foi encaminhada com o valor do adicional de insalubridade defasado e não houve qualquer manifestação do pregoeiro sobre esse tópico, apenas após o recurso da ora impugnante, na referida licitação.

(...)

Revela-se inequívoca a vigência do novo salário-mínimo na data da sessão e apresentação das propostas, realizada em 17 de janeiro de 2023, visto estar em vigor desde 01º de janeiro de 2023, o que evidencia a falha na análise das propostas, ao se aceitar a apresentação de valores defasados e diversos entre os licitantes para a mesma rubrica. Por certo, não seria possível a aceitação de proposta, já que a empresa não poderia remunerar o funcionário por valor inferior.

Os impactos da aceitação vão desde a violação da competitividade, com valor artificialmente reduzido para a proposta da empresa que não atualizou a verba, até a possibilidade de tornar o contrato inexequível, diante de uma assunção de custos não previstos adequadamente na futura contratação.

Ademais, cumpre ao órgão licitante, na análise do objeto e das normas trabalhistas aplicáveis aos postos contratados, durante a fase de planejamento, verificar a pertinência de se prever no edital a sua aplicação de acordo com a vigência, inclusive com previsões específicas nos casos de norma que se encontram perto do final daquele período, o que era o caso dos autos. Com a iminência do final do ano e do final da vigência do Acordo Coletivo da Categoria, o edital deveria tratar da transição de modo expresso e adequado, a afastar quaisquer dúvidas quanto aos valores das rubricas a serem inseridas na planilha de custos decorrente de alteração legal ou normativa.

A vinculação ao instrumento convocatório não serve de escudo ao descumprimento da legislação, de modo que não socorre a aceitação de verba em valor contrário à norma legal vigente.

Ainda, a readequação da planilha de custos não é suficiente para sanar a irregularidade, tendo em vista que a apresentação de valor inferior pode ser determinante para a licitante ter vencido o certame, o que restou expressamente consignado na decisão recorrida, o que pode ser aliado à assunção do incremento deste custo, sem demonstração de exequibilidade da proposta readequada.

Tal irregularidade por si só justificaria procedência da representação e, portanto, a manutenção da decisão recorrida.

Além disso, a falta de cotação do vale alimentação do período de férias, prevista na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 do SIEMACO, também é motivo que justifica a não aceitação da planilha apresentada. A argumentação de que foi apresentada como adicional de risco não é adequada para suprir a ausência.

Como dito, para cumprimento das finalidades da planilha de custos é essencial que os itens que a compõem sejam apresentados de modo claro, coerente e preciso, não podendo ser aceitas rubricas genéricas para itens que foram destacados, o que afastaria a precisão, prejudicaria a comparabilidade das propostas e facilitaria o jogo de planilhas.
Adicionalmente, como analisado pela unidade técnica, o valor do vale alimentação constou de item específico da planilha de composição de custos e foi considerado o período de 12 meses. Embora o funcionário exerça as atividades por 12 meses e no segundo ano tenha 11 meses de atividade e um de férias, por certo o posto será preenchido por substituto, o que demandará a inclusão das verbas necessárias, não sendo também adequada a justificativa da previsão de 12 meses trazida no julgamento do recurso.
Por outro lado, quanto à ausência de previsão do adicional de Descanso Semanal Remunerado reputo que assiste razão em relação à desnecessidade de ser cotado em separado, uma vez que para os empregados mensalistas referida verba é considerada inclusa na remuneração, conforme dispõe o art. 7º da Lei 605/49:
Art. 7º A remuneração do repouso semanal corresponderá:
a) para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de um dia de serviço, computadas as horas extraordinárias habitualmente prestadas; (Redação dada pela Lei nº 7.415, de 09.12.85)
b) para os que trabalham por hora, à sua jornada norma de trabalho, computadas as horas extraordinárias habitualmente prestadas; (Redação dada pela Lei nº 7.415, de 09.12.85)
c) para os que trabalham por tarefa ou peça, o equivalente ao salário correspondente às tarefas ou peças feitas durante a semana, no horário normal de trabalho, dividido pelos dias de serviço efetivamente prestados ao empregador;
d) para o empregado em domicílio, o equivalente ao quociente da divisão por 6 (seis) da importância total da sua produção na semana.
§ 1º Os empregados cujos salários não sofram descontos por motivo de feriados civis ou religiosos são considerados já remunerados nesses mesmos dias de repouso, conquanto tenham direito à remuneração dominical.
§ 2º Consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal do empregado mensalista ou quinzenalista cujo cálculo de salário mensal ou quinzenal, ou cujos descontos por falta sejam efetuados na base do número de dias do mês ou de 30 (trinta) e 15 (quinze) diárias, respectivamente.
Além disso, a alteração da CLT promovida pela Reforma Trabalhista de 2017 passou a considerar o DSR incluso na remuneração dos trabalhadores submetidos ao regime 12X36 horas, conforme nova redação dada ao art. 59-A da referida Consolidação:
Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)
Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação.
Em que pese algumas divergências sobre a aplicação do dispositivo, a referência trazida pela representante, para o posto de Servente – Áreas Críticas (UTI e CC) não exigira a contação do adicional, diante da expressa disposição legal e, portanto, não poderia ensejar o afastamento da proposta, ressalvada hipótese de decisão vinculante dos Tribunais competentes na matéria trabalhista.
De toda sorte, o aprofundamento do tema não traz maiores implicações no julgamento do recurso, por se tratar de um dos fundamentos da irregularidade na proposta declarada vencedora, tendo em vista que a cotação de adicional de insalubridade com base no valor do salário-mínimo vigente até 31/12/2022 e a falta de cotação do vale alimentação do período de férias, não adequadamente suprida pela generalidade da previsão de adicional de risco, são suficientes para manutenção da decisão recorrida.
Quanto às multas aplicadas, reputo que também inexiste razão para a reforma, tendo em vista a demonstração da atuação direta dos agentes públicos na irregularidade, inclusive com possibilidade de adoção do procedimento correto após apresentação de recurso por licitantes, inexistindo excludente válida. A mera existência de decisão judicial cautelar de Agravo, que reconheceu regularidade em análise inicial, não tem o condão de afastar a atribuição desta Corte para aplicação da sanção no exercício regular de sua competência e em análise completa da irregularidade objeto da representação.
Diante do exposto, entendo que os argumentos tecidos pelo recorrente nas razões recursais não trouxeram elementos suficientes para afastar as irregularidades apuradas no processo, de modo que não há fundamentos suficientes à alteração da decisão recorrida.
3. VOTO
Ante todo o exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO e, no mérito, pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Revista interposto pela FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS/PR, proferida no Acórdão nº 890/24-Tribunal Pleno[12], integrado em sede de Embargos de Declaração pelo Acórdão nº 1489/24-STP[13].
Para além, com o trânsito em julgado da presente decisão, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX), para as providências e anotações devidas.
Por final, encerre-se o feito junto a Diretoria de Protocolo, conforme previsão do art. nº 398, §1º, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I – CONHECER, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Revista interposto pela FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS/PR, proferida no Acórdão nº 890/24-Tribunal Pleno[14], integrado em sede de Embargos de Declaração pelo Acórdão nº 1489/24-STP[15];
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX), para as providências e anotações devidas;
III – encaminhar à Diretoria de Protocolo, conforme previsão do art. nº 398, §1º, do Regimento Interno, para encerramento e arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Peça nº 60.
__2__. Peça nº 69.
__3__. Peça nº 73.
__4__. Peça nº 60.
__5__. Peça nº 69.
__6__. Peça nº 77.
__7__. Peça nº 82.
__8__. Peça nº 83.
__9__. Peça nº 84.
__10__. Peças nº 91-93.
__11__. Peça nº 97.
__12__. Peça nº 60.
__13__. Peça nº 69.
__14__. Peça nº 60.
__15__. Peça nº 69.

PROCESSO Nº:-558559/24
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
INTERESSADO:-AGNALDO CARVALHO GUIMARAES, ANDRE LUIS BOVO, ANISIO LUIZ RE, JOAQUIM VITOR DA SILVA, MARCOS ANTONIO ROCCO, MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, PRISMA ASSESSORIA CONTABIL SC LTDA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1690/25 - TRIBUNAL PLENO
Recurso de Revista. Tomada de Contas Extraordinária n.º 244033/18. Acórdão n.º 1932/24-S2C. Contratação de serviços de assessoria contábil durante o período de 2013-2017. Pelo conhecimento e provimento parcial, regularidade das contas com ressalva.
1. RELATÓRIO (Conselheiro Augustinho Zucchi, relator originário)
Trata-se de Recurso de Revista interposto pelo ex-prefeito do Município de São Jorge do Ivaí, Sr. André Luis Bovo, contra decisão da Segunda Câmara deste Tribunal de Contas que, por meio do Acórdão n.º 1932/24 (Peça n.º 105) de Relatoria do Conselheiro Ivan Lellis Bonilha, julgou procedente a Tomada de Contas Extraordinária n.º 24403-3/18 a fim de julgar irregulares as contas do referido gestor e aplicar-lhe a penalidade de multa nos seguintes termos:
I - Julgar procedente a presente Tomada de Contas Extraordinária, para efeito de julgar irregulares as presentes contas, com fundamento nos artigos 15, § 2º6 e 16, inciso III, alínea “b”,7 da Lei Complementar Estadual 113/2005, de responsabilidade do Sr. André Luis Bovo, em razão da contratação da empresa Prisma Assessoria Contábil em violação ao Prejulgado 6 deste Tribunal;
II- aplicar a multa prevista no artigo 87, IV, ‘g’, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 ao Sr. André Luis Bovo, prefeito no período de 01/01/2013 a 31/12/2020, em razão do desatendimento ao art. 37, II, da Constituição Federal e ao Prejulgado 6 deste Tribunal;
III- expedir a recomendação ao Município de São Jorge do Ivaí para que realize estudos sobre a viabilidade e necessidade de se ampliar a quantidade de vagas para o cargo de Contador, bem como da realização do correspondente concurso público para o preenchimento das respectivas vagas;
O recorrente, no intuito de reformar a decisão vergastada, pugna pelo reconhecimento da improcedência dos termos da Tomada de Contas Extraordinária n.º 24403-3/18 com fundamento nas seguintes teses defensivas: (i) ao dar início ao seu mandato, no ano de 2013, verificou que a Administração carecida dos conhecimentos técnicos necessários para cumprimento das obrigações contábeis frente as novas tecnologias e demandas propostas pelos órgãos de fiscalização (fls. 2 a 3 da Peça n.º 109); (ii) a prestação dos serviços deu-se entre o período de 2013 a 2017, sendo que a Tomada de Contas Extraordinária n.º 24403-3/18 foi instaurada em 2018 (fl. 4 da Peça n.º 109); (iii) não houve ofensa ao Prejulgado n.º 6 deste Tribunal, eis que havia ocupante de cargo efetivo de contador aquela época e os serviços prestados pela consultoria não se limitavam ao setor contábil, mas, principalmente, à outras Secretarias Municipais (fl. 5 da Peça n.º 109); (iv) a assessoria contratada em nenhum momento substituiu o trabalho diário no setor contábil, compostos por servidores concursados, em destaque um contabilista e uma auxiliar administrativo, com curso superior e nem mesmo no setor jurídico (fl. 5 da Peça n.º 109); (v) a contratação destinou-se, também, à orientação, capacitação e assessoramento de servidores da administração municipal para correção de erros e saneamento de dúvidas, bem como para empregar agilidade e eficiência na execução de diversas tarefas de cunho administrativas, em especial no que diz respeito às demandas oriundas do sistema SIM-AM deste Tribunal ou relatórios destinados à STN (fls.5 e 6 da Peça n.º 109).
O recurso foi recebido pelo Conselheiro Ivens Lelis Bonilha nos termos do Despacho n.º 1233/24-GCILB (Peça n.º 110).
Autos distribuídos por sorteio para a minha relatoria, conforme Termo n.º 4839/24-DP (Peça nº 112).
Instada a se manifestar, a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM), mediante o da Instrução n.º 5182/24 (Peça n.º 115), manifestou-se pelo conhecimento e, no mérito, pelo não provimento devido (i) a ausência de novos elementos de convicção que pudesse justificar a reforma da decisão e (ii) a natureza do objeto contratado, que não pode ser classificado como serviços de suporte e treinamento dada a continuidade da prestação de serviços pelo prazo de 5 anos.
O Parquet, nos termos do Parecer n.º 1269/24 – 3PC (Peça n.º 116), anuiu integralmente à manifestação da unidade instrutiva e pugnou pelo conhecimento e, no mérito, pela improcedência da peça recursal.

É o relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Preliminarmente, julgo que o presente Recurso possa ser conhecido por este Tribunal de Contas por ter sido impetrado por parte legítima e por estarem preenchidos os demais requisitos de admissibilidade do Art. 484[1] do Regimento Interno.
Passo a análise do mérito recursal.
O Prejulgado n.º 26 deste Tribunal[2] fixa, de maneira clara e objetiva, diretrizes e orientações a serem observadas quanto a aplicação das normas de Direito Público atinentes a prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória deste Órgão de Controle Externo, conforme segue:
I - Possibilidade de reconhecimento de ofício ou a requerimento da parte (Redação dada pelo Acórdão 1919/23) da prescrição das multas, da restituição de valores e demais sanções pessoais, aplicando-se, analogicamente, as normas de direito público, que estabelecem o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, contado a partir da data da prática do ato irregular ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado;
II - em relação às causas de interrupção, de suspensão da contagem e de aplicação da prescrição intercorrente, em conformidade com o Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária ao processo do Tribunal de Contas, o entendimento deverá ser fixado no sentido de que a prescrição sancionatória, interrompida com o despacho que ordenar a citação, retroagirá à data de instauração do processo (efeito ex nunc) e (Redação dada pelo Acórdão 1919/23) reiniciará somente a partir do trânsito em julgado do processo, não tendo aplicabilidade, antes disso, as hipóteses de suspensão e de prescrição intercorrente, cabendo ao relator assegurar a razoável duração do processo;
III - nos processos de iniciativa do jurisdicionado, como prestações de contas, em que compete ao próprio gestor de recursos públicos, em cumprimento à norma constitucional, encaminhar a documentação em prazo definido em lei e em normativas desta Corte, em caso de omissão, a contagem do prazo prescricional terá início no dia seguinte ao término do prazo final de envio. (Redação dada pelo Acórdão 1919/23)
No caso concreto, os elementos de informação disponíveis na folha n.º 8 da Instrução n.º 5182/24-CGM (Peça n.º 115) revelam que os serviços de acompanhamento de lançamentos referente à execução do sistema financeiro, orçamentário, patrimonial e compensado foram prestados e pagos no transcorrer do período de novembro de 2013 a dezembro de 2017.
Logo, não há o que se falar prescrição da pretensão punitiva deste Tribunal, dada a natureza permanente do ilícito administrativo perpetrado pelo recorrente, sendo irrelevante, portanto, o fato da Tomada de Contas Extraordinária n.º 24403-3/18 ter sido instaurada somente no exercício de 2018.
Dando continuidade, cumpre rememorar que o Prejulgado n.º 6 deste Órgão de Controle Externo admite, em situações específicas, a contratação de consultorias contábeis e jurídicas, conforme segue:
Consultorias contábeis e jurídicas - Possíveis para questões que exijam notória especialização, em que reste demonstrada a singularidade do objeto ou ainda, que se trate de demanda de alta complexidade, casos em que poderá haver contratação direta, mediante um procedimento simplificado e desde que seja para objeto específico e que tenha prazo determinado compatível com o objeto, não podendo ser aceitas para as finalidades de acompanhamento da gestão. (grifo nosso)
Pois bem, os elementos de convicção disponíveis nas folhas 4 a 6 da Peça Recursal (Peça n.º 109); nas Peças n.º 82 a 98; nas folhas 5 e 6 da Instrução 5234/23-CGM (Peça n.º 101) e nas folhas n.º 5 a 8 da Instrução n.º 5182/24-CGM (Peça n.º 115) indicam que a natureza dos serviços prestados pela empresa Prisma Assessoria Contábil Ltda tinha por finalidade, de fato, o acompanhamento da gestão na área contábil e orçamentária, conforme fundamentação a ser retratada adiante.
Nas folhas n.º 7 e 8 da Instrução n.º 5182/24-CGM (Peça n.º 115) consta a informação de que o objeto contratado seria a "contratação de serviço de empresa especializada para o acompanhamento dos lançamentos referentes a execução do sistema financeiro, orçamentário, patrimonial e compensado do plano de contas do Município, geração e importação dos dados referentes a compras, licitações e contratos" e que a execução contratual perdurou por cerca de 5 anos.
Veja, a descrição do objeto contratado revela, prima facie, a ausência de singularidade e de complexidade dos serviços contratados, sendo que o longo prazo em que se deu a execução do objeto descaracteriza a prestação de serviços como de natureza específica, devendo ser rechaçado qualquer argumento que tente classificar a contratação em apreço com atividade de treinamento à servidores municipais.
Na verdade, a narrativa disposta pelo recorrente nas folhas 4 a 6 da Peça Recursal (Peça nº 109) e as diversas Atas de Audiência Pública acostadas nas Peças n.º 82 a 98 comprovam não só a ausência de complexidade e singularidade do objeto, mas, principalmente, que a sua execução se destinava a atender tarefas rotineiras e triviais afetas à área de execução orçamentária e financeira, configurando, na verdade, a mera prestação de serviços de acompanhamento de gestão.
Inclusive, tal aspecto foi detidamente considerado na fundamentação da decisão recorrida, sendo oportuna a sua reprodução (fl. 4 da Peça n.º 105):
Com efeito. Não se identificou na presente contratação nenhuma situação que exigisse notória especialização ou alta complexidade capaz de justificar a escolha pela terceirização dos serviços. Ao contrário, as explicações reforçaram que competia à empresa contratada a realização das atividades rotineiras, consistindo em orientações para a organização do controle orçamentário de entrada e saída e para o controle de atividades operacionais, em apoio ao funcionário efetivo.
Em conclusão, as contratações analisadas não observaram as disposições contidas no Prejulgado 6 deste Tribunal3, tendo o município transferido à contratada o exercício de funções típicas, ao argumento de que tinham a finalidade de orientar e capacitar servidores. (g.n.)
Desta forma, mostra-se irrelevante a alegação de que a municipalidade detinha em seus quadros, à época dos fatos, ocupante de cargo efetivo de contador, bem como outros profissionais que davam auxílio a este.
Assim, diante de tudo o que foi exposto e em consonância com o posicionamento da unidade de instrução técnica e do Parquet, proponho o conhecimento e não provimento da tese recursal.
3. VOTO (Conselheiro Augustinho Zucchi)
Ante todo o exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO e pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Revista interposto em face do Acórdão n.º 1932/24 – Segunda Câmara (Peça n.º 105).
Nestes termos, com o trânsito em julgado da presente decisão, remeta-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) para registros, e os artigos 175-L do Regimento Interno.
Após, os autos devem ser encaminhados para a Diretoria de Protocolo para encerramento dos autos e inversão da autuação, com a posterior remessa para o Relator originário da decisão recorrida, nos termos do §3º do Art. 32 do Regimento Interno.
4. VOTO DIVERGENTE (Conselheiro José Durval Mattos do Amaral)
Por brevidade deixo de fazer o relato do processo, uma vez que irretocável o apresentado no voto condutor.
Quanto ao mérito, divirjo, respeitosamente, da proposta de voto apresentada pelo exmo. relator, no tocante à manutenção da irregularidade das contas com a aplicação da multa do art. 87, IV, "g" da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 ao Senhor André Luiz Bovo, prefeito no período de 01/01/2013 a 31/12/2020, pois verifico que durante a instrução processual restou devidamente demonstrada a efetiva execução dos serviços contábeis contratados, bem como a boa-fé do gestor na manutenção do contrato, o qual foi precedido de licitação.
Extrai-se dos autos que a empresa Prisma Assessoria Contábil foi contratada pelo Município de São Jorge do Ivaí, mediante licitação, pelo valor mensal de R$ 3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais mensais), com a finalidade de complementar e auxiliar nos serviços de contabilidade e auxiliar no planejamento municipal (peças 22 e 26). A contratação foi julgada irregular em razão da afronta ao disposto no Prejulgado 06-TCE/PR, uma vez que não restou demonstrada a singularidade e complexidade do objeto contratado.
Contudo, tal orientação não resulta na necessidade de que em todo julgamento no qual tal prática tenha sido constatada devam as respectivas contas ser julgadas irregulares. Pelo contrário, verifica-se que esta Corte possui diversos precedentes ressalvando a ofensa ao Prejulgado 06-TCE/PR, em razão das circunstâncias específicas envolvendo cada caso analisado, senão vejamos:
Levando-se em conta que eventual ofensa ao artigo 37, II e V da Constituição Federal e ao Prejulgado n.º 6, não redundou em dano ao erário e, tampouco prejudicou a execução de programa, ato ou gestão, entendo que neste caso, especificamente, deve prevalecer a essência sobre a forma. A verdade material sobre a verdade formal. Os próprios princípios do formalismo moderado, da prudência e da economicidade, trazem supedâneo a este entendimento.
Não se está autorizando o descumprimento das normas legais que regem a matéria. Entretanto, os fatos estão sendo aqui sopesados com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
(Acórdão 3797/18-STP – decisão trazida como paradigma pelo Recorrente)
Com máxima vênia ao voto lançado pelo Relator, ouso apresentar divergência, consoante passo a expor.
A análise do item "exercício de funções técnicas da contabilidade realizadas de forma contrária ao Prejulgado n.º 06 do Tribunal de Contas" me parece absolutamente correta, no sentido de que, efetivamente, não foram observados os preceitos contidos no mencionado julgado normativo.
Divirjo, porém, em relação à consequência da impropriedade, a qual me parece insuficiente para macular as contas de todo um exercício.
Considerando que se trata da única irregularidade mantida, que os valores despendidos estão próximos aos que eram pagos ao contador efetivo aposentado, bem como que a licitação (e a contratação) não foi efetuada no exercício em exame (durante o qual apenas foi mantida a contratação), entendo que pode a falta ser convertida em ressalva.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por maioria absoluta:
I. Julgar regulares as contas do Sr. (...) com ressalvas tocantes a 'exercício de funções técnicas da contabilidade realizadas de forma contrária ao Prejulgado 06-TCE/PR' (...).
(Acórdão 1205/21-S2C)
Assim, considerando que o valor contratado está dentro dos valores praticados no mercado, que o gestor justificou a necessidade da contratação dos referidos serviços e que houve a comprovação da sua efetiva prestação, condições que foram reconhecidas pela unidade técnica durante a instrução processual, divirjo do voto condutor para fins de propor a procedência parcial do presente Recurso de Revista com o consequente julgamento pela regularidade com ressalva das contas do senhor André Luiz Bovo, afastando-se a aplicação da multa do 87, IV, "g" da LC 113/2005.
Ao final, entendo que deve ser igualmente afastada, a comunicação contida no inciso IV[3] da parte dispositiva do Acórdão recorrido, pois o presente feito não se trata da prestação de contas de governo.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de RECURSO DE REVISTA
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto divergente do Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por maioria absoluta, em:
I. Conhecer do presente Recurso de Revista e dar-lhe provimento parcial, com o consequente julgamento pela regularidade, com ressalva, das contas do senhor André Luiz Bovo, afastando-se a aplicação da multa do 87, IV, "g" da LC 113/2005.
II. Afastar a comunicação contida no inciso IV[4] da parte dispositiva do Acórdão recorrido, pois o presente feito não se trata da prestação de contas de governo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA. (voto vencedor)
O Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI votou pelo conhecimento e não provimento do recurso, sendo acompanhado pelo Conselheiro IVAN LELIS BONILHA. (voto vencido)
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Virtual nº 12.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 484. Cabe Recurso de Revista, no prazo de 15 (quinze dias), para o Tribunal Pleno, com efeito devolutivo e suspensivo, contra acórdão proferido por qualquer das Câmaras, ou por ele

próprio nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV, VI e XXXV, do art. 5º, e do parágrafo único do art. 466.
***2**. Acórdão nº 1030/19-STP retificado pelo Acórdão nº 1919/23. Processo nº 573883/09. Relator: Conselheiro Ivan Lelis Bonilha.*
***3**. IV- comunicar, pela Presidência deste Tribunal, esta decisão à Câmara Municipal de São Jorge do Ivaí, na pessoa de seu representante legal, com a concessão de acesso à íntegra dos autos digitais, para apreciação pelo Poder Legislativo das presentes contas de André Luís Bovo, para os fins do artigo 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, devendo a Câmara, oportunamente, juntar aos presentes autos a sua decisão e a íntegra dos autos do respectivo processo decisório;*
***4**. IV- comunicar, pela Presidência deste Tribunal, esta decisão à Câmara Municipal de São Jorge do Ivaí, na pessoa de seu representante legal, com a concessão de acesso à íntegra dos autos digitais, para apreciação pelo Poder Legislativo das presentes contas de André Luís Bovo, para os fins do artigo 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, devendo a Câmara, oportunamente, juntar aos presentes autos a sua decisão e a íntegra dos autos do respectivo processo decisório;*

PROCESSO Nº:-473316/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
INTERESSADO:-HELOISE CAMILA DOS SANTOS FARIA BRANDT, JUCIMARA JOSE DOBRILA, KARIME FAYAD, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, S.W. SOLUÇÕES EM FERRAGENS LTDA.
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1694/25 - TRIBUNAL PLENO

Representação da Lei de Licitações. Município de Rio Branco do Sul. Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2024. 1) Observância da sequência estabelecida no art. 17 da Lei nº 14.133/2021, inexistindo afronta ao devido processo legal. 2) É possível a complementação documental por meio de diligências, nos termos do art. 64, I e §1º, da Lei Federal nº 14.133/2. 3) A exigência de licença ambiental para manejo de resíduos deve ser comprovada apenas no momento da assinatura do contrato, não constituindo requisito para a fase de habilitação. 4) Ausência de vícios que justifiquem a inabilitação da empresa vencedora ou a anulação da licitação. Improcedência.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Representação, nos termos do art. 170 §4º[1], da Lei n.º 14.133/2021, cumulada com pedido de medida cautelar de suspensão, formulada pela empresa S.W. SOLUÇÕES EM FERRAGENS LTDA contra o MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, representada pela Prefeita Municipal, Sra. KARIME FAYAD, por meio da qual relata possível irregularidade no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 018/2024, cujo objeto se consubstancia na contratação do serviço de "Coleta Regular e Transporte até a Estação de Transbordo de Resíduos Sólidos Domiciliares", conforme especificações previstas em edital[2], tendo como parâmetro de valor máximo de contratação o montante de R$ 2.864.400,00 (dois milhões oitocentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais) e prazo de execução estipulado em 12 (doze) meses.

Em síntese, foi narrado o seguinte contextos fático (Peça nº 3): (i) a sessão pública do referido certame ocorreu no dia 05/04/2024 e diversas empresas participaram dessa etapa; (ii) a empresa JJ Transportes e Terraplanagens Ltda ME foi inabilitada por duas vezes, com a consequente convocação da ora Representante (SW Ambiental) para apresentar a respectiva documentação, sendo declarada habilitada em 19/04/2024; (iii) aberta a fase recursal, a impugnação da empresa JJ Transportes foi julgado procedente, classificando-a, em razão disso, como vencedora do certame; (iv) aberta novamente a fase recursal, a Representante interpôs recurso em face do acolhimento da tese recursal da empresa JJ Transportes, o qual foi julgado improcedente, mantendo classificada a referida licitante e (v) houve atropelos na condução do certame, pois se discutiu inabilitação das participantes quando o processo ainda estava na fase de proposta de preços, assim como a adjudicação à empresa JJ Transportes, sem transpor a fase de habilitação, havendo, inclusive, protocolo realizado pela Representante que aponta falha na documentação da JJ Transportes.

A partir do contexto fático acima retratado, a Representante, em suma, aponta as seguintes irregularidades: (i) Supressão de Fases: a fase de habilitação foi atropelada, com empresas sendo inabilitadas ou adjudicadas sem o devido processo, desrespeitando os procedimentos estabelecidos no edital e na Lei n.º 14.133/21(fls. 6 a 10 da Peça nº 3); (ii) Qualificação Econômico-Financeira: a vencedora do certame (JJ Transportes e Terraplanagens Ltda.) apresentou apenas um balancete referente ao ano de 2023, não cumprindo a exigência do edital (item 1.4.1.1, do Anexo II) e da lei (art. 69, I) de apresentar balanços patrimoniais dos dois últimos exercícios sociais (fl. 10 a 11 da Peça nº 3); (iii) Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista: o vencedor do certame apresentou cadastro municipal vencido na data da sessão de abertura das propostas (fls. 11 a 12 da Peça nº 3); (iv) Cadastro Estadual Incompatível com o Objeto Contratual: a documentação referente cadastro estadual indica a incompatibilidade entre as atividades econômicas da JJ Transportes e Terraplanagens Ltda e o objeto do Edital do certame (fl. 12 da Peça nº 03); (v) Qualificação Técnica: (v.a) a vencedora do certame não apresentou a Licença de Manejo e Transporte de Resíduos Classe II vigente, conforme exigido pelo item 1.19 do Edital, tendo sido entregue apenas a licença para transporte de cargas em geral, não específica para manejo de resíduos sólidos (fls. 12 a 16 da Peça nº 3) e (v.b) não há qualquer impedimento legal quanto à exigência das licenças operacionais, dentre elas a de MANEJO, vigentes na fase de habilitação, uma vez que tal exigência se destina exclusivamente a selecionar o contratante que atenda todas as condições efetivamente necessárias ao cumprimento do contrato (fls. 16 a 21 da Peça nº 3).

Ao final, foi requerida, cautelarmente, a suspensão da tramitação do certame e, no mérito, a sua anulação em razão dos vícios ora expostos ou, alternativamente, a declaração de inabilitação da empresa JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA ME, seguindo o processo de julgamento em face da documentação a ser apresentada pela empresa ora Representante (fl. 24 da Peça nº 3).

Autos distribuídos por sorteio para a minha relatoria, conforme Termo nº 4151/24-DP (Peça nº 14).

Por meio do Despacho nº 811/24-GCAZ (Peça nº 15), foi determinada a oitiva prévia do jurisdicionado, tendo sido requisitado, a título de diligência, a juntada da cópia integral do processo administrativo referente a fase interna e externa do certame e demais esclarecimentos.

O Município de Rio Branco do Sul, por meio da Petição Intermediária nº 508349/24 (Peças nº 20 a 23), trouxe ao autos cópia do Processo Administrativo referente a fase interna e externa e prestou, em síntese, os seguintes esclarecimentos: (i) após a fase de disputa a pregoeira, por equivoco, empregou o termo equivocadamente os termos inabilitação/desclassificação, inexistindo erro material que possa ter ocasionado algum tipo de prejuízo aos licitantes (fl. 8 da Peça nº 20); (ii) fundamentado no princípio da instrumentalidade das formas e no poder de diligência concedido por lei ao pregoeiro, as pendências relativas ao balanço patrimonial da vencedora do certame foram supridas em momento oportuno, não havendo o que se falar em irregularidade (fls. 9 a 12 da Peça nº 20); (iii) o instrumento convocatório exige, tão só, a compatibilidade entre a atividade e econômica da licitante e o objeto do certame, o que restou caracterizado no caso concreto, sendo que tal conclusão funda-se no enunciado da Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União (fls. 13 a 15 da Peça nº 20); (iv) o item 1.3 do instrumento convocatório exige prova de inscrição no cadastro de contribuinte na esfera estadual e/ou municipal, sendo que, no caso em apreço, ambos os documentos foram entregues (fls. 15 e 16 da Peça nº 20); (v) o item 1.21 do edital, em atenção ao princípio da competitividade e a jurisprudência dos TCEPR, é claro ao prever que a Licença de Manejo e Transporte de Resíduos Classe II deverá ser entregue no ato de assinatura do contrato eis que concerne ao local em que as atividades serão executas e não a pessoa jurídica que prestará o serviço (fls. 17 a 20 da Peça nº 20).

A admissibilidade do feito deu-se mediante a expedição do Despacho nº 911/24-GCAZ (Peça nº 25), tendo sido indeferido o pleito cautelar e determinada a citação da Secretária Municipal de Meio Ambiente, pasta responsável pela condução do certame, (Sra. Jucimara José Dobrila) e da servidora responsável pela condução da fase externa do procedimento licitatório (Sra. Heloise Camila dos Santos Faria Brandt).

Feitas as comunicações processuais (Peças nº 26 a 31 e 37 a 43), houve o decurso de prazo sem que fosse apresentado contraditório pelas partes, devendo ficar consignado que as manifestações acostadas mediante Petição Intermediária nº 610518/24 (Peça nº 33) não foram acolhidas por este Relator como alegações de defesa, mas permaneceram neste autos como fontes de informação, consoante fundamentação do Despacho nº 1151/24-GCAZ (Peça nº 35).

Instada a se manifestar, a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM), conforme Instrução nº 701/25-CGM (Peça nº 45), posicionou-se pela improcedência da representação.

O Ministério Público de Contas (MPC), por seu turno, corroborou com entendimento exposto pela CGM, concluído pela ausência de irregularidade e opinando pela improcedência da presente Representação da Lei de Licitações, consoante disposto no Parecer nº 222/25 - 6PC (Peça nº 46).

É a breve síntese processual.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Inexistindo questões preliminares a serem consideradas, passo a análise de mérito.

No tocante à alegação de ocorrência de supressão de fases (fls. 6 a 10 da Peça nº 3), reafirmo, em sede de cognição exauriente, o posicionamento por mim defendido na fundamentação do Despacho nº 811/24-GCAZ (Peça nº 15) no sentido de que os elementos de informação disponíveis na folhas nº 2 a 4 da Peça nº 20 e na ordem da documentação relativa a fase externa do certame (fls. 490 a 875 da Peça nº 21 e Peças nº 22 e 23) indiciam que a tramitação do Pregão Eletrônico 18/2024 respeitou a sequência do art. 17 da Lei Federal 14.133/21, devendo ficar registrado que a revisão de decisões administrativas, fundadas no dever de autotutela, podem ter criado algum tumulto na tramitação do procedimento licitatório, circunstância que, data vênia, não constitui motivo idôneo para configurar a irregularidade apontada pela Representante.

Inclusive, as evidências disponíveis nas folhas nº 3 a 6 da Instrução nº 701/25-CGM (Peça nº 45) dão suporte a conclusão acima esboçada, sendo oportuna a reprodução dos seguintes trechos da peça instrutiva:

Assim, observa-se que, após a etapa de lances, os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado são analisados em conjunto, o que pode ter causado certa confusão quanto aos termos desclassificação e inabilitação por parte da Pregoeira, porém não se vislumbra supressão de fases no certame.

Isso porque, no presente caso, a Pregoeira examinou devidamente os documentos encaminhados pela licitante classificada em primeiro lugar, referentes à proposta e à habilitação, solicitando o envio de arquivos faltantes, a fim de verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos. Havendo a desclassificação/inabilitação da primeira empresa, a JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA ME passou a ser a licitante melhor classificada, tendo sua documentação analisada.

Posto isso, verifica-se que a JJ foi declarada inabilitada a princípio, por não cumprir requisitos do edital referentes à proposta. Todavia, após a fase recursal, foi dado provimento ao Recurso interposto pela empresa, concedendo prazo para alteração de sua planilha de preços. Após outra desclassificação da JJ, houve nova abertura do prazo recursal, de modo que a empresa teve mais uma vez seu recurso julgado procedente, sendo classificada como vencedora do certame.

[...]

Sendo assim, o acolhimento do recurso da empresa e a decisão pela sua classificação e habilitação no certame estão em consonância com o disposto nas Súmulas nº 346 e nº 473 do Supremo Tribunal Federal (STF):

[...]

Assim, ainda que tenha havido a desclassificação/inabilitação da licitante, não se verifica ilegalidades em sua posterior declaração como vencedora, visto que os licitantes possuem o direito de apresentar recurso relativo às fases de julgamento e habilitação e a Administração possui o poder de controlar seus próprios atos, anulando ou revogando-os.

À vista disso, a posterior adjudicação do objeto também seguiu devidamente as normativas pertinentes, nos termos do art. 71 da Lei de Licitações e do art. 45 do Decreto nº 10.024/2019:

[...]

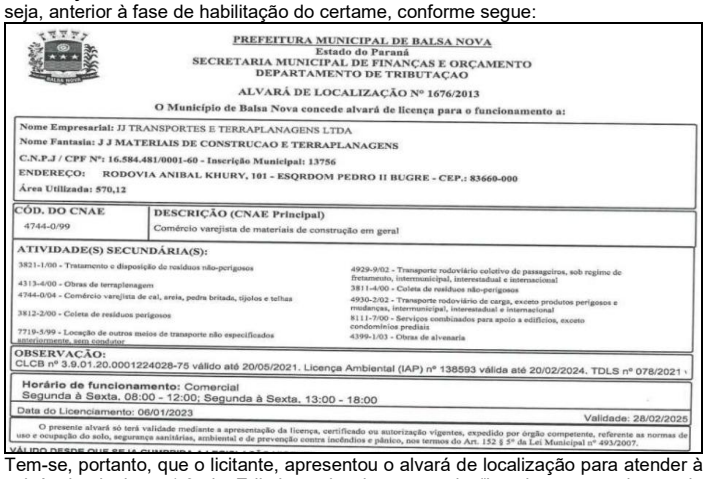
Dado o exposto, ainda que tenha havido certa confusão em relação aos termos desclassificação e inabilitação durante o procedimento licitatório, não se vislumbra supressão de fases no certame, tendo sido observada a sequência de etapas estabelecida pelo art. 17 da Lei de Licitações. (g.n)

Logo, o contexto fático e jurídico ora retratado evidencia que não houve a ocorrência de supressão de fases na tramitação da fase externa do Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2024, restando afastada a irregularidade suscitada na exordial.

No que concerne a qualificação econômico-financeira (fl. 10 a 11 da Peça nº 3), recorro, novamente, aos fundamentos lançados no Despacho nº 811/24-GCAZ (Peça nº 15), devendo ficar registrado, a priori, as seguintes disposições da Lei Federal nº 14.133/21:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência,

para:
I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
[...]
Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:
I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital. (grifo nosso)
O regramento sobre a fase de habilitação primou pela aplicação do princípio da instrumentalidade das formas, ou seja, o ato procedimental não se constitui em um fim em si mesmo, representando mero instrumento para se atingir a finalidade precípua visada pela Administração.
No caso concreto, consta nas folhas nº 752 e 753 do Processo Administrativo nº 1474/2024 (Peça nº 21) Declaração de Capacidade Financeira emitida pela JJ Transportes e Terraplanagens LTDA e assinada por contabilista responsável com os cálculos dos índices contábeis relativos ao exercício de 2023. Não bastasse isso, anoto que nas folhas nº 777 a 781 do Processo Administrativo nº 1474/2024 (Peça nº 21) consta Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado com referências aos exercícios de 2023 e 2022.
Nesse contexto, observa-se que a solicitação de complementação de informações relativas as demonstrações contábeis do exercício de 2022 feita pela Representada buscou-se a suplementação de dados acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e necessários para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, nos termos do art. 64, I e §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
Com relação à questão da qualificação fiscal, social e trabalhista (fls. 11 a 12 da Peça nº 3), o documento disponível na folha nº 16 dos esclarecimentos prestado pela Representada (Peça nº 20) indicia, de maneira clara, a existência do Alvará de Localização com data de concessão de 06/01/2023 e de validade até 28/02/2025, ou seja, anterior à fase de habilitação do certame, conforme segue:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇAO

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO Nº 1676/2013

O Município de Balsa Nova concede alvará de licença para o funcionamento a:

Nome Empresarial: JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA
Nome Fantasia: J J MATERIAIS DE CONSTRUCAO E TERRAPLANAGENS
C.N.P.J / CPF Nº: 16.584.481/0001-60 - Inscrição Municipal: 13756
ENDEREÇO: RODOVIA ANIBAL KHURY, 101 - ESQRDOM PEDRO II BUGRE - CEP.: 83660-000
Área Utilizada: 870,12

CÓD. DO CNAE	DESCRIÇÃO (CNAE Principal)
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral

ATIVIDADE(S) SECUNDÁRIA(S):

3821-1/00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
4313-4/00 - Obras de terraplenagem
4744-0/04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos
7719-5/99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
4929-9/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos
4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
8111-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
4399-1/03 - Obras de alvenaria

OBSERVAÇÃO:
CLCB nº 3.9.01.20.0001224028-75 válido até 20/05/2021. Licença Ambiental (IAP) nº 138593 válida até 20/02/2024. TDLS nº 078/2021

Horário de funcionamento: Comercial
Segunda à Sexta, 08:00 - 12:00; Segunda à Sexta, 13:00 - 18:00

Data do Licenciamento: 06/01/2023 Validade: 28/02/2025

O presente alvará só terá validade mediante a apresentação da licença, certificado ou autorização vigentes, expedido por órgão competente, referente as normas de uso e ocupação do solo, segurança sanitárias, ambiental e de prevenção contra incêndios e pânico, nos termos do Art. 152 § 5º da Lei Municipal nº 493/2007.

Tem-se, portanto, que o licitante, apresentou o alvará de localização para atender à exigência do item 1.3 do Edital, qual seja, prova da "inscrição no cadastro de contribuinte no município de sede da licitante", No caso, imprecisa é a alegação de que o referido documento estava vencido desde o dia 20/02/2024, sendo descabido supor que a anotação de vencimento de licença ambiental, não correlacionada ao objeto do certame, tenha o condão de caracterizar a nulidade e/ou cancelamento do cadastro de contribuinte municipal da licitante vencedora.
Ora, se assim não for, estar-se-á diante de burocracia inútil, desarrazoada e contrária à diversos preceitos inseridos expressamente na Nova Lei de Licitações, tais como os princípios da instrumentalidade das formas, da proporcionalidade, da eficiência, da segurança jurídica, dentre outros.
Neste ponto, me parece, data vênia, que a conduta da pregoeira se mostrou compatível com as disposições do art. 64, I e §1º, da Lei Federal nº 14.133/21, eis que o documento acima reproduzido se prestou a atestar fato constitutivo preexistente à época da abertura do certame, qual seja, a de que a licitante vencedora possuía inscrição no cadastro de contribuinte no município de sua sede.
Quanto a entrega de cadastro estadual incompatível com o objeto contratual (fl. 12 da Peça nº 03), assiste razão à Representada no sentido de que a atividade econômica da licitante deve guardar semelhança ou pertinência com o objeto do contrato.
O Tribunal de Contas da União, de longa data, já expediu orientação administrativa acerca da desnecessidade de se exigir do contrato social ou dos respectivos cadastros de contribuintes a descrição detalhada do objeto social de todas as subatividades complementares à sua atividade principal, conforme segue:
11. No que tange à questão de o objeto social ser incompatível com a atividade de transporte de pessoas, verifico uma preocupação exacerbada por parte dos gestores ao adotar a decisão de inabilitar a empresa. A administração procurou contratar uma prestadora de serviços devidamente habilitada para o exercício dos serviços terceirizados e, ao constatar que o objeto social da empresa Egel, na época da licitação, era "locação de veículos; locação de equipamentos; coleta, entrega e transporte terrestre de documentos e/ou matérias", vislumbrou que não estava incluída a possibilidade do transporte de pessoas.
12. De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviço de transporte de pessoas almejado pela CNEN. Porém, constam dos autos três atestados de capacidade técnica apresentados pela Egel que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. (fls. 90, 99 e 100).
13. Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as subatividades complementares à atividade principal. (Acórdão nº 571/2006 – 2ª Câmara. Relator: Ministro Marcos Bemquerer. Processo nº 773/2005-6.)
No caso em apreço, consta no contrato social da licitante vencedora (fl. 738 da Peça nº 20) as atividades: (i) Coleta de Resíduos Sólidos não Perigosos (CNAE 3811-4/00) e Coleta de Resíduos Perigosos (CNAE 3812-2/00). Logo, o objeto do certame não constitui atividade estranha ao objeto social da empresa.
Conclusão semelhante consta nas folhas nº 10 a 12 da Instrução nº 701/25-CGM, tendo sido evidenciada, ainda, a existência de atividades compatíveis com a do objeto do certame inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da licitante vencedora, devendo, portando, se afastada a irregularidade ora suscitada pela Representante.
Por fim, no tocante a qualificação técnica, de fato, a Licença de Manejo e Transporte de Resíduos Classe II tem cunho operacional e diz respeito ao local em que as atividades serão executas e não à pessoa jurídica que prestará o serviço.
Sobre o tema, oportuno citar precedente deste Tribunal de Contas sobre o tema:
Representação da Lei nº 8.666/1993 – Concorrência Pública – Prestação de serviços de coleta, transporte, transbordo, tratamento, disposição final de resíduos domiciliares e de saúde diversos, desobstrução mecanizada de bocas de lobo e hidrojateamento de galerias – Supostas Irregularidades: (...) (v) impossibilidade de exigência e apresentação de licenças de operação na fase de habilitação e inexistência de imposição legal de licença de operação para coleta e transportes de resíduos sólidos urbanos – Pela procedência parcial – Determinações e Recomendações (Processo nº 26094/16. Acórdão º 4663/16 – Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro José Durval Mattos do Amaral)
Logo, a exigência do item 1.21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 18/2024 é compatível com o entendimento predominante deste Tribunal na medida que limitou a entrega de licença ambiental de cunho operacional para o ato de assinatura do contrato.
Diante de tudo o que foi exposto, proponho o julgamento pela improcedência desta Representação, eis que não restou demonstrada violação à preceitos da Lei Federal nº 14.133/21 e, tão pouco, a jurisprudência desta Corte de Contas.
3. VOTO
Diante do exposto, acolho integralmente a instrução técnica e o parecer ministerial e VOTO pela IMPROCEDÊNCIA desta representação, uma vez que não foram constatadas impropriedades que comprometessem a legalidade e a regularidade do processo licitatório.
Com o trânsito em julgado da presente decisão, encerre-se o feito junto a Diretoria de Protocolo, conforme previsão do art. nº 398, §1º, do Regimento Interno.
4. MANIFESTAÇÃO REGISTRADA EM SESSÃO
Na presente sessão virtual de julgamento, o Conselheiro Durval Mattos do Amaral, registrou, em 03.07.2025, na página de votação: "Concordo com a proposta do relator, mas destaco que no corpo do voto é citado precedente equivocado, da minha lavra, quando em verdade deveria constar o Acordão nº 2692/24 TP, também de minha lavra, o qual reflete o posicionamento atual sobre o caso".
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I - Julgar, nos termos da instrução técnica e do parecer ministerial, IMPROCEDENTE esta representação, uma vez que não foram constatadas impropriedades que comprometessem a legalidade e a regularidade do processo licitatório;
II – determinar, após o trânsito em julgado da presente decisão, o encerramento do processo na Diretoria de Protocolo, conforme previsão do art. nº 398, §1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 170. [...] § 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
2. Peça n.º 06.

PROCESSO Nº:-487570/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
INTERESSADO:-COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, GIOVANE MENDES DE CARVALHO, MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1695/25 - TRIBUNAL PLENO
Representação. Município de Alto Piquiri. Irregularidade na execução de despesas com pessoal. Pagamento de horas extras em período vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ausência de manifestação do ente municipal. Procedência com aplicação de multa.

1 - RELATÓRIO
Tratam os autos de Representação proposta pela COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO (CAGE)[1], com base no § 3º do art. 277 do Regimento Interno[2], por meio da qual aponta irregularidades nos gastos com pessoal do MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, em período que a municipalidade se encontrava com índice de pessoal acima do limite prudencial.
Em síntese, constatou a CAGE que o Município contratou e realizou o pagamento de horas extras aos servidores em 2023, período em que estava acima do limite prudencial da despesa com pessoal, descumprindo a vedação prevista no art. 22, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)[3].
A irregularidade detectada se referiu ao pagamento[4] de horas extras durante os meses de janeiro (63 servidores), abril (72 servidores), agosto (73 servidores) e dezembro de 2023 (79 servidores), resultando em total estimado de R$ 311.023,13[5] (trezentos e onze mil, vinte e três reais e treze centavos).
Ademais, ressaltou a unidade técnica que o Município descumpriu o art. 40[6] da Lei n.º 656/2022, que trata das diretrizes municipais para 2023, que afasta a possibilidade do pagamento da referida verba quando o município atingir o limite prudencial da despesa com pessoal.
Assim, com base nas constatações supra, a CAGE requereu a procedência da Representação, a fim de que seja reconhecida a irregularidade apontada, com a consequente aplicação de multa administrativa ao Prefeito Municipal, ordenador de despesa e gestor máximo do município, tendo em vista que foi omisso na adoção de medidas que restringissem a contratação e o pagamento das horas extras em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Em sede de juízo de cognição sumária, houve o recebimento da presente Representação, pois verificou-se haver indícios de irregularidades, momento em que foi determinada a citação do Município de Piquiri para o devido exercício do contraditório, nos termos do Despacho n.º 934/24 – GCAZ[7].
Apesar de perfectibilizada a respectiva citação[8], nos termos do art. 381, inciso II, § 1º, b, do Regimento Interno[9], o Município de Piquiri optou por permanecer inerte, com o consequente decurso do prazo sem apresentação de resposta, conforme certidão de decurso do prazo[10].
Com o prosseguimento do feito para instrução, a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) constatou que o Executivo local realizou pagamentos de horas extras a servidores mesmo estando com o índice de despesa com pessoal acima do limite prudencial fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, parágrafo único, V). Tal prática, vedada expressamente pela LRF e pela própria Lei de Diretrizes Orçamentárias do município, evidenciou afronta à norma legal, agravada pela omissão do Prefeito diante de alertas emitidos por este Tribunal de Contas e pelo Controle Interno.
À vista disso, a unidade técnica opinou pela procedência da presente Representação, com aplicação de multa ao Senhor Giovane Mendes de Carvalho, Prefeito do Município de Alto Piquiri, nos termos da Instrução n.º 516/25 – CGM[11].
O Ministério Público de Contas (MPC), por sua vez, analisou a controvérsia acerca da legalidade dos gastos de pessoal, especificamente o pagamento de horas extras, e verificou que o relatório da CAGE apontou que, em 2023, o Município ultrapassou o limite prudencial para despesas com pessoal e, mesmo assim, pagou horas extras a servidores, o que é vedado pela LRF. O Parquet de Contas destacou a ausência de manifestação do interessado, apesar da regular intimação. O MPC confirmou que a municipalidade teve gastos irregulares que totalizaram R$ 311.023,13, desrespeitando alertas anteriores sobre o limite de despesas. Concluiu que a situação evidencia que o gestor tinha plena ciência da vedação imposta pelo art. 22, parágrafo único, inciso V, da LRF, configurando conduta dolosa.
Diante disso, o MPC opinou pela procedência da Representação, recomendando a aplicação de multa, prevista no artigo 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005[12], ao Prefeito, Senhor Giovane Mendes de Carvalho, consoante Parecer n.º 176/25 - 2PC[13].
É a síntese fática processual.
2 - FUNDAMENTAÇÃO
De imediato, acolho a Instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e o Parecer do Ministério Público de Contas (MPC), pela procedência da Representação, pois os fatos apurados e a ausência de justificativas por parte do responsável demonstram a ocorrência da irregularidade apontada.
A questão central reside na legalidade do pagamento de horas extras a servidores municipais em período no qual o Município de Alto Piquiri se encontrava com seu índice de despesa total com pessoal acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
A Lei Complementar n.º 101/2000, em seu art. 22, parágrafo único, inciso V, é clara ao vedar, quando a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, a contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
No caso em tela, conforme demonstrado pela unidade técnica e corroborado pelo Ministério Público de Contas, o Município de Alto Piquiri ultrapassou o limite prudencial (95% do limite máximo) em 2023, com índices de despesa com pessoal de 53,55% (2º sem/2022), 53,42% (1º sem/2023) e 52,04% (2º sem/2023), sendo o limite prudencial de 51,30%.
Ademais, a Lei Municipal n.º 656/2022, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023, em seu art. 40, previu a possibilidade de realização de horas extras apenas "quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da LRF (Art. 22, Parágrafo Único, V da LRF)". A citada disposição legal municipal, ao reproduzir a vedação contida na LRF, reforça a ilegalidade dos pagamentos de horas extras efetuados em 2023, período em que o Município se encontrava acima do limite prudencial.
Com base nas informações dos autos, é possível constatar que o Município realizou o pagamento de horas extras a um número significativo de servidores nos meses de janeiro, abril, agosto e dezembro de 2023, totalizando um valor estimado de R$ 311.023,13 (trezentos e onze mil, vinte e três reais e treze centavos).
A gravidade da conduta é acentuada pela ausência de qualquer justificativa apresentada pelo Prefeito Municipal, Sr. Giovane Mendes de Carvalho, mesmo após ter sido regularmente citado nos autos. A falta de resposta à citação impede a análise de eventuais argumentos que pudessem afastar ou mitigar a irregularidade.
O Controle Interno do Município, por sua vez, ao responder ao Apontamento Preliminar de Acompanhamento, confirmou que o gestor municipal havia sido alertado sobre as irregularidades no pagamento de horas extras e sobre a situação do índice de despesa com pessoal[14].
Tal informação, aliada aos alertas emitidos pelo próprio Tribunal de Contas, abaixo, sobre o atingimento do limite prudencial, demonstra que o Prefeito tinha ciência da vedação legal e da situação fiscal do Município.

Nome da Entidade	Data da Análise	Ano da Análise	Período da Análise	Tipo do Alerta	Data de Ciência do Alerta	Nº do DETC
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI	06/09/2023	2023	1º Semestre	Alerta - Pessoal Executivo 95%	12/09/2023	3061
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI	18/03/2024	2023	2º Semestre	Alerta - Pessoal Executivo 95%	20/03/2024	3174
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI	27/03/2024	2023	2º Semestre	Alerta - Pessoal Executivo 95%	01/04/2024	3179
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI	15/04/2024	2023	2º Semestre	Alerta - Pessoal Executivo 95%	16/04/2024	3191

A conduta de ordenar ou permitir o pagamento de horas extras em desacordo com a LRF e a LDO municipal, mesmo ciente das restrições e alertas, configura, no mínimo, erro grosseiro, passível de sanção por esta Corte de Contas.
O Ministério Público de Contas, em seu parecer, foi enfático ao afirmar que a situação evidencia que o gestor tinha plena ciência da vedação imposta pelo art. 22, parágrafo único, inciso V, da LRF, configurando uma conduta dolosa. A omissão em adotar medidas para coibir os pagamentos irregulares, mesmo após ser alertado pelo Controle Interno e pelo Tribunal de Contas, demonstra a inobservância deliberada da legislação pertinente.
A aplicação de multa administrativa em casos de violação ao art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal é medida que encontra respaldo na jurisprudência desta Corte.
Conforme citado pela CGM em sua instrução, o Acórdão n.º 2263/22 - Primeira Câmara deste Tribunal, ao julgar irregulares contas extraordinariamente tomadas, aplicou multa ao responsável em razão, entre outras irregularidades, da contratação de horas extras em período de extrapolação das despesas de pessoal, em condição vedada pelo art. 22, parágrafo único, inciso V da LRF, conforme abaixo:
"[...] Acerca do assunto, esta Corte também já se manifestou sobre o tema no sentido de que o pagamento de horas extras, quanto acima do limite prudencial, somente poderia ocorrer em situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias, violando, no presente caso, o disposto no art. 22, parágrafo único, inciso V, da LRF. No presente caso, não restou comprovado que os pagamentos de ocorreram conforme a situação descrita.
Nos mesmos termos dos achados anteriores, tais pagamentos ocorreram quando o interessado possuía ciência de que o Poder Executivo Municipal figurava com o índice de despesas com pessoal acima do limite prudencial (95% do total) fixado na LRF, tendo em vista que este Tribunal de Contas o advertiu formalmente por meio de sucessivas notificações encaminhadas pelo Sistema Gerenciador de Acompanhamento (SGA).
[...]
Por tal razão, assim como a unidade proponente e a CGM, entendo pela procedência do presente achado, devendo ser imputada ao então Prefeito Municipal, sr. ODIR ANTONIO GOTARDO, a multa administrativa prevista no art. 87, IV, g, da LCE nº 113/05".
No mesmo sentido os Acórdãos abaixo:
"[...] Por fim, não menos importante, é necessário destacar que o Município de Ibaiti, no primeiro quadrimestre de 2018, ultrapassou significativamente o teto de 54% da receita corrente liquida em despesas com pessoal, nos termos do artigo 20, III, "b", da LRF, e não apenas o limite prudencial de 95% desse percentual (51,3%), e mantendo tal extrapolação nos quadrimestres subsequentes, deixou de atender ao que prescreve o artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, segundo o qual: [...]
Assim, sendo inconteste a extrapolação acima dos 95% do limite máximo das despesas com pessoal durante todo o período em análise – janeiro de 2018 até junho de 2019 – e sabendo-se que no exercício de 2017 as despesas com pessoal municipal já alcançavam o percentual de 57,68% da RCL, passa-se ao exame dos três apontamentos de violação à expressa disposição legal prevista no artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000.
[...]
Dessa feita, a autorização e pagamento de horas extras em situação de extrapolação aos 95% do limite das despesas com pessoal restou configurada, não sendo apta a defesa apresentada a afastar a constatação de desobediência franca ao artigo 22, V, da LRF, o que impõe seja reconhecida a irregularidade do apontamento.[...]
Não afastadas as irregularidades que ensejaram a instauração da presente tomada de contas extraordinária, impõe-se a aplicação, por uma vez, da multa prevista no art. art. 87, IV, "g", da Lei Complementar nº 113/2005, ao responsável, Sr. Antonely de Cassio Alves de Carvalho. [...] [Acórdão n.º 3025/22 - Primeira Câmara, de relatoria do Conselheiro Fernando Augusto de Mello Guimarães].
[...] Com razão a unidade técnica, pois houve o pagamento de horas extras e a nomeação de servidores mesmo quando ultrapassado 95% do limite legal.
No período de janeiro de 2018 a agosto de 2019 foram pagos R$ 476.721,12 (quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e vinte e um reais e doze centavos) em horas extraordinárias aos servidores do município, sendo que quando extrapolado o limite prudencial, a LRF permite o pagamento de horas extras apenas nas situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, houve ao menos 14 nomeações de servidores efetivos/comissionados. Nesta situação, somente seria possível a nomeação de servidores para a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança. Nesse contexto, mostra-se procedente a representação.
Assim, conforme fundamentação acima, entendo razoável e proporcional a aplicação de apenas uma multa do art. 87, IV, g, da Lei Orgânica ao senhor Alan Rogério Pettenazzi, Prefeito Municipal, em razão da violação do art. 22, parágrafo único, inc. IV e V, da LRF, pelo fato de o gestor ter sido o responsável pelas nomeações, e pelo pagamento de horas extraordinárias em desconformidade com a Lei. [Acórdão n.º 2609/20 - Tribunal Pleno, de relatoria do Conselheiro Fábio de Souza Camargo].
Nesse contexto, verifico que a situação fática do presente procedimento se amolda perfeitamente à hipótese de aplicação da multa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, que sanciona a prática de ato administrativo que resulte em contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário.
Assim, considerando a robusta fundamentação apresentada na peça representativa, assim como na instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e no parecer do Ministério Público de Contas (MPC), entendo que a Representação deve ser julgada procedente, com a aplicação da multa administrativa ao gestor responsável.
3 - VOTO

Ante todo exposto, com fulcro no art. 32, inciso XII e art. 275 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, VOTO pela PROCEDÊNCIA da presente Representação, diante da constatação da irregularidade consistente no pagamento de horas extras a servidores em período no qual o Município se encontrava com seu índice de despesa total com pessoal acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em violação ao disposto no art. 22, parágrafo único, inciso V, da LC n.º 101/2000 e no art. 40 da Lei Municipal n.º 656/2022.
Determino a APLICAÇÃO DE MULTA ADMINISTRATIVA, com fulcro no art. 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, ao Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, na qualidade de administrador máximo, ordenador de despesas do ente municipal e responsável prática do ato administrativo que resultou em contrariedade à norma legal.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para anotações e providências necessárias.
Após, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I - Julgar, com fulcro no art. 32, inciso XII e art. 275 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, PROCEDENTE a presente Representação, diante da constatação da irregularidade consistente no pagamento de horas extras a servidores em período no qual o Município se encontrava com seu índice de despesa total com pessoal acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em violação ao disposto no art. 22, parágrafo único, inciso V, da LC nº 101/2000 e no art. 40 da Lei Municipal nº 656/2022;
II – aplicar a MULTA ADMINISTRATIVA, com fulcro no art. 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, ao Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, na qualidade de administrador máximo, ordenador de despesas do ente municipal e responsável prática do ato administrativo que resultou em contrariedade à norma legal;
III – determinar após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para anotações e providências necessárias;
IV - encaminhar à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Peças n.º 03 a 12.
__2__. Art. 277. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas pelos interessados e autoridades, na forma prevista no art. 32, I a VI, da Lei Complementar nº 113/2005. [...] § 3º A representação poderá ser proposta pelas unidades técnicas do Tribunal de Contas e pelas comissões especiais formadas para a execução de fiscalizações, observada a necessidade de encaminhamento pelo respectivo dirigente ou responsável e o disposto no art. 267-A, § 1º, deste Regimento Interno.
__3__. Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.
Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: [...]
V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6o do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
__4__. Informações obtidas na folha de pagamento informada no SIAP pelo jurisdicionado.
__5__. Valor correspondente à soma do valor das horas extras pagas aos servidores nos meses da amostra de fiscalização, no caso, janeiro/2023, abril/2023, agosto/2023 e dezembro/2023.
__6__. Art. 40. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização das horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da LRF (Art. 22, Parágrafo Único, V da LRF)
__7__. Peça n.º 15.
__8__. Conforme AR do Ofício OCN – 2258/2024 – DP, peça n.º 18.
__9__. Art. 381. As citações e intimações serão realizadas por uma das seguintes modalidades, conforme o caso: [...]
II - via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento; [...]
§ 1º As citações e intimações consideram-se perfeitas: [...]
b) por via postal, mediante ofício registrado, com a juntada aos autos do aviso de recebimento pela unidade administrativa, no prazo máximo de 3 (três) dias, contado do retorno do respectivo aviso ao Tribunal;
__10__. Peça n.º 19.
__11__. Peça n.º 21.
__12__. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: [...]
IV - No valor de 40 (quarenta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: [...]
g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário;
__13__. Peça n.º 22.
__14__. Peças n.º 07 e 09 a 11.

PROCESSO Nº:-489239/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE CLEVELANDIA
INTERESSADO:-COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, MUNICIPIO DE CLEVELANDIA, RAFAELA MARTINS LOSI
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1696/25 - TRIBUNAL PLENO

Representação. Município de Clevelândia. Gastos com pessoal em período com índice acima do limite prudencial. Realização de atos vedados pela LRF. Concessão de vantagens remuneratórias. Provimento de cargos públicos. Contratação de horas extras. Contabilização incorreta de despesa com terceirização de mão de obra. Afronta aos art. 18, §1º, e art. 22, parágrafo único, incisos I, IV e V, da LRF. Procedência parcial. Aplicação de multa. Determinação.
1 - RELATÓRIO
Tratam os autos de Representação proposta pela COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO (CAGE)[1], com base no § 3º do art. 277 do Regimento Interno[2], por meio da qual aponta irregularidades nos gastos com pessoal do MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, em período com índice de pessoal acima do limite prudencial.
Tais irregularidades foram verificadas durante fiscalização iniciada em dezembro de 2023, por meio de fiscalização por acompanhamento n.º 0371/2023.
Em síntese, a Irregularidade n.º 1 trata da realização de atos vedados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em períodos acima do limite prudencial.
Verificou-se que o Poder Executivo Municipal, apesar de estar com o índice de despesas com pessoal acima do limite prudencial (95% do limite total) ao longo do exercício de 2023: a) concedeu vantagens aos servidores públicos municipais; b) realizou provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título; c) efetivou pagamento de horas extras a diversos servidores; hipóteses expressamente vedadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
O valor total estimado pela unidade técnica na concessão de vantagens e pagamento de horas extras é de R$ 1.186.796,73 (um milhão cento e oitenta e seis mil setecentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos).
Já quanto à Irregularidade n.º 2, que diz respeito à Contabilização Incorreta da Despesa com Terceirização de Mão-de-obra, destacou a CAGE que houve a utilização de elementos de despesa indevidos nos empenhos de diversos contratos de terceirização para a prestação de serviços por pessoa física ou jurídica referente à substituição de servidores e empregados públicos, que somam um montante de R$ 8.160.966,67[3], não computado para fins de cálculo dos limites com despesa de pessoal previstos no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Assim, com base nas constatações supra, a CAGE requereu a procedência da Representação, a fim de que sejam reconhecidas as irregularidades apontadas, com a consequente aplicação de multas administrativas à Prefeita Municipal, ordenadora de despesa e gestora máxima do ente municipal, bem como expedição de determinações, conforme proposta de encaminhamento[4].
Em sede de juízo de cognição sumária, houve o recebimento da presente Representação, pois verificou-se haver indícios de irregularidades, momento em que foi determinada a citação do Município de Clevelândia para o devido exercício do contraditório, consoante disposto no Despacho n.º 893/24 – GCAZ[5].
Devidamente citado, o Município manifestou-se nos autos[6], requerendo a dilação de prazo para a devida apresentação de defesa, tendo em vista o volume e a complexidade dos documentos a serem apresentados.
Considerando a ausência de prejuízo ao trâmite do feito, o pleito de prorrogação foi deferido, com fundamento no art. 389, Parágrafo Único[7], do Regimento Interno, nos termos do Despacho n.º 1202/24 – GCAZ[8].
O Município de Clevelândia[9], em sua manifestação, alegou que a demanda crescente por profissionais nas áreas de saúde e educação justifica a realização de horas extras pelos servidores, já que há anos não há concurso público, devido ao impacto financeiro que a reestruturação de carreira e a criação de cargos causariam. Informou que estão sendo realizados estudos para readequar o quadro funcional e que pretende realizar concurso público ainda em 2025.
Destacou que, em 2023, foi decretada situação de emergência por conta de enxurradas, exigindo ações imediatas, como a recuperação de estradas e apoio à população afetada.
Afirmou que, após a contratação de empresa para modernização fiscal e tributária, foram identificadas falhas na arrecadação, estimando-se um potencial aumento de R$ 3,5 milhões anuais.
Sobre os limites da LRF quanto a concessões de vantagens e reajustes, disse que os atos estão respaldados no Estatuto dos Servidores e visam reconhecer esforços e otimizar recursos.
Quanto à contratação de pessoal, esclareceu que se trata de substituições, sem aumento de despesas, sendo essenciais para manter os serviços públicos.
No caso das horas extras, afirmou que há previsão na LDO e na LOA, estando em conformidade com a LRF, que permite esse tipo de despesa quando devidamente prevista.
Em relação às despesas com terceirização, argumentou que não substituem servidores, são registradas conforme os códigos do Tribunal de Contas e podem reduzir custos.
Por fim, declarou que adotou medidas para reduzir o índice de gastos com pessoal, que está dentro dos limites desde 31/12/2023, e que, embora tenha atingido o nível de alerta previsto na LRF, não houve infração ao art. 23, reafirmando seu compromisso com o equilíbrio fiscal.
Com o prosseguimento do feito para instrução, no que tange à realização de atos vedados pela LRF, como a concessão de vantagens (sobreaviso e gratificações), a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) destacou que houve o provimento de cargos públicos e o pagamento de horas extras, mesmo com o Município ciente de que estava acima do limite prudencial. Esses atos não se enquadravam nas exceções legais permitidas, como reposições em áreas essenciais (saúde, educação e segurança) ou contratações temporárias por excepcional interesse público.
Em relação à segunda irregularidade, que diz respeito à contabilização incorreta de despesas com terceirização de mão de obra, destacou a CGM que o Município não incluiu nos limites de despesas com pessoal os valores referentes a contratos que substituíam servidores públicos, utilizando elementos de despesa inadequados. A fundamentação destacou que, conforme a LRF e a Instrução Normativa do Tribunal, a terceirização de atividades-fim ou vinculadas a cargos do quadro funcional deve ser contabilizada como "Outras Despesas de Pessoal".
Diante disso, a unidade técnica concluiu pela procedência da Representação, com aplicação de três multas ao Município por descumprimento da LRF e expedição de determinação para correção dos procedimentos contábeis, nos termos da Instrução n.º 188/25 – CGM[10].
O Ministério Público de Contas (MPC), por sua vez, em relação à realização de atos vedados durante o período de excesso do limite prudencial, destacou que o Município ultrapassou o limite de 95% das despesas com pessoal, mesmo assim concedeu vantagens (sobreaviso e gratificações), promoveu provimentos de cargos e efetuou

pagamentos de horas extras, totalizando R$ 1.186.796,73. Esses atos não se enquadravam nas exceções legais permitidas pela LRF, como reposições em áreas essenciais (saúde, educação e segurança) ou contratações temporárias por interesse público excepcional. O MPC rejeitou os argumentos de defesa do Município, que alegou emergência devido a enchentes e previsão orçamentária para horas extras, pois tais justificativas não atendiam aos requisitos legais para flexibilizar as vedações.
Já no que tange à contabilização incorreta de despesas com terceirização, o MPC verificou que o Município deixou de incluir R$ 8.160.966,67 em contratos de terceirização que substituíam servidores públicos no cálculo do limite de despesas com pessoal. A fundamentação do MPC ressaltou que, conforme o art. 18, §1º da LRF, tais valores devem ser classificados como "Outras Despesas de Pessoal", pois as atividades terceirizadas (como serviços médicos e de motoristas) eram inerentes a cargos do quadro funcional municipal.
À vista disso, o MPC opinou pela procedência da presente Representação, com aplicação de 3 (três) multas previstas no artigo 87, IV, “g”, da Lei Complementar n.º 113/2005, e expedição das determinações elencadas na instrução da CGM, consoante exposto no Parecer n.º 71/25 - 2PC[11].
É a síntese fática e processual.
2 - FUNDAMENTAÇÃO
Após detida análise dos documentos constantes dos autos, das razões de contraditório apresentadas pelo Município de Clevelândia, assim como das manifestações da Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e do Ministério Público de Contas (MPC), entendo que a presente Representação deve ser julgada parcialmente procedente, pelas razões que passo a expor.
2.1. Realização de atos vedados pela LRF em períodos acima do limite prudencial (Irregularidade n.º 1).
De início, cumpre registrar que esta Corte de Contas publicou alertas direcionados à Sra. Prefeita (em 11/04/2023 pelo Diário n.º 2957 e 21/11/2023 pelo Diário n.º 3106), informando que o índice de despesas com pessoal do Município figurava acima do limite prudencial nos períodos de apuração do 2° semestre de 2022 (52,80%) e do 1º semestre de 2023 (53,55%), superando o limite prudencial de 51,30%.
Tais alertas expressamente mencionavam que este patamar impunha restrições nos termos dispostos no art. 22, parágrafo único, incisos I a V, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Dada tal contexto, passo à análise individualizada de cada uma das condutas vedadas pela LRF que foram praticadas pelo Município quando se encontrava acima do limite prudencial.
2.1.1. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração.
Verificou-se que o Município concedeu vantagens remuneratórias de sobreaviso no valor de R$ 9.049,78 e gratificações de função no montante de R$ 226.284,56, totalizando R$ 235.334,34, durante o exercício de 2023, quando o Poder Executivo Municipal figurava com o índice de despesas com pessoal acima do limite prudencial.
A defesa do Município sustenta que as vantagens concedidas (sobreaviso e gratificações de função) possuem previsão legal no Estatuto dos Servidores. Contudo, tal argumento não tem o condão de afastar a irregularidade.
O art. 22, parágrafo único, inciso I, da LRF é expresso ao vedar a "concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título" quando o ente exceder 95% do limite de despesas com pessoal, independentemente de haver previsão em legislação local. Portanto, a mera existência de previsão na legislação municipal não autoriza a concessão de vantagens quando o ente se encontra acima do limite prudencial.
As exceções previstas na LRF são apenas para vantagens decorrentes de sentença judicial, determinação legal/contratual ou revisão geral anual (CF, art. 37, X), situações que não se aplicam ao caso em análise.
As exceções previstas na LRF referem-se a determinações legais que ocorrem durante o período de extrapolação do limite prudencial, como é o caso de revisão geral anual (CF, art. 37, X) ou vantagens decorrentes de determinação judicial, situações que não se aplicam ao caso em análise.
Ademais, conforme apontado pela CGM, o regime de sobreaviso foi incluído no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Clevelândia por meio da Lei Complementar n.º 20, de 14 de março de 2023, ou seja, no período em que o Município já se encontrava acima do limite prudencial, o que demonstra flagrante descumprimento da LRF.
Os alertas emitidos pelo TCE-PR comprovam que a Prefeita tinha conhecimento da situação fiscal do Município e das restrições impostas pela LRF. Portanto, as concessões de vantagens totalizando R$ 235.334,34 (sobreaviso: R$ 9.049,78 + gratificações: R$ 226.284,56) caracterizam descumprimento da LRF.
2.1.2. Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título.
Foi constatado que o Município realizou diversos provimentos de cargos públicos durante o exercício de 2023, quando o índice de despesas com pessoal estava acima do limite prudencial.
O Município argumenta que as admissões são enquadráveis como reposição de cargo de chefia e direção que não acarretaram aumento de despesa, reposição de vacância dos cargos efetivos e contratações temporárias decorrentes de processo seletivo simplificado, amparadas pelo art. 167-A da Constituição Federal.
No entanto, tal argumento não merece prosperar. O dispositivo constitucional citado (art. 167-A) está inserido na Seção II da Constituição, que dispõe sobre os orçamentos, e trata de medidas facultativas que podem ser adotadas pelos poderes quando a relação entre as despesas correntes e receitas correntes supera 95%. Logo, tal dispositivo não se aplica ao presente caso, por não tratar de despesas com pessoal ou de vedações decorrentes do limite prudencial, reguladas pelo art. 22 da LRF.
Por sua vez, o art. 22, parágrafo único, inciso IV, da LRF veda expressamente o "provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança". Ou seja, a exceção prevista na LRF permite apenas a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento nas áreas de educação, saúde e segurança.
Com efeito, compulsando os autos, verifica-se que várias das nomeações efetuadas pelo Município foram para áreas diversas das excepcionalizadas pela lei, conforme evidenciado pela CAGE, caracterizando flagrante descumprimento da LRF.
Ademais, ainda que fosse considerada a alegação de defesa e possível a aplicação do dispositivo constitucional citado, o Município não demonstrou de forma inequívoca que os provimentos foram apenas reposições que não acarretaram aumento de despesa, ônus que lhe competia.
Da mesma forma, a alegação de que as contratações teriam ocorrido em virtude da situação de emergência decretada em 2023 por conta de enxurradas, também não merece acolhimento, visto que não houve comprovação de que as contratações foram realizadas especificamente para atender a essa emergência, nem que foram por tempo determinado, conforme preconiza o art. 37, IX, da Constituição Federal.
2.1.3. Contratação de horas extras.
Em relação ao tópico, verificou-se que o Município pagou horas extras no montante de R$ 951.462,39 durante o exercício de 2023, período em que o índice de despesas com pessoal estava acima do limite prudencial.
A defesa alega que tais contratações estariam amparadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal n.º 2810/2022), cumprindo assim o disposto no art. 22, parágrafo único, inciso V, da LRF, que veda a "contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6o do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias".
Contudo, conforme bem apontado pela CGM, a mera menção de horas extras na LDO como um tipo de despesa de pessoal não configura a "situação prevista na lei de diretrizes orçamentárias" a que se refere o art. 22, parágrafo único, V, da LRF.
Para estar em conformidade com a LRF, seria necessário que a LDO previsse expressamente as situações excepcionais em que seria permitida a contratação de horas extras mesmo quando o ente estivesse acima do limite prudencial, o que não ocorreu no caso de Clevelândia.
Analisando a LDO do Município (Lei Municipal n.º 2810/2022), mais especificamente o seu art. 24[12], verifica-se que não há previsão específica de situações excepcionais que autorizem a contratação de horas extras quando do descumprimento do limite prudencial, mas apenas a mera menção das horas extras como um tipo de despesa de pessoal.
Assim, resta evidente que o pagamento de horas extras no valor total de R$ 951.462,39, realizado pelo Município durante o exercício de 2023, demonstra descontrole nas despesas com pessoal, caracterizando descumprimento do art. 22, parágrafo único, inciso V, da LRF.
2.1.4. Aplicação da Sanção de Multa.
Ainda que as condutas de concessão de vantagens, provimento de cargos e contratação de horas extras sejam formalmente distintas, todas elas se inserem em um mesmo contexto de descontrole e inobservância das vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na gestão de pessoal. As irregularidades demonstradas no presente tópico configuram um conjunto de ações que refletem uma única política de gestão de pessoal inadequada.
Nessa perspectiva, e em conformidade com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade que norteiam o direito administrativo sancionador, a aplicação de uma única multa administrativa revela-se suficiente para reprovar a conduta da gestora e promover o caráter pedagógico da sanção. Não obstante a faculdade de cumulação de sanções, expressamente prevista no artigo 87, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, as três condutas vedadas pela LRF configuram, sob a ótica da gestão fiscal de pessoal, desdobramentos de um único fato gerador complexo, qual seja: o descumprimento das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal em período de extrapolação do limite prudencial.
Portanto, a aplicação de uma multa única, que englobe o conjunto dessas ações interligadas, cumpre eficazmente a finalidade de punir a infração e de compelir a gestora a adotar as medidas corretivas necessárias, sem que haja uma penalidade excessiva que desvie da essência da sanção administrativa.
2.2. Contabilização incorreta da despesa com terceirização de mão-de-obra (Irregularidade n.º 2).
A CAGE apontou que o Município se utilizou de elementos de despesa indevidos nos empenhos dos contratos de terceirização para a prestação de serviços por pessoa física ou jurídica referente à substituição de servidores e empregados públicos, somando um montante de R$ 8.160.966,67, não computando tais valores para fins dos limites com despesa de pessoal previstos no art. 19 da LRF (LC 101/2000).
O Município argumenta que as terceirizações não caracterizam substituição de servidores e empregados públicos, pois se utiliza da Tabela Plano Padrão de Despesas Orçamentárias do TCE-PR para preencher o elemento de despesa empenhado. Alega ainda que, em alguns casos, os contratos abrangem outras despesas além da prestação de mão de obra e que se tratam de atividades meio, amparadas pelo Acórdão n.º 1476/19 - Tribunal Pleno, deste TCE-PR.
Tais argumentos não merecem acolhida.
Primeiramente, o conceito da despesa com pessoal não depende do elemento de despesa utilizado pelo Município, mas da essência do contrato, conforme dispõe o art. 3º da Instrução Normativa n.º 174/2022 deste Tribunal de Contas:
Art. 3º A caracterização da despesa para fins de apuração do limite da despesa de pessoal privilegiará a essência sobre a forma e tem por primazia o caput do art. 169 da Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal.
Ademais, o art. 18, § 1º, da LRF inclui expressamente no conceito de Despesa Total com Pessoal a terceirização que substitua servidores e empregados públicos:
§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como 'Outras Despesas de Pessoal.
É importante ressaltar que o fato de os contratos abrangerem outras despesas além da mão de obra não afasta a obrigação de o Município classificar adequadamente a parcela referente à substituição de servidores, devendo haver a discriminação destes valores.
Quanto à alegação de se tratar de atividades meio, o Acórdão nº 1476/19 - Tribunal Pleno do TCE-PR, citado pelo Município, de fato permite a terceirização de tais atividades, porém ressalva que os gastos relativos a essas contratações não devem compor o cálculo de despesa de pessoal somente se não houver cargos ou empregos públicos correspondentes no quadro de pessoal da entidade:
1 - Conhecer a presente Consulta, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, para, no mérito, responder as questões nos seguintes termos:
i) Tendo em vista a regra de realização de concurso público insculpida no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e considerando que os Municípios necessitam ver satisfeitas, além das atividades-fim, desempenháveis por servidores efetivos e que são implementadas no interesse da coletividade, a realização de atividades-meio, como por exemplo serviços de limpeza e conservação, poderiam ser objeto de terceirização através da realização de procedimento licitatório respectivo?
Sim. Tratando-se de atividade meio, tal como é a prestação de serviços de limpeza e manutenção, admite-se a terceirização.

ii) Em sendo afirmativa a resposta anterior, seria possível que essa terceirização fosse implementada simultaneamente à adequação e/ou reformulação da Lei de Plano de Cargos e Carreiras do ente municipal tendente à supressão de tais funções (limpeza e conservação) das atribuições de cargos públicos eventualmente já existentes ou à declaração de extinção dos mesmos?
Sim, pois não existe óbice para que a terceirização ocorra simultaneamente com a reformulação das carreiras municipais, desde que a supressão se dê em cargos referentes à atividade meio.
iii) Em sendo afirmativas as respostas anteriores, os gastos relativos à terceirização dos serviços de limpeza e conservação deverão ser incluídos como despesas de pessoal previstas no caput do artigo 169 da Constituição Federal e artigo 19 da Lei Complementar n.º 101/2000?"
Não. Se os cargos ou empregos públicos forem extintos e as atividades até então desempenhadas por profissionais efetivos forem passíveis de terceirização (não incidência do regime constitucional de cargos/empregos públicos), os contratos administrativos correspondentes não integrarão o conceito de substituição de servidores/empregados e, por conseguinte, não comporão o cálculo da despesa total com pessoal. O art. 18 § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que apenas os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
[...]
[Acórdão nº 1476/19 - Tribunal Pleno, Rel. Conselheiro Fabio de Souza Camargo].
No caso em análise, a CGM demonstrou de forma inequívoca que as atividades terceirizadas possuem similaridade com cargos previstos no quadro funcional do Município, como médico ginecologista/obstetrícia, auxiliar de serviços gerais, jardineiro podador, motorista caminhão/ônibus e médico plantonista, caracterizando substituição de servidores públicos.
Corrobora este entendimento o Acórdão n.º 1885/22 - Tribunal Pleno[13] deste TCE-PR:
No âmbito deste Tribunal de Contas, a Instrução Normativa n.º 56/2011, em consonância com a mencionada norma legal, dispõe, em seu art. 3º, § 2º, que, na apuração do limite da despesa de pessoal "será somada a despesa com mão de obra terceirizada ou a esta equiparada que se refira à substituição de servidores e empregados públicos, a serem contabilizadas no grupo de natureza 'Outras Despesas de Pessoal"[14], bem como, em seu art. 16, § 5º, que serão computadas "as despesas de pessoal realizadas por interposta pessoa mediante instrumentos de convênio, ajustes, acordos, parcerias, contratos de gestão ou outros termos congêneres, no atendimento de atividades típicas ou de responsabilidade final da Administração"[15], sendo assim considerados (grifou-se):
I - os serviços de natureza permanente, integrantes de atividades próprias de servidores do quadro, que sob argumentação do caráter de complementaridade venha sendo terceirizado de forma ininterrupta por tempo superior a mais de dois anos;
II - os serviços de caráter permanente que tenham correspondência nas atividades previstas no plano de cargos e carreiras do ente ou entidade;
III - os serviços pertencentes à atividade-fim do ente ou entidade, contabilizados ou não no grupo de natureza "outras despesas de pessoal", do plano de contas da despesa pública.
Depreende-se dos dispositivos acima citados que, em se tratando de contratações de atividades-meio efetivamente passíveis de terceirização (assim entendidas aquelas que não se refiram a atividades próprias de servidores do quadro funcional, ou de caráter permanente previstas no plano de cargos e carreiras, ou finalísticas da Administração contratante), não se estará, em tese, diante de substituição de servidores ou de empregados públicos, de modo que os dispêndios correspondentes não estarão dentre aqueles passíveis de cômputo no limite de despesas com pessoal para os fins da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Instrução Normativa nº 56/2011, deste Tribunal.
A contrario sensu, havendo similaridade com carreiras do quadro funcional, como é o caso em análise, a contabilização como despesa com pessoal é impositiva.
Portanto, resta configurada a irregularidade na contabilização das despesas com terceirização de mão de obra, que deveriam ter sido registradas no elemento de despesa 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, em cumprimento ao art. 18, §1º da LRF e à Instrução Normativa n.º 174/2022 deste Tribunal.
3 - VOTO
Ante todo o exposto, com fulcro no art. 32, inciso XII e art. 275 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, VOTO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da presente Representação, a fim de reconhecer as irregularidades atinentes à: a) Realização de atos vedados pela LRF em períodos acima do limite prudencial, em desrespeito ao art. 22, da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF); e b) Contabilização incorreta da despesa com terceirização de mão de obra, em afronta ao art. 18, §1º, da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF) e à Instrução Normativa n.º 174/2022 deste Tribunal;
Determino a aplicação de 1 (uma) MULTA administrativa, prevista no art. 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 à Sra. RAFAELA MARTINS LOSI, Prefeita Municipal, em razão da realização de atos vedados pela LRF, em períodos acima do limite prudencial;
Pela expedição de DETERMINAÇÃO ao MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, na pessoa de seu representante legal, a Sra. RAFAELA MARTINS LOSI, para que adote, de forma imediata, providências corretivas abaixo indicadas, necessárias ao cumprimento da lei:
a. Nos contratos que envolvem prestação de serviços com pessoa física ou jurídica referente à substituição de servidores e empregados públicos, faça a discriminação dos valores referentes à mão de obra dos demais valores envolvidos na contratação, para viabilizar a correta contabilização;
b. Utilize o elemento de despesa "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização", para a contabilização da prestação de serviços com pessoa física ou jurídica referente à substituição de servidores e empregados públicos.
c. O cumprimento integral das medidas determinadas deverá ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias, devendo o Município apresentar, ao final deste prazo, relatório detalhado das ações realizadas para o atendimento, com a respectiva documentação comprobatória, destacando que, na hipótese de não cumprimento das determinações acima estabelecidas, deverá ser aplicada aos responsáveis a sanção de multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para anotações e providências necessárias, e à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS), para monitoramento, nos termos do art. 175-S, IV, do Regimento Interno.
Após, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I - Julgar, com fulcro no art. 32, inciso XII e art. 275 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, PROCEDENTE EM PARTE a presente Representação, a fim de reconhecer as irregularidades atinentes à: a) Realização de atos vedados pela LRF em períodos acima do limite prudencial, em desrespeito ao art. 22, da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF); e b) Contabilização incorreta da despesa com terceirização de mão de obra, em afronta ao art. 18, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e à Instrução Normativa nº 174/2022 deste Tribunal;
II – aplicar 1 (uma) MULTA administrativa, prevista no art. 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 à Sra. RAFAELA MARTINS LOSI, Prefeita Municipal, em razão da realização de atos vedados pela LRF, em períodos acima do limite prudencial;
III - determinar ao MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, na pessoa de seu representante legal, a Sra. RAFAELA MARTINS LOSI, que adote, de forma imediata, providências corretivas abaixo indicadas, necessárias ao cumprimento da lei:
(i)nos contratos que envolvem prestação de serviços com pessoa física ou jurídica referente à substituição de servidores e empregados públicos, faça a discriminação dos valores referentes à mão de obra dos demais valores envolvidos na contratação, para viabilizar a correta contabilização;
(ii)utilize o elemento de despesa "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização", para a contabilização da prestação de serviços com pessoa física ou jurídica referente à substituição de servidores e empregados públicos;
III – apontar que cumprimento integral das medidas determinadas deverá ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias, devendo o Município apresentar, ao final deste prazo, relatório detalhado das ações realizadas para o atendimento, com a respectiva documentação comprobatória, destacando que, na hipótese de não cumprimento das determinações acima estabelecidas, deverá ser aplicada aos responsáveis a sanção de multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005;
IV – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para anotações e providências necessárias, e à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS), para monitoramento, nos termos do art. 175-S, IV, do Regimento Interno;
V - encaminhar à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Peças n.º 03 a 05.
__2__. Art. 277. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas pelos interessados e autoridades, na forma prevista no art. 32, I a VI, da Lei Complementar nº 113/2005. [...] § 3º A representação poderá ser proposta pelas unidades técnicas do Tribunal de Contas e pelas comissões especiais formadas para a execução de fiscalizações, observada a necessidade de encaminhamento pelo respectivo dirigente ou responsável e o disposto no art. 267-A, § 1º, deste Regimento Interno.
__3__. Os valores informados são referentes ao total empenhado em 2023, todavia podem incluir outras despesas não referentes a mão de obra, tendo em vista que não foi possível identificar a discriminação dos valores por meio dos contratos.
__4__. Peça n.º 03, fls. 28 a 30.
__5__. Peça n.º 08.
__6__. Peça n.º 16.
__7__. Art. 389. O prazo para manifestação da parte interessada, inclusive na oportunidade do contraditório e da ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.
Parágrafo único. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, esta se dará por igual período, sem solução de continuidade, desde que justificada em petição protocolada no prazo inicial, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados intempestivamente.
__8__. Peça n.º 18.
__9__. Peças n.º 22 a 37.
__10__. Peça n.º 40.
__11__. Peça n.º 41.
__12__. Art. 24. Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.
__13__. EMENTA: Consulta. Dispêndios com execução indireta, mediante terceirização, de atividade meio sem similaridade com a de qualquer carreira do quadro funcional e que não caracterize substituição de servidores ou de empregados públicos. Conhecimento e resposta pela não contabilização como despesa com pessoal.
__14__. § 2º Na aferição do limite disposto neste artigo será somada a despesa com mão de obra terceirizada ou a esta equiparada que se refira à substituição de servidores e empregados públicos, a serem contabilizadas no grupo de natureza "Outras Despesas de Pessoal" e, ainda: [...]
__15__. § 5º Os limites referidos nos arts. 14 e 15 incluirão as despesas de pessoal realizadas por interposta pessoa mediante instrumentos de convênio, ajustes, acordos, parcerias, contratos de

gestão ou outros termos congêneres, no atendimento de atividades típicas ou de responsabilidade final da Administração, sendo para inclusão considerados: [...]

PROCESSO Nº:-575461/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ
INTERESSADO:-JOSE CARLOS AMADEU JUNIOR, MARCELO ALVES DE OLIVEIRA, MAXSOM DIGITAL LASER LTDA, MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1697/25 - TRIBUNAL PLENO

Representação da Lei de Licitações em face de supostas irregularidades no Pregão nº 027/2024, do Município de Guairaçá. Instrução técnica pela improcedência. Parecer do Ministério Público de Contas pela improcedência com recomendação. Improcedência com recomendação, nos termos do Parecer Ministerial.

1 - RELATÓRIO

Os presentes autos foram recebidos como Representação da Lei de Licitações, protocolada pelo Senhor ABILIO JOSE BARBOSA, CPF nº 455.576.329-72, representante da empresa MAXSOM DIGITAL LASER LTDA, em face de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico nº 027/2024, do Município de Guairaçá.

Conforme cópia do edital de licitação, juntado à peça 15, depreende-se as seguintes informações relevantes:

(i) OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADAS EM LOCAÇÃO DE TENDAS, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PAINEL DE LED, BANHEIROS QUIMICOS CONVENCIONAIS E PNE, CONJUNTO DE MESA E CADEIRAS DE PLÁSTICO E PALCO, PARA SERVIÇOS DE PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA OS DIAS 08- 09 E 10 DE NOVEMBRO DE 2024, ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ/PR.

(ii) DATA DO INÍCIO DA DISPUTA: 13/08/2024;

(iii) VALOR MÁXIMO: R$ 88.100,00 (oitenta e oito mil e cem reais).

Nos termos do Despacho nº 1110/24 (peça 07), a presente Representação foi recebida para apuração das seguintes supostas irregularidades:

(i) Motivos de desclassificação dos licitantes no julgamento das propostas do lote 1 do Pregão Eletrônico nº 27/24;

(ii) Justificativas para concessão de prazo para empresa INGABAN LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA – ME juntar documentos;

(iii) Razões para ausência de juntada dos arquivos referentes ao processo licitatório referido, como a ata da sessão de julgamento, eventuais recursos, contrato, dentre outros indispensáveis à transparência.

Após a citação das partes, houve juntada de contraditório às peças 14 e 15, do qual destaco os seguintes trechos:

(i) "o Termo de Referência confeccionado pela Secretaria de Cultura determinou a necessidade de apresentação no item de qualificação técnica para execução do lote 01 apresentação do alvará municipal, licença sanitária municipal, certificado registro do Ibama, certificado do IAT - instituto água e Terra do Paraná, contrato autorização da Sanepar para descarte de efluentes todos os documentos deverão estar com data vigente e em nome do licitante."

(ii) "Empresas desclassificadas não apresentaram todos esses documentos, cabendo assim a sua desclassificação."

(iii) "A empresa (...) apresentou o alvará de localização, alvará sanitário, porém, o certificado registro do Ibama foi expedido para pessoa física (...) em seu CPF e como o transporte de cargas perigosas totalmente avesso ao objeto da licitação. O certificado do IAT foi devidamente apresentada, já o contrato firmado para descarte fluentes com a Sanepar está vencido desde maio deste ano".

(iv) "De acordo com o edital item 6.4, os licitantes encaminharão no prazo de até 2 horas os documentos de habilitação, visto que conforme já esclarecido no item "fases do processo licitatório" desse contraditório a habilitação apenas ocorreria após a fase de lances e somente será exigida ao vencedor dessa fase.".

(v) "Desta forma, não foi concedido prazo apenas para uma empresa. Todos se utilizaram do referido prazo.";

(vi) A não publicação de todos os documentos da licitação decorre de migração do sistema (software de armazenamento). "O sistema até então utilizado era lento e ineficiente, e as correções de bugs realizadas não geravam efeito a longo prazo, a migração visa a melhoria no desempenho de suas operações."

Após a manifestação das partes, os autos foram remetidos à Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM), que, em sua Instrução nº 700/25 (peça 17), opinou pela improcedência da Representação. Da citada manifestação técnica, destaco os seguintes trechos:

(i) "Pois bem. Da análise do edital do Pregão Eletrônico nº 027/2024 (peça 15, p. 185 e seguintes), verifica-se que o item 6.1 previa, para a habilitação da proposta vencedora, a apresentação dos documentos exigidos no Termo de Referência:";

(ii) "Nesse sentido, entre os documentos exigidos para qualificação técnica no Termo de Referência, constavam o Certificado de Registro no IBAMA e o Contrato ou Autorização da SANEPAR para Descarte de Efluentes, com datas vigentes e em nome da empresa Licitante1 .";

(iii) "No presente caso, como informado pelo Município, após a concessão do prazo, a Representante apresentou o Certificado de Registro no IBAMA em desacordo com o disposto no edital (não estava no nome da empresa e o objeto não era compatível com a licitação) e não encaminhou o Contrato ou Autorização da SANEPAR para Descarte de Efluentes vigente no momento oportuno (vencido desde maio de 2024), não cumprindo as exigências para habilitação.";

(iv) "Cumpre registrar que o art. 64 da Lei de Licitações veda expressamente a apresentação de novos documentos após a entrega inicial, apresentando apenas duas exceções:"

(v) "Além disso, o parágrafo primeiro do mesmo artigo dispõe que a comissão de licitação somente poderá sanar erros ou falhas "que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica". Disposições semelhantes são encontradas no edital:";

(vi) "À vista disso, evidente que a diligência permitida pela normativa e pelo próprio edital trata exclusivamente da complementação e atualização de documentos já apresentados pelos licitantes no momento da habilitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.";

(vii) "No caso em testilha, não se poderia entender pela possibilidade de diligência para complementação de informação ou atualização referente aos documentos faltantes, pois a irregularidade é relativa a própria validade dos documentos apresentados e sua incompatibilidade com o objeto contratado, de maneira que o envio posterior dos documentos configuraria entrega de documento novo, conduta não permitida pela Lei de Licitações, tampouco pelo edital.";

(viii) "Posto isso, importante destacar que o edital estabelecia de modo expresso que a não apresentação dos documentos exigidos era caso de inabilitação da licitante:";

(ix) "Sublinha-se que a Representante não trouxe aos autos qualquer comprovação de que encaminhou todos os documentos requeridos no edital.";

(x) "Dessa maneira, não se verifica irregularidades na conduta do pregoeiro que desclassificou a Representante do certame, considerando a ausência da documentação exigida para habilitação e que não se pode admitir exceções à regra editalícia, sob pena de lhe conferir tratamento privilegiado, com violação à isonomia perante os demais concorrentes.";

(xi) "Assim, é possível constatar que a desclassificação da licitante que deixou de cumprir o previsto no edital se deu em estrito cumprimento de regra previamente estabelecida e conhecida de todos, não havendo ilegalidade na conduta do pregoeiro.";

(xii) "Além disso, verifica-se que o item 6.4.1 do edital estabelecia um prazo de 2 (duas) horas para que os documentos de habilitação fossem encaminhados pelas licitantes:";

(xiii) "Da análise do processo licitatório, infere-se que o prazo concedido para a empresa INGABAN LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA – ME juntar os documentos foi o mesmo prazo de 2 (duas) horas concedido à Representante e às demais licitantes que foram posteriormente classificadas como detentoras da melhor proposta.";

(xiv) "A Representante também não comprovou que o prazo de 2 (duas) horas previsto para o envio de documentos não foi concedido, não se constatando irregularidade no prazo disponibilizado à INGABAN para envio da documentação, estando em consonância com o edital, não havendo que se falar em tratamento diferenciado entre as licitantes.";

(xv) "Assim, apesar de diversos documentos não constarem no portal da transparência, ao consultar o site informado pelo Município (https://guairacapr.equiplano.com.br:7461/transparencia/), é possível acessar todos os arquivos referentes ao processo licitatório:";

(xvi) "Sendo assim, não havendo ilegalidades na condução do certame, opina-se pela regularidade da inabilitação da Representante no Pregão Eletrônico nº 027/2024, sendo improcedente a Representação.";

O Ministério Público de Contas (MPTC), em seu Parecer nº 297/25-5PC (peça 18), corroborou o opinativo técnico, acrescentando, porém, a seguinte recomendação:

Ante o exposto, o opinativo ministerial é pela improcedência da Representação da Lei de Licitações, sem prejuízo da expedição de recomendação ao Município de Guairaçá, para que, em atenção ao dever de motivação dos atos administrativos, se abstenha de recusar intenção de recurso em pregão sem expressa motivação.

Em breve síntese, é o relato.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Após análise da documentação que compõem os autos, entendo que o opinativo técnico e Parecer do Ministério Público de Contas devem prosperar, devendo a presente Representação ser considerada improcedente.

Isso porque, como bem pontuou a CGM, o Representante deixou de cumprir os requisitos de habilitação previstos no edital, especificamente em razão da apresentação de Certificado de Registro no IBAMA em desacordo com o disposto no edital (não estava no nome da empresa e o objeto não era compatível com a licitação) e do não encaminhamento do Contrato ou Autorização da SANEPAR para Descarte de Efluentes vigente no momento oportuno (vencido desde maio de 2024).

Quanto ao prazo concedido para empresa INGABAN para envio de documentações, conforme indicado pelo MPTC, está de acordo com o previsto no edital, não havendo, nos autos, quaisquer indícios de quebra de isonomia na não concessão de tal prazo para as demais participantes.

Sobre a ausência de documentos da licitação no site da transparência do município, nos termos do indicado pela CGM e, também confirmado pela assessoria do gabinete deste Relator, a situação foi regularizada, ao menos para o processo de licitação em análise.

Por fim, quanto a recomendação sugerida pelo Ministério Público de Contas, entendo que pertinente, haja vista que há necessidade de motivação das decisões administrativas.

Pelo exposto, entendo que a Representação deve ser considerada improcedente, com a expedição de recomendação ao município de Guairaçá para que sempre motive seus atos nos termos do propugnado pelo Ministério Público de Contas.

3 - VOTO

Diante do exposto, VOTO pela IMPROCEDÊNCIA da presente Representação da Lei de Licitações, porém RECOMENDO ao Município de Guairaçá, para que, em atenção ao dever de motivação dos atos administrativos, se abstenha de recusar intenção de recurso em pregão sem expressa motivação.

Com o trânsito em julgado, os autos devem ser remetidos a Coordenadoria de Medidas Executórias para anotações e registros necessários.

Após, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:

I - Julgar IMPROCEDENTE a presente Representação da Lei de Licitações, e RECOMENDAR ao Município de Guairaçá que, em atenção ao dever de motivação dos atos administrativos, se abstenha de recusar intenção de recurso em pregão sem expressa motivação;

II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para anotações e registros necessários;

III - encaminhar à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas,

GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-576522/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
INTERESSADO:-EDENILSO ROSSI ARNALDI, MARGARIDA MARIA SINGER, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SIAL CONSTRUCOES CIVIS LTDA, SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
ADVOGADO / PROCURADOR-ACIDY MARTINS DE CASTRO JUNIOR, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, BYANCA CAROLINE METZGER DAMIANI, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, ENILSON LUIZ WILLE, EVERSON LUIZ DA SILVA, GISELE JAQUES BASTOS, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, GUSTAVO AECIO BARBOSA LOPES, HELENA YURIKO KOROGI, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, MARCELA ROZA LEONARDO ZEN IMBELLONI, MARCUS VINICIUS SPOSITO, NELSON CASTANHO MAFALDA, RAFAELA MATOS DOS PASSOS HOEPERS, RODOLFO MENDES SOCCIO, SÉRGIO LUIZ CHAVES, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, THAIS BAZZANEZE, VIVIAN MACHADO GARCIA
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1698/25 - TRIBUNAL PLENO

Representação da Lei de Licitações. Município de São José dos Pinhais. Concorrência Pública n.º 11/2024. Contratação de empresa para execução da obra de Construção do Hospital e Maternidade Municipal. A ausência de comprovação da resposta ao questionamento da Representante. Falta de justificação/motivação nas respostas às impugnações. Violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da motivação previstos no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021. Demais irregularidades não confirmadas. Procedência parcial com expedição de recomendação.

1 - RELATÓRIO

Tratam os autos de Representação da Lei de Licitações, formulada pela empresa SIAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA contra o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, dando conta de possíveis irregularidades no âmbito da Concorrência n.º 11/2024, cujo objeto se consubstancia na "Contratação de empresa para execução da obra de Construção do Hospital e Maternidade Municipal, localizado na Avenida Rui Barbosa, nº 10.797, no Município de São José dos Pinhais, com área total a ser construída de 22.173,21m²", nos termos do edital[1].

O referido certame teve como parâmetro de valor máximo de contratação o montante de R$ 169.972.656,97 (cento e sessenta e nove milhões novecentos e setenta e dois mil seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos), com sessão pública realizada no dia 20/08/2024, às 09h.

Em síntese, a Representante apontou que o edital impõe requisitos desnecessários para a qualificação técnica, como a execução de instalações específicas apenas em estabelecimentos de saúde. Ressalta que tais exigências violam o art. 67, §1º da Lei n.º 14.133/2021[2], que limita a exigência de atestados técnicos a parcelas de maior relevância ou valor significativo (igual ou superior a 4% do valor total), o que não é o caso de itens como Heliponto (1,27%) e Cortina de Vidro Estrutural (2,24%).

Destacou, ainda, que houve falta de resposta aos questionamentos, na medida em que a administração municipal não respondeu adequadamente aos questionamentos dos licitantes (resposta genérica e carente de motivação), assim como não publicou as perguntas no sistema da licitação, comprometendo a transparência e violando o princípio da publicidade, conforme exige o art. 18 da Lei 14.133/2021 e a Súmula 263 do TCU[3].

Assim, levando-se em conta as citadas irregularidades, solicitou a intervenção deste Tribunal de Contas a fim de corrigir as irregularidades, adequando o edital à legislação vigente.

Preliminarmente ao juízo de admissibilidade e da eventual adoção de medida cautelar, nos termos do art. 403, inciso III do Regimento Interno, requereu-se manifestação prévia da municipalidade, nos termos do caput do art. 404[4] do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, em relação à irregularidade apontada nesta Representação, notadamente para que: a) trouxesse aos autos a íntegra do procedimento em exame; b) apresentasse esclarecimentos quanto à exigência de apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional em desacordo com o percentual disposto no art. 67, §1º da Lei n.º 14.133/2021[5]; c) apresentasse esclarecimentos em relação à exigência de comprovação de que a execução das obra qualificada como estabelecimento assistencial de saúde; d) apresentasse esclarecimentos em relação à alegada ausência de transparência em relação aos questionamentos apresentados, conforme Despacho n.º 1037/24 – GCAZ[6].

Instado a se manifestar, o Município de São José dos Pinhais apresentou a respectiva manifestação[7], por meio da qual defendeu, inicialmente, a legitimidade das exigências técnicas do edital, alegando que estão dentro do poder discricionário da Administração Pública e são compatíveis com o objeto licitado.

Quanto ao art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021, sustentou que as parcelas de maior relevância técnica se referem a especificidades da obra, não necessariamente a valores, embora haja um parâmetro mínimo de 4% do valor estimado.

No caso específico da construção do Hospital e Maternidade Municipal, justificou que as exigências (como sistemas de ventilação, redes elétricas e hidráulicas especializadas) são essenciais para garantir segurança e conformidade com normas técnicas. Além disso, argumenta que os itens exigidos estão adequadamente inseridos na planilha orçamentária e são coerentes com a complexidade da obra.

Quanto à competitividade, afirmou que as exigências visam selecionar empresas qualificadas, sem restringir indevidamente a concorrência. Sobre transparência, destacou que todas as respostas aos licitantes foram publicizadas no portal de licitações do Município[8] e no Sistema de Compras do Governo Federal[9].

Por fim, alegou a ausência de requisitos para concessão de liminar, pois a suspensão do certame traria prejuízos a um projeto de relevância para a saúde pública, e pede a improcedência da representação, reforçando que as exigências são proporcionais e legais. Anexou documentação complementar[10] para embasar sua defesa.

Em sede de juízo de cognição sumária, não obstante o indeferimento do pleito cautelar de suspensão, ante a ausência dos requisitos autorizadores da medida, houve o recebimento da presente Representação, nos termos do Despacho n.º 1104/24 – GCAZ[11].

Posteriormente, nos termos do Despacho n.º 1227/24 - GCAZ, cuja cópia foi anexada ao presente[12], foi determinado o apensamento dos autos n.º 62779-8/24, que tratavam de Representação formulada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais (SINSEP) noticiando outras supostas irregularidades no mesmo certame, para análise conjunta.

Em sede de contraditório, o Município reiterou[13] os argumentos apresentados na defesa prévia quanto aos pontos suscitados pela SIAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.

Já em relação aos fatos narrados na Representação apensada, o Município arguiu[14], em resumo, que: a) a narrativa de que a Secretaria Municipal de Saúde teria negado o acesso às informações é completamente infundada, uma vez que resta demonstrado que a pasta agiu dentro dos parâmetros legais e se prontificou a atender as solicitações dentro dos prazos legais; b) a participação do Conselho Municipal de Saúde ocorrerão em momento oportuno, sendo facultativa a realização de audiência pública por parte da Administração, a teor do artigo 21 da Lei n.º 14.133/2021; c) a decisão de não realizar a audiência pública encontra-se amparada na legislação e orientada pelos princípios da discricionariedade e legalidade, sem qualquer afronta às normas vigentes; d) as alegações de ausência da devida estimativa de impacto orçamentário e financeiro não encontram respaldo nos fatos, visto que os valores teriam sido incluídos no orçamento vigente; e) não houve qualquer violação ao princípio da segregação de funções. Ao final pugnou pela improcedência da representação.

Instada a se manifestar, a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) manifestou-se pela improcedência dos apontamentos relativos às exigências de qualificação técnica, à ausência de participação pública/audiência pública, à negativa de informações ao Conselho Municipal de Saúde e à falta de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, bem como à violação do princípio da segregação de funções. Contudo, a CGM constatou irregularidade parcial no que se refere à falta de comprovação da resposta ao questionamento formulado pela empresa Representante SIAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA e à ausência de justificação/motivação adequada nas respostas às impugnações formuladas, o que configuraria violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório (Item 10.2 do Edital) e da motivação (artigo 5º da Lei n.º 14.133/2021).

À vista disso, a CGM opinou pela procedência parcial das Representações, com expedição de recomendação ao Município para que, em processos futuros, observe as previsões editalícias e legais quanto à resposta motivada a questionamentos e impugnações, nos termos da Instrução n.º 192/25 – CGM[15].

O Ministério Público de Contas (MPC), por seu turno, acompanhou integralmente a análise e a conclusão da CGM, opinando pela procedência parcial da Representação e pela expedição da recomendação sugerida pela Unidade Técnica. O MPC reforçou que as respostas a questionamentos e impugnações são atos administrativos que exigem motivação em razão dos princípios democráticos, da legalidade e da moralidade, e que a ciência da motivação é premissa para eventual recurso, consoante disposto no Parecer n.º 238/25 - 7PC[16].

É o breve relatório.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Das Exigências de Qualificação Técnica.

O primeiro ponto de insurgência da Representante SIAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA refere-se às exigências de qualificação técnica contidas no Edital, especificamente no item 7.1.1.4, alíneas "b" e "d", que listam uma série de serviços considerados de maior relevância ou valor significativo, exigindo que a experiência na execução desses serviços tenha sido adquirida em "construção predial qualificada como estabelecimento assistencial de saúde".

A Representante argumenta que alguns desses serviços, como Heliponto (1,27%) e Cortina de Vidro Estrutural (2,24%), possuem valor individual inferior a 4% do valor total estimado da contratação, o que, em sua interpretação, violaria o art. 67, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021, além de serem exigências desnecessárias e restritivas à competitividade, pois a execução desses serviços em outros tipos de edificação (comercial, por exemplo) não apresentaria diferença executiva significativa.

O Município, em sua defesa, sustentou que as exigências de capacidade técnica são legítimas e necessárias para garantir que o licitante possua os conhecimentos e experiências adequados para a execução de um empreendimento tão específico e complexo quanto um hospital.

Alegou que o art. 67, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021 utiliza a conjunção alternativa "ou", permitindo que a Administração exija atestados para parcelas de maior relevância OU de valor significativo (igual ou superior a 4%), não sendo necessária a cumulação de ambas as condições.

Afirmou que as parcelas eleitas como de maior relevância foram precedidas de estudo técnico aprofundado e que a exigência de experiência em "estabelecimento assistencial de saúde" se justifica pelas especificidades técnicas e sanitárias inerentes a esse tipo de edificação, que vão além das técnicas convencionais de construção, citando a necessidade de sistemas de climatização hospitalar, instalações elétricas e hidráulicas complexas para equipamentos médicos, e materiais compatíveis com exigências sanitárias.

O Município também apresentou valores de itens maiores da planilha orçamentária que englobam alguns dos serviços questionados, como Heliponto (subitem 5.5, item 5, com valor total de R$ 24.979.679,69, correspondente a 14,70% do valor total estimado) e Structural Glazing (subitem 9.11, item 9, com valor total de R$ 12.227.181,74, correspondente a 7,19% do valor total estimado), Rádio Proteção (subitem 13.4, item 13, com valor total de R$ 6.866.874,56, correspondente a 4,04%) e Drenagem (subitem 15.18, item 15, com valor total de R$ 7.204.739,82, correspondente a 4,24%).

A análise da CGM e o Parecer do MPC convergiram no sentido de que as exigências formuladas pela Administração Municipal não violam a legislação específica, pois aparentam estar adequadas às especificidades da contratação e visam atender ao interesse público.

Ambas as manifestações destacaram a alteração promovida pelo art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que passou a exigir atestados para parcelas de maior relevância OU valor significativo, não mais cumulativamente como na lei anterior. A CGM e o MPC entenderam que a definição de "maior relevância técnica" abrange aspectos de complexidade e dificuldade que podem não estar diretamente ligados ao valor

financeiro da parcela, e que a exigência de experiência em "estabelecimento assistencial de saúde" se justifica pela natureza peculiar da obra.
Ademais, enfatizaram o fato de que não foram identificados indícios de restrição indevida à competitividade, considerando a participação de 11 (onze) empresas no certame.
Compartilho do entendimento da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas quanto ao ponto em exame.
A Lei n.º 14.133/2021, ao empregar a conjunção "ou" no § 1º do art. 67, conferiu à Administração a discricionariedade de eleger as parcelas que, por sua relevância técnica ou valor significativo, demandam comprovação de experiência anterior.
A relevância técnica não se confunde necessariamente com o valor financeiro; uma parcela pode ser tecnicamente complexa e crucial para o sucesso do empreendimento, mesmo que seu custo individual seja inferior ao patamar de 4%.
Nessa perspectiva, a construção de um hospital é, inegavelmente, uma obra de alta complexidade técnica, envolvendo sistemas e instalações altamente especializados e sujeitos a normas sanitárias rigorosas. A exigência de que a experiência comprovada tenha sido adquirida em edificações com características semelhantes a um estabelecimento assistencial de saúde é uma medida prudente e justificada para assegurar que a empresa contratada possua a expertise específica necessária para lidar com os desafios técnicos inerentes a esse tipo de construção, minimizando riscos à segurança e à funcionalidade da futura unidade de saúde.
A defesa do Município demonstrou, inclusive, que alguns dos serviços questionados pela Representante estão contidos em itens maiores da planilha orçamentária cujos valores superam o limite de 4%, o que reforça a razoabilidade das exigências[17].
Portanto, as exigências de qualificação técnica não se mostram ilegais ou indevidamente restritivas, estando em conformidade com o art. 67, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021 e com o princípio da seleção da proposta mais vantajosa.
2.2. Da Falta de Resposta Adequada e Publicação de Questionamentos.
O segundo ponto de crítica da Representante SIAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA refere-se à alegada falta de resposta adequada e motivada aos questionamentos formulados pelos licitantes, bem como à ausência de publicação dessas perguntas no sistema da licitação, em violação ao item 10.2 do Edital e aos princípios da transparência e publicidade.
A Representante citou um questionamento próprio feito em 09/08/2024 que, até a data da inicial (15/08/2024), não havia sido respondido nem publicado. Mencionou, ainda, uma resposta genérica do Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas para "TODOS OS QUESTIONAMENTOS E IMPUGNAÇÃO", sem justificação ou esclarecimento[18].
O Município, em sua defesa, contrapôs que todas as questões foram devidamente analisadas e respondidas de forma clara e objetiva pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, e que as respostas foram disponibilizadas tanto no portal de licitações municipal quanto no Sistema de Compras do Governo Federal, garantindo a transparência[19].
A CGM, ao analisar este ponto, verificou que, de fato, houve a disponibilização de questionamentos e respostas no Portal da Transparência do Município, tanto na íntegra do processo quanto de forma individual, refutando a alegação de falta de publicação[20].
Contudo, a Unidade Técnica constatou que, embora o questionamento específico da Representante SIAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA conste na íntegra do processo licitatório disponibilizado[21], não foi possível identificar a respectiva resposta por parte do Município, nem na íntegra do processo, nem no Portal da Transparência.
Além disso, a CGM observou que a resposta às impugnações formuladas pelos licitantes foi, de fato, genérica e carente de justificação/motivação mínima. Outrossim, concluiu a unidade técnica que a ausência de comprovação da resposta ao questionamento da Representante e a falta de justificação/motivação nas respostas às impugnações violam os princípios da vinculação ao instrumento convocatório (Item 10.2 do Edital) e da motivação (art. 5º da Lei n.º 14.133/2021).
No entanto, entendeu a CGM que a aplicação de sanções seria desnecessária, por não evidenciar dolo, erro grosseiro ou prejuízo à competitividade/erário, sugerindo a expedição de recomendação.
O MPC corroborou a conclusão da CGM, destacando que a ausência de resposta comprovada ao questionamento da Representante e a falta de justificação/motivação nas respostas às impugnações configuram violação aos princípios da vinculação ao edital e da motivação. O Parquet de Contas enfatizou que as respostas a questionamentos e impugnações são atos administrativos que exigem motivação, sendo a ciência dessa motivação essencial para o exercício do direito de recurso.
Neste ponto, uma vez mais acompanho integralmente o entendimento da Unidade Técnica (CGM) e do Ministério Público de Contas (MPC).
A análise dos documentos comprova que, embora a publicidade dos questionamentos e respostas tenha sido, em grande parte, observada, houve falha específica na resposta ao questionamento da Representante SIAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, cuja resposta não foi comprovada nos autos.
Mais grave, a resposta coletiva às impugnações foi manifestamente genérica e desprovida da necessária motivação. O item 10.2 do Edital estabelecia o prazo de 3 (três) dias úteis para a divulgação das respostas a impugnações e pedidos de esclarecimento, limitado ao último dia útil anterior à abertura do certame[22].
A motivação dos atos administrativos, especialmente em processos licitatórios, é um princípio basilar da Administração Pública, expressamente previsto no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021[23]. A ausência de motivação impede que os interessados compreendam as razões da decisão administrativa e exerçam plenamente seus direitos, incluindo o de recorrer. A resposta genérica do Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas[24] não cumpre o requisito legal e editalício de motivação, configurando uma irregularidade de natureza formal.
Desse modo, embora a instrução e o parecer ministerial tenham considerado que essa falha não evidenciou dolo, erro grosseiro ou prejuízo à competitividade/erário, a violação aos princípios da motivação e da vinculação ao edital é patente e merece ser registrada e devidamente corrigida em processos licitatórios futuros, razão pela qual reconheço a irregularidade do presente item, com a necessária expedição de Recomendação ao ente promotor do certame.
2.3. Da Ausência de Participação Pública e Audiência Pública.
A Representação apensada (autos n.º 62779-8/24) alegou que o Município não realizou audiência pública ou consulta pública, conforme previsto no art. 21 da Lei n.º 14.133/2021, o que seria obrigatório em obras de grande impacto como a construção de um hospital.
O Município, em seu contraditório[25], defendeu que o art. 21 da Lei n.º 14.133/2021 confere à Administração a faculdade, e não a obrigatoriedade, de realizar audiência pública ou consulta pública. Argumentou que a decisão de não realizar esses procedimentos nesta fase do projeto, que se refere exclusivamente à execução da obra civil, foi discricionária e fundamentada na conveniência e oportunidade, estando amparada pela legislação. Afirmou que as etapas de participação popular e deliberação sobre o funcionamento do hospital ocorrerão em momento oportuno, quando a unidade estiver prestes a ser implementada como estabelecimento de saúde. Ressaltou, ainda, que o controle do Tribunal de Contas deve se ater à legalidade, não cabendo interferir no mérito administrativo.
A CGM e o MPC concordaram com a defesa do Município, concluindo que o art. 21 da Lei n.º 14.133/2021 estabelece a audiência pública e a consulta pública como instrumentos facultativos, inseridos no poder discricionário da Administração.
Embora reconheçam a importância desses mecanismos em obras de grande relevância social, entenderam que a decisão do Município pela não realização nesta fase não violou a legislação específica, sendo coerente com as especificidades da contratação (fase de construção civil) e com o compromisso de realizar etapas de participação popular em momento oportuno.
De imediato, acompanho o entendimento unânime apresentado em sede de instrução. Nesse contexto, registre-se, por oportuno, o art. 21 da Lei n.º 14.133/2021:
Art. 21. A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, audiência pública, presencial ou a distância, na forma eletrônica, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.
Parágrafo único. A Administração também poderá submeter a licitação a prévia consulta pública, mediante a disponibilização de seus elementos a todos os interessados, que poderão formular sugestões no prazo fixado.
Como se pode observar, a literalidade do dispositivo supracitado ("A Administração poderá convocar...") não deixa margem para interpretação diversa: a realização de audiência pública ou consulta pública é uma faculdade conferida ao gestor, e não uma obrigação.
Diferentemente da Lei n.º 8.666/1993, que em seu art. 39 previa a obrigatoriedade de audiência pública para contratações de grande vulto, a nova lei conferiu maior flexibilidade à Administração. A decisão de realizar ou não tais procedimentos insere-se no juízo de conveniência e oportunidade do administrador, passível de controle por esta Corte de Contas apenas em caso de manifesta ilegalidade ou irrazoabilidade, o que não se verifica no presente caso.
A justificativa do Município de que a obra se encontra na fase de construção civil e que as discussões sobre a operação e gestão do hospital ocorrerão posteriormente é razoável e alinha-se com a natureza discricionária da norma.
Portanto, não há irregularidade no que toca ao ponto em análise.
2.4. Da Negativa de Informações ao Conselho Municipal de Saúde.
A Representação apensada (autos n.º 62779-8/24) alegou que o Conselho Municipal de Saúde solicitou informações sobre a construção e gestão do hospital, mas teve o acesso negado a dados importantes, incluindo sobre a forma de gestão e gastos de pessoal, violando o princípio da transparência (art. 37, CF) e dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000, artigos 14 e 17).
O Município, em seu contraditório, refutou a alegação de negativa de informações, afirmando que a Secretaria Municipal de Saúde agiu dentro dos parâmetros legais e se prontificou a atender as solicitações do Conselho Municipal de Saúde, inclusive solicitando dilação de prazo para resposta com base na Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011, artigo 11, §§ 1º e 2º).
Para mais, apresentou cópias do Ofício n.º 147/2024 do CMS/SJP solicitando informações e do Ofício n.º 1761/2024-GAB/SEMS solicitando a prorrogação do prazo[26]. O Município também argumentou que a participação do Conselho Municipal de Saúde não é obrigatória na fase de contratação ou licitação para a construção do hospital, e que as informações sobre gestão de pessoal serão objeto de análise futura, após a conclusão da obra.
A CGM e o MPC confirmaram que não houve negativa de informações por parte do Município ao Conselho Municipal de Saúde.
A análise dos documentos demonstrou que o Município se prontificou a atender o requerimento, solicitando dilação de prazo, o que está em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, fato, inclusive, já registrado no Despacho n.º 1227/24 – GCAZ[27]: "[...] quanto ao pedido de informações requerido pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS), de acordo com as justificativas apresentadas aos autos, verifico que o município, a priori, está respeitando os prazos previstos no art. 11, § 1º e § 2º , da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)".
Ademais, ambas as manifestações também concordaram que a participação do Conselho Municipal de Saúde não é obrigatória no procedimento de contratação ou licitação para a construção do hospital, embora reconheçam seu papel consultivo/deliberativo em questões de política pública de saúde.
A análise dos documentos corrobora a conclusão da CGM e do MPC. O Município não negou o acesso às informações solicitadas pelo Conselho Municipal de Saúde; ao contrário, demonstrou ter recebido o pedido e solicitado a prorrogação do prazo para resposta, o que é uma prerrogativa legal prevista na Lei de Acesso à Informação.
A alegação de violação aos artigos 14 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange à gestão de pessoal, também se mostra prematura, uma vez que o próprio Município esclareceu que o estudo detalhado sobre o quadro de servidores necessários para a operação do hospital será realizado somente após a conclusão da obra[28].
A fase atual do processo licitatório refere-se à construção civil, e a participação do Conselho Municipal de Saúde neste estágio não é legalmente imposta. Portanto, não há irregularidade no que tange ao ponto.
2.5. Da Falta de Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro.
A Representação apensada alegou que o processo de licitação não apresentou a devida estimativa do impacto orçamentário-financeiro, em descumprimento ao artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000).
O Município, em seu contraditório, refutou essa alegação, afirmando que os valores destinados à construção do hospital já estavam devidamente incluídos no orçamento vigente. Apresentou informações sobre o protocolo e aprovação de Projetos de Lei (n.º 484 e n.º 489) junto à Câmara Municipal, visando a inclusão de valores provenientes de convênios estaduais e federais no orçamento, totalizando R$ 60.000.000,00 e R$ 153.000.000,00, respectivamente.
Mencionou, ainda, a emissão de Notas de Reserva Orçamentária (n.º 988 e n.º 1498) que totalizam o valor estimado da contratação (R$ 169.972.656,97), com declaração

de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias[29].
A CGM e o MPC analisaram os documentos apresentados pelo Município e concluíram que houve a devida observância ao estabelecido no art. 16 da Lei Complementar n.º 101/2000. A Unidade Técnica verificou a existência dos Projetos de Lei e das Notas de Reserva Orçamentária, cujos valores somados correspondem ao valor total estimado da contratação, demonstrando que os valores previstos foram estimados sob o aspecto orçamentário pela Administração Municipal.
Nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), toda ação governamental que resulte na criação, ampliação ou aperfeiçoamento de despesa pública deve ser obrigatoriamente acompanhada de: (i) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes; e (ii) declaração do ordenador da despesa quanto à adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como à compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
Para efeitos legais, considera-se adequada à LOA a despesa que esteja prevista em dotação específica e suficiente, ou em crédito genérico que, somado às demais despesas da mesma espécie, não ultrapasse os limites estabelecidos para o exercício. A compatibilidade com o PPA e a LDO se dá quando a despesa observa as diretrizes, objetivos e metas desses instrumentos e não infringe suas disposições. Ademais, a estimativa mencionada deve vir acompanhada das premissas e da metodologia de cálculo utilizadas.
Importante ressaltar que o cumprimento dessas exigências legais constitui condição prévia para a realização de empenhos, licitações, fornecimento de bens ou serviços, execução de obras, bem como para desapropriações de imóveis urbanos nos termos do § 3º do art. 182 da Constituição Federal.
De fato, a documentação acostada aos autos e analisada pela CGM e MPC demonstra que o Município cumpriu as exigências do art. 16 da LRF.
A inclusão dos recursos no orçamento por meio de leis específicas e a emissão das Notas de Reserva Orçamentária, com as devidas declarações de adequação e compatibilidade, comprovam que a Administração realizou a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e garantiu a disponibilidade de recursos antes de iniciar o processo licitatório.
Portanto, a alegação de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal neste ponto não procede.
2.6. Da Violação ao Princípio da Segregação de Funções.
A Representação apensada destacou, de forma genérica, que o processo licitatório e os atos administrativos relacionados à obra violaram o princípio da segregação de funções, corolário do princípio da moralidade (art. 37, caput, da CF/88).
O Município, em seu contraditório contestou essa alegação, afirmando que, ao longo de todo o processo, não houve qualquer violação ao princípio da segregação de funções. Sustentou que a Administração respeitou a devida divisão de competências e responsabilidades entre as diversas instâncias envolvidas, assegurando a regularidade e a lisura dos atos praticados[30].
Por sua vez, a CGM e o MPC observaram que a Representante não especificou minimamente em que consistiria a suposta violação ao princípio da segregação de funções. Ao analisar a íntegra do processo licitatório, a Unidade Técnica e o Parquet de Contas não verificaram a ocorrência de quaisquer indícios dessa violação, constatando, pelo observado, a separação de atribuições entre servidores distintos nas várias fases do processo.
O princípio da segregação de funções é fundamental para o controle interno e a prevenção de irregularidades, exigindo a separação de atribuições incompatíveis entre diferentes agentes públicos nas diversas fases de um processo administrativo, especialmente em contratações públicas.
No entanto, a alegação da Representante foi genérica e desprovida de qualquer elemento fático que pudesse indicar a ocorrência de tal violação. A análise dos documentos do processo licitatório, conforme realizado pela CGM, não revelou indícios de que um mesmo agente tenha desempenhado funções incompatíveis, como, por exemplo, a execução e a fiscalização de uma mesma atividade.
Desse modo, diante da ausência de especificação da irregularidade e da falta de elementos probatórios nos autos, não é possível acolher a alegação.
2.7. Da Irregularidade Procedimental Remanescente.
Conforme exaustivamente analisado, a única irregularidade remanescente nos autos - e que contou com a convergência de entendimento entre a Unidade Técnica (CGM) e o Ministério Público de Contas (MPC) - refere-se à falha na comunicação com os licitantes, consubstanciada na ausência de comprovação da resposta ao questionamento formulado pela empresa SIAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, bem como na apresentação de respostas genéricas e desprovidas de fundamentação às impugnações apresentadas.
Tal conduta contraria o item 10.2 do Edital, além de violar o princípio da motivação previsto no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021, comprometendo a necessária transparência e a legitimidade do procedimento licitatório. A motivação adequada dos atos administrativos é elemento essencial para a preservação da legalidade, do contraditório e da ampla defesa no âmbito dos certames públicos.
Contudo, à luz da análise técnica e ministerial, restou consignado que a falha não decorreu de dolo ou erro grosseiro, tampouco resultou em prejuízo à competitividade ou ao erário, tratando-se de vício meramente formal. Nessa linha, a CGM e o MPC manifestaram-se no sentido de que a irregularidade, embora relevante do ponto de vista procedimental, não configura fundamento suficiente para a imposição de sanção pecuniária ou determinação corretiva com caráter vinculante.
Assim, considerando o contexto dos autos, a ausência de má-fé, e a orientação convergente dos órgãos técnicos e de controle, entende-se como medida mais proporcional e pedagógica a expedição de Recomendação ao Município, a fim de que, em futuras licitações, assegure o cumprimento rigoroso das normas que regulam a motivação e a tempestividade das respostas a impugnações e questionamentos, em estrita observância ao edital e à legislação vigente.
3 - VOTO
Ante todo exposto, com fulcro no art. 32, inciso XII e art. 275 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, acolho parcialmente os fundamentos apresentados pelas Representações autuadas sob os n.º 576522/24 e 627798/24, nos termos da análise da Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e do Parecer do Ministério Público de Contas (MPC), e VOTO pela PROCEDÊNCIA PARCIAL, com as seguintes medidas:
I. Considerar IMPROCEDENTES os apontamentos relativos às exigências de qualificação técnica, à ausência de participação pública e audiência pública, à negativa de informações ao Conselho Municipal de Saúde, à falta de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e à violação ao princípio da segregação de funções, nos termos da fundamentação supra;
II. Considerar PROCEDENTE o apontamento relativo à falta de resposta adequada e motivada aos questionamentos e impugnações formulados pelos licitantes, configurando violação ao item 10.2 do Edital da Concorrência Pública n.º 11/2024 e ao princípio da motivação insculpido no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021.
III. RECOMENDAR[31] ao MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, representado pela Prefeita Municipal, Sra. NINA SINGER, para que, em futuros processos licitatórios, observe rigorosamente as previsões estabelecidas no instrumento convocatório e na legislação pertinente, respondendo de forma adequada, motivada e tempestiva a todos os questionamentos e impugnações realizados pelos interessados, garantindo a transparência e a publicidade dos atos;
IV. DEIXAR de aplicar sanção pecuniária aos responsáveis, em consonância com a instrução, por não restarem configurados dolo, erro grosseiro ou prejuízo à competitividade do certame ou ao erário municipal, tratando-se de falha de natureza formal que pode ser corrigida mediante Recomendação.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX), para anotações e providências necessárias.
Após, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I – Julgar, com fulcro no art. 32, inciso XII e art. 275 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, acolhendo parcialmente os fundamentos apresentados pelas Representações autuadas sob os n.º 576522/24 e 627798/24, nos termos da análise da Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e do Parecer do Ministério Público de Contas (MPC), PROCEDENTE EM PARTE com as seguintes medidas:
(i)considerar IMPROCEDENTES os apontamentos relativos às exigências de qualificação técnica, à ausência de participação pública e audiência pública, à negativa de informações ao Conselho Municipal de Saúde, à falta de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e à violação ao princípio da segregação de funções, nos termos da fundamentação supra;
(ii)considerar PROCEDENTE o apontamento relativo à falta de resposta adequada e motivada aos questionamentos e impugnações formulados pelos licitantes, configurando violação ao item 10.2 do Edital da Concorrência Pública n.º 11/2024 e ao princípio da motivação insculpido no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021;
II – recomendar[32] ao MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, representado pela Prefeita Municipal, Sra. NINA SINGER, para que, em futuros processos licitatórios, observe rigorosamente as previsões estabelecidas no instrumento convocatório e na legislação pertinente, respondendo de forma adequada, motivada e tempestiva a todos os questionamentos e impugnações realizados pelos interessados, garantindo a transparência e a publicidade dos atos;
IV - deixar de aplicar sanção pecuniária aos responsáveis, em consonância com a instrução, por não restarem configurados dolo, erro grosseiro ou prejuízo à competitividade do certame ou ao erário municipal, tratando-se de falha de natureza formal que pode ser corrigida mediante recomendação;
V – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX), para anotações e providências necessárias;
VI – encaminhar à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. *Disponível em: https://sisazul.sjp.pr.gov.br/licitacao/upload/12526/12526_87306450930_F_P_20240705122112.pdf*
2. *Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...]*
§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
3. *SÚMULA TCU 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.*
4. *Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.*
5. *Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...]*
§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
6. *Peça n.º 05.*
7. *Peças n.º 10 a 23.*
8. *Disponível em: https://sisazul.sjp.pr.gov.br/webapp/portaltransparencia/wp_licitacao/detalhes/40862*
9. *Disponível em: www.gov.br/compras*
10. *Peças n.º 13 a 20.*
11. *Peça n.º 24.*
12. *Peça n.º 29.*
13. *Peça n.º 36.*

14. *Peça n.º 38.*
15. *Peça n.º 39.*
16. *Peça n.º 41.*
17. *Peça n.º 36, fls. 7-8.*
18. *Peça n.º 03, fl. 03.*
19. *Peça n.º 36, fl. 11.*
20. *Peça n.º 39, fls. 14-15.*
21. *Peça n.º 19, fl. 314.*
22. *Peça n.º 18, fl. 20.*
23. *Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*
24. *Peça n.º 19, fl. 249.*
25. *Peça n.º 38.*
26. *Peça n.º 38, fls. 2-4.*
27. *Peça n.º 29.*
28. *Peça n.º 38, fls. 8-9.*
29. *Peça n.º 38, fls. 7-8.*
30. *Peça n.º 38, fl. 10.*
31. *Sem necessidade de acompanhamento, dado sua função orientativa futura.*
32. *Sem necessidade de acompanhamento, dado sua função orientativa futura.*

PROCESSO Nº:-658910/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
INTERESSADO:-ANTONIO FRANCA BENJAMIM, DOUGLAS ALEXANDRE DE MIRANDA BATISTA
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1699/25 - TRIBUNAL PLENO

Representação da Lei de Licitações. Pregão Eletrônico nº 68/2024. Município de Medianeira. Contratação de empresa de sinalização semafórica. Alegações de irregularidades na formação do preço, composição de custos, exigências técnicas e falhas no estudo preliminar. Inconsistências regularizadas. Pesquisa de preços considerada válida e estudo técnico em conformidade com os requisitos legais mínimos. Improcedência.

1 - RELATÓRIO

Trata-se de Representação, nos termos do art. 170 §4º[1], da Lei n.º 14.133/2021, cumulada com pedido de medida cautelar de suspensão, formulada por DOUGLAS ALEXANDRE DE MIRANDA BATISTA contra o MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, por meio da qual relata possíveis irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 68/2024, cujo objeto se consubstancia na contratação do serviço de "contratação de empresa de sinalização semafórica para fornecimento e instalação de conjuntos semafóricos em duas interseções viárias do município", conforme especificações previstas em edital[2].

O referido certame tem como parâmetro de valor máximo de contratação o montante de R$ 416.288,23 (quatrocentos e dezesseis mil duzentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos), com o recebimento das propostas previsto o dia 06/09/2024, às 8h30; e início da sessão pública de lances para o dia 24/09/2024, às 9h.

De início, informa o Representante que já havia sido publicado anteriormente processo licitatório, Pregão Eletrônico n.º 42/2024, com o mesmo objeto, sendo, inclusive, alvo de análise por parte deste Tribunal de Contas, por meio da Representação n.º 556149/24.

No entanto, durante o trâmite da citada representação, o Município informou que a licitação foi anulada, constando no documento que a medida foi adotada em razão da identificação de vício insanável na origem do processo.

Constatada a anulação, a Representação não foi recebida, pela perda do objeto, nos termos do Despacho n.º 1148/24 – GCDA[3].

Após tal fato, os potenciais licitantes foram surpreendidos com a publicação de novo Edital, Pregão Eletrônico n.º 68/2024, Processo Administrativo n.º 151/2024. Alega o Representante que o certame contém diversas irregularidades no instrumento convocatório, que já haviam sido parcialmente apontadas em um pregão anterior (n.º 42/2024), que foi anulado pela Administração, mas que as falhas não foram corrigidas adequadamente na nova licitação.

Em apertada síntese, são apontadas as seguintes irregularidades:

a) Ausência de Planilha de Composição de Custos: O edital exige a contratação com dedicação exclusiva de mão de obra, mas não apresenta uma planilha de composição de custos, violando a Lei n.º 14.133/21 e a Instrução Normativa n.º 05/2017. Essa falha compromete a transparência e a capacidade de verificação da viabilidade econômica das propostas, o que pode resultar em prejuízos aos cofres públicos;

b) Exigência Excessiva de Atestado de Capacidade Técnica: O edital exige que as empresas licitantes apresentem atestados de capacidade técnica que comprovem 100% do objeto licitado. No entanto, a Lei n.º 14.133/21, art. 67, permite a exigência de até 50% dos serviços, tornando a demanda do edital ilegal e desproporcional. Além disso, deixou de esclarecer "execução do serviço de características semelhantes" ou "serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação."

c) Pesquisa de Preços Inadequada: A pesquisa de preços foi feita com apenas três empresas, sem justificativa adequada, o que pode ter levado a uma precificação desalinhada com os valores de mercado, em descumprimento ao art. 23 da Lei n.º 14.133/21;

d) Falhas no Estudo Técnico Preliminar: O Estudo Técnico Preliminar não demonstrou a real necessidade da contratação nem explorou alternativas para a solução do problema, o que contraria o art. 18 da Lei n.º 14.133/2021. O estudo não fundamenta a escolha da solução mais vantajosa para o município;

e) Irregularidade na Exigência de Garantia: a irregularidade decorre do fato de que o instrumento convocatório impõe a exigência de uma garantia contratual no valor de 5% do contrato, sem permitir que a empresa contratada escolha a modalidade de garantia que deseja prestar, conforme previsto no § 1º do art. 96 da Lei n.º 14.133/21.

Dadas as citadas irregularidades, o Representante solicitou a intervenção deste Tribunal de Contas a fim de suspender cautelarmente o processo licitatório. No mérito, pugnou pela procedência, a fim de que seja anulado o certame. Alternativamente, requereu sejam acolhidas as razões para sanar as irregularidades ventiladas aos autos, determinando que sejam realizadas as devidas correções no instrumento convocatório.

Preliminarmente ao juízo de admissibilidade e da análise do pedido cautelar, requereu-se manifestação prévia da municipalidade, nos termos do caput do art. 404[4] do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, em relação às irregularidades apontadas nesta Representação; às medidas que foram tomadas pela municipalidade para sanar as irregularidades já apontadas em Representação anterior[5] a fim de corrigir vício insanável identificado na licitação precedente (Pregão Eletrônico n.º 42/2024), assim como trouxesse aos autos ou apontasse outro modo de acesso à íntegra do procedimento licitatório em exame, nos termos art. 8°, §1° IV[6] da Lei de Acesso à Informação, conforme Despacho n.º 1234/24 – GCAZ[7].

Instado a se manifestar, o Município de Medianeira apresentou a respectiva manifestação prévia[8], por meio da qual informou, inicialmente, que os vícios identificados na licitação anterior já se encontram devidamente sanados no edital do Pregão Eletrônico n.º 68/2024.

As principais correções foram: a inclusão de uma matriz de riscos na documentação técnica, garantindo a boa execução contratual e prevenindo problemas futuros; inclusão das planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos anexos ao edital; definição clara das atividades técnicas necessárias para a comprovação de aptidão para a execução dos serviços, sendo exigida a apresentação de certidões ou atestados emitidos por entidades públicas ou privadas, conforme as diretrizes do conselho profissional competente; no que tange à análise de amostras, o edital designou os membros da comissão de avaliação, que realizarão as análises técnicas conforme os requisitos descritos no apêndice do edital, assegurando objetividade e transparência.

No que se refere à aventada irregularidade na Planilha de Composição de Custos e Dedicação de Mão de Obra, a defesa argumenta que o edital não prevê dedicação exclusiva de mão de obra, e, portanto, a exigência de uma planilha de custos específica para esse fim é irrelevante. O edital trata de serviços técnicos de instalação semafórica, que não requerem dedicação exclusiva de trabalhadores. Além disso, a planilha de custos para os serviços de instalação foi devidamente apresentada, e o ponto sequer foi questionado durante a impugnação inicial apresentada pelo ora Representante.

Quanto ao Atestado de Capacidade Técnica o município esclarece que o edital solicita atestados que comprovem a execução de 50% do objeto da licitação, em conformidade com o art. 67 da Lei n.º 14.133/2021. No caso, a licitação tem por objetivo a instalação de semáforos em duas interseções viárias, sendo que o edital exige a comprovação técnica de uma única interseção, o que está dentro do limite de 50%. A defesa também destaca a importância da instalação de câmeras de detecção veicular para garantir a plena funcionalidade dos semáforos, sendo esta uma exigência adicional justificada pela administração.

No que tange à alegação de que a pesquisa de preços foi realizada com um número limitado de fornecedores (três empresas), o que poderia ter levado a uma precificação desalinhada com os valores de mercado, em desacordo com o art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, a defesa do município contesta a alegação afirmando que a pesquisa de preços foi conduzida de maneira adequada, com base nos parâmetros exigidos pela legislação. O processo incluiu estimativas de valor da contratação, preços unitários referenciais, e memórias de cálculo, todos devidamente documentados e em conformidade com o art. 23 da Lei n.º 14.133/2021.

A respeito das Falhas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a defesa argumenta que o ETP foi elaborado em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021 e atende aos princípios de economicidade, transparência e eficiência. O estudo identifica uma necessidade real e urgente de intervenção em interseções viárias críticas, com base no aumento de acidentes. A escolha de semáforos multiplanos foi devidamente fundamentada como a melhor solução tecnológica para otimização do fluxo de tráfego. O sistema binário, mencionado na impugnação, foi descartado por não ser adequado à malha viária do município. Assim, o ETP é legal e segue as boas práticas.

Já em relação à aventada irregularidade na Exigência de Garantia, a defesa esclarece que o edital não exige uma modalidade específica de garantia, mas oferece aos licitantes as opções previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, que incluem caução em dinheiro, seguro-garantia, ou fiança bancária. Adicionalmente, a garantia contratual prevista vai além do exigido pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), oferecendo 12 meses de garantia, quando a legislação exige um mínimo de 90 dias. Isso é vantajoso para o consumidor, reforçando a adequação do edital.

A fim de subsidiar a análise, anexou documentação complementar[9] (Pasta técnica composta por pesquisa de preços e planilha de custos; e o Relatório da fase inicial de planejamento e elaboração do edital).

Assim, com base nos fundamentos expostos, o município requereu o recebimento da manifestação prévia, o indeferimento da medida cautelar solicitada pelo Representante, e, por fim, o arquivamento da presente Representação.

Após análise das informações e documentos apresentados previamente, em sede de juízo de cognição sumária, primeiramente indeferi o pedido cautelar de suspensão do certame, por considerar que as justificativas apresentadas pelo município foram suficientes para afastar o risco imediato.

Para mais, observei que a alegação de ausência de planilha de composição de custos foi afastada, pois o município demonstrou que o objeto não exige dedicação exclusiva de mão de obra, tratando-se de serviço técnico especializado de instalação semafórica, tendo apresentado a planilha adequada ao tipo de serviço.

Quanto à exigência de atestado de capacidade técnica, constatei que o edital exige comprovação técnica de apenas uma interseção viária, quando o objeto prevê duas interseções, respeitando assim o limite de 50% previsto no art. 67 da Lei 14.133/2021.

Em relação à exigência de garantia, verifiquei que o edital oferece aos licitantes todas as opções previstas no §1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, não havendo restrição à escolha da modalidade.

Em contrapartida, entendi que as irregularidades destacadas nos itens "c" e "d" do despacho inicial[10] mereciam ser discutidas e aprofundadas no âmbito deste Tribunal de Contas, razão pela qual a Representação foi recebida nesses termos, conforme Despacho n. 1271/24 – GCAZ[11].

Em prosseguimento ao feito, o Município de Medianeira apresentou contraditório[12], alegando, em síntese, que o detalhamento das fontes de pesquisa e a documentação utilizada para fundamentar os preços foram idênticas às utilizadas no Pregão Eletrônico n.º 42/2024 e que não foram alvo de nulidade. Contudo, equivocadamente não foram anexadas no Pregão eletrônico nº 68/2024.

Ressaltou a necessidade urgente de atender à demanda de sinalização viária na cidade, justificando a importância da continuidade do processo licitatório. Por fim, solicitou que a Representação seja arquivada, permitindo o prosseguimento das fases do Pregão Eletrônico n.º 68/2024, em prol do interesse público e da segurança

viária.
Em sede de instrução, a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) verificou que, quanto à pesquisa de preços, ao contrário do alegado pelo Representante, o município não se limitou a consultar apenas três fornecedores. A documentação comprova que foram utilizadas múltiplas fontes, incluindo pesquisa no banco de preços e no portal BLL, em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133/2021 e com a jurisprudência do TCE-PR (Acórdão n.º 4624/17 – Tribunal Pleno).
Em relação ao Estudo Técnico Preliminar (ETP), a unidade técnica constatou que, embora alguns pontos tenham sido tratados de forma sucinta, o documento atendeu aos requisitos essenciais do art. 18, §1º da Lei 14.133/2021.
O ETP demonstrou adequadamente a necessidade da contratação, fundamentada no aumento de acidentes de trânsito, justificou tecnicamente a escolha da solução semafórica multiplano, apresentou estimativas de custos com planilhas orçamentárias detalhadas e trouxe justificativa para a não fragmentação do objeto, concluindo pela improcedência da representação, uma vez que não foram identificadas irregularidades no certame quanto aos pontos analisados, estando o procedimento em conformidade com a legislação aplicável e a jurisprudência da Corte de Contas, conforme evidenciado na Instrução n.º 406/25 – CGM[13].
O Ministério Público de Contas (MPC), por seu turno, corroborou a conclusão da CGM pela inocorrência de irregularidades no procedimento licitatório sob exame, manifestando-se pela improcedência da presente Representação da Lei de Licitações, consoante Parecer n.º 126/25 - 1PC[14].
É a síntese fática e processual.
2 - FUNDAMENTAÇÃO
De imediato, alinho-me aos opinativos da Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e do Ministério Público de Contas (MPC) pela improcedência da Representação em exame.
Cumpre registrar, inicialmente, que o cerne da discussão cinge-se às irregularidades dos itens “c” e “d” do despacho inaugural, quais sejam: possível inadequação da Pesquisa de Preços e eventuais falhas no Estudo Técnico Preliminar.
Pois bem.
No que tange à pesquisa de preços, dá análise das informações e documentos apresentados, restou comprovado que a Administração Municipal não se ateve apenas à consulta a três fornecedores, tendo efetivamente promovido pesquisa em múltiplas fontes, incluindo consulta ao banco de preços e ao portal BLL, além das já citadas cotações com fornecedores, conforme tabela de cotação de insumos e serviços[15], na qual consta pesquisa com 03 (três) fornecedores além de pesquisa no banco de preços e BLL para alguns itens:

FORNECEDOR 1	FORNECEDOR 2	FORNECEDOR 3	BANCO DE PREÇOS	BLL	
08/04/24	12/04/24	10/04/24	24/05/24	24/05/24	
CÉLULA PRODUÇÃO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA	YRS EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA	INFORTRONICS LTDA			MÉDIA PREÇO R$
53.548.213/0001-19	33.762.143/0001-90	09.521.966/0001-49			
(27) 99583-6388	(15) 99763-6248	(45) 99146-6144			
R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	
R$ 15.058,00	R$ 15.000,00	R$ 14.500,00	R$ 15.850,00		R$ 15.102,00

FORNECEDOR 1	FORNECEDOR 2	FORNECEDOR 3	BANCO DE PREÇOS	BLL	
08/04/24	12/04/24	10/04/24	24/05/24	24/05/24	
CÉLULA PRODUÇÃO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA	YRS EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA	INFORTRONICS LTDA			MÉDIA PREÇO R$
53.548.213/0001-19	33.762.143/0001-90	09.521.966/0001-49			
(27) 99583-6388	(15) 99763-6248	(45) 99146-6144			
R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	
R$ 4.329,00	R$ 4.200,00	R$ 4.500,00	R$ 2.280,00	R$ 2.805,00	R$ 3.622,80

FORNECEDOR 1	FORNECEDOR 2	FORNECEDOR 3	BANCO DE PREÇOS	BLL	
08/04/24	12/04/24	10/04/24	24/05/24	24/05/24	
CÉLULA PRODUÇÃO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA	YRS EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA	INFORTRONICS LTDA			MÉDIA PREÇO R$
53.548.213/0001-19	33.762.143/0001-90	09.521.966/0001-49			
(27) 99583-6388	(15) 99763-6248	(45) 99146-6144			
R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	R$ UNITARIO	
R$ 28.103,00	R$ 26.453,00	R$ 28.000,00	R$ 15.789,40	R$ 12.219,00	R$ 22.112,88

Para mais, em exame dos documentos disponíveis no arquivo “FASE PREPARATÓRIA”, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)[16] é possível verificar a orçamentação (fls. 16 a 22 e 52 a 77), assim como a consulta ao banco de preços (fls. 58 a 71).
Tal metodologia de pesquisa encontra-se em conformidade com o art. 23[17] da Lei 14.133/2021 e com a jurisprudência vinculante[18] do Tribunal de Contas, materializada no Acórdão n.º 4624/17 – Tribunal Pleno[19], que preconiza a necessidade de ampliação das fontes informativas para aferição da realidade mercadológica.
Ou seja, a documentação acostada aos autos evidencia a utilização combinada de diferentes parâmetros, em estrita observância aos incisos do §1º do art. 23 da Lei 14.133/2021.
Já quanto ao estudo técnico preliminar (ETP), tal documento deve atender aos requisitos estabelecidos pelo art. 18, §1º e §2º da Lei 14.133/2021, a saber:
Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos: [...]
§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
III - requisitos da contratação;
IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.
Analisando o dispositivo legal em confronto com o ETP apresentado pelo município, observo que o documento não contempla integralmente todos os elementos previstos no §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021. No entanto, é importante notar que o §2º do mesmo artigo estabelece que "o estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo".
Neste contexto, conforme demonstrado na instrução[20], o ETP[21] atendeu aos requisitos mínimos obrigatórios ao:
i) demonstrar a necessidade da contratação baseada no aumento de acidentes de trânsito (inciso I);
ii) apresentar a estimativa da quantidade a ser contratada, ainda que no instrumento convocatório/Termo de Referência (inciso IV);
iii) incluir a estimativa do custo total com planilhas orçamentárias, conforme peças n.º 21/23 (inciso VI);
iv) justificar a não fragmentação do objeto (inciso VIII);
v) trazer posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação, embasada em análise técnica, para a escolha de uma programação multiplano, centralizada e operando em tempo real, com o objetivo de otimizar o fluxo de tráfego ao longo do dia, permitindo ajustes automáticos conforme a demanda (inciso XIII).
Portanto, ainda que sucinto, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) atende aos requisitos legais mínimos exigidos pelo art. 18 da Lei 14.133/2021, não comprometendo a validade do procedimento licitatório.
3 - VOTO
Ante o exposto, com fulcro no art. 32, inciso XII e art. 282 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, VOTO pela IMPROCEDÊNCIA da presente Representação da Lei de Licitações, dada a inocorrência das irregularidades apontadas.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I – Julgar, com fulcro no art. 32, inciso XII e art. 282 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, IMPROCEDENTE a presente Representação da Lei de Licitações, dada a inocorrência das irregularidades apontadas;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-840840/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
INTERESSADO:-MICROSENS S/A, MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA
ADVOGADO / PROCURADOR-FRANCINE MARINES SARTORI
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1700/25 - TRIBUNAL PLENO
Representação da lei de licitações em face do edital de pregão eletrônico nº 046/2026/PMQ, do município de Quedas do Iguaçu. Instrução técnica pela improcedência com recomendação. Parecer do Ministério Público de Contas pela procedência parcial com recomendação. Procedência parcial com recomendação.
1 - RELATÓRIO
Tratam os presentes autos de Representação da Lei de Licitações, com requerimento de medida liminar, protocolada pela empresa MICROSENS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 78.126.950/0011-26, por intermédio de sua advogada, Dra. Francine Marinês Sartori, OAB/PR sob nº 97.715, em face do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2024/PMQ, do Município de Quedas do Iguaçu.
Conforme a cópia do edital juntada à peça 04, a licitação ocorreu em 28 de novembro de 2024, e teve como objeto a “aquisição de Equipamentos de informática em geral, com recursos (VAAT), FUNDEB, e demais fontes Orçamentária, para atendimento da Secretaria de Educação do município de Quedas do Iguaçu/PR, de acordo com condições descrição e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”. O valor

máximo estabelecido foi de R$ 847.203,00 (oitocentos e quarenta e sete mil, duzentos e três reais).
A Representante alegou, em sua petição juntada à peça 03, que as seguintes irregularidades legitimariam a concessão de medida cautelar e recebimento da Representação:
(I) "Essa empresa Representante participou do Pregão em questão e constatou que a empresa DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA, foi declarada vencedora do certame para o Item 01 do edital (300 unidades de Tablets).;
(II) "Diante disso manifestou a intenção de recorrer no sistema uma vez que o equipamento ofertado pela referida empresa não atende integralmente as exigências técnicas o edital, e porque não comprovou a sua habilitação técnica, nos termos exigidos do edital (...)";
(III) "A empresa DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA por sua vez, após verificar que cometeu um erro no momento da oferta do produto, apresentou contrarrazões solicitando a substituição do equipamento anteriormente ofertado (que não atende as exigências técnicas do edital), por outro modelo de equipamento (que atende integralmente as exigências técnicas do edital). E alegou ainda que restou comprovado sua habilitação técnica tendo em vista o novo modelo de equipamento ofertado é superior ao edital.";
(IV) "Ocorre, no entanto, conforme podemos extrair dos documentos anexos pela empresa DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA, verifica-se que acabou apresentando os atestados de capacidade técnica de fornecimento, que é expressamente dispensado no presente edital, deixando-o de apresentar os demais documentos que viabilizam a comprovação de sua qualificação.";
(V) "Portanto veja-se que a Representada ao habilitar a empresa mesmo ausente de comprovação de habilitação técnica, além de descumprir o edital também descumpriu a ´própria Lei de Licitações.".
Diante dos fatos narrados, determinei a intimação do Município de Quedas do Iguaçu para manifestação preliminar, o que ocorreu conforme documentos juntados às peças 16 a 19. Dessa manifestação, destaco os seguintes trechos:
(i) "Com relação às alegações da Representante, o Município de Quedas do Iguaçu esclarece que a empresa DIGITALPAR INFORMATICA LTDA foi declarada vencedora, após apresentar proposta acompanhada de folder com descrição detalhada do objeto e as documentações de habilitação, itens 6, 7 e 8 do edital estarem em conformidade.";
(ii) "No que tange à habilitação técnica, o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que é obrigatória a exigência de comprovação de aptidão para desempenho da atividade a ser contratada, por meio de documentos que demonstrem experiência anterior compatível com o objeto do certame. No presente caso, a Administração Pública realizou análise documental com base nos critérios estabelecidos no edital, tendo a empresa DIGITALPAR INFORMATIVA LTDA, cumprido todas as exigências do Artigo 62 da Lei nº 14.133/2021 - itens 06, 07 e 08 do edital.";
(iii) "Para o item 08 do edital a empresa apresentou declarações e 49 notas fiscais de vendas de itens de informática.";
(iv) "Quanto ao item III da representação, a Recorrente alega que a empresa vencedora apresentou equipamento em desacordo com o edital. Anote-se, no entanto, que a proposta apresentada na inicial, e a proposta inserida tempestivamente junto ao sistema, contém o descritivo do objeto licitado, conforme características descritas no folder anexo, que foi analisado e verificado pela equipe responsável pela licitação, que opinou favorável, tendo em vista que o produto ofertado é superior ao solicitado e portanto cumpriu os requisitos necessários para sua adjudicação.";
(v) "A imagem abaixo comprova que a proposta e folder com descrição do objeto forram anexados tempestivamente junto ao sistema da plataforma do certame pela empresa vencedora.";
(vi) "Em resposta à alegação contia no item IV, esclarecemos que a empresa DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA apresentou declarações e 49 notas fiscais de fornecimentos de entrega de produtos de informáticas, conforme abaixo:";
(vii) "Importante salientar que o produto oferecido pela empresa DIGITALPAR INFORMATIA LTDA é de qualidade superior ao exigido no edital, fato que beneficia diretamente o Município. Essa circunstância atende aos princípios constitucionais administrativos da eficiência e da economicidade, pois assegura uma melhor relação custo-benefício para a Administração Pública, promovendo maior qualidade nos serviços prestados à coletividade.".
Analisando os documentos contidos nos autos, naquele momento, verifiquei o indício de existência de irregularidade no valor máximo estabelecido para o lote 01 da licitação, questão não aventada na peça exordial, mas constatada pelo gabinete deste relator. Por esse motivo, no Despacho nº 54/25 (peça 20), determinei a suspensão do certame licitatório e recebi a Representação nos seguintes termos:
Não obstante, durante a análise processual realizada pela assessoria deste gabinete, constatou-se uma situação, não contemplada nos argumentos da Representante, que, se confirmada, é irregularidade passível de sancionamento dos responsáveis.
A referida situação diz respeito ao valor do objeto tablet, licitado no Lote 1, da licitação em análise. Conforme documentos juntados pelo próprio município há forte indicativo, com base em simples pesquisa na internet, que o valor máximo previsto é muito superior ao valor praticado no mercado.
Nesse sentido, conforme cópia do edital juntada à peça 04, o bem foi ofertado pelo valor máximo de R$ 2.295,83 (dois mil duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e três centavos). Do documento juntado à peça 17, verifica-se que mesmo diante de diversos participantes, os lances iniciais pouco se diferenciaram do valor máximo proposto.
Apesar de não existir informação claras do valor pelo qual o lote foi arrematado, consta da peça exordial a informação de que o bem adquirido foi o Tablet Samsung modelo "Samsung A9+ SM-X216NZAAZTO".
Para além da controvérsia trazida na peça exordial, que deve ser enfrentada na análise do mérito destes autos, em pesquisa realizada pela assessoria deste gabinete no site do google.com, constata-se que o valor de mercado, para o consumidor final, é em média R$ 1.169,90 (mil cento e sessenta e nove reais e noventa centavos), print a seguir reproduzido, o que representa 50% do valor proposto na licitação. Nesse raciocínio, não foi considerada a economia em escala inerente a compras em quantidades, como é o caso, onde foram adquiridos 300 tablets, demonstrando mais uma vez que o valor parece ter sido superdimensionado.
Portanto, em juízo de cognição sumária, pelos documentos constantes nos autos, não há explicação lógica para o superdimensionamento do valor máximo do objeto, havendo necessidade de imediata suspensão do certame até os esclarecimentos devidos.
No mérito, entendo que as questões trazidas na petição inicial, abaixo enumeradas, poderão ser apropriadamente avaliadas pela unidade técnica.
(i) Substituição do objeto licitado, após a fase adequada;
(ii) Ausência de demonstração da habilitação técnica;
(iii) Valor máximo previsto na licitação.
A medida liminar foi homologada pelo Douto Plenário, conforme Acórdão nº 70/25-STP (peça 32).
O município, em sede de contraditório, juntou manifestação à peça 30, do qual destaco os seguintes trechos:
(i) "O valor máximo atribuído aos produtos está descrito no anexo VI do referido Edital. Para o objeto "tablet" foi atribuído o valor de R$ 2.295,83 (dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e três centavos)";
(ii) "Este valor foi obtido após rigorosa consulta ao Banco de Preços, instrumento que assegura a observação aos parâmetros de mercado vigentes e a veracidade dos dados utilizados para a estimativa orçamentária.";
(iii) "O procedimento adotado pelo Município atende ao contido no artigo 23 da Lei 14.133/21: (...)";
(iv) "Conforme relatório de cotação de preços acostado no Pregão Eletrônico nº 046/2024 o Município realizou pesquisa no Banco de Preços em data de 23/10/2024, da qual se chegou ao valor máximo do produto, atendendo ao disposto no artigo 23 da Lei 14.133/2021.";
(v) "A pesquisa demonstra que o valor foi determinado com base em informações amplamente reconhecidas e atualizadas, em consonância com os princípios de transparência e isonomia exigidos pela Lei nº 14.133/2021.";
(vi) "O procedimento adotado pelo Município demonstrou, de forma inequívoca, a adequação do parâmetro adotado, fundamentando a precificação conforme as melhores práticas de mercado, não havendo incidência de superdimensionamento de preço no produto contratado.";
(vii) "Em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência, essenciais à Administração Pública, cumpre destacar que o valor efetivamente contratado foi inferior ao valor indicado no edital. Essa significativa redução não só evidencia uma gestão responsável e comprometida com o erário, como também reflete a obtenção de condições contratuais mais vantajosas, sem prejuízo da qualidade e da funcionalidade do objeto licitado.";
(viii) "Ressalta-se que o produto contratado apresenta qualidade superior, o que reforça a relação custo-benefício alcançada. A escolha por um bem de maior qualidade assegura a eficiência e segurança no atendimento das necessidades do Município.";
(ix) "Por fim, todas as etapas do processo licitatório foram conduzidas em estrita observância aos preceitos da Lei nº 14.133/2021, que preconiza a transparência, a isonomia e a eficiência na gestão dos recursos públicos. A pesquisa no Banco Nacional de Preços e a obtenção de proposta contratual com valor substancialmente inferior ao máximo estipulado reforçam o compromisso do Município com a correta aplicação dos princípios da legalidade e da economicidade.".
A Coordenadoria de Gestão Municipal, em sua Instrução nº 967/25 (peça 36), opinou pela improcedência da Representação, com recomendações:
3.2.1. se abstenha de admitir alterações nas propostas após o encerramento da fase de lances, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei, assegurando a fiel observância dos princípios que regem a atividade licitatória;
3.2.2. promova a diversificação das fontes de pesquisa de preços em futuros certames.
O Ministério Público de Contas, no Parecer nº 380/25 (peça 37), entendeu pela Procedência Parcial com expedição das recomendações nos exatos termos da Instrução nº 967/25.
É o breve relatório.
2 - FUNDAMENTAÇÃO
Após análise dos documentos processuais, entendo que a Representação deve ser considerada parcialmente procedente.
Mesmo preenchendo formalmente os requisitos legais referentes à pesquisa de mercado, verifica-se, na prática, que essa não foi efetiva.
Conforme informado pela entidade representada, a pesquisa de preços fora realizada com base em equipamento inferior ao efetivamente adquirido, agravando a situação detectada de descolamento do preço orçado e o real preço de mercado.
Nota-se que apesar de o procedimento licitatório ter contado com ampla participação, o preço final fora superior ao preço unitário público divulgado na internet, conforme foi demonstrado no Despacho nº 54/25 (peça 20), deste Relator.
Em seu contraditório (peça 30), a representada alega que seguiu os ditames do §1º do art. 23, da Lei nº 14.133/21. Não obstante, a parte deixa de atentar a necessidade de interpretação sistemática da referida lei, haja vista ter desconsiderado que o caput do art. 23 é claro quando estabelece a necessidade de compatibilidade do valor estimado com o preço de mercado.
Deveria, portanto, os servidores responsáveis pelo procedimento licitatório terem ampliado as fontes de pesquisa, a fim de garantir economia ao objeto a ser adquirido antes mesmo dos lances dos participantes da licitação.
Conforme documentos juntados pela representada à peça 31, nota-se que das licitações que serviram de parâmetro para formação do preço máximo, somente uma possuía quantitativo semelhante ao licitado pelo município, indicando que a economia em escala, que poderia ser gerada pela compra de 300 tablets, foi desconsiderada.
Apesar de não constar do contraditório da parte, a Coordenadoria de Gestão Municipal apontou (peça 36), que o preço final pelo qual o objeto da licitação foi homologado foi de R$ 1.302,23 (um mil, trezentos e dois reais e trinta e três centavos), superior ao preço de mercado unitário constante na internet, nos termos do Despacho nº 54/25 (R$ 1.169,90, um mil cento e sessenta e nove reais e noventa centavos).
Nesse aspecto, destaco o seguinte trecho da Instrução nº 967/25-CGM (peça 36:
Ademais, o mesmo julgado salienta que a formação adequada do preço estimado é crucial não apenas para assegurar contratações vantajosas, mas também como instrumento de controle social e jurisdicional, alinhado à transparência e ao devido processo legal. Pontuando que o orçamento mal estruturado pode resultar em sobrepreço, comprometendo a eficiência e a legalidade da contratação pública.
Portanto, nesse ponta a representação deve ser considerada procedente, com expedição de recomendação ao município para que aprimore o processo de pesquisa de preços nas suas contratações, ressaltando que não deve ser apenas formal, mas o mais amplo para garantir a compatibilidade com o preço real de mercado e o

atendimento aos princípios norteadores das contratações públicas, em especial, o da economicidade.
Outra questão pela qual a representação foi recebida diz respeito a substituição do modelo ofertado após o encerramento da fase de lances.
Em que pese tal situação ter sido benéfica à administração, considerando que conforme informado pelo município o modelo proposto seria superior ao previsto no edital, acompanho a unidade técnica quando indica que tal alteração, após a fase competitiva, caracteriza violação ao edital, bem como os princípios norteadores das contratações públicas previstos no art. 5º da Lei 14.133/21.
Portanto, cabe recomendação para que o município não permita alterações nas propostas que contrariem os termos dos respectivos editais de licitação.
No que concerne a ausência de qualificação técnica da empresa vencedora, acompanho o entendimento da unidade técnica no sentido de que "(...) a exigência de documentos específicos foi afastada pelo próprio instrumento convocatório, que assinala "não se aplica" ao campo destinado aos atestados de capacidade técnica, limitando-se a referenciar genericamente o art. 67 da Lei nº 14.133/2021".
Além de a administração não ter exigido de forma concreta a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional, os demais incisos do mencionado art. 67, não tratam de qualificações pertinentes ao objeto licitado. Dessa forma, tal questão deve ser considerada improcedente.
Em razão do exposto, voto pela procedência parcial da representação, com expedição de recomendações.
3 - VOTO
Pelos fundamentos VOTO pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Representação da Lei de Licitações com expedição das seguintes RECOMENDAÇÕES:
(i) Recomendação 1 - aprimore o processo de pesquisa de preços nas suas contratações, ressaltando que não deve ser apenas formal, mas o mais compatível com o preço real de mercado;
(ii) Recomendação 2 - o município não permita alterações nas propostas que contrariem os termos dos respectivos editais de licitação.
Em razão do exposto, REVOGA-SE a medida cautelar anteriormente concedida.
Após o trânsito em julgado, os autos devem ser encaminhados à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para registro.
Por fim, à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I - Julgar PROCEDENTE EM PARTE a Representação da Lei de Licitações com expedição das seguintes RECOMENDAÇÕES:
(i)recomendação 1 - aprimore o processo de pesquisa de preços nas suas contratações, ressaltando que não deve ser apenas formal, mas o mais compatível com o preço real de mercado;
(ii)recomendação 2 - o município não permita alterações nas propostas que contrariem os termos dos respectivos editais de licitação;
II – revogar, em razão do exposto, a medida cautelar anteriormente concedida;
III – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para registro;
IV – encaminhar à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. *Art. 170. [...] § 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.*
2. *Peça n.º 04.*
3. *Processo n.º 55614-9/24, peça n.º 16.*
4. *Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.*
5. *Processo n.º 55614-9/24.*
6. *Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*
§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: [...]
IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
7. *Peça n.º 07.*
8. *Peça n.º 10.*
9. *Peças n.º 11 a 23.*
10. *c) Pesquisa de Preços Inadequada: A pesquisa de preços foi feita com apenas três empresas, sem justificativa adequada, o que pode ter levado a uma precificação desalinhada com os valores de mercado, em descumprimento ao art. 23 da Lei n.º 14.133/21;*
d) Falhas no Estudo Técnico Preliminar: O Estudo Técnico Preliminar não demonstrou a real necessidade da contratação nem explorou alternativas para a solução do problema, o que contraria o art. 18 da Lei n.º 14.133/2021. O estudo não fundamenta a escolha da solução mais vantajosa para o município;
11. *Peça n.º 25.*
12. *Peça n.º 29.*
13. *Peça n.º 33.*
14. *Peça n.º 34.*
15. *Peça n.º 18.*
16. *Disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/76206481000158/2024/99*
17. *Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*
§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.
18. *Proferida em processo de Consulta, dotada de força normativa, conforme Lei Orgânica: "Art. 41. A decisão do Tribunal Pleno, em processo de consulta, tomada pelo quorum qualificado a que se refere o art. 115 desta lei, tem força normativa, constitui prejulgamento de tese e vincula o exame de feitos sobre o mesmo tema, a partir de sua publicação".*
19. *ACÓRDÃO Nº 4624/17 - Tribunal Pleno. EMENTA: Consulta. Conhecimento e resposta. Consulta a banco de dados para formação do preço máximo. Possibilidade. Princípios. Diversificação de fontes. Desnecessidade de regulamentação local. Obrigatoriedade de publicação do orçamento estimativo juntamente com o edital, no Estado do Paraná. Recomendação para que o preço máximo não seja inferior ao valor estimado. [...]*
O que se reforça como resposta é de que os valores que servirão como baliza para o preço máximo deverão ser adequados em relação à realidade do mercado, bem como a administração deverá ampliar ao máximo as fontes informativas a serem consultadas.
Nesse sentido são cabíveis as fontes destacadas pela Coordenadoria de Fiscalização de Transferências e Contratos, sendo: (1) portal de compras governamentais www.comprasgovernamentais.gov.br; (2) editais de licitação e contratos similares firmados por entes da Administração Pública, além de contratações anteriores do próprio órgão, concluídos em até 180 dias anteriores a consulta ou em execução; (3) atas de registro de preços da Administração Pública; (4) publicações especializadas; (5) cotações com fornecedores em potencial; e (6) sites especializados, desde que de amplo acesso, fazendo constar a data e horário da consulta. [Relator: Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2017/11/pdf/00322241.pdf].
20. *Peça n.º 33, fls. 7 a 10.*
21. *Peça n.º 11 (fl. 30) e peça n.º 12 (fls. 01 a 07).*

PROCESSO Nº:-182749/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU
INTERESSADO:-CINTIA STRESSER FARIA, DINASTIA PRODUCOES E EVENTOS LTDA, EDILSON RUIZ DE FREITAS, JOSE ARI NUNES, LETICIA FERNANDA CAVALLI, MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU
ADVOGADO / PROCURADOR-MARCELO VARGAS DA ROSA
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1701/25 - TRIBUNAL PLENO
Representação da Lei de Licitações. Cautelar deferida anteriormente conforme Acórdão 953/25-STP. Anulação ato de inabilitação. Perda objeto cautelar evidenciado. Revogação da Cautelar. Homologação Despacho 713/2025-GCAZ.
RELATÓRIO
Trata-se de Representação, nos termos do art. 170 §4º[1], da Lei n.º 14.133/2021, cumulada com pedido de medida cautelar de suspensão, formulada pela empresa DINASTIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA contra o MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU por meio da qual relata possível irregularidade no transcorrer da fase externa do Pregão Eletrônico n.º 16/2025, cujo objeto se consubstancia na Contratação de empresa especializada em prestação de serviços necessários para a realização da 1° Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, que acontecerá no Município de Itaperuçu, no mês de março de 2025, no valor estimado de R$ 43.192,92 (quarenta e três mil, cento e noventa e dois reais e noventa centavos).
A Representante relata que sagrou-se vencedora do segundo lote do certame e sustenta, em suma, que sua inabilitação foi irregular pelos seguintes motivos: (i) violação ao inciso II do art. 68 da Lei Federal 14.133/21, pois a lei não exige a apresentação de alvará com prazo de validade em vigor, mas tão somente a inscrição no cadastro de contribuintes municipal, o que foi devidamente comprovado pela Representante através da apresentação da "CONSULTA DE DADOS CADASTRAIS" emitida pela Prefeitura de Curitiba (fl. 2 da Peça nº 3); (ii) infringência aos incisos I e II do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21, eis que no caso em tela, a diligência para complementação de informações acerca do documento já apresentado (Consulta de Dados Cadastrais) era imperativa, uma vez que tal documento comprova a inscrição da empresa no cadastro municipal, suprindo a exigência editalícia (fl. 3 da Peça nº 3); (iii) ao exigir a apresentação de documento não previsto em lei e ao não realizar a diligência para sanar a suposta irregularidade, a Pregoeira restringiu indevidamente o caráter competitivo do certame, ferindo o princípio da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública (fl. 3 da Peça nº 3); (iv) a Representante foi impedida de manifestar intenção de recurso, uma vez que, após o término da fase de lances, a Pregoeira simplesmente se ausentou do chat, sem informar o horário de retomada da sessão (fl. 3 da Peça nº 3).
Ao final, foi requerida, cautelarmente, a suspenção do andamento do Pregão Eletrônico nº 16/2025 e a expedição de determinação para que a Representada se abstenha de contratar qualquer empresa para prestação dos serviços objeto do lote 2 e, no mérito, o julgamento pela procedência desta Representação da Lei de Licitações com a expedição de determinação de anulação da desclassificação da empresa DINASTIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA. no Lote 2 do Pregão Eletrônico nº 16/2025.
Com fundamento nos artigos nº 32, I e XII, e 404[2] do Regimento Interno, foi dada a oportunidade de manifestação prévia à Representada, tendo sido solicitada a cópia integral do procedimento licitatório, inclusive no que concerne à fase externa do certame, bem como a prestação de esclarecimentos complementares.
O jurisdicionado, mediante Petições Intermediárias nº 218760/25 e 222848/25 (Peças nº 9 a 12 e 14 e 15), atendeu a diligência retromencionada e trouxe aos autos os seguintes esclarecimentos: (i) conforme portaria Federal nº 1.593/2024, existe a necessidade do município realizar o evento mencionado até o final de junho de 2025, sendo que a conferência municipal é importante para discutir as propostas de organização municipal referente às políticas públicas municipais da pessoa idosa (fl. 2 da Peça nº 9); (ii) o município esclarece que oportunizou a parte representante a interposição de recurso, no entanto, quedou-se inerte (fl. 2 da Peça nº 9); (iii) no presente caso não estão preenchidas as possibilidades de diligência descritas no artigo 64 da Lei de Licitações (fl. 3 de Peça nº 9); (iv) o item 14.5 do Edital do certame fez referência a necessidade de apresentação de alvará (fl. 3 da Peça nº 9); (v) o representante estava ciente das regras do certame, inclusive poderia protocolar impugnação ao edital da licitação, todavia, aguardou o resultado do pregão para providenciar diretamente o protocolo da representação (fl. 3 da Peça nº 9); (vi)

importante mencionar que o § 1º do artigo 68, da Lei nº 14.133/21, autoriza a administração pública a substituir os documentos para comprovação da legalidade da licitante (fl. 4 da Peça nº 9) e (vii) não pairam dúvidas a respeito da legalidade da exigência de alvará na fase de habilitação, em razão do documento ser indispensável para a prestação do serviço objeto da licitação (fl. 4 da Peça nº 9).
Por meio do Despacho nº 409/25 - GCAZ (Peça nº 16) foi deferido o pleito cautelar e determinada a imediata suspenção do andamento do Pregão Eletrônico nº 16/2025 em relação, tão somente, à prestação de serviço vinculados ao objeto do lote 2, decisão que, ao final, foi homologada pelo Plenário deste Tribunal mediante Acórdão nº 953/25 - STP (Peça nº 26).
O jurisdicionado, por meio da Petição Intermediária nº 298194/25 (Peças nº 31 a 34), informou que retificou do resultado do certame objeto da presente representação (lote nº 2), declarando a empresa DINASTIA PRODUCOES E EVENTOS LTDA na condição de vencedora da licitação, requerendo, por conseguinte, a extinção desta Representação da Lei de Licitações.
É o relatório.
FUNDAMENTAÇÃO
O elementos de informação disponíveis na Peças nº 32 a 33 evidenciam que a Representada, no exercício da autotutela administrativa, anulou o ato de inabilitação da empresa DINASTIA PRODUÇÃO E EVENTOS LTDA e celebrou o Contrato Administrativo nº 98/2025 cujo objeto é a prestação de serviços necessários para a realização da 1° Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (Peça nº 33), o que dá ensejo a revisão da medida cautelar por mim deferida por meio do Despacho nº 409/25 - GCAZ (Peça nº 16) e homologada pelo Plenário deste Tribunal mediante Acórdão nº 953/25 - STP (Peça nº 26).
Diante do contexto e com fulcro no art. 406 do Regimento Interno[3], REVOGUEI a medida cautelar por mim deferida por meio do Despacho nº 409/25 - GCAZ (Peça nº 16) e homologada pelo Plenário deste Tribunal mediante Acórdão nº 953/25 - STP (Peça nº 26), devendo essa decisão ser levada ao exame do Tribunal Pleno.
Remeti os autos para a Diretoria de Protocolo (DP) para intimação do MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU quanto ao conteúdo desta decisão.
Após, retornem os autos para comunicação ao Tribunal Pleno e deliberação deste Relator quanto a tramitação do feito.
VOTO
Diante do exposto, VOTO pela Homologação Plenária do Despacho n° 713/2025 – GCAZ (peça 38), nos termos do artigo 400, §1°-A, do Regimento Interno.
Retornem conclusos ao gabinete deste relator.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
HOMOLOGAR o Despacho n° 713/2025 – GCAZ (peça 38), nos termos do artigo 400, §1°-A, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 170.
[...]
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
__2__. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.
__3__. Art. 406. A medida cautelar pode ser revista, inclusive, de ofício, observando-se em todos os casos o procedimento indicado no art. 400.

ROCESSO Nº:-346288/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
INTERESSADO:-ALESANDRA MILKIEWICZ & CIA LTDA, ANDERSON CAMARGO CARDOSO, CLOVIS MATEUS CUCOLOTTO, CRISTIANO SANTOS LIMA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
ADVOGADO / PROCURADOR-MARCIO LEANDRO DE OLIVEIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1702/25 - TRIBUNAL PLENO
Representação da Lei de Licitações. Cautelar. Fumus Bonis Iuris e Periculum In Mora configurado. Deferimento. Homologação Despacho 712/2025-GCAZ.
RELATÓRIO
Trata-se de Representação da Lei de Licitações, nos termos do § 4º do art. 170 da Lei Federal n.º 14.133/2021[1], formulada por ALESSANDRA MILKIEWICZ & CIA LTDA em face do MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO em razão de possíveis irregularidade verificadas na condução do Pregão Eletrônico nº 90022/2025 (Peça nº 8) cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, hidráulica, revisões e atividades correlatas, incluindo o fornecimento de mão de obra e substituição de peças e acessórios, para a frota de veículos do Município de São João – PR no valor estimado de R$ 638.000,00 (seiscentos e trinta e oito mil reais).
Em síntese, foi citada possível violação aos princípios da impessoalidade e isonomia previstos no caput do artigos 5º da Lei Federal nº 14.133/21[2] e ao disposto no § 2º do art. 59 da referida Lei[3] em razão das seguintes possíveis irregularidades: (i) desclassificação de propostas por inexequibilidade de preço sem prévia diligência, em afronta ao art. 59 da Lei nº 14.133/2021 (fl. 2 a 5 da Peça nº 5) e (ii) indevido favorecimento a empresas locais em detrimento de concorrentes igualmente habilitados por meio de decretos municipais ou cláusulas restritivas à competitividade (fls. 5 a 8 da Peça nº 5).
Ao final, foi requerida a suspensão cautelar do certame e, no mérito, a anulação do ato administrativo de desclassificação da Representante (fl. 10 da Peça nº 5).
Por meio do Despacho nº 673/25 - GCAZ (Peça nº 25), foi determinada a intimação do jurisdicionado para fins de manifestação prévia. A Representada, mediante Petição Intermediária nº 369571/25 (Peças nº 28 a 32), prestou os seguintes esclarecimentos: (i) a desclassificação da proposta da representante foi fundamentada em análise técnica que considerou os índices de desconto apresentados (60% a 73%) incompatíveis com a execução do objeto licitado (fl. 1 da Peça nº 29); (ii) a presunção de inexequibilidade, prevista no artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, é relativa, mas não obriga a Administração a realizar diligências em todos os casos, especialmente quando os descontos ofertados são manifestamente desproporcionais (fl. 1 da peça nº 29); (iii) a ausência de iniciativa da licitante em comprovar a exequibilidade de sua oferta reforça a legitimidade da decisão pregoeiro, sendo discricionariedade da Administração em desclassificar propostas manifestamente inexequíveis, como é o caso de descontos que chegam a 73% (fl. 2 da Peça nº 29); (iv) a margem de preferência de 10% aplicada às empresas locais foi fundamentada na necessidade de fomentar a economia do município, promovendo o desenvolvimento local e a geração de empregos, objetivos expressamente previstos na legislação (fl. 3 da Peça nº 29) e (v) não houveram qualquer impugnação ao edital no tempo hábil, a representante tinha plena ciência da preferência de previsão legal (fl. 3 da peça nº 29).
É o relatório.
FUNDAMENTAÇÃO
Preliminarmente, manifesto o juízo de inadmissibilidade quanto a alegação de afronta ao art. 59 da Lei Federal nº 14.133/21 devido à desclassificação de propostas por inexequibilidade de preço sem prévia diligência (fls. 2 a 5 da Peça nº 5) em razão da inequívoca ausência de interesse de agir, eis que houve a revogação do Edital de Pregão Presencial nº 90003/2025, nos termos do que foi expressamente citado pela Representante na folha nº 5 da Petição Inicial (Peça nº 5) e comprovado mediante Termo de Revogação (Peça nº 20).
No tocante ao indevido favorecimento a empresas locais em detrimento de concorrentes igualmente habilitados por meio de decretos municipais ou cláusulas restritivas à competitividade (fls. 5 a 8 da Peça nº 5), em sede de juízo perfunctório e a partir dos elementos de convicção examinados até o momento, julguei conveniente RECEBER esta Representação da Lei de Licitações com relação a tal apontamento a fim de apurar com maior acuraria os fatos retratado na exordial (Peça nº 5) e submeter a análise do caso concreto ao Plenário deste Tribunal de Contas.
Passo a análise do pleito cautelar. O § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 autoriza, desde que devidamente justificado, à implementação de licitações prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. Este Tribunal, mediante Prejulgado nº 27[4], expediu orientação sobre a correta aplicação da regra legal ora aborda, tendo se manifestado nos seguintes termos:
É possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou para implementação dos objetivos propostos no art. 47, Lei Complementar n.º 123/2006, desde que, devidamente justificado; ii) Na ausência de legislação suplementar local que discipline o conteúdo do art. 48, § 3º da LC nº 123/2006, deve ser aplicado o limite de preferência definido pela Legislação Federal às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas local ou regionalmente, desde que dentro do preço máximo previsto no edital; (...)
Pois bem, no caso concreto, o preambulo do Edital de Pregão Eletrônico nº 90022/2025 (fl. 7 da Peça nº 8) traz a seguinte diretriz:
A presente licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, sob a forma de licitação por grupo, com ampla participação, observada a preferência legal para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, inclusive aquelas sediadas local ou regionalmente, conforme o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 3.070/2023.
O item 1.1 do instrumento convocatório (fl. 23 da Peça nº 8) permitiu de maneira expressa o tratamento favorecido à ME/EPP locais e regionais, estabelecendo, de maneira imprecisa, que tal benesse se daria nos termos do Decreto Municipal nº 3.070/2023. O referido normativo, por meio dos artigos 1º; 6º; 7; 8º e 9º, fixa o seguinte regramento sobre o tema:
Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:
I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e
III - incentivar a inovação tecnológica.
[...]
§ 2º Para efeitos deste Decreto, considera-se:
I - âmbito local - limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação;
II - âmbito regional - Municípios do Sudoeste do Paraná conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, descritos no Anexo I deste Decreto; e
III - microempresas e empresas de pequeno porte - os beneficiados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos dos incisos I do caput do art. 13 deste Decreto.
[...]
Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
[...]
Art. 7º Nas licitações para contratação de serviços e obras, os órgãos e as entidades contratantes poderão estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, preferencialmente sediadas local ou regionalmente, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:
[...]
Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades

contratantes deverão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
[...]
Art. 9º Para aplicação dos benefícios previstos nos arts. 6º ao 8º:
[...]
III - poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. (g.n)
Como se observa, as previsões editalícias retrocitadas fixam que as benesses do Decreto Municipal nº 3.070/2023 são direcionadas a ME/EPP local ou regional, ou seja, inexiste, no caso, delimitação expressa e objetiva que permita interpreta que a prioridade de contratação citada no regulamento municipal estaria restrita somente à ME/EPP's locais.
A Representante cita que é Empresa de Pequeno Porte sediada na região e que foi preterida do seu direito de contratação sob o argumento de que seria dada preferência à contratação de ME/EPP local, nos termos do 9º do Decreto Municipal nº 3.070/23, (fl. 7 da Peça nº 5). O Pregoeiro do certame justificou a desclassificação da Representada nos seguintes termos (Peça nº 30):
O edital do certame, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, estabeleceu o critério de julgamento do tipo maior desconto por grupo, com previsão expressa de preferência local/regional, conforme consta no item pertinente:
"EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: SIM"
Essa previsão remete diretamente à aplicabilidade do Decreto Municipal nº 3.070/2023, que regulamenta o tratamento favorecido e diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, com base no art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, e autoriza a priorização da contratação de tais empresas mesmo quando sua proposta for até 10% superior ao menor preço, desde que observada a vantajosidade da contratação.
O artigo 9º, inciso III, e §2º, inciso II, do referido decreto, assim dispõe:
"Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido."
"A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá ser contratada sendo pago até 10% (dez por cento) a mais do melhor preço válido, desde que previsto no ato convocatório e se este valor for compatível com a realidade do mercado."
No presente caso, a empresa declarada vencedora é sediada no Município de São João/PR, sendo, portanto, beneficiária direta da política pública de desenvolvimento regional prevista no decreto. (g.n.)
Em se de cognição sumária, entendo que a justificativa dada pelo agente público para desclassificar a Representante afigura-se como teratológica por não encontrar respaldo no texto do Edital de Pregão Eletrônico nº 90022/25 ou no Decreto Municipal nº 3.070/23 porquanto inexiste, quaisquer deles, previsão expressa e objetiva permitido que a benesse do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06[5] fosse aplicada somente a ME/EPP's locais.
A interpretação sistemática e teleológica das disposições dos artigos 1º, § 2º, 6º, 7º, 8º e 9º do Decreto Municipal nº 3.070/2023 revela, salvo melhor juízo, que a prioridade de contratação indicada no inciso III do art. 9º do referido normativo poderia ser aplicada a ME/EPP sediadas local ou regionalmente somente nas seguintes hipóteses: (i) processo licitatório de ampla competição; (ii) processo licitatório destinado exclusivamente a ampla participação de ME/EPP[6] no itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (previsto no art. 6º do Decreto Municipal nº 3.070/23); (iii) processo licitatório s para a aquisição de bens de natureza divisível em que haja a reserva de cotas de até 25% do objeto para contratação ampla de ME/EPP.
De fato, a prioridade de contratação do inciso III do art. 9 do Decreto Municipal nº 3.070/23 depende da configuração de umas das hipóteses específicas acima mencionadas, de adequada justificativa e de previsão expressa no edital, os requisitos não verificas em sua integralidade no caso concreto.
As conclusões pregoeiro (Peça nº 30) até poderiam ser aceitas caso houvesse previsão editalícia expressa e objetiva limitando à prioridade de contratação indicada no inciso III do art. 9º do Decerto Municipal nº 3.070/23 somente a ME/EPP's locais, o que não se verificou no caso em apreço, porquanto o edital foi claro ao prever que as benesses do referido decreto municipal seriam aplicadas, indistintamente, as ME/EPP's locais e regionais.
Inclusive, julguei prudente esclarecer que leitura sistemática dos artigos 1º, § 2º, 6º, 7º, 8º e 9º do Decreto Municipal nº 3.070/2023 permite concluir que a incidência do § 3º do art. 9º do Decerto Municipal nº 3.070/23[7] seria admitida por ocasião da concessão de prioridade de contratação prevista no inciso III do art. 9 do Decreto Municipal nº 3.070/23 em razão de: (i) processo licitatório de ampla competição; (ii) processo licitatório destinado exclusivamente a ampla participação de ME/EPP[8] no itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (previsto no art. 6º do Decreto Municipal nº 3.070/23); (iii) processo licitatório s para a aquisição de bens de natureza divisível em que haja a reserva de cotas de até 25% do objeto para contratação ampla de ME/EPP.
Assim, se o instrumento convocatório não criou distinção entre ME/EPP locais e regionais, não pode o Pregoeiro impor tal diferenciação mediante o emprego de interpretação apriorística, subjetiva e sem o devido respaldo legal. Se assim não for, estar-se-á diante de flagrante infringência aos Princípios da legalidade, da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório e da igualdade, todos previstos no caput do art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21.
Dando continuidade, o Pregoeiro apresenta, ainda, os seguintes esclarecimentos:
No presente caso, a empresa declarada vencedora é sediada no Município de São João/PR, sendo, portanto, beneficiária direta da política pública de desenvolvimento regional prevista no decreto. Ainda que a empresa recorrente tenha apresentado índice de desconto superior, a análise da Administração identificou que a contratação da empresa local representa maior vantajosidade para o interesse público, considerando os seguintes elementos:
• A natureza do objeto contratado exige frequente deslocamento dos veículos até o local da prestação dos serviços;
• A empresa local proporciona menor tempo de resposta, redução de gastos com transporte, menor tempo de imobilização da frota, além de facilidade de fiscalização e controle da execução contratual;
O item 5.12 do Anexo I do Edital (fl. 26 da Peça nº 8) estabeleceu, objetivamente, que a futura contratada deveria estar localizada na área de abrangência máxima de 60 km do Município de São João-PR.
Portanto, uma vez atendido o requisito editalícios, não cabe ao Pregoeiro, mediante o uso de interpretação a posteriori e subjetiva, desclassificar a Representante em razão de sua sede estar situada em outra municipalidade.
Diante do exposto e em sede de cognição sumária, concedi a medida cautelar pleiteada dada a satisfação dos pressupostos do art. 400 do Regimento Interno[9] porquanto a probabilidade do direito restou evidenciada devido a violação aos Princípios da legalidade, da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório e da igualdade, todos previstos no caput do art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21, tendo em vista a aplicação do inciso III do art. 9º do Decerto Municipal nº 3.070/23 para beneficiar ME/EPP's local em desacordo com as previsões (i) do Prejulgado nº 27 deste Tribunal; (ii) do Edital de Pregão Eletrônico nº 90022/23 e (iii) Decreto Municipal nº 3.070/23.
Assim, com fulcro no art. 53 (§ 1º, inciso IV do § 2º e inciso II do § 3º) da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e nos artigos art. 400 (§§ 1º a 3º); 401 (inciso V) e 403 (inciso II), todos, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, acolho o petitório apresentado e DETERMINEI, em sede cautelar, a imediata suspenção da tramitação do Pregão Eletrônico nº 90022/25 em relação, tão somente, ao objeto dos lotes 1, 2, 3, 5, 12 e 17.
Em vista disso, e tendo em vista o juízo positivo de admissibilidade do feito, remeta-se o processo à Diretoria de Protocolo (DP) para:
a) INTIMAR, com urgência, via comunicação eletrônica, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO, na pessoa do seu representante legal, Prefeito Municipal (Sr. Clovis Mateus Cucolotto), para ciência e imediato cumprimento desta decisão;
b) INTIMAR o MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO, na condição de interessado e na pessoa do seu Representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado na forma regimental, apresente manifestação, se assim julga pertinente, quanto aos fatos apontados na Exordial desta Representação da Lei de Licitações (Peça nº 5).
c) CITAR o Sr. Anderson Camargo Cardoso, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado na forma regimental, apresente contraditório, se assim julga pertinente, quanto as irregularidades apontadas na exordial (Peça nº 5), eis que, na condição de Pregoeiro, foi o responsável por desclassificar a proposta de preços da Representante com violação aos Princípios da legalidade, da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório e da igualdade, todos previstos no caput do art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21.
d) CITAR o Sr. Cristiano Santos Lima, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado na forma regimental, apresente contraditório, se assim julga pertinente, quanto as irregularidades apontadas na exordial (Peça nº 5), eis que (i) é o Secretário da pasta responsável pela condução do certame (fls. 2 a 15 da Peça nº 7) e (ii) foi o agente público responsável por confeccionar o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência que deram subsídio à contratação (fls. 2 a 27 da Peça nº 7);
Decorrido o prazo supra, com ou sem resposta da origem, encaminhe-se o feito à Coordenadoria Geral de Fiscalização (CGF) por força do art. 32, XV, do Regimento Interno.
Após, remeta-o para instrução conclusiva da Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar e manifestação meritória do Ministério Público de Contas (MPC), conforme arts. 278, § 2º[10], e 282, §2º[11], do Regimento Interno.
VOTO
Diante do exposto, VOTO pela Homologação Plenária do Despacho n° 712/2025 – GCAZ (peça 33), nos termos do artigo 400, §1°-A, do Regimento Interno.
Determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), para acompanhamento do prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada do Aviso de Recebimento aos autos, para que os representados apresentem defesa quanto aos fatos apontados nesta Representação da Lei de Licitações.
Após, remessa do feito à Coordenadoria Geral de Fiscalização (CGF) por força do art. 32, XV, do Regimento Interno.
Na sequência, remeta-o para instrução conclusiva da Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) e manifestação meritória do Ministério Público de Contas (MPC), conforme arts. 278, § 2º, e 282, §2º, do Regimento Interno.
Por fim, retornem conclusos ao gabinete deste relator.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
HOMOLOGAR o Despacho n° 712/2025 – GCAZ (peça 33), nos termos do artigo 400, §1°-A, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 3 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 170.
[...]
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
2. Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).
3. Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:
[...]
§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.
4. Protocolo nº 46576-1/17. Acórdão nº 2122/19-Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro Artagão de Mattos Leão.
5. Previsão normativa reproduzida em sua integralidade no no inciso III do art. 9º do Decerto Municipal nº 3.070/23.

__6__. processo licitatório destinado exclusivamente a ampla participação de ME/EPP pode ser compreendido como aquele destinado a participação de ME/EPP's que podem ser: (i) locais ou regionais, (ii) de outros Estados ou (iii) de outras Regiões do Estado do Paraná.
__7__. § 3º Os benefícios previstos no inciso III do caput deste artigo serão aplicados prioritariamente às licitantes microempresas e empresas de pequeno sediadas em âmbito local e posteriormente às sediadas em âmbito regional.
__8__. processo licitatório destinado exclusivamente a ampla participação de ME/EPP pode ser compreendido como aquele destinado a participação de ME/EPP's que podem ser: (i) locais ou regionais, (ii) de outros Estados ou (iii) de outras Regiões do Estado do Paraná.
__9__. Art. 400. O Tribunal poderá determinar a aplicação de medidas cautelares, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação.
__10__. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo:
[...]
§ 2º Em 30 (trinta) dias, após a instrução conclusiva e da manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal, ser encaminhada pelo Conselheiro Relator para inclusão em pauta e julgamento na primeira sessão imediata, com preferência sobre os demais feitos.
__11__. Art. 282. A representação prevista na Lei n° 8.666/1993 será autuada, distribuída e encaminhada ao Conselheiro Relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 125, IV, da Lei Complementar n° 113/2005.
[...]
§ 2º A representação, no que couber, seguirá o mesmo procedimento previsto nesta Seção.

PROCESSO Nº:-457230/24
ASSUNTO:-ATOS DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA, DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1705/25 - TRIBUNAL PLENO

Atos de Contratação do Tribunal. Processo licitatório. Pregão Eletrônico. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução de outsourcing de impressão, incluindo locação de impressoras e fornecimento de insumos. Regularidade. Adjudicação do objeto à empresa vencedora. Homologação do certame.

RELATÓRIO

1. Trata-se de licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a contratação de "empresa especializada para prestação de serviços de solução de outsourcing de impressão, incluindo locação de impressoras e fornecimento de insumos, sem dedicação exclusiva de mão de obra e com vigência de 60 (sessenta) meses", tendo como critério de julgamento o menor preço global, nos termos da minuta da peça 28.

A abertura da licitação foi autorizada pela Presidência por meio do Despacho nº 1717/25-GP (peça 37), e o Edital foi juntado à peça 39.

A fase externa do certame iniciou-se com a publicação do aviso de licitação e a disponibilização do Edital e anexos (peça 41).

O prazo para envio das propostas e documentos de habilitação encerrou em 04/06/2025, às 10h00, mesmo horário de abertura da sessão pública.

A empresa SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. apresentou impugnação ao edital, a qual foi rejeitada pelo Pregoeiro, mediante decisão fundamentada (peça 42).

A Supervisão de Licitações e Contratos – SLC, respondeu aos pedidos de esclarecimento, mantendo o Edital inalterado (peça 43).

A sessão pública transcorreu conforme o Termo de Julgamento (peça 49), sendo a empresa ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA declarada vencedora.

Não houve interposição de recursos.

Em conformidade com o fluxo estabelecido no Anexo IV da IS nº 51/2013 (peça 31), a SLC remeteu os autos à Diretoria Jurídica – DIJUR, que, por meio do Parecer nº 166/25 (peça 52), reconheceu a regularidade formal do certame e não identificou impedimentos jurídicos à homologação do resultado.

Por fim, o Ministério Público de Contas, no Parecer nº 172/25 (peça 53), também se manifestou favoravelmente à homologação e adjudicação do objeto à empresa vencedora.

É o relatório.

2. A análise dos autos confirma a regularidade do processo licitatório, conforme as manifestações da Diretoria Jurídica e do Ministério Público de Contas.

Como narrado, a fase interna do certame já foi objeto de análise e aprovação por meio do Despacho nº 1717/25-GP (peça 37).

No que se refere à fase externa, verifica-se que foram observados os requisitos de publicidade previstos no art. 54[1] da Lei nº 14.133/2021.

O Edital e seus anexos foram devidamente divulgados, em 20/05/2025, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNPC[2], nos termos do caput do referido artigo, conforme demonstrado às fls. 4 e 5 da peça 41.

Além disso, na mesma data, o aviso do Pregão Eletrônico foi publicado no jornal Tribuna do Paraná e no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas – DETC, edição nº 3445 (peça 41, fls. 1 e 2), atendendo ao § 1º do mesmo dispositivo legal. Ressalta-se que a substituição da publicação no Diário Oficial do Estado pelo DETC foi considerada válida pelo Acórdão nº 1553/2013[3] – Tribunal Pleno.

O certame também foi divulgado nos sítios eletrônicos www.gov.br/compras e GMS-PR (peça 41, fls. 6 e 7).

Observa-se que o prazo mínimo de dez dias úteis para a apresentação de propostas e lances, conforme disposto no art. 55, inciso II, alínea "a"[4], da Lei nº 14.133/2021, foi respeitado. O Edital foi publicado em 20/05/2025 e a abertura das propostas ocorreu em 04/06/2025.

A ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA apresentou proposta no valor de R$ 678.752,76 (peças 44 e 50, fl. 3), o que corresponde a aproximadamente 45,7% do valor global estimado pela Administração (R$ 1.485.258,44), evidenciando o atendimento ao princípio da economicidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Com base no art. 64 da referida lei, foi solicitada à licitante a apresentação de documentação técnica idônea, capaz de comprovar o atendimento às especificações do edital. A documentação exigida foi apresentada (peça 46).

A proposta foi aceita pela SLC, que, atestou, também, o preenchimento dos requisitos de habilitação pela empresa vencedora (tabela da peça 50 e peças 45 a 48).

Além disso, a DIJUR confirmou a regularidade da sessão pública, a conformidade da proposta com o edital e o atendimento aos requisitos de habilitação, conforme os arts. 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.

Destaca-se, ainda, o parecer do Ministério Público de Contas, que, atento à expressiva diferença entre o valor estimado e o valor proposto, considerou relevante o fato de a empresa ALMAQ já prestar serviços a esta Corte desde 2022, possuindo pleno conhecimento do fluxo mensal de cópias e condições para avaliar a compatibilidade entre o preço ofertado e a demanda esperada (peça 53).

O MPC também mencionou esclarecimentos da unidade técnica demandante quanto à possibilidade de variações no consumo, em razão de fatores sazonais e demandas pontuais de difícil previsão. Apontou que a estimativa considerou a plena operação do edifício sede e anexo, atualmente impactados por reformas que exigem trabalho remoto. Considerando, ainda, que o pagamento será feito com base no consumo efetivamente aferido, conforme o Termo de Referência, entendeu superadas as dúvidas iniciais, sem óbice à continuidade do procedimento.

Assim, foram afastadas possíveis dúvidas quanto à exequibilidade da proposta.

Apenas cumpre registrar que, no termo de julgamento, foi indicado erroneamente o valor de R$ 678.817,51 (peça 49, fl. 3), quando o correto é R$ 678.752,76, conforme consta na peça 44. O equívoco decorreu da adoção, no item 2 do Grupo G1 (peça 49, fl. 08), do valor unitário de R$ 0,2216, em vez dos R$ 0,2215 efetivamente propostos pela empresa (peça 44, fl. 02).

De todo modo, trata-se de erro material que não gerou qualquer prejuízo, uma vez que, além de o documento com o valor correto ter sido disponibilizado durante a sessão pública, a proposta vencedora superou, com ampla margem, a segunda colocada (R$ 830.994,30 – peça 49, fl. 4). Ademais, o equívoco não compromete a adequada divulgação do resultado para fins de transparência, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Por fim, não houve interposição de recursos e o processo administrativo tramitou regularmente, conforme o fluxo do Anexo IV da IS nº 51/2013.

VOTO

3. Portanto, demonstrada a regularidade do certame, e diante do disposto no caput do artigo 522 do Regimento Interno[5], VOTO pela ADJUDICAÇÃO do objeto do Pregão Eletrônico nº 01/2025, destinado à "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução de outsourcing de impressão, incluindo locação de impressoras e fornecimento de insumos, sem dedicação exclusiva de mão de obra", à empresa ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA (CNPJ nº 84.968.874/0001- 27), pelo valor de R$ 678.752,76 (seiscentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), e pela HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório, nos termos do art. 71, IV[6], da Lei nº 14.133/2021.

4. À Diretoria Administrativa, para adoção das providências necessárias à contratação, incluída a renovação prévia dos documentos de habilitação da empresa mencionada, caso algum deles tenha expirado durante a tramitação do expediente.

5. Após, à Diretoria de Finanças, para adoção das providências cabíveis.

6. Cumpridas as formalidades legais, determino o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398, § 1º, do Regimento Interno[7].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – ADJUDICAR e HOMOLOGAR, nos termos do art. 71, IV[8], da Lei nº 14.133/2021, o objeto do Pregão Eletrônico nº 01/2025, destinado à "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução de outsourcing de impressão, incluindo locação de impressoras e fornecimento de insumos, sem dedicação exclusiva de mão de obra", à empresa ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA (CNPJ nº 84.968.874/0001- 27), pelo valor de R$ 678.752,76 (seiscentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos);

II – encaminhar à Diretoria Administrativa, para adoção das providências necessárias à contratação, incluída a renovação prévia dos documentos de habilitação da empresa mencionada, caso algum deles tenha expirado durante a tramitação do expediente e, após, à Diretoria de Finanças, para adoção das providências cabíveis;

III – determinar, cumpridas as formalidades legais, o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398, § 1º, do Regimento Interno[9].

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Tribunal Pleno, 9 de julho de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 24.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.
§ 2º É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim.
§ 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.
__2__. Disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/77996312000121/2025/72
__3__. "Ademais, esta Casa de Contas mantém periódico próprio, em meio eletrônico, no qual disponibiliza seus atos e comunicações em geral (Lei Complementar Estadual n° 126/2009), comprovando-se a prescindibilidade da publicação no Diário Oficial do Estado."
__4__. Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: (...) II - no caso de serviços e obras:
a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;
__5__. Art. 522. Os processos de aquisição e alienação de bens, de contratação de serviços e os aditamentos contratuais decorrentes, bem como os de dispensa e de inexigibilidade de licitação, regidos pela legislação própria, serão levados à deliberação do Tribunal Pleno, mediante relatoria do Presidente, independentemente de inclusão em pauta, para efeitos convalidatórios das despesas contempladas no referido expediente.
__6__. Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: [...] IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

__7__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
__8__. Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: [...] IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.
__9__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO Nº:-759856/24
ASSUNTO:-ATOS DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1706/25 - TRIBUNAL PLENO

Atos de Contratação do Tribunal. Processo licitatório. Pregão Eletrônico. Contratação de empresa especializada para revitalização da biblioteca e espaço de café do edifício sede do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Regularidade. Adjudicação do objeto à empresa vencedora. Homologação do certame.

RELATÓRIO

1. Trata-se de licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para contratação de serviço de revitalização da biblioteca e espaço de café do edifício sede do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos do item 2, subitem 2.1, do Edital (peça 18), tendo como critério de julgamento o menor preço global.

A abertura da licitação foi autorizada pela Presidência por meio do Despacho nº 5001/24-GP (peça 17), e o Edital foi juntado à peça 18.

A fase externa do certame iniciou-se com a publicação do aviso de licitação e a disponibilização do Edital e anexos (peça 19).

O prazo para envio das propostas e documentos de habilitação foi fixado para 12/12/2024, às 10h00, mesmo horário de abertura da sessão pública.

A Supervisão de Licitações e Contratos – SLC, respondeu aos pedidos de esclarecimento, mantendo o Edital inalterado (peça 20). Não houve impugnações.

A sessão pública transcorreu conforme o Termo de Julgamento (peça 29), sendo a empresa CONSTRUCOES LM LTDA. declarada vencedora, com proposta no valor de R$ 1.845.682,10.

Embora a empresa CONSTRUTORA PIRACEMA LTDA. tenha manifestado intenção de recorrer nas fases de julgamento e habilitação, não apresentou recurso (peça 30).

Em conformidade com o fluxo estabelecido no Anexo IV da IS nº 51/2013 (peça 31), a SLC remeteu os autos à Diretoria Jurídica – DIJUR, que, por meio do Parecer nº 20/25 (peça 32), reconheceu a regularidade formal do certame e não identificou impedimentos jurídicos à homologação do resultado e adjudicação do objeto à empresa vencedora.

Por fim, o Ministério Público de Contas, no Parecer nº 168/25-PGC (peça 33), também se manifestou favoravelmente à homologação e adjudicação, destacando o cumprimento da Lei nº 14.133/2021.

É o relatório.

2. A análise dos autos confirma a regularidade do processo licitatório, conforme as manifestações da Diretoria Jurídica e do Ministério Público de Contas.

Como narrado, a fase interna do certame já foi objeto de análise e aprovação por meio do Despacho nº 5001/24-GP (peça 17).

Cumpre enfatizar que há dotação orçamentária para a referida despesa, na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2025 (peça 13).

No que se refere à fase externa da licitação, verifica-se que foram observados os requisitos de publicidade previstos no art. 54[1] da Lei nº 14.133/2021, conforme conclusão da DIJUR.

O Edital e seus anexos foram devidamente divulgados, em 27/11/2024, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNPC[2], nos termos do caput do referido artigo, conforme demonstrado às fls. 4 e 5 da peça 19.

Além disso, na mesma data, o aviso do Pregão Eletrônico foi publicado no jornal Tribuna do Paraná (peça 19, fl. 7) e no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas – DETC, edição nº 3344 (peça 19, fl. 1), atendendo ao § 1º do mesmo dispositivo legal. Ressalta-se que a substituição da publicação no Diário Oficial do Estado pelo DETC foi considerada válida pelo Acórdão nº 1553/2013[3] – Tribunal Pleno.

O certame também foi divulgado nos sítios eletrônicos www.gov.br/compras e GMS-PR (peça 19, fls. 2 e 6).

Observa-se que o prazo mínimo de dez dias úteis para a apresentação de propostas e lances, conforme disposto no art. 55, inciso II, alínea "a"[4], da Lei nº 14.133/2021, foi respeitado. O Edital foi publicado em 27/11/2024 e a abertura das propostas ocorreu em 12/12/2024.

Ainda, a DIJUR atestou a regularidade da sessão pública, a adequação do critério de julgamento adotado, a conformidade da proposta da empresa vencedora com o Edital, a lisura da etapa de lances e o atendimento dos requisitos de habilitação (peças 23 a 26), em consonância com os arts. 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à habilitação técnica e econômico-financeira, a SLC registrou o preenchimento dos requisitos pela empresa (peça 31 e e-mails da peça 21, fls. 8 e 19). Aliás, as consultas constantes da peça 28 não identificaram impedimentos à sua participação no certame, segundo os itens 8.1 e 8.2 do Edital.

Outrossim, não houve interposição de recursos e o processo administrativo tramitou regularmente, conforme o fluxo do Anexo IV da IS nº 51/2013.

A CONSTRUÇÕES LM LTDA. foi declarada vencedora com proposta no valor de R$ 1.845.682,10 (peça 22, fls. 3 e 5), o que corresponde a aproximadamente 75,48% do valor orçado pela Administração (R$ 2.444.612,05, item 2 do Edital). Verifica-se, assim, o atendimento ao princípio da economicidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Em razão do desconto de quase 25% em relação ao valor estimado, foi realizada diligência para avaliar a exequibilidade da proposta. A empresa respondeu afirmando ter ciência das complexidades e peculiaridades do objeto contratual (peça 27).

Contudo, tendo em vista que o objeto da contratação se refere a serviço de engenharia (peça 17) e que a proposta apresentada ficou abaixo de 85% do valor orçado, impõe-se a exigência de garantia adicional da licitante vencedora, nos termos do art. 59, § 5º[5] da Lei nº 14.133/2021, dispositivo também reproduzido no item 8.8.3 do Edital.

VOTO

3. Portanto, demonstrada a regularidade do certame, e diante do disposto no caput do artigo 522 do Regimento Interno[6], VOTO pela ADJUDICAÇÃO do objeto do Pregão Eletrônico nº 20/2024, destinado à "contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de revitalização da biblioteca e espaço café do edifício sede do Tribunal de Contas do Estado do Paraná", à empresa CONSTRUCOES LM LTDA. (CNPJ nº 31.358.436/0001-80), pelo valor de R$ 1.845.682,10 (um milhão oitocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais e dez centavos), e pela HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório, nos termos do art. 71, IV[7], da Lei nº 14.133/2021.

4. À Diretoria Administrativa, para adoção das providências necessárias à contratação, incluída a renovação prévia dos documentos de habilitação da empresa mencionada, cujo prazo de validade expirou durante a tramitação do expediente.

Ressalte-se que deverá ser exigida garantia adicional da licitante vencedora, nos termos do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, conforme previsto no item 8.8.3 do Edital, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação.

5. Após, à Diretoria de Finanças, para adoção das providências cabíveis.

6. Cumpridas as formalidades legais, determino o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398, § 1º, do Regimento Interno[8].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – ADJUDICAR e HOMOLOGAR, nos termos do art. 71, IV[9], da Lei nº 14.133/2021, o objeto do Pregão Eletrônico nº 20/2024, destinado à "contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de revitalização da biblioteca e espaço café do edifício sede do Tribunal de Contas do Estado do Paraná", à empresa CONSTRUCOES LM LTDA. (CNPJ nº 31.358.436/0001-80), pelo valor de R$ 1.845.682,10 (um milhão oitocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais e dez centavos);

II – encaminhar à Diretoria Administrativa, para adoção das providências necessárias à contratação, incluída a renovação prévia dos documentos de habilitação da empresa mencionada, cujo prazo de validade expirou durante a tramitação do expediente. Ressalte-se que deverá ser exigida garantia adicional da licitante vencedora, nos termos do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, conforme previsto no item 8.8.3 do Edital, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação.

III - encaminhar à Diretoria de Finanças, para adoção das providências cabíveis;

IV – determinar, cumpridas as formalidades legais, o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398, § 1º, do Regimento Interno[10].

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Tribunal Pleno, 9 de julho de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 24.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.
§ 2º É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim.
§ 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.
__2__. Disponível em: https://pncp.tce.pr.gov.br/ConsultaPublicaEditais/DetalheEdital?idEdital=614
__3__. "Ademais, esta Casa de Contas mantém periódico próprio, em meio eletrônico, no qual disponibiliza seus atos e comunicações em geral (Lei Complementar Estadual n° 126/2009), comprovando-se a prescindibilidade da publicação no Diário Oficial do Estado."
__4__. Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: (...) II - no caso de serviços e obras:
a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;
__5__. Art. 59. § 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.
__6__. Art. 522. Os processos de aquisição e alienação de bens, de contratação de serviços e os aditamentos contratuais decorrentes, bem como os de dispensa e de inexigibilidade de licitação, regidos pela legislação própria, serão levados à deliberação do Tribunal Pleno, mediante relatoria do Presidente, independentemente de inclusão em pauta, para efeitos convalidatórios das despesas contempladas no referido expediente.
__7__. Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: [...] IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.
__8__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
__9__. Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: [...] IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.
__10__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO Nº:-327780/25
ASSUNTO:-CONVÊNIO E CONGÊNERES
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1707/25 - TRIBUNAL PLENO

Acordo de Cooperação Técnica. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. Compartilhamento de dados e informações estatísticas das áreas físicas, econômica, social, financeira, política e administrativa, organizadas em bases de dados, mapeamentos e estratificações em relação aos Municípios Paranaenses. Pela formalização.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo instaurado a partir de requerimento da Coordenadoria-Geral de Fiscalização (peças nº 2-3), com a finalidade de viabilizar a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre esta Corte e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

Conforme a minuta acostada na peça nº 04, o objeto do acordo consiste em "estabelecer a mútua cooperação entre os partícipes visando ao desenvolvimento de conhecimento e o compartilhamento, pelo IPARDES, de dados e informações estatísticas das áreas físicas, econômica, social, financeira, política e administrativa, organizadas em bases de dados, mapeamentos e estratificações em relação aos Municípios Paranaenses".

A Diretoria-Geral autorizou a tramitação do expediente em conformidade com o fluxo previsto no Anexo VI da Instrução de Serviço nº 51/2013 (peça 6, fl. 1).

Por meio do Despacho nº 153/25 (peça nº 6), a Supervisão de Licitações e Contratos ressaltou que o requerimento interno se encontra na peça nº 2 e a justificativa da parceria na peça nº 3; destacou que o prazo de vigência de cinco anos está alinhado aos interesses deste Tribunal; e observou que, por não haver transferência de recursos entre os partícipes, é dispensável a apresentação de plano de trabalho e certidões, conforme entendimento firmado no Acórdão nº 6113/15 – Tribunal Pleno. Ressaltou ainda que o art. 679, § 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 também admite a flexibilização das exigências documentais.

A Diretoria de Finanças, por intermédio da Informação n° 302/25 (peça nº 8), destacou que o acordo em questão não implica transferência de recursos.

Na sequência, por meio do Parecer nº 148/25 (peça nº 9), a Diretoria Jurídica manifestou-se pela inexistência de óbice jurídico à celebração do ajuste, salientando apenas que, em casos análogos, os expedientes devem ser encaminhados à Presidência após passarem pela Diretoria-Geral.

Nos termos da Informação n° 74/25 (peça n° 10), a Controladoria Interna não vislumbrou impeditivos para o prosseguimento do feito.

No mesmo sentido, considerando o teor das manifestações das unidades técnicas, o Ministério Público de Contas consignou, por meio do Parecer n° 151/25 (peça n° 11), que não se opõe à celebração do acordo.

É o relatório.

2. Inicialmente, conforme apontado pela DIJUR (peça nº 9), observa-se que o processo, após protocolado e autuado, não foi encaminhado à Presidência, em desconformidade com o fluxo previsto no Anexo VI da Instrução de Serviço nº 51/2013. Todavia, essa irregularidade formal não comprometeu a instrução processual, que transcorreu normalmente. Ademais, a ausência de ciência inicial da Presidência foi suprida com o envio do processo para análise e elaboração do presente voto.

Consoante já exposto, o presente ajuste visa ao desenvolvimento de conhecimento e ao compartilhamento, pelo IPARDES, de dados e informações estatísticas organizadas em bases de dados, mapeamentos e estratificações, abrangendo aspectos físicos, econômicos, sociais, financeiros, políticos e administrativos relativos aos municípios paranaenses.

À peça n° 3, a Coordenadoria-Geral de Fiscalização ressaltou que o IPARDES tem como missão institucional realizar estudos e pesquisas para subsidiar políticas públicas e prover conhecimento à sociedade, dispondo, para isso, de ampla base de dados que pode ser ajustada às necessidades de fiscalização do TCE-PR. O Termo de Cooperação permitirá ao Tribunal solicitar indicadores específicos que embasarão análises técnicas voltadas ao aperfeiçoamento da avaliação de políticas públicas, promovendo maior eficiência do controle externo. A CGF também explicou que o acordo está alinhado ao Plano Estratégico 2022-2027[1] do TCE-PR e ao Plano de Gestão 2025-2026[2], especialmente nos objetivos e diretrizes voltados ao aperfeiçoamento das políticas públicas e ao fortalecimento da fiscalização.

A minuta do Acordo de Cooperação Técnica (peça 4) estabelece, na Cláusula Segunda, as obrigações comuns aos partícipes, dentre as quais se destaca o compartilhamento de bases de dados necessárias ao desempenho das atividades previstas. A Cláusula Quarta estabelece que não haverá transferência voluntária de recursos entre os partícipes. A Cláusula Quinta dispõe que cada partícipe deverá indicar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da assinatura, um gestor e um fiscal, bem como seus respectivos substitutos, para acompanhar a execução do Acordo. Já a Cláusula Sexta define que o prazo de vigência será de 5 (cinco) anos, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. A Cláusula Sétima prevê a possibilidade de alteração do ajuste por meio de Termo Aditivo, mediante comum acordo entre as partes, exceto quanto ao objeto. A Cláusula Oitava dispõe que o Acordo poderá ser denunciado ou rescindido, a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Por fim, a Cláusula Décima estabelece que as partes se comprometem a manter o sigilo e a confidencialidade das informações — em especial, os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis — eventualmente repassadas em decorrência da execução do Acordo, utilizando-as exclusivamente para fins de cumprimento do objeto pactuado, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

No que se refere aos requisitos legais aplicáveis, a Diretoria Jurídica consignou que a celebração de termos de cooperação técnica por parte deste Tribunal deve observar a disciplina prescrita no Decreto Estadual nº 10.086/2022, que regulamenta a Lei n° 14.133/2021 no âmbito do Estado do Paraná.

Indicou, quanto a esse ponto, que a natureza do Termo em apreço se amolda às características indicadas no art. 662 do referido diploma normativo: consecução de objetivos comuns, por colaboração recíproca, igualdade jurídica dos partícipes, não persecução de lucratividade, possibilidade de denúncia unilateral por qualquer dos partícipes, responsabilidade dos partícipes limitada às obrigações contraídas durante o ajuste.

Pontuou, ademais, que o instrumento em exame contempla, no que aplicável à espécie, os requisitos descritos no artigo 684 e que a instrução processual observa o disposto no art. 679 do Decreto Estadual 10.086/2022 (peça n° 9).

Com efeito, o plano de trabalho[3] previsto no inciso VII do art. 679 do Decreto n° 10.086/2022 pode ser dispensado, por força do disposto no § 2°[4] do mesmo dispositivo (na redação dada pelo Decreto nº 10.370/2025).

Além disso, aplica-se ao presente caso o entendimento consubstanciado no Acórdão de Consulta n° 6.113/2015[5], do Tribunal Pleno desta Corte, que estabelece a possibilidade de flexibilização das exigências de apresentação de documentos quando da formalização de convênios, ajustes ou congêneres entre órgãos administrativos em que não haja o trânsito de recursos públicos.

Por fim, ressalta-se que a DIJUR não identificou impedimentos legais à formalização do Termo de Cooperação, mesmo na ausência de plano de trabalho, considerando as especificidades do ajuste em questão (peça nº 9).

VOTO

3. Diante do exposto, considerando as manifestações favoráveis das unidades competentes e o disposto no art. 16, inciso IX, do Regimento Interno[6], VOTO pela formalização do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, conforme minuta constante da peça nº 4.

4. À Diretoria Administrativa para as providências devidas.

5. Cumpridas as formalidades legais, fica autorizado, desde já, o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398 § 1º, do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – APROVAR, considerando as manifestações favoráveis das unidades competentes e o disposto no art. 16, inciso IX, do Regimento Interno[7], a formalização do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, conforme minuta constante da peça nº 4;

II – encaminhar à Diretoria Administrativa para as providências devidas;

III – autorizar, cumpridas as formalidades legais, o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398 § 1º, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Tribunal Pleno, 9 de julho de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 24.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Objetivo 1: "Contribuir para o aperfeiçoamento das políticas e dos serviços públicos"; e Objetivo 6: "Priorizar a fiscalização de políticas e serviços públicos de maior relevância para a sociedade com o emprego da análise de riscos".

__2__. Diretriz 2: "Consolidar o modelo de apreciação de contas de governo"; e Diretriz 05: "Fortalecer a fiscalização das políticas e serviços públicos".

__3__. Decreto n° 10.086/22. Art. 2° Além do previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, para os fins deste Regulamento, consideram-se: [...]

LXXXI - Plano de trabalho - peça integrante do convênio ou termo de cooperação, que especifica as razões para celebração, descrição do objeto, metas e etapas a serem atingidas, plano de aplicação dos recursos, cronograma de desembolso, prazos de execução e os critérios objetivos de avaliação;

__4__. Art. 679. Os processos administrativos destinados à celebração de convênio e termo de cooperação deverão ser instruídos com os seguintes documentos: [...]

VII - plano de trabalho detalhado, nos termos do disposto no art. 681 deste Regulamento, e a prévia e expressa aprovação pela autoridade competente; [...]

§ 2º O termo de cooperação poderá prescindir das condições previstas nos incisos III, IV, VII, e VIII deste artigo. (Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 10370 DE 18/06/2025).

__5__. ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, por unanimidade, em:

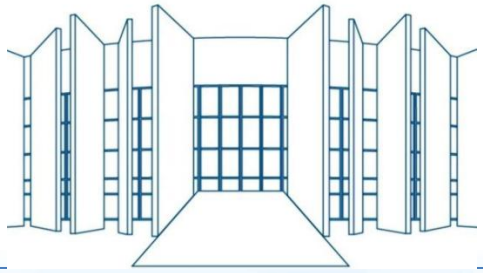
I – CONHECER da presente Consulta formulada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, para, no mérito, responder nos termos apresentados no Parecer n.º 322/15, da Diretoria Jurídica e Parecer n.º 9440/15, do Ministério Público de Contas, pela possibilidade de flexibilização na apresentação das certidões de regularidade fiscal e demais documentos arrolados nos incisos do art. 136, da Lei Estadual n.º 15.608/07 quando da formalização de convênios, ajustes ou congêneres entre órgãos administrativos, em que não haja o trânsito de recursos públicos.

__6__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente: [...]

IX - celebrar convênios e outros instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, objetivando intercâmbio de informações que visem ao aperfeiçoamento dos sistemas de controle e fiscalização e apoio à atividade administrativa, submetendo-os a aprovação do Tribunal Pleno;

__7__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente: [...]

IX - celebrar convênios e outros instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, objetivando intercâmbio de informações que visem ao aperfeiçoamento dos sistemas de controle e fiscalização e apoio à atividade administrativa, submetendo-os a aprovação do Tribunal Pleno;



TCEPR

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

1ªSECAM - Atas

Sem publicações

1ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

ATOS DE RELATORIA

Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

PROCESSO Nº - 367151/18
ASSUNTO - ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE - CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE
INTERESSADO - CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE, LARISSA CARVALHO CARNEIRO, MARCELO VIANNA GURSKI, RAFAEL DE JESUS VENTURA, SOLANGE MARIA DE LIMA FAVARO
PROCURADOR -
RELATOR - CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 67/25
EMENTA: Admissão de pessoal – Registro.
O Relator deste Processo, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDE:
1. determinar o registro dos atos de admissão de pessoal referentes ao Concurso Público realizado pela Câmara Municipal de Campo do Tenente, regido pelo Edital n° 1/2018, publicado em 09/08/2018, para provimento de diversos cargos, com fundamento no disposto no art. 300, do Regimento Interno, considerando os opinativos uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas (Peças 74 e 78), favoráveis ao registro dos atos;
2. determinar, após o trânsito em julgado da decisão, sua inclusão nos registros competentes e o encerramento do processo.
GCFAMG em 8 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 348558/25
ASSUNTO - REVISÃO DE PENSÃO
ENTIDADE - PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO - ERNANI EUZEBIO DA SILVA, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, OTAVIO EUZEBIO DA SILVA, ZENAIDE TOMAZ DE AQUINO SILVA
PROCURADOR - ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, JACSON LUIZ PINTO, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, ROSEMERI

PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, YARA MARIA MIRANDA
RELATOR - CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 68/25
EMENTA: Revisão de proventos – Registro.
O Relator deste Processo, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDE:
1. determinar o registro da Revisão do Ato de Benefício Previdenciário (peça 05), publicado no DIOE, em 19/03/2025, referente à revisão dos proventos de pensão por morte concedida aos ora interessados, respectivamente filho universitário e cônjuge do policial militar Ernani Euzebio da Silva, falecido em 18/01/2018, no valor mensal de R$ 9.942,13 (peça 04), com fundamento no art. 300, do Regimento Interno, considerando os opinativos uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas (Peças 12 e 14), favoráveis ao registro do Ato;
2. determinar, após o trânsito em julgado da decisão, sua inclusão no registro competente e o encerramento do processo.
GCFAMG em 8 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 470678/24
ASSUNTO - DENÚNCIA
ENTIDADE - COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA
INTERESSADO - COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA, GENTIL FRANCO DE ALMEIDA NETO, LINCOLN BACELAR ALVES
PROCURADOR -
DESPACHO - 898/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
Nos termos do Despacho nº 473/25 (peça 31), retornam os autos da CMEX para indicação dos prazos para cumprimento das determinações expedidas através do Acórdão nº 1153/25 (peça 26).
Após análise destes autos, verifico que para o cumprimento do item "II, (i)" deve ser concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias; e para o cumprimento do item "II, (ii)" deve ser concedido o prazo de 90 (noventa) dias.
I - Retornem os autos à CMEX para continuidade de execução do Acórdão.
GCFAMG em 27 de junho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 98353/25
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
INTERESSADO - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, WILSON BLEY LIPSKI
PROCURADOR - ALEX GAMA DE OLIVEIRA, CARLA DOS SANTOS CORREIA, DANIELLE RENEE MACHADO DE OLIVEIRA, DEBORA ALVES SILVA, DIEGO DE LIMA MEDEIROS, FABIANA KARLA CASAGRANDE, GILBERTO INOJO FERNANDES, LEONARDO DUARTE RIBEIRO, LUIZ CLAUDIO DE SOUSA CAMPOS, MATTHAUS SCHMITT, MONICA RODRIGUES DA SILVA, MURILO QUINHONE SHIGEMATSU, NATALIA ZANETTI SOUZA PEDROSO, PATRICIA CARVALHO DA SILVA PINHEIRO, PATRICIA DE PAIVA SANTOS, RAFAEL PAIM BROGLIO ZUANAZZI, RENATA CAROLINA BORELLI, ROBERTO GODOY JUNIOR, SILVANA DE SOUZA ALVES
DESPACHO - 962/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
Trata-se de Representação da Lei de Licitações apresentada pela empresa Russel Bedford GM Auditores Independentes S/S, em face da SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná, apontando possíveis irregularidades na Licitação Eletrônica nº 442/24, que tem por objeto a contratação de prestação de serviços de verificador e certificador independente nas atividades de fiscalização, apoio ao gerenciamento de projetos, avaliação de indicadores de desempenho; mensuração, apuração e certificação das contraprestações mensais; controle de processos, análise de pleitos e implementação de plataforma WEB para compartilhamento de informações e obrigações contratuais e legais oriundas da Concorrência Internacional (CI) nº 001/2024 na execução do Contrato de Concessão Administrativa, para três lotes, um para cada microrregião de municípios do Estado do Paraná.
O Representante alega (peça 03) que:
- Em desacordo com o Edital, a empresa vencedora indicou que alguns profissionais atuarão simultaneamente em mais de um lote, o que se revela inviável em razão do período contratual (60 meses), do número de Municípios atendidos (112) e da complexidade logística envolvida. Destaca, ainda, que cada lote constitui um contrato distinto, o que reclama a alocação de equipes separadas, dado que as demandas podem ser simultâneas e diversas;
- O valor da proposta da ERNST & YOUNG é inexequível, pois em desacordo com as disposições do Edital (item 26.5) e com o art. 56 da Lei 13.303/16;
- A proposta vencedora não especificou adequadamente, conforme exigido no Edital, a estrutura organizacional necessária para o atendimento de cada lote, o que inclui custos elevados, considerando que os serviços não serão prestados na sede da empresa, sendo necessários escritórios regionalizados. Resta evidenciada a tentativa de garantir a viabilidade de proposta única para os três lotes;
- A Comissão de Licitação analisou o recurso interposto de forma genérica, sem avaliar se os valores apresentados são compatíveis com os custos de mercado, incluindo margem de lucro, tampouco se a empresa possui condições técnicas e financeiras adequadas para executar o contrato;
- A proposta da ERNST & YOUNG não contempla a equipe de TI necessária para a implementação do Sistema de Monitoramento Gerencial (objeto descrito no item 6.2.2 do Edital), essencial para a execução do contrato;
- A análise dos serviços prestados pela atual contratada (ora Representante) demonstra que os valores propostos pela ERNST & YOUNG não são exequíveis
Conclusivamente, requereu a liminar sustação do contrato (caso tenha sido assinado) ou a reforma da decisão que considerou habilitada a Empresa ENEST & YOUNG.
Após determinado trâmite processual, foi recebida esta Representação e foram realizadas as devidas intimações, para que os Representados apresentassem defesa, nos termos do Despacho nº 366/25 (peça 40).
A Sanepar apresentou defesa (peça 84), onde também indica os empregados que praticaram os atos questionados nestes autos, quais sejam: a) Dalto Ferreira da Silva (GAQS): na qualidade de Agente de Contratação, julgou o Processo de Licitação; b) Lucas Paulino da Silva (GAQS): autoridade competente junto ao Banco do Brasil, adjudicou o objeto à Licitante; c) Nickolas Basso Sternheim, Gerente de Aquisições (GAQS): instaurou o Edital de Licitação e ratificou a decisão do Agente de Contratação em sede recursal; d) Fernando Mauro Nascimento Guedes, Diretor Administrativo (DA): instaurou o Edital de Licitação e ratificou a decisão do Agente de Contratação em sede recursal; e) Paulo Celso Teixeira Marini (GPDO): emitiu o Parecer Favorável de Exequibilidade; f) Marcelo Dambros (GAQS): emitiu o Parecer favorável de Exequibilidade.
Contudo, deixou de realizar a citação dos referidos empregados, contrariando o disposto no Despacho nº 366/25 (peça 40), requerendo que este Tribunal realizasse as suas citações.
Através do Despacho nº 617/25 (peça 98), foi exercido o juízo de retratação do Recurso de Agravo interposto (peça 78), sendo concedida a cautelar pleiteada, para fins de suspender a Licitação Eletrônica nº 442/24 e os contratos dela decorrentes. Tal suspensão deveria ser mantida até o julgamento destes autos ou até que a SANEPAR apresentasse a devida análise das propostas da empresa vencedora da licitação.
A Sanepar apresentou embargos de declaração com efeitos infringentes (peça 106), informando que atendeu a cautelar concedida e alegando a existência de contradição; que a exequibilidade foi devidamente analisada; que o compartilhamento de profissional propicia ganho de escala; que a vedação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante acabaria por minar a vantajosidade do certame.
A empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda apresentou procuração de seus advogados (peças 121 e 122).
A empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda também apresentou solicitação de sustentação oral, resumo de suas alegações, e memoriais (peça 124 e 126), tendo em vista o processo estar pautado para homologação de cautelar.
A empresa Representante, Russell Bedford Gm Auditores Independentes S/S, também apresentou pedido de sustentação oral (peça 131).
A empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda apresentou peça de defesa (peça 133), inclusive com pedido de revisão da cautelar concedida.
Nos termos da Certidão de Sustentação Oral nº 949/25 (peça 136), as referidas empresas apresentaram suas alegações de forma oral na Sessão Ordinária Tribunal Pleno nº 20, do dia 11 de junho de 2025, que visava homologar a cautelar concedida.
Através do Acórdão nº 1380/25 (peça 137), a cautelar foi devidamente homologada pelo Pleno deste Tribunal de Contas.
A Sanepar apresentou embargos de declaração com efeitos infringentes (peça 140) em face do Acórdão nº 1380/25 (peça 137), que homologou a cautelar, alegando a existência de contradições; que a exequibilidade foi regularmente analisada, bem como o compartilhamento de profissional para mais de um lote propicia o ganho de escala, assim como a vedação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante implicaria em expediente que operaria para minar a vantajosidade do certame; e que há periculum in mora reverso.
A empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda também apresentou embargos de declaração (peça 156) em face do Acórdão nº 1380/25 (peça 156), alegando que houve omissão quanto à apreciação da manifestação preliminar e dos embargos da Sanepar; que deve ser revertida a cautelar concedida, tendo em vista que os contratos já foram firmados e tiveram suas execuções iniciadas.
A empresa Representante, Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, apresentou contrarrazões aos embargos de declaração propostos pela Sanepar (peça 161) e aos embargos de declaração propostos pela empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda (peça 163).
Por fim, vieram os autos conclusos.
Quanto aos embargos de declaração apresentados pela Sanepar na peça 106, verifico que não devem ser admitidos.
Os embargos de declaração se prestam para atacar defeitos intrínsecos do julgado, ou seja, quando as decisões omitem questões levantadas pelas partes, são obscuras, fazem declarações contraditórias ou cometem erros materiais, podendo ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias.
No entanto, apesar de apontar a ocorrência de contradição, a Sanepar apresentou argumentos visando rediscutir o mérito da decisão, hipótese incabível no âmbito de embargos de declaração.
Desse modo, tendo em vista a ausência de alegações referentes a contradição, omissão ou obscuridade, deve ser negada a admissão de tais embargos.
Quanto ao pedido de revisão da cautelar, realizado pela empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda, verifico que deve ser negado.
A referida empresa alega que foi realizada a análise de exequibilidade e que deve ser assegurada a continuidade da prestação de serviços essenciais e evitar prejuízos ao patrimônio público, inclusive acarretando prejuízos financeiros à empresa, inclusive com possibilidade de dano irreparável. Também alega a ausência de fumus boni iuris, pois a proposta apresentada é exequível; e que o art. 56, II, §3º da Lei nº 13.303/16 não se aplica ao caso, uma vez que não se trata de serviços de engenharia, devendo ser aplicado o art. 56, V, §2º, da referida Lei.
Inicialmente, quanto à análise de exequibilidade, mantenho a cautelar pelos seus próprios fundamentos, pois, conforme foi demonstrado, a Sanepar não realizou a devida análise da exequibilidade da proposta apresentada pela empresa vencedora, limitando-se a afirmar que deveriam ser condizentes e suficientes em razão da empresa vencedora ter a expertise necessária para o seu ramo de atividade e que tais propostas são particulares, diferindo entre empresas do mesmo ramo, nos seguintes termos:
"No entanto, em novo exame proveniente deste Recurso de Agravo, verifico que a SANEPAR não realizou a devida análise de exequibilidade das propostas, somente atestando que deveriam ser condizentes e suficientes em razão da empresa vencedora ter a expertise necessária para o seu ramo de atividade e que tais propostas são particulares, diferindo entre empresas do mesmo ramo, nos seguintes termos:
[...]
Sem dúvida, cada empresa possui operação própria e custos diversos. No entanto, tais custos devem ser demonstrados pela empresa que apresentou proposta

considerada inexequível, com a respectiva análise minuciosa promovida pela Administração, a fim de se certificar da viabilidade de tal proposta, sendo incabível a sua aceitação por se considerar que a empresa possui expertise de mercado e se comprometeu a executar o serviço pela proposta apresentada.
Aceitar tal situação seria tornar inócua a respectiva presunção relativa de inexequibilidade, caindo por terra os dispositivos legais que visam trazer segurança à contratação."[1]
Além disso, não verifico que a cautelar concedida pode acarretar a descontinuidade da prestação de serviços essenciais e prejuízos ao patrimônio público, inclusive acarretando prejuízos financeiros à empresa, com possibilidade de dano irreparável.
Ocorre que, para atender o objeto contratual, na função do verificador independente da execução contratual e desempenho das concessionárias, a Sanepar não está impedida de realizar contratações durante a suspensão do contrato realizada pela cautelar concedida, inclusive de modo direto ou em decorrência de situação emergencial.
Desse modo, a concessão da cautelar não impede, de qualquer modo, a realização de outras contratações pela Sanepar para atender suas necessidades, não havendo, desse modo, qualquer risco para a operação ou para a Administração Pública.
Quanto à alegação de eventuais prejuízos financeiros para a empresa contratada, não foram demonstrados, efetivamente, quais seriam esses prejuízos, constituindo alegações genéricas, sem respaldo fático. Além disso, mesmo que existissem tais respaldos fáticos, a empresa deve buscar eventuais direitos ao Poder Judiciário, por eventuais mobilizações ou custos incorridos ou serviços efetivamente prestados sem a devida contraprestação financeira pela Sanepar, hipótese em que deverá produzir provas no âmbito judicial, tendo em vista que não compete a este Tribunal de Contas a proteção de direitos individuais, mas, tão somente, da Administração Pública.
Quanto à alegação de exequibilidade da proposta, não é possível, neste momento processual, de análise cautelar e, portanto, não exauriente, se manifestar a respeito de seus pormenores. Ocorre que a irregularidade constatada cautelarmente se refere à ausência de realização da devida análise da exequibilidade da proposta apresentada pela empresa vencedora pela Sanepar, contrariando os ditames da Lei e do Edital, conforme amplamente demonstrado no Despacho nº 617/25 (peça 98).
Também não procede a alegação de que os serviços contratados não se trata de serviços de engenharia. Os serviços descritos no objeto do edital se referem a atividades de fiscalização, apoio ao gerenciamento de projetos, avaliação de indicadores de desempenho; mensuração, apuração e certificação das contraprestações mensais de obrigações contratuais e legais oriundas da Concorrência Internacional (CI) nº 001/2024 na execução do Contrato de Concessão Administrativa, de serviços de esgotamento sanitário das microrregiões paranaenses.
Tendo em vista que os serviços prestados pelas concessionárias se caracterizam como serviços de engenharia, uma vez que se trata de prestação de serviços de esgotamento sanitário das microrregiões paranaenses, a prestação de serviços de fiscalização e avaliação da prestação de serviços de tais concessionárias também acaba por se caracterizar como serviços de engenharia, uma vez que são necessários conhecimentos desta área para o devido acompanhamento da concessão.
Inclusive, o edital exige das empresas licitantes Certidão de Registro de Regularidade de Situação junto ao CREA e comprovação de capacidade técnica profissional por meio de CAT emitida pelo CREA, nos termos de seu item 22.2.1.2 e 22.2.3.1, in verbis:
"22.2.1.2. Certidão de Registro de Regularidade de Situação junto ao CREA, ou junto ao respectivo órgão de classe, da Proponente e dos profissionais de seu quadro que não estejam relacionados na Certidão de Pessoa Jurídica, envolvidos diretamente na presente Licitação.
[...]
22.2.3. Comprovação de Capacidade Técnica Profissional - Experiência Profissional
22.2.3.1. A Proponente deverá comprovar na data estipulada para a entrega desta documentação, a experiência de um ou mais profissionais aptos a executar o objeto, com registro no órgão profissional competente, por meio de CAT emitida pelo CREA ou pelo respectivo conselho de classe, devidamente acompanhada do atestado de execução fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem sua capacitação técnica para a execução de serviços de mesma natureza e compatíveis com o objeto desta Licitação, discriminados abaixo, e conforme o disposto no artigo 46 do RILC e Art. 58, Inciso II da Lei 13.303/2016:"[2]
Se isso não bastasse, um dos profissionais exigidos para composição das equipes se trata de Engenheiro Senior, para fins de atuação em questões técnicas, nos seguintes termos:
"9.2.2. Engenheiro Sênior:
9.2.2.1. O profissional designado como Engenheiro Sênior deve atuar na execução do contrato e liderar o desenvolvimento das questões técnicas indicadas neste Termo de Referência.
9.2.2.2. O Engenheiro Sênior deverá ser o Responsável Técnico do contrato."[3]
O Edital também prevê possibilidade a emissão de atestados de execução de serviços aos profissionais com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA, nos seguintes termos:
"35.1. O Atestado de Execução de Serviços será emitido:
35.1.1. Para os profissionais com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA, ou similar no respectivo conselho de classe, e que integraram a equipe designada na Declaração de Responsabilidade Técnica, na época da licitação ou por substituições autorizadas pela Sanepar, conforme o subitem 27.10.2 deste edital.
35.1.2. Para os profissionais designados pela Contratada para comporem a equipe técnica do serviço, com correspondente registro de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA, ou similar no respectivo conselho de classe, tempestivamente recolhida e devidamente certificada/assinada pela Contratante.
35.2. A empresa Contratada terá direito de receber o Atestado de Execução dos Serviços relativos somente ao percentual por ela executado."[4]
Desse modo, resta caracterizado o objeto do certame tratado nestes autos como serviços de engenharia, atraindo a imposição do art. 56, II, §3º da Lei nº 13.303/16, nos seguintes termos:
"§ 3º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou
II - valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista."
Quanto aos embargos de declaração (peça 140) apresentados pela Sanepar em face do Acórdão nº 1380/25 (peça 137), que homologou a cautelar, verifico que não devem ser admitidos.
A Sanepar alega a existência de contradições; que a exequibilidade foi regularmente analisada, bem como o compartilhamento de profissional para mais de um lote propicia o ganho de escala, assim como a vedação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante implicaria em expediente que operaria para minar a vantajosidade do certame; e que há periculum in mora reverso.
Ocorre que o Acórdão nº 1380/25 somente homologou a cautelar e eventual alegação de embargos declaratórios deve se limitar à sua materialidade, ou seja, à homologação.
Eventuais alegações de contradição, omissão ou obscuridade devem se referir à homologação praticada, e não ao conteúdo material do Despacho que emitiu a cautelar.
Nos termos do § 1°, do art. 282, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, a decisão cautelar proferida produz efeitos imediatos, devendo ser submetida ao Plenário para a sua homologação, nos seguintes termos:
"§1º Caso comporte decisão cautelar a mesma será proferida com urgência pelo Conselheiro Relator, produzindo efeitos imediatamente, sendo submetida à deliberação do Plenário na sessão subsequente, independentemente de inclusão em pauta."
Desse modo, eventual discussão de embargos declaratórios em relação à decisão cautelar deveria ser apresentada perante o Despacho que concedeu a cautelar, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme fez a Sanepar em seu primeiro Embargos de Declaração.
Além disso, novamente, a Sanepar apresenta argumentos visando rediscutir o mérito da decisão cautelar, sem apresentar qualquer defeito intrínseco do julgado, como contradição, omissão ou obscuridade.
Quanto ao argumento de periculum in mora reverso, não verifico a sua ocorrência, pois, conforme acima já exposto, a presente cautelar não impede que a Sanepar realize outras contratações para suprir a sua necessidade, inclusive de modo emergencial, não havendo qualquer risco para o devido funcionamento da Administração.
Quanto aos embargos de declaração (peça 156) apresentados pela empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda em face do Acórdão nº 1380/25 (peça 156), também verifico que não devem ser admitidos.
A empresa alega que houve omissão quanto à apreciação da manifestação preliminar e dos embargos da Sanepar; que deve ser revertida a cautelar concedida, tendo em vista que os contratos já foram firmados e tiveram suas execuções iniciadas.
Conforma acima exposto, eventuais alegações de contradição, omissão ou obscuridade devem se referir à homologação praticada, e não ao conteúdo material do Despacho que emitiu a cautelar. Eventual discussão de embargos declaratórios em relação à decisão cautelar deveria ser apresentada perante o Despacho que concedeu a cautelar, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme fez a Sanepar em seu primeiro Embargos de Declaração, e não em relação ao Acórdão homologatório.
Desse modo, resta preclusa qualquer discussão em relação a cautelar concedida, tendo em vista ter sido operada através do Despacho nº 617/25.
Apesar disso, quanto à alegação de omissão referente à apreciação da manifestação preliminar da Sanepar, verifico, de ofício, a necessidade de correção de erro material ocorrido no Despacho nº 617/25.
Conforme bem apontou a empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda, no relatório do referido Despacho consta que "Apesar de devidamente citada (v. Peça 23), a SANEPAR não encaminhou qualquer documento ou resposta"[5] e, logo após, consta que "A Sanepar apresentou defesa (peça 84), reiterando as razões apresentadas na manifestação preliminar e apresentando diversos documentos referentes à licitação"[6].
Correta está o segundo trecho, pois a Sanepar apresentou, efetivamente, manifestação preliminar na peça nº 34. Com isso, deve ser corrigido o Despacho nº 617/25, em razão de erro material, para que:
No lugar de:
"Apesar de devidamente citada (v. Peça 23), a SANEPAR não encaminhou qualquer documento ou resposta."
Conste:
"Devidamente citada, a Sanepar apresentou defesa preliminar (peça 34)."
Desse modo, resta corrigido, de ofício, erro material constante no referido Despacho.
Por fim, para fins de esclarecimento, foram considerados os argumentos apresentados pela Sanepar no momento da decisão cautelar, uma vez que, nos termos do referido relatório, consta que a peça de defesa reiterou os argumentos constantes na defesa preliminar, o que demonstra o conhecimento deste Relator do conteúdo e argumentos apresentados em ambas as peças.
Quanto à alegação de necessidade da cassação da cautelar realizados pela empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda, faço remissão aos argumentos lançados no Despacho que concedeu a cautelar e ao fato de que a Sanepar não está impedida de realizar outras contratações para suprir suas necessidades, além de não haver qualquer risco de irreversibilidade, uma vez que a atual contratação pode ser retomada por eventual decisão deste Tribunal.
Também verifico que a Sanepar apresentou os cálculos de Análise de Exequibilidade PE 442/24 (peça 144). No entanto, ainda continuam insuficientes e muito aquém da necessária verificação de exequibilidade da proposta a apresentada pela empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda, vencedora da licitação.
Apesar de os cálculos apresentados realizarem uma análise da planilha apresentada pela vencedora da licitação, em relação à custos salariais, diretos e indireto, equipamentos e BDI, os comparando com custos praticados pela própria Sanepar e com preços de equipamentos encontrados na internet, verifica-se a sua insuficiência, pois não levou em consideração os aspectos e características dos serviços contratados, limitando-se a verificar os preços dos itens apresentados pela vencedora.
Ora, a análise de exequibilidade vai muito além de uma simples análise de preços apresentados pela empresa vencedora, devendo ser avaliado se os itens são suficientes para a devida execução contratual e a viabilidade dos valores apresentados.
Os cálculos apresentados limitaram-se a verificar a viabilidade dos valores, sem

avaliar se os itens indicados são suficientes para a devida execução contratual. Nem mesmo os argumentos apresentados pela Representante foram avaliados, a fim de se verificar se os itens indicados pela Representante deviam ou não ser incluídos no cálculo e se fazem parte dos serviços contratados.
A conclusão apresentada nos referidos cálculos atesta esta situação, uma vez que afirma que não foi avaliado se os quantitativos apresentados são suficientes para atender a demanda e não foi avaliado se os itens apresentados são suficientes para atender as exigências do termo de referência, nos seguintes termos:
"CONCLUSÃO:
Ao que tange à competência da análise pelo analista de custos da Sanepar, mais especificamente aos insumos dos preços unitários, CPU (Composição de Preços Unitários), BDI (Bonificação e Despesas Indiretas e EST (Encargos Sociais Trabalhistas), não encontramos indícios nas planilhas apresentadas que possam levar à inexequibilidade do contrato por preço unitário, não sendo objeto da análise se os quantitativos apresentados através do item Alocação da planilha da proponente são suficiente para atender a demanda do mesmo, bem como o atendimento as exigências do termo de referência, uma vez que é competência da área gestora do contrato essa verificação, e está verificação foi feita no momento oportuno durante o processo licitatório." (grifo nosso)
Por fim, tendo em vista que a Sanepar não realizou a citação dos responsáveis pelos fatos tratados nestes autos, de modo administrativo, a fim de dar celeridade a estes autos, conforme determinado no Despacho nº 162/25 (peça 21), necessário que tais pessoas sejam citadas, a fim de dar andamento no regular trâmite processual.
I - Frente ao exposto, não admito os embargos de declaração interpostos, frente à ausência das hipóteses de cabimento e indefiro os pedidos de revisão da cautelar, em razão de ausência de argumentos e documentos para tal.
II – Remetam-se estes autos para a DP – Diretoria de Protocolo, para que promova a citação das seguintes pessoas, para que apresentem defesa e documentos que entenderem necessários, no prazo de 15 (quinze) dias: a) Dalto Ferreira da Silva (GAQS): na qualidade de Agente de Contratação, julgou o Processo de Licitação; b) Lucas Paulino da Silva (GAQS): autoridade competente junto ao Banco do Brasil, adjudicou o objeto à Licitante; c) Nickolas Basso Sternheim, Gerente de Aquisições (GAQS): instaurou o Edital de Licitação e ratificou a decisão do Agente de Contratação em sede recursal; d) Fernando Mauro Nascimento Guedes, Diretor Administrativo (DA): instaurou o Edital de Licitação e ratificou a decisão do Agente de Contratação em sede recursal; e) Paulo Celso Teixeira Marini (GPDO): emitiu o Parecer Favorável de Exequibilidade; f) Marcelo Dambros (GAQS): emitiu o Parecer favorável de Exequibilidade.
III – Por fim, retornem conclusos para análise de providências.
GCFAMG em 08 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

_____
1. Pg. 10 da peça 98.
2. Pg. 12 da peça 07.
3. Pg. 22 da peça 08.
4. Pg. 28 da peça 07.
5. Pg. 03 da peça 98.
6. Pg. 07 da peça 98.

PROCESSO Nº - 37966/25
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
INTERESSADO - ALLANE KELLEN SINJA, ANDREA CRISTINA MAROCHI CARDOZO, ANGELA GRACIELA WOJCIK FLORES DE LIMA, DAGMAR PUGIN MIGUEL, DEZEMBRO MINERACAO E PAVIMENTACAO LTDA, FERNANDO JOSE FERREIRA DOS SANTOS, MARGARIDA MARIA SINGER, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, NEHEMIO JOÃO BOSLOPER NETO, TIGUEN ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
PROCURADOR - ACIDY MARTINS DE CASTRO JUNIOR, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, BYANCA CAROLINE METZGER DAMIANI, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, CLAUDIO SOCCOLOSKI, ENILSON LUIZ WILLE, EVERSON LUIZ DA SILVA, GEORGIA FERNANDA TOBIAS DE BUENO GIZZI, GISELE JAQUES BASTOS, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, GUSTAVO AECIO BARBOSA LOPES, HELENA YURIKO KOROGI, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE, MARCELA ROZA LEONARDO ZEN IMBELLONI, MARCUS VINICIUS SPOSITO, NELSON CASTANHO MAFALDA, RAFAELA MATOS DOS PASSOS HOEPERS, RODOLFO MENDES SOCCIO, SANDRA KEIKO IKOMA, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, THAIS BAZZANEZE, VIVIAN MACHADO GARCIA
DESPACHO - 963/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
Nos termos do Despacho nº 646/25 (peça 106), foi solicitado ao CREA-PR para que apresentasse a integralidade e eventuais decisões emitidas nos autos nº 331159/2024 e nº 331169/24 e informasse este Tribunal caso as decisões não tivessem sido emitidas e informasse o prazo provável de suas emissões.
O CREA-PR gentilmente informou (peça 111) que tais processos foram relatados pelo Relator nos dias 05 e 06 de maio, mas houve pedido de vistas e aguardar parecer do segundo Relator, que deve ser realizar em 07/07/2025. Além disso, apresentou cópias integrais dos referidos autos.
Tendo em vista que ainda permanece a necessidade de apreciação de tais decisões por este Tribunal de Contas, para o deslinde destes autos, entendo necessário que seja expedido novo ofício ao CREA-PR.
I – Desse modo, remetam-se estes autos para a DP – Diretoria de Procolo, para que envie ofício ao CREA-PR, para que apresente a integralidade e eventuais decisões emitidas nos autos nº 331159/2024 e nº 331169/2024. Caso tais decisões ainda não tenham sido emitidas, informe este Tribunal qual seria o prazo provável em que seriam emitidas, desde já agradecendo tal prestatividade.
II – Após, retornem para análise de providências.
GCFAMG em 08 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 246940/22
ASSUNTO - DENÚNCIA
ENTIDADE - ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
INTERESSADO - ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
PROCURADOR -
DESPACHO - 968/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
(i) Considerando o contido na Instrução 99/25-CAIS (Peça 173), autorizo a dilação do prazo para cumprimento da decisão desta Corte em seis meses. À Coordenadoria de Medidas Executórias para os registros de estilo;
(ii) Posteriormente, à Diretoria de Protocolo para intimação do Município de Guaratuba e a dos Srs. Laoclarck Odonizetti Miotto e Ricardo Bianco Godoy, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar os esclarecimentos requeridos pela Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar.
GCFAMG em 9 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 423878/25
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE PALMITAL
INTERESSADO - MUNICÍPIO DE PALMITAL, PROC ESPECIALISTAS EM INFRAESTRUTURA DE TI LTDA, ROBERTO CARLOS ROSSI
PROCURADOR - CAMILA FAVRETTO VIEIRA, DOUGLAS DA ROCHA, FLAVIO SUFIATTI
DESPACHO - 969/25 – GCFAMG
1. Relatório
Com base no relatório a seguir, faça texto pelo arquivamento do processo, ressalvando, porém, que a matéria poderia ter sido esclarecida mais rapidamente/facilmente se as informações estivessem no portal da transparência do município
A Empresa PROC – ESPECIALISTAS EM INFRAESTRUTURA E TI formalizou Representação em desfavor do Município de Palmital, em razão de supostas impropriedades contidas no Edital do Pregão Eletrônico 31/2025, cujo objeto versa sobre a locação de equipamento de monitoramento.
Aduz a Representante haver impugnado tempestivamente o edital, mas até a véspera da abertura da sessão pública não houve resposta formal da Administração. Aponta-se ainda a existência de diversas cláusulas editalícias supostamente ilegais ou restritivas à competitividade:
(i) Reserva de mercado indevida a ME/EPP locais/regionais, sem apresentação de relatório formal de pesquisa de mercado; (ii) Ausência de planilha detalhada de valores por item, impedindo verificação do teto de R$ 80.000,00 por item para reserva de mercado; (iii) Vedação genérica à participação de consórcios, sem justificativa técnica; (iv) Exigência de capital mínimo de 10% do valor estimado, considerada desproporcional; (v) Obrigatoriedade de registro no CREA/CRT para atividades que não envolvem serviços de engenharia; (vi) Exigência de atestado técnico com experiência mínima de 12 meses, considerada excessiva; (vii) Prazo exíguo (2 horas) para readequação da proposta pós-negociação, apontado como incompatível com os princípios do contraditório e da ampla defesa; e (viii) Falta de clareza na metodologia de aplicação da margem de preferência de até 10% para ME/EPP locais/regionais.
Conclusivamente, pleiteia, em sede de medida cautelar, a suspensão imediata do procedimento licitatório. No mérito, pugna pela correção dos itens considerados irregulares.
Em análise inaugural contida no Despacho 964/25-GCFAMG (Peça 09), determinei a oitiva do Município para manifestação preliminar, a qual foi acostada na Peça 11, informando que:
[...] o procedimento licitatório foi suspenso em data tempestiva anterior à abertura do certame, no dia 07 de julho de 2025, com o objetivo de promover as devidas readequações no edital. Esta suspensão cautelar visava justamente corrigir eventuais impropriedades e garantir a conformidade do processo com a legislação vigente, antes mesmo que a fase de impugnações necessitasse de uma resposta formal, uma vez que o edital seria revisado.
2. Análise
Considerando os elementos constantes nos autos, especialmente a manifestação do Município de Palmital (Peça 11), que informou a suspensão do Pregão Eletrônico 31/2025 em data anterior à abertura da sessão pública, com o objetivo de promover readequações no edital, entendo que restou prejudicado o objeto da Representação.
Com efeito, a suspensão do certame, antes mesmo da abertura da sessão e da exigência de resposta formal à impugnação, evidencia a adoção de providência célere pela Administração Municipal no sentido de revisar e adequar os termos do edital às exigências legais, o que mitiga os potenciais prejuízos apontados pela Representante.
Entretanto, ressalto que a matéria poderia ter sido mais prontamente esclarecida caso as informações relativas ao andamento do processo licitatório, especialmente quanto à suspensão e às motivações para a revisão do edital, estivessem disponíveis no Portal da Transparência do Município. A disponibilização tempestiva e clara dessas informações não apenas assegura o cumprimento dos princípios da publicidade e da transparência, como também contribui para reduzir o número de representações e questionamentos junto a este Tribunal.
3. Determinações
Em face de todo o exposto:
- Não recebo a Representação e determino o encerramento do processo, com arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo;
- Preliminarmente, porém, remeta-se ao Ministério Público de Contas para conhecimento e apontamentos que julgar pertinentes.
GCFAMG em 9 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 413252/25
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
INTERESSADO - LUIS CARLOS TURATTO, MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, RODO SERVICE LTDA - FILIAL CURITIBA

PROCURADOR - CAIO CESAR FERNANDES DOS SANTOS, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA
DESPACHO - 970/25 – GCFAMG

1. Relatório

A Empresa RODO SERVICE LTDA formalizou Representação em desfavor do Município de Dois Vizinhos em razão de supostas impropriedades contidas no Edital do Pregão Eletrônico 043/2025, cujo objeto é a aquisição de veículos, com preço máximo fixado em R$ 1.533.061,23.

A Representante sustenta que três exigências editalícias tocantes ao Item 04 – Micro-Ônibus (Peso Bruto Total mínimo de 9.400 kg; volante multifuncional de quatro raios com teclas; e para-brisa bipartido) não foram devidamente justificadas e resultam em direcionamento, ao limitar o universo de potenciais fornecedores, inclusive impedindo a participação de veículos homologados e amplamente utilizados no mercado.

Quanto ao PBT de 9.400 kg, alega-se ausência de fundamento técnico objetivo, destacando-se a existência de modelos compatíveis com a finalidade da contratação, já homologados pelo Ministério da Infraestrutura, com PBT inferior (v.g. 9.200 kg), o que revela a desnecessidade do critério imposto.

Relativamente ao volante de quatro raios com teclas, sustenta-se que não há justificativa técnica ou funcional clara no edital quanto à exigência, tampouco laudos ou pareceres que demonstrem sua imprescindibilidade.

Em relação ao para-brisa bipartido, defende-se que a vedação ao modelo inteiriço carece de motivação adequada e contraria precedentes deste Tribunal, os quais já reconheceram o caráter restritivo dessa exigência, dado que o modelo inteiriço é tecnicamente adequado, mais moderno e amplamente adotado no mercado nacional.

Conclusivamente, requer a concessão de medida cautelar para suspender a abertura do pregão, prevista para o dia 04/07/2025, e, em exame de cognição exauriente, a determinação de revisão do edital para supressão das cláusulas indevidas.

Em análise inaugural contida no Despacho 924/25-GCFAMG (Peça 12), determinei a intimação do Município para manifestação preliminar, a qual foi acostada nas Peças 15/17 com a seguinte conclusão:

Dessa forma, como apontado pela servidora acima a qual respondeu os pedidos de impugnação, não se vislumbrou direcionamento para uma marca, entretanto, a mesmas expos que seria necessária uma análise mais aprofundada, e que o item, portanto, poderia ser cancelado, mostrando a flexibilização da administração para vislumbrar o possível direcionamento.

Nesse sentido, foi recebido no dia 03/07/25 a representação com o pedido de suspensão cautelar do trâmite, o qual foi acatado. Portanto a administração expõe que o descritivo do item será reavaliado.

2. Fundamentação

Em acesso ao Portal da Transparência do Município de Dois Vizinhos, foi possível verificar que o item licitado que é objeto de controvérsia foi suprimido do certame:

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Segundo Aviso de Reabertura com Prazo do Pregão Eletrônico 90043/2025

Objeto: Aquisição de Veículos para diversas Secretarias e Departamento do Município de Dois Vizinhos – PR.

1. Ficam suprimido o item 4 micro-ônibus do Termo de Referencia.

2. O valor total da licitação passa a ser R$ 882.797,83 (oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e noventa e sete reais, oitenta e três centavos).

3. As alterações estarão disponíveis aos interessados no site do Compras Governamentais endereço eletrônico https://www.comprasnet.gov.br e no site oficial do município de Dois Vizinhos, endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br.

4. A nova data para a abertura do certame e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação será até 8h15min do dia 21/7/2025 e a data e horário da abertura da sessão pública será as 8h15min do dia 21/7/2025.

5. Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Dois Vizinhos, 7 de julho de 2025.

LUIS CARLOS TURATTO:68111762968 Assinado de forma digital por LUIS CARLOS TURATTO:68111762968 Dados: 2025.07.07 16:14:59 -03'00'

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Desta feita, a única medida ora possível é a determinação de arquivamento do processo, por perda superveniente do objeto.

3. Determinações

Em face de todo o exposto:

- Não recebo a Representação e determino o encerramento do processo, com arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo;
- Preliminarmente, remeto os autos ao Ministério Público de Contas para conhecimento e apontamentos que entender pertinentes.

GCFAMG em 9 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 200235/23
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
INTERESSADO - ARMANDO CERCI JUNIOR, MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
PROCURADOR - THIAGO BUCHI BATISTA
DESPACHO - 971/25 – GCFAMG

Vistos e examinados.

A Sra. Maria Helena Bertoco Rodrigues, ex-gestora do Município de Cruzeiro do Oeste interpôs Pedido Incidental Excepcional de Desconstituição de Decisão (Peças 38/44) em face do Acórdão de Parecer Prévio nº 153/2024-S1C, proferido nos autos da Prestação de Contas Anual tocante ao exercício de 2022.

Sustenta a Requerente a existência de erro material e de cálculo na decisão, alegando que os dados considerados pela Unidade Técnica seriam divergentes daqueles constantes no Portal de Informação para Todos (PIT) deste Tribunal. O Município teria aplicado R$ 15.887.419,84 em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, valor superior ao total de repasses do FUNDEB, o que afastaria a irregularidade relativa à aplicação de menos de 90% dos recursos no exercício de arrecadação. Com base nisso, requer a desconstituição do acórdão e o reconhecimento da regularidade com ressalvas das contas.

Contudo, conforme apurado em análise técnica (Instrução 333/25 – CCONTAS – Peça 47), não assiste razão à Requerente.

A Coordenadoria de Contas esclareceu que parte significativa dos valores computados pela defesa, notadamente aqueles vinculados à fonte padrão 103 ("5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB"), não integra o conjunto de fontes válidas para aferição da aplicação mínima do FUNDEB, nos termos do art. 25, §3º, da Lei nº 14.113/2020. Tal fonte é classificada como recurso ordinário/livre, não se tratando de repasse legal vinculado ao fundo.

Ressalte-se, ainda, que não foi identificada qualquer inconsistência nos dados que embasaram a decisão colegiada anteriormente proferida, tampouco elementos que caracterizem vício rescisório ou nulidade insanável a justificar a desconstituição do julgado.

Dessa forma, inexistindo erro material ou ilegalidade manifesta, e estando o acórdão combatido em consonância com os parâmetros legais e jurisprudenciais aplicáveis à matéria, não há fundamento jurídico que autorize a revisão da decisão proferida, especialmente em sede de pedido incidental excepcional.

Ante o exposto, com base na manifestação técnica da Coordenadoria de Contas, a qual adoto como causa de decidir, não conheço do Pedido Incidental Excepcional de Desconstituição de Decisão. Na hipótese de a parte pretender discutir a matéria, deve se valer do meio processual adequado, formalizando pedido de rescisão perante esta Corte.

Devolva-se à Diretoria de Protocolo para encerramento.

GCFAMG em 9 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 257966/24
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER
INTERESSADO - NATALINO AVANCE DE SOUZA, RICHARD GOLBA
PROCURADOR -
DESPACHO - 973/25 – GCFAMG

Vistos e examinados.

Considerando as informações trazidas pela 1ª Inspetoria de Controle Externo (Instrução 20/25 – Peça 57), determino a adoção das seguintes medidas:

(i) Baixa, pela Coordenadoria de Medidas Executórias, das determinações 2.1 e 2.2 do Acórdão 3898/24-STP, em razão do respectivo cumprimento;

(ii) Registro de prazo complementar de 180 dias para cumprimento da determinação 2.3, bem como para apresentação de informações atualizadas em relação às medidas adotadas relativamente à determinação 2.4;

(iii) Expedição de comunicação eletrônica de ciência (sem prazo para cumprimento, uma vez que nenhuma obrigação está sendo criada a partir deste despacho) do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER para que tome pleno conhecimento do andamento do presente processo;

Posteriormente, devolva-se à Coordenadoria de Medidas Executórias para os acompanhamentos de estilo.

GCFAMG em 9 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO N.º: 136077/01
ENTIDADE: MUNICIPIO DE MARINGA
INTERESSADO: ADRIELLE DE FREITAS DA SILVA, ANDRESSA DE FREITAS DA SILVA, CRENICE DE ALMEIDA ZANINELLO, GIOVANA APARECIDA DE MOURA RODRIGUES, IRMA BADOTTI FERREIRA (FALECIDO(A) EM 2022), JOÃO HELIO DA SILVA (FALECIDO(A) EM 2000), JORGE APARECIDO SOSSAI, LUIZ ANTONIO PAOLICCHI (FALECIDO(A) EM 2011), MUNICIPIO DE MARINGA, OSMAR BENTO ZANINELLO (FALECIDO(A) EM 2004), ROSELI HILDA DA CRUZ, ROSEMEIRE CASTELHANO BARBOSA, RUBENS WEFFORT, THERESA BELOSO PAULICHI (FALECIDO(A) EM 2020)
PROCURADOR/ADVOGADO: CÉSAR FRANCESCHI, EDUARDO KUTIANSKI FRANCO, ERICKSON DIOTALEVI (FALECIDO(A) EM 2025), EVANDRO RICARDO DE CASTRO, FAJARDO JOSE PEREIRA FARIA, GERALDO NILTON KORNEICZUK, LAERT MANTOVANI JUNIOR, LIA ELIZABETH ANASTACIO FARIA, LUCIENE RESENDE DO PRADO BERNABÉ, LUIZ FERNANDO BOLDO DO NASCIMENTO, PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI, RAQUEL PEREIRA GONÇALVES ROSSATO, RUBENS MELLO DAVID, YUNES SAROUT
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 954/25

O feito se encontra em fase de acompanhamento do cumprimento da execução fiscal das restituições impostas no Acórdão nº 2446/18 – 2C (peça 265).[1]

A Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) informa que

O Município de Maringá realizou o ajuizamento das ações de execuções fiscais das certidões de débitos nº 156/2024, 157/2024, 159/2024, 160/2024, 161/2024, 162/2024, 163/2024, 164/2024, 165/2024, 166/2024 e 167/2024, entretanto solicitou PEDIDO DE DESISTÊNCIA, em virtude da constatação de abertura e finalização do inventário de SAID FELICIO FERREIRA, e que somente o processo 005418-70.2024.8.16.0190 não teve o pedido de desistência, em razão de sentença de prescrição intercorrente. (Peça 533.)

Diante do exposto, a unidade encaminhou os autos a este Gabinete para deliberar o pedido do Município (peças 481, 519 e 532) para o sobrestamento de

novas ações, ou a autorização para registro de eventual prorrogação de prazo para a regularização das cobranças:
Diante do exposto, requer-se, em síntese:
a) autorização para o Município a sobrestar o reajuizamento de todas as demais CDAs relacionadas às certidões de débito expedidas nestes autos por 1 ano, ou até que ocorra o julgamento da Apelação Cível interposta na execução fiscal autos nº 0005418-70.2024.8.16.0190, que tem por objeto a prescrição intercorrente da própria Tomada de Contas nº 136077/01.
b) ou, alternativamente, outra providência que se assemelha ao anteriormente requerido;
c) Subsidiariamente, nova intimação do Município de Maringá reiterando expressamente a determinação do Ofício nº 50/24 – OCD/GP, de 04/06/2024, para persistir na cobrança extrajudicial e judicial das certidões de débito, mesmo existindo fundada discussão judicial sobre a prescrição intercorrente da Tomada de Contas nº 136077/01 e a mudança de entendimento do prejulgado nº 26 do TCE/PR. (Peça 533.)
Na primeira das petições aludidas pela CMEX, juntada aos autos em 10/06/2025, o Procurador Municipal Luiz Fernando Boldo apresentou a seguinte contextualização para os pedidos acima transcritos pela unidade técnica:
Conforme acórdão nº 2446/18, os Executados foram condenados administrativamente pelo TCE/PR ao ressarcimento solidário do valor de R$ 15.425.175,17.
Transitada em julgado a decisão condenatória em 12/04/2024, o TCE/PR constituiu os débitos, expedindo as certidões condenatórias contra cada um dos Executados. Após a expedição das certidões, o TCE/PR, ao final, expediu o Ofício nº 50/24 – OCD/GP, de 04/06/2024, ao Município de Maringá com a determinação que as certidões fossem inscritas em dívida ativa e cobradas judicialmente, caso não pagas no prazo da notificação da inscrição.
O Município de Maringá então promoveu o ajuizamento de 12 (doze) execuções fiscais, cada qual tendo por objeto uma das 12 (doze) certidões de débito expedidas neste Processo, todas distribuídas à 1ª Vara da Fazenda Pública de Maringá, cujo protocolo foi informado no ano de 2024 à CMEX, por ocasião do cumprimento da Resolução nº70/2019 naquele exercício.
Em todas as execuções fiscais referentes às certidões de débito do Processo nº 136077/01, os executados ESPÓLIO DE SAID FELICIO FERREIRA e RUBENS WEFFORT, quando citados, apresentaram exceção de pré-executividade alegando a flagrante ocorrência da prescrição intercorrente da condenação ao ressarcimento ao erário originada deste processo nº 136077/01. Argumentaram os executados que: transcorreu mais de 5 (cinco) anos entre a instauração do processo nº 136077/01, em 2001, e o seu trânsito em julgado em 2024; o processo ficou paralisado por mais de 5 (cinco) anos na Diretoria de Contas Municipal do Tribunal de Contas, fato que também ensejaria o reconhecimento da prescrição intercorrente.
O Município de Maringá, por sua vez, em combativa peça de defesa à exceção de pré-executividade, rechaçou as teses lançadas e defendeu que o crédito decorre de condenação perante o TCE, de modo que não incidem as regras de prescrição e decadência previstas no CTN. Inclinou-se pela impossibilidade de discussão de prescrição no processo administrativo e que, embora seja matéria de ordem pública, a prescrição aqui não é verificada de plano, de modo que incabível o manejo de exceção de pré-executividade.
A primeira exceção de pré-executividade julgada foi aquela apresentada nos autos nº 0005418-70.2024.8.16.0190, referente à Certidão de Débito nº 158/2024, onde o juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública de Maringá reconheceu a ocorrência de flagrante prescrição intercorrente deste processo nº 136077/01, pelo transcurso de praticamente 23 anos de sua instauração no TCE/PR:
[...]
Em sua fundamentação, a sentença proferida nos autos nº 0005418-70.2024.8.16.0190 se ampara em consolidada jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná, à luz do não mais recente Tema 899,do STF, sobre a ocorrência da prescrição intercorrente quinquenal em pretensão de ressarcimento fundada em decisão de tribunal de contas, quando seu prazo de tramitação ultrapassa um tempo razoável.
Contra a referida sentença, o Município de Maringá interpôs recurso de apelação, também combativo, sustentando que:
a) a sentença recorrida deve ser anulada, por incidir em error in iudicando, desprezando que o debate sobre a nulidade pela prescrição do débito condenatório trata-se de hipótese de litisconsórcio passivo necessário com o Estado do Paraná, por força da natureza relação jurídica controvertida, como previsto pelo Art. 114, CPC;
b) além de não estar comprovada a prescrição, a sua verificação não pode ser analisada de plano no caso em concreto por conta das peculiaridades e natureza (tomada de contas) do débito originário dos autos nº 136077/01;
c) a sentença recorrida viola o art. 24, parágrafo único da LINDB não apenas porque desconsiderou o entendimento existente na época que a Tomada de contas foi instaurada e o acórdão condenatório foi prolatado, mas também porque acabou aplicando uma inovação e mudança na orientação geral para invalidar os atos pretéritos que culminaram na condenação dos executados pelo TCE/PR;
d) deve ser afastada a condenação do Município de Maringá em honorários advocatícios.
Referido recurso de apelação ainda aguarda remessa à instância superior, sendo seu julgamento de extrema e absoluta importância para a exequibilidade de toda as certidões do débito expedidas por esse E. Tribunal de Contas nesta Tomada de Contas nº 136077/01, pois, como visto, houve o reconhecimento da prescrição intercorrente do próprio processo administrativo condenatório dessa Egrégia Corte de Contas.
Ocorre que, paralelamente a tudo isso, várias execuções fiscais inicialmente ajuizadas tiveram que ser objeto de pedido de desistência por parte do Município de Maringá, em virtude da constatação de abertura e finalização do inventário de SAID FELICIO FERREIRA bem antes da expedição das certidões de débito, inscrição em dívida e ajuizamento das fiscais. Assim, por meio do SEI nº 01.03.00152657/2024.95, o Município de Maringá está retificando as CDA's referentes às execuções fiscais que tiveram de ser extintas para regularização do polo passivo, para promover um novo ajuizamento em face dos sucessores dos falecidos.
A única execução fiscal que não foi objeto de pedido de desistência foi justamente aquela de autos nº 0005418-70.2024.8.16.0190, porque foi proferida a sentença de prescrição intercorrente do processo nº 136077/01.
Ocorre que, antes de promover o reajuizamento das execuções fiscais extintas, com as CDAs retificadas, o Município de Maringá, por meio de sua Procuradoria-Geral que ora subscreve, em orientação postulada no princípio da eficiência administrativa, deliberou por comparecer a estes autos para requerer a esta CMEX uma autorização para suspensão da cobrança judicial e extrajudicial das certidões de débito expedidas nestes autos até que ocorra o julgamento da Apelação Cível proferida na execução fiscal nº autos nº 0005418-70.2024.8.16.0190.
O pedido se justifica no fato de que o objeto do recurso dos autos nº 0005418-70.2024.8.16.0190 é justamente a sentença que declarou a prescrição intercorrente do próprio processo de Tomada de Contas nº 136077/01. Repita-se: não é a prescrição intercorrente daquele processo executivo fiscal em específico, tampouco daquela certidão de débito em específico que está estampada na CDA executada. É a prescrição da pretensão condenatória do próprio processo nº 136077/01.
Isso significa que eventual confirmação da sentença nos autos nº 0005418-70.2024.8.16.0190 certamente gerará um efeito cascata para todas as demais execuções fiscais que, embora possuam CDAs distintas, originam-se deste mesmo processo de Tomada de Contas nº 136077/01.
E a maior problemática deste efeito cascata sobre as novas execuções fiscais que o Município está se preparando para reajuizar (que foram objeto de prévio pedido de desistência) é o ônus sucumbencial (custas e honorários) que eventual extinção da execução fiscal, também por prescrição intercorrente da Tomada de Contas nº 136077/01, gerará aos cofres públicos.
No que tange ao ônus sucumbencial (custas e honorários) em caso de derrota do Município, deve ser levado em consideração que a somatória das certidões de débito expedidas nesta Tomada de Contas, em valores atualizados, aproxima-se da cifra de R$ 82 mi., o que pode gerar em média R$ 8 mi de condenação sucumbencial.
Ademais, não se pode esquecer que, no ano de 2023, ou seja, antes mesmo da expedição das certidões de débito na Tomada de Contas nº 136077/01, o próprio o próprio TCE/PR havia alterado entendimento para alinhá-lo em conformidade com o Tema 899, por meio do Acórdão nº 1919/23, que retificou o prejulgado o nº 26 daquela corte:
[...]
Daí porque esta Procuradoria-Geral, repita-se, pautada no postulado na eficiência administrativa, comparece a este processo para concretizar esse princípio por meio de atuação preventiva, propondo a adoção de uma medida acautelatória para evitar o ajuizamento de novas execuções fiscais que, no cenário atual, possuem enorme probabilidade de redundar em revelante ônus sucumbencial em desfavor do ente municipal.
Portanto, à luz desses esclarecimentos, na avaliação da Procuradoria-Geral do Município, a opção que mais se alinha aos referidos postulados e princípios, e que ora se requer, seria o TCE/PR autorizar o Município a sobrestar o reajuizamento de todas as demais CDAs relacionadas às certidões de débito expedidas nestes autos por 1 ano, ou até que ocorra o julgamento da Apelação Cível proferida na execução fiscal nº autos nº 0005418-70.2024.8.16.0190. (Peça 481, grifos nossos.)
Examinado o cenário exposto pela parte, entendo que a motivação apresentada pelo Município para os seus pedidos contém elementos suficientes para se concluir que o ente vem adotando medidas judiciais pertinentes à execução fiscal da dívida decorrente da restituição de valores determinada por este Tribunal no Acórdão 2446/18 da Segunda Câmara (peça 265).[2]
Desde logo, portanto, concedo a prorrogação de prazo para a regularização das cobranças, mencionada pela CMEX na sua mais recente instrução, a fim de que não haja óbice à obtenção de nova certidão liberatória pelo Município, já que a corrente tem validade até o dia 13/07/2025.
Fixo prazo de 60 (sessenta) dias de prorrogação, suficientes para a obtenção da nova certidão.
Já a apreciação, por este relator, dos pedidos formulados pelo Município em sua petição à peça 481 demanda atos prévios.
Nesse sentido, intime-se o Município de Maringá, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe se o aguardo do julgamento da apelação cível interposta na execução fiscal autos nº 0005418-70.2024.8.16.0190, requerido no item "a" da petição à peça 481, poderá, em razão do prazo adicional que decorrerá, ensejar a prescrição da pretensão executiva, de modo a tornar infrutífero o ajuizamento futuro das execuções fiscais.
Encaminhe-se à CMEX para o registro da prorrogação de prazo.
Após, à Diretoria de Protocolo, para a intimação do Município na forma regimental e controle de prazo.
Na sequência, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 4 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. II – determinar que os responsáveis, Srs. Said Felício Ferreira, Rubens Augusto Monteiro Weffort, Osmar Bento Zaninello, Luíz Antonio Paolicchi, Jorge Aparecido Sossai, Rosemeire Castelhano Barbosa, João Hélio da Silva e Giovana Aparecida de Moura Rodrigues Valek (seus espólios ou seus sucessores, conforme o caso), solidariamente (respeitado o limite de responsabilidade de cada um – vide peça 53), restituam ao Município de Maringá o montante R$ 15.425.175,17 (quinze milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e dezessete centavos), devidamente corrigido e acrescido das cominações legais (até a data do respectivo pagamento), com base no art. 159 do Código Civil de 1916, bem assim no § 5ºdo art. 37 e no § 3º do art. 75, ambos da Constituição da República.

2. II – determinar que os responsáveis, Srs. Said Felício Ferreira, Rubens Augusto Monteiro Weffort, Osmar Bento Zaninello, Luíz Antonio Paolicchi, Jorge Aparecido Sossai, Rosemeire Castelhano Barbosa, João Hélio da Silva e Giovana Aparecida de Moura Rodrigues Valek (seus espólios ou seus sucessores, conforme o caso), solidariamente (respeitado o limite de responsabilidade de cada um – vide peça 53), restituam ao Município de Maringá o montante R$ 15.425.175,17 (quinze milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e dezessete centavos), devidamente corrigido e acrescido das cominações legais (até a data do respectivo pagamento), com base no art. 159 do Código Civil de 1916, bem assim no § 5ºdo art. 37 e no § 3º do art. 75, ambos da Constituição da República.

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

PROCESSO Nº:-387987/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IPORÃ
INTERESSADO:-A BARTOLI DE SOUZA LTDA, MUNICÍPIO DE IPORÃ
PROCURADOR:-
DESPACHO:-748/25

I - Versa o processo sobre Representação da Lei de Licitações deduzida por A Bartoli de Souza LTDA frente a ato praticado pelo senhor Pregoeiro do Município de Iporã na condução da Concorrência Eletrônica nº 03/2025 lançada pela referida municipalidade e destinada à contratação de empresa para execução da reforma do Hospital e Maternidade Municipal Cyro Silveira.

A peça exordial relata que a representante "participou do certame licitatório tendo alcançado a terceira colocação na classificação geral das propostas de preços/lances."

Como as propostas das duas primeiras empresas colocadas acabaram sendo desclassificadas, "foi oportunizada à Recorrente a apresentação da documentação exigida, nos mesmos moldes das empresas anteriormente convocadas, a qual foi devidamente encaminhada dentro do prazo estabelecido. Contudo, para nossa insatisfação, a Comissão de Licitação apontou o não atendimento a dois requisitos previstos no edital: (1º) a comprovação da disponibilidade de profissional Técnico em Segurança do Trabalho; e (2º) a apresentação de atestado de capacidade técnica operacional que comprove a execução anterior de serviços de natureza semelhante.

[...]

...das 20 empresas participantes, apenas 6 atenderam a esse requisito específico, o que evidencia o caráter excessivamente restritivo da exigência, especialmente considerando que a manutenção de profissional dessa natureza gera custos significativos, impactando principalmente as micro e pequenas empresas, como é o caso da Recorrente.

Ademais, é oportuno esclarecer que tal exigência poderia, se necessário, ser plenamente atendida quando do início da execução contratual, momento em que efetivamente se exige a atuação desse profissional.

A exigência de comprovação de disponibilidade de profissional Técnico em Segurança do Trabalho, da forma como prevista no edital, mostra-se desproporcional e excessivamente restritiva à competitividade, principalmente considerando a realidade de micro e pequenas empresas. Fica claro que cerca de 70% das empresas com plena capacidade técnica para realizar a obra foram arbitrariamente afastadas do certame por conta de uma exigência imposta de forma intempestiva, prejudicando gravemente a competitividade da licitação.

[...]

...entendemos que a exigência de sua comprovação deve ocorrer no momento oportuno, ou seja, na fase de execução contratual, e não como condição prévia de habilitação.

[...]

No que tange ao segundo apontamento, relacionado à exigência de Atestado de Capacidade Técnica em nome da recorrente, destacamos que, além de se tratar de uma empresa com constituição recente, o próprio órgão regulamentador já se manifestou sobre o tema[1], por meio do Protocolo de Atendimento nº 77221/2025, datado de 17/03/2025. Na ocasião, o órgão reforçou que "A Certidão de Acervo Técnico - CAT é o documento que comprova a experiência técnica do profissional que responde pela empresa. Ao comprovar a experiência técnica essa certidão COMPROVA QUE A EMPRESA ao qual o profissional está vinculado POSSUI A CAPACIDADE TÉCNICA SUFICIENTE PARA REALIZAR O SERVIÇO.

Não se pode deixar de destacar, ainda, a Decisão Normativa nº 85/2011 do CONFEA, expressamente citada no referido documento, cuja redação, especialmente nos itens 1.2 e 1.2.1, reforça de maneira inequívoca o entendimento de que a capacidade técnica da empresa pode ser comprovada através da experiência de seu responsável técnico, conforme transcrição a seguir:

1.2. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

1.2.1. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

O caso ora em análise já foi recentemente objeto de apreciação desta Corte, conforme entendimento firmado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), na decisão proferida no Processo nº 220250/25, datada de 25/04/2025, sob relatoria do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. Naquela oportunidade, foi acolhido o recurso interposto pela recorrente em face da Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste/PR, tratando-se, inclusive, de uma obra de maior complexidade, uma vez que se referia à conclusão de empreendimento, diferentemente do presente caso, que trata apenas de uma reforma.

Nessas condições, pleiteia o reconhecimento de que foram atendidos os requisitos de habilitação e consequentemente seja determinado ao município que proceda à sua recolocação no terceiro lugar da ordem de classificação do certame.

II - Analisando-se a situação descortinada e os documentos juntados aos autos, apesar das considerações formuladas, verifico não estarem presentes elementos suficientes para demonstrar o cometimento de irregularidade na aplicação da Lei de Licitações por parte da administração municipal de modo a impor correção do ato questionado.

Inicialmente, cumpre registrar que realmente não é razoável que as participantes interessadas disponham previamente de profissional técnico em Segurança do Trabalho dentro de seu quadro de trabalhadores ou funcionários, devendo tal requisito ser aferido unicamente da vencedora contratada na ocasião em que se der o início da execução do objeto da licitação.

Inclusive, é conhecida e admitida a prática de as licitantes apresentarem mera declaração do profissional afirmando que integrará a equipe no caso de a empresa sagrar-se vencedora.

Entretanto, não há razão para reprovar a decisão que foi tomada pelo senhor pregoeiro em relação ao desatendimento da apresentação de atestado de capacidade técnica operacional.

O documento encontra respaldo no art. 67, II, da Lei nº 14.133/21:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

As mencionadas Decisão Normativa nº 85/2011 do CONFEA e decisão proferida por esta Casa no Processo nº 220250/25 reportam-se à situação descrita no inciso I do art. 67 acima (capacidade técnico-profissional, que diz respeito aos profissionais responsáveis), sem examinar a questão de forma conjugada com o inciso II (capacidade técnico-operacional, que é inerente à empresa licitante).

E a administração contratante tem a faculdade de exigir a comprovação de ambas. Uma não é excludente nem supre a outra.

A capacidade técnico-operacional é essencial para assegurar que a empresa contratada tenha experiência, estrutura e recursos necessários para executar o objeto da licitação com qualidade e eficiência, evitando riscos de atrasos, problemas de execução e prejuízos para a administração pública.

A qualificação de um profissional, seja como prestador de serviços ou como sócio, não é suficiente para garantir a experiência operacional da empresa à qual ele esteja vinculado, o que pode comprometer a qualidade da execução contratual.

A propósito, oportuno o seguinte precedente do Tribunal de Contas da União:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATO DE REPASSE. INABILITAÇÃO ANTE O NÃO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E NÃO ACEITAÇÃO DE ATESTADO EMITIDO EM NOME DE OUTRA EMPRESA. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. EMISSÃO DE ATESTADO COM BASE EM NORMA DO CFA QUE PERMITE A JUNÇÃO DO ACERVO TÉCNICO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO AO ACERVO DA EMPRESA. ILEGALIDADE DO DISPOSITIVO. OITIVA DO CFA. AFRONTA AO DISPOSTO NA LEI 8.666/1993. DISTINÇÃO ENTRE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL. DETERMINAÇÕES. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO.

[...]

10. ...a capacitação técnico-operacional da empresa não se confunde com a capacitação do profissional, uma vez que a primeira abrange também as instalações, o aparelhamento, as metodologias de trabalho e os processos internos de controle de qualidade, entre outros aspectos. A unidade instrutiva considerou que, nesse contexto, não há garantia de que o simples fato de a empresa contar com o profissional irá resultar na execução satisfatória do serviço, já que outros fatores são necessários para a adequada prestação.

[...]

19. Do ponto de vista prático, não restam dúvidas quanto à distinção desses dois institutos. A título explanatório, tomo emprestada a lição de Marçal Justen Filho, que coloca a questão com propriedade, nos seguintes termos:

"As diferenças derivam da distinta natureza das duas espécies de sujeitos, mas também da diversidade quanto à própria atividade envolvida. A qualificação técnico-profissional configura experiência do ser humano no desenvolvimento de sua atividade individual. É atributo pessoal, que acompanha sua atuação no mundo. O ser humano tem existência limitada no tempo, o que acarreta a transitoriedade de seus potenciais.

Já as organizações empresariais transcendem à existência limitada das pessoas físicas que as integram. Sua qualificação para o exercício de certo empreendimento decorre da estrutura organizacional existente. A substituição de alguns membros da organização pode ser suportada sem modificações mais intensas do perfil da própria instituição. Aliás, a alteração da identidade de alguns sujeitos pode ser totalmente irrelevante para a identidade da organização em si mesma. Portanto, a experiência-qualificação empresarial pode ser mantida, ainda quando o decurso de tempo produza modificação das pessoas físicas vinculadas ao empreendimento." [JUSTEN FILHO. Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 5ª. ed. São Paulo: Dialética, 2000.]

20. A diferença na natureza dos dois conceitos e a distinção estabelecida em lei impedem que se efetue a junção de acervos. Portanto, resta nítido que não há fundamento legal e fático para que se promova o acréscimo do acervo da pessoa física ao acervo da pessoa jurídica, para fins de comprovação de qualificação em licitações públicas. (Acórdão nº 2208/2016-Plenário. Rel. Min. Augusto Sherman. Destaques nossos)

Portanto, considerando que permanece hígido um dos motivos que levou à inabilitação da empresa A Bartoli de Souza LTDA, ora interessada, o certame pode prosseguir sem alterações.

III - Dessa forma, deixo de receber a presente representação com fundamento no artigo 276, §§ 3º e 5º, c/c artigo 282, § 2º, do Regimento Interno.

IV - Ao Ministério Público de Contas para ciência e posteriormente retornem os autos conclusos para aguardar o decurso do prazo recursal e para comunicação em sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o artigo 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno.

V - Na sequência, à Diretoria de Protocolo para encerramento, com fulcro no artigo 398, § 2º, do Regimento Interno, e arquivamento, nos termos do artigo 168, VII, do mesmo Regimento.

Curitiba, 7 de julho de 2025.

JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

_____

1. Embora não indicado pela parte representante, vale frisar a ressalva feita pelo CREA no mesmo texto: O Crea-PR só pode determinar em relação aos procedimentos do próprio sistema Confea/Crea. Portanto a resposta abaixo visa esclarecer apenas os procedimentos do Crea-PR sobre o acervos técnicos e operacionais. Para questões relativos a aplicação da Lei 14.133/2021 e procedimentos de licitações de outros órgãos indicamos consultar o TCE que é o órgão responsável por fiscalizar as licitações no estado do Paraná (peça nº 16).

PROCESSO Nº:-399438/25
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA AURORA
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA AURORA, CLAUDINEI XAVIER DE OLIVEIRA, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ,

VILMAR LUIS ABATTI
PROCURADOR:-
DESPACHO:-763/25
I. Nos termos do artigo 475, do Regimento Interno desta Casa, necessária se faz a intimação dos interessados, facultando-lhes a apresentação das contrarrazões ao recurso interposto pelo Ministério Público junto a esta Corte.
II. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para intimação da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA AURORA, na pessoa de seu representante legal, e do Sr. CLAUDINEI XAVIER DE OLIVEIRA, gestor das contas, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico e com certificação nos autos de sua realização, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem ao Tribunal as contrarrazões ao recurso interposto pelo Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (peça 12), conforme artigos 386, III, e §2º, I a III, e 389, do Regimento Interno.
III. Na impossibilidade da intimação por meio eletrônico, promova-se por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem ao Tribunal as contrarrazões.
IV. Havendo resposta protocolada no prazo ou certificado o decurso de prazo sem envio de resposta, à Coordenadoria de Contas para manifestação e, em seguida, ao Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer, nos termos do artigo 485 do Regimento Interno.
Curitiba, 4 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-401297/25
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
INTERESSADO:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
PROCURADOR:-
DESPACHO:-765/25
I. Tendo em vista o pedido contido no presente Requerimento, AUTORIZO a disponibilização de cópias do processo n.º 836864/19 e de seu apenso, processo n.º 722052/20, ao solicitante.
II. Encaminhe-se ao Gabinete da Presidência – GP para as medidas pertinentes.
Curitiba, 4 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-46138/24
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISÃO
ENTIDADE:-FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA
INTERESSADO:-ANTÔNIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI, AURICELIA REGINA REITZ, CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ, CONSELHO DE SECRETARIOS MUNICIPAIS DE SAUDE DO PARANA COSEMS, COOP. INTERDISCIPLINAR DE SERVICOS TECNICOS INTERCOOP, CRISTIANE MARTINS PANTALEÃO, FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA, MARINA SIDINEIA RICARDO MARTINS, MARISE GNATTA DALCUCHE, MICHELE CAPUTO NETO, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, SUELI DE SA RIECHI
PROCURADOR:-CARLOS ALEXANDRE LORGA, JAQUELINE AMANDA PEREIRA DA SILVA, LORGA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
DESPACHO:-766/25
I. Tendo em vista o contido na Petição Intermediária nº 408593/25 (peças 319 e 320), encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para exclusão do senhor Carlos Alexandre Lorga e inclusão da senhora Jaqueline Amanda Pereira da Silva como representante do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS/PR.
II. Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias, para acompanhamento da execução.
Curitiba, 4 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-553510/23
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-PINHAIS PREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-JANETE DO ROCIO DE LIMA MARINHO, MARCIO DOS SANTOS RESZKO, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO
PROCURADOR:-REGINA MOREIRA DE AZAMBUJA RAMOS, RICARDO BAUMANN BINDO, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO
DESPACHO:-767/25
I. Tendo em vista o contido na Informação n.º 219/25-COAP (peça 26) e em conformidade com o disposto no §2º do artigo 427, do Regimento Interno, defiro a prorrogação do sobrestamento do presente processo.
II. Nos termos do citado dispositivo, ressalto que a prorrogação do sobrestamento decorre da necessidade de julgamento do processo protocolado sob o n.º 247111/24, que se encontra atualmente com vistas para o Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva.
III. À Primeira Câmara para anotação.
IV. Após, à Coordenadoria de Atos de Pessoal para os devidos fins.
Curitiba, 7 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-576979/23
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-PINHAIS PREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-MARCIO DOS SANTOS RESZKO, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO, VALÉRIA HAHNE
PROCURADOR:-REGINA MOREIRA DE AZAMBUJA RAMOS, RICARDO BAUMANN BINDO, VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO
DESPACHO:-768/25
I. Tendo em vista o contido na Informação n.º 220/25-COAP (peça 26) e em conformidade com o disposto no §2º do artigo 427, do Regimento Interno, defiro a prorrogação do sobrestamento do presente processo.
II. Nos termos do citado dispositivo, ressalto que a prorrogação do sobrestamento decorre da necessidade de julgamento do processo protocolado sob o n.º 247111/24, que se encontra atualmente com vistas para o Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva.
III. À Primeira Câmara para anotação.
IV. Após, à Coordenadoria de Atos de Pessoal para os devidos fins.
Curitiba, 7 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-412213/25
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ENTIDADE:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR:-
DESPACHO:-771/25
I - Versa o processo sobre denúncia[1] encaminhada a este Tribunal por PHV meio da qual noticia ocorrência de supostas irregularidades relacionadas ao pagamento de diárias de viagem e uso do veículo oficial no âmbito do Poder Legislativo do Município de EB.
No entanto, apesar da narrativa exposta e dos documentos iniciais juntados (peças nos 6-10), observa-se que a peça vestibular não contém elementos mínimos de materialidade para subsidiar a admissibilidade do expediente ou mesmo possibilitar a posterior apresentação de defesa pelos agentes públicos envolvidos.
II - Dessa forma, encaminho os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que intime a parte denunciante para, no prazo de 10 dias, fornecer informações mais concretas acerca da situação relatada, como os nomes dos vereadores envolvidos, indicação dos cursos e capacitações realizados em duplicidade e das ocasiões em que os deslocamentos feitos pelo presidente da Câmara local teriam sido indevidos.
Curitiba, 9 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

_____
1. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 82/2012:
Art. 3º […]
§ 2º Nos processos de denúncia, a consulta interna fica disponível às unidades do Tribunal, observando-se quanto ao sigilo o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 113/2005, e no artigo 281, caput, do Regimento Interno, e ainda os seguintes procedimentos:
I – para disponibilização no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas, a emissão dos atos processuais, até a decisão definitiva, conterá nos campos de autuação o número do processo e o nome do assunto, não constando o(s) nome(s) do(s) denunciante(s), denunciado(s), da entidade e demais sujeitos dos processos, fazendo-se, nestes campos, expressa remissão ao art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005;
II – para os textos dos atos citados no inciso I, o(s) nome(s) do(s) denunciante(s), denunciado(s), da entidade e demais sujeitos dos processos serão indicados pelas letras iniciais em maiúscula;
[...]
VI – o nome completo do(s) procurador(s), se houver, constará de todos os atos destinados à disponibilização no Diário Eletrônico.

PROCESSO Nº:-397850/25
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADOR:-
DESPACHO:-773/25
Trata-se de requerimento externo instaurado por força do recebimento de ofício originário da Procuradoria-Geral do Estado, por intermédio do qual se informa que, em decisão prolatada no bojo do processo n.º 0008483-19.2025.8.16.0035, foi concedida tutela provisória em benefício de José Altair Moreira, para o fim de determinar a suspensão da exigibilidade da cobrança administrativa da multa administrativa e de suas consequências, no valor de R$ 5.721,64 (cinco mil, setecentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos), constante no Ofício de Comunicação IDC/CMEX nº 10/2025 e na Certidão de Débito nº 282/2025 do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, no âmbito do Processo de Prestação de Contas de Transferência Voluntária nº 191823/17, impossibilitando Fazenda Pública de inscrever o autor em dívida ativa, até julgamento definitivo da presente demanda.
A Diretoria Jurídica, em sua Informação n.º 336/25 (peça 05), apenas narrou o ocorrido em esfera judicial e encerrou com assertiva no sentido de que o órgão julgador entendeu haver indícios de que a pretensão punitiva subjacente à sanção aplicada ao autor, à época da imputação do débito, já estava prescrita.
Visto que os autos n.os 19182-3/17 são de minha relatoria e estão em fase de cumprimento de decisão, em atenção ao contido no Despacho n.º 2804/25 (peça 06), veio o feito a este Gabinete para ciência e adoção das providências cabíveis.
Desse modo, nos termos do artigo 436, parágrafo único, I, do Regimento Interno, aponho conhecimento e declaro que será a decisão de deferimento de tutela antecipada devidamente comunicada na sessão virtual subsequente do Tribunal Pleno desta Corte.
Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para ciência da decisão e suspensão de cobrança de débito em nome José Altair Moreira, derivada do processo em comento.
Na sequência, à Diretoria de Protocolo para que promova a juntada de cópias das peças n.os 02/04, bem como da Informação n.º 336/25-DIJUR e deste despacho à prestação de contas de transferência autuada sob o n.º 19182-3/17.
Somente então retorne ao Gabinete da Presidência.
Curitiba, 8 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-230646/25
ASSUNTO:-TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARUMBI
INTERESSADO:-ELAINE MARIA FERREIRA COSTA, MUNICÍPIO DE MARUMBI, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR:-
DESPACHO:-774/25
Retorna o corrente expediente por força das manifestações apostas pela

Coordenadoria de Contas e pelo Ministério Público de Contas.
Inicialmente, por meio da Informação n.º 8/25 (peça 24), atestou-se que as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no primeiro quadrimestre de 2025 (janeiro a abril), NÃO recompuseram o montante que deixou de ser aplicado no exercício de 2024, sendo o índice apurado no primeiro quadrimestre de 2025 utilizado apenas para fins de concessão da Certidão Liberatória, em conformidade com o § 2º, do artigo 293, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas. Quanto ao percentual de 23,53%, apurado em 2024, a entidade não ingressou com pedido de recálculo do referido índice por meio de requerimento externo, permanecendo o índice inalterado.
Destarte, o Parquet de Contas, em seu Parecer n.º 185/25-PGC (peça 25), pugnou pela intimação do Município de Marumbi, na pessoa da Prefeita Eliane Maria Ferreira Costa, a fim de que, à luz dados apresentados na Informação nº 8/25-CCONTAS, esclareça se mantem o pedido de arquivamento do TAG formulado na peça 17, e, em caso positivo, informe qual a medida será adotada pela municipalidade com vistas a regularizar/compensar o não atingimento do índice constitucional na área de educação no exercício de 2024.
Na mesma ocasião, tendo em conta a informação constante na peça 13 dos autos nº 186272/255, de que o Relatório de Controle Interno considerou regular a aplicação de 23,53% com despesas de MDE em 2024; sugeriu a inclusão no polo passivo e respectiva citação da Controladora Interna Jennifer Algate Bertanha Peixoto da Cruz, a fim de que justifique o motivo pela qual deixou de apontar a violação art. 212 da CF/88 como irregularidade no relatório subscrito em 28/03/2025.
Com isso, inobstante o pleito de arquivamento incidental do termo de ajustamento de gestão, entendo pertinente o aclaramento dos aspectos suscitados pelo Ministério Público, o que me motiva a deferir as diligências propostas.
Desse modo, siga o feito à Diretoria de Protocolo para que promova as medidas discriminadas no intuito de comunicar via intimação e citação, respectivamente, Eliane Maria Ferreira Costa e Jennifer Algate Bertanha Peixoto da Cruz, para que, dentro de 15 (quinze) dias, apresentem resposta aos pontos consignados no Parecer n.º 185/25-PGC.
Havendo resposta protocolada no prazo ou certificado o seu decurso in albis, retorne a este Gabinete.
Curitiba, 8 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-417231/25
ASSUNTO:-CONSULTA
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU
PROCURADOR:-
DESPACHO:-776/25
Trata-se de Consulta formulada pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, por meio de seu Presidente, senhor Paulo Aparecido de Souza, com o objetivo de dirimir dúvidas quanto à aplicação de dispositivos da Instrução Normativa nº 89/2013, deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
A Consulta apresenta os seguintes questionamentos:
▪ Sobre o art. 4º[1], da Instrução Normativa nº 89/2013:
1) O responsável pela Unidade de Controle Interno deve assinar as demonstrações contábeis, livro diário e livro razão, na ausência de legislação local que assim estabeleça?
2) A assinatura das demonstrações contábeis, livro diário e livro razão pelo responsável pela Unidade de Controle Interno, prevista na Instrução Normativa nº 89/2013, conflita com o princípio da segregação de funções?
3) Ao assinar as demonstrações contábeis, livro diário e livro razão, o responsável pela Unidade de Controle Interno comprometeria sua independência e imparcialidade?
4) O fato do responsável pela Unidade de Controle Interno assinar as demonstrações contábeis, livro diário e livro razão prejudicaria sua atuação em uma possível auditoria financeira?
▪ Sobre o art. 9º, §2º[2], da Instrução Normativa nº 89/2013:
1) Tendo em vista a revogação da Lei n° 8.666/1993 e, por conseguinte, a previsão da modalidade licitatória denominada “convite”, a Unidade de Controle Interno deve ser comunicada acerca dos pagamentos realizados por meio de cheque?
2) Caso a resposta anterior seja afirmativa, qual o parâmetro a ser utilizado?
O pedido veio acompanhado de parecer jurídico sobre o tema (peça 4).
Considerando estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 311[3], do Regimento Interno, uma vez que formulada em tese e por autoridade legítima, além de versar sobre dúvida afeta à matéria de competência deste Tribunal, RECEBO a Consulta.
Encaminhem-se os autos à Escola de Gestão Pública, nos termos do § 2° do artigo 313[4] .
Após, retornem.
Curitiba, 8 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

__1__. Art. 4º. O Livro Diário e o Livro Razão elaborados em forma digital deverão ser assinados digitalmente pelo gestor da entidade, pelo responsável técnico pela contabilidade, regularmente habilitado, e pelo responsável pelo controle interno. (...)
__2__. Art. 9º (...) § 2º Os pagamentos realizados por cheque, obrigatoriamente nominal ao credor e cruzado, deverão conter no verso do cheque o número do empenho da despesa respectiva, devendo o Controle Interno ser comunicado sempre que o valor do cheque ultrapassar a importância de 10% (dez por cento) do valor estabelecido na alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
__3__. Art. 311. A consulta formulada ao Tribunal de Contas, conforme o disposto no Título II, Capítulo II, Seção VII, da Lei Complementar nº 113/2005, deverá atender aos seguintes requisitos: I - ser formulada por autoridade legítima; II - conter apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa de dúvida; III - versar sobre dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência do Tribunal; IV - ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consulente, opinando acerca da matéria objeto da consulta; V - ser formulada em tese.
__4__. § 2º Admitida a consulta, serão os autos remetidos à Escola de Gestão Pública, para juntada de informação sobre a existência de prejulgado ou decisões reiteradas sobre o tema, no prazo de 2 (dois) dias, com a subsequente devolução dos autos ao Relator.

PROCESSO Nº:-496677/24
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IBIPORÃ
INTERESSADO:-JOSÉ MARIA FERREIRA, MUNICÍPIO DE IBIPORÃ, SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE IBIPORA
PROCURADOR:-ANE CAROLINE NISHIYAMA, CLEBERSON DINIZ, FERNANDA IMBRIANI FARIA, GUILHERME FARACO, MAURÍCIO JOSÉ MORATO DE TOLEDO, VINICIUS CARVALHO FERNANDES
DESPACHO:-777/25
I. Recebo os presentes embargos de declaração, porquanto atendidos os pressupostos de sua admissibilidade, nos termos do artigo 490 do Regimento do Interno.
II. Encaminhe-se o feito à Diretoria de Protocolo – DP para nova autuação.
III. Após, retorne.
Curitiba, 8 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-229036/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE GUAÍRA
INTERESSADO:-48.948.174 ANDERSON KIELING, GILEADE GABRIEL OSTI
PROCURADOR:-
DESPACHO:-781/25
Trata-se de representação da lei de licitações formulada por Théo Park em face dos desdobramentos do edital de Pregão Eletrônico n.º 14/2024, realizado pelo Município de Guaíra, cujo objeto consiste na formação de Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de serviços de locação de brinquedos infláveis, a serem utilizados nos eventos oficiais e nos apoiados pelo Município de Guaíra.
A inicial basicamente repisa aventadas irregularidades trazidas no protocolo n.º 292664/24, atacando, mais uma vez, o critério de julgamento adotado, qual seja o de menor preço por lote, o que traria caráter restritivo e resultaria em direcionamento do certame, resultando, a seu ver, em uma seleção mais onerosa para o erário.
Destaca, outrossim, que tal conduta trouxe falhas na contratação, com aglutinação de vários itens em lotes e superfaturamento, o que se mantém por ocasião da celebração de aditivos, quando em realidade a administração deveria realizar novo processo licitatório, modificando quesitos e, consequentemente, ampliando o rol de empresas detentoras das qualificações necessárias para efetiva participação.
Com isso, pugna pela suspensão do aditivo firmado em 2025, com condenação à devolução dos valores já pagos, bem como pela cominação de sanções aos envolvidos.
Em atendimento ao Despacho n.º 652/25-GCMRMS (peça 04), o Município de Guaíra, representado por seu Prefeito, Gileade Gabriel Osti, ofertou os aclaramentos necessários e, após detalhada apreciação dos fatos, reiterou que o Pregão Eletrônico nº 014/2024 foi conduzido em total conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com critérios técnicos e jurídicos devidamente justificados, especialmente no que se refere à formação de lotes e ao julgamento pelo menor preço por lote, prática essa que foi analisada e acolhida por este Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em decisão já proferida de forma unânime no Processo 292664/24.
Ademais, consignou que a renovação contratual ocorrida em 2025 também se amparou nos princípios da legalidade, economicidade e eficiência, tendo sido comprovada sua vantajosidade nos autos do processo administrativo, os quais serão anexados integralmente ao presente expediente.
Por fim, pontuou que a manutenção do contrato vigente trouxe economia de tempo, recursos e evitou os custos operacionais de um novo certame licitatório, nos exatos termos do que prevê a legislação aplicável (peças 08/15).
Da análise no contido no feito, vislumbro que, em linhas gerais, busca o representante rediscutir matéria já decidida por esta C. Corte de Contas (Acórdão n.º 273/25-STP), sem que, contudo, apresente novos fatos e documentos que corroborem suas ilações.
Desse modo, não é possível extrair elementos que demandem a ingerência deste Tribunal, razão pela qual, com fundamento no artigo 276, §§3º e 5º, e no artigo 282, §2º, do Regimento Interno, não recebo a presente representação.
Encaminhe-se ao Ministério Público de Contas para ciência e, posteriormente, retornem os autos conclusos para aguardar o decurso do prazo recursal e para comunicar em sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o artigo 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno.
Na sequência, à Diretoria de Protocolo para encerramento, com fulcro no artigo 398, §2º, do Regimento Interno, e arquivamento, nos termos do artigo 168, VII, do mesmo Regimento.
Curitiba, 8 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-343360/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA
INTERESSADO:-DANIEL MUNHOZ PETTENUCI CLINICA, LUIZ GUSTAVO MAIOR BONNO, MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA
PROCURADOR:-CLYNTON MULLER MACHADO DE OLIVEIRA, RAFAEL JOSÉ PEREIRA DE ARAUJO
DESPACHO:-782/25
I. Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, formulada por Daniel Munhoz Pettenuci Clínica Ltda., por meio da qual aponta possíveis irregularidades no edital de Inexigibilidade via credenciamento n° 10/2025, do Município de Nova Londrina, que tem por objeto o credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de exames de imagem e diagnóstico.
II. A representação aponta que as seguintes exigências de qualificação técnica contidas no edital restringem a competitividade no certame, são elas:

> Será promovida a correção do edital, com:
> a) Inclusão da obrigatoriedade de título de especialista em ultrassonografia;
> b) Inclusão da exigência do Registro de Qualificação de Especialista (RQE) no CRM;
> c) Exigência de comprovação de vínculo profissional com a empresa credenciada.

III. Por meio do Despacho n.° 602/25-GCDA (peça 13), determinei a intimação do Município para apresentar manifestação preliminar.
IV. Em resposta (peças 18/20), o ente informou que, primeiramente, a abertura da inexigibilidade de licitação nº 010/2025 prevista para 09/06/2025 foi suspensa, conforme Decreto Municipal nº 345/2025 de 06/06/2025 (peça 20). Ato contínuo, o certame foi anulado em razão de vício no objeto e da necessidade de reformulação do instrumento convocatório, conforme Decreto n.° 380/2025 (peça 19).
V. Assim, considerando a anulação do certame, restou prejudicada, por perda superveniente do objeto, a análise deste expediente.
VI. Diante do exposto, com fundamento no artigo 276, §§3º e 5º, e no artigo 282, §2º, do Regimento Interno, não recebo a presente Representação da Lei de Licitações.
VII. Encaminhe-se ao Ministério Público de Contas para ciência e, posteriormente, retornem os autos conclusos para aguardar o decurso do prazo recursal e para comunicar em sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o artigo 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno.
VIII. Na sequência, à Diretoria de Protocolo para encerramento, com fulcro no artigo 398, §2º, do Regimento Interno, e arquivamento, nos termos do artigo 168, VII, do mesmo Regimento.
Curitiba, 8 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-652235/17
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN
INTERESSADO:-CELSO OSMAR KAMINSKI, DOUGLAS INGECZAK BORGES, JAMIL PECH, MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, SEBASTIAO ELIAS DA SILVA NETO
PROCURADOR:-EDINEI STEGER RINALDI, WELLINGTON MAICON FERREIRA
DESPACHO:-784/25
I. Considerando o contido na Instrução n.º 118/25, da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar (peça 159), atestando o cumprimento da obrigação, autorizo a baixa de responsabilidade do MUNICÍPIO DE PAULO FROTIN, referente à determinação contida no item "VI", do Acórdão n.º 626/23-STP (peça 52).
II. Encaminhe-se à Coordenadoria de Medidas Executórias para expedição da Certidão de Quitação de Obrigação em favor do responsável pelo cumprimento, nos termos do artigo 514 do Regimento Interno, registro e continuidade do acompanhamento da execução.
Curitiba, 9 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

Sem publicações

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Sem publicações

Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

PROCESSO Nº:-403850/25
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ANTONINA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE ANTONINA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N. 87/25
EMENTA: Pedido de Certidão Liberatória. Município sem pendências impeditivas, conforme informações e Parecer. Pelo deferimento.
I. Trata-se de Requerimento de Certidão Liberatória proposto pelo MUNICÍPIO DE ANTONINA, representado por sua Prefeita Rozane Maristela Benedetti Osaki, nos termos do art. 297 do Regimento Interno[1], que, submetido às unidades técnicas deste Tribunal, obteve manifestações favoráveis, conforme a Informação n. 184/25 da Coordenadoria de Contas - CCONTAS (peça 5), a Instrução n. 2608/25 da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão - CAGE (peça 6) e a Informação n. 3857/25 da Coordenadoria de Medidas Executórias - CMEX (peça 7), acompanhados pelo Parecer n. 532/25 do Ministério Público de Contas (peça 8).
II. Considerando a uniformidade dos opinativos das unidades técnicas e do parecer do órgão ministerial, autorizo, com fundamento no art. 297, § 2º do Regimento Interno, a expedição de certidão liberatória ao MUNICÍPIO DE ANTONINA, com prazo de validade de 60 (sessenta) dias.
III. Encaminhem-se os autos à Diretoria Geral para disponibilização da Certidão, com posterior devolução a este Gabinete para certificação e encerramento.
IV. Publique-se.
Gabinete, 9 de julho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

__1__. Art. 297. Na hipótese de não emissão da certidão liberatória pelo sistema informatizado, o interessado poderá pleiteá-la mediante requerimento devidamente protocolado, que será autuado, distribuído a Relator e após a sua instrução, submetido ao órgão julgador competente, observando, se for o caso, o disposto no art. 429, § 4º, V.

PROCESSO Nº: 299697/25
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1131/25
Visando o integral atendimento ao item V do Despacho n. 858/25 (peça 4), encaminhem-se à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete, 7 de julho de 2025.
DANIELLE DE MELLO E SILVA[1]
Assessora Especial de Conselheiro / Mat. 52.478-6

__1__. Instrução de Serviço n. 171/23.

PROCESSO Nº: 322745/25
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1133/25
Visando o integral atendimento ao item V do Despacho n. 880/25 (peça 4), encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete, 7 de julho de 2025.
DANIELLE DE MELLO E SILVA
Assessora Especial de Conselheiro / Mat. 52.478-6

PROCESSO N°: 168800/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CAFEARA
INTERESSADO: ELTON FABIO LAZARETTI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1135/25
I. A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), por meio da Instrução n. 260/25 (peça 12), concluiu pela regularidade da execução orçamentária e financeira do Município de Cafeara no ano de 2024. Contudo, em relação à avaliação da atuação governamental, registrou a incidência do Vetor 1 nas áreas da Assistência Social, Transparência e Relacionamento com o Cidadão e Previdência Social.
II. Em atenção ao princípio constitucional do contraditório e ampla defesa, bem como ao disposto no art. 26, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa n. 172/2022, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda a INTIMAÇÃO, por meio eletrônico, do prefeito ELTON FABIO LAZARETTI, para manifestação no prazo regimental de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno.
III. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de contraditório, retornem os autos a este Gabinete, conforme o art. 26, § 4º da Instrução Normativa n. 172/22.
IV. Publique-se.
Gabinete, 7 de julho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 696527/21
ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
INTERESSADO: BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEICOES LTDA - FILIAL, BENEDITO SILVA JUNIOR, DIRECTA MUNDI ALIMENTOS LTDA, EVELISE MARTIN DANTAS CASSAROTTI, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, NUTRI & SAÚDE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA., RRX FORNECIMENTO DE REFEICOES LTDA, SABOR & ART COZINHA INDUSTRIAL LTDA, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, WELLINGTON DIAS DE PAULA
PROCURADOR: GABRIEL SILVA CAMPOS, MARCO HENRIQUE LEMOS, MARIA AUGUSTA ROST, MARIANA OZAKI MARRA DA COSTA, MURILLO ALVAREZ ALVES, RENATO CESAR DE ALMEIDA SOUZA, RICARDO BARRETTO DE ANDRADE, ROBERLEI ALDO QUEIROZ
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1151/25
I. Em cumprimento ao Despacho n. 687/25 (peça 131), a 6ª Inspetoria de Controle Externo, por meio da Instrução n. 5/25 (peça 132), apresentou as seguintes informações: no tocante à análise da qualidade da alimentação, a Inspetoria trouxe considerações complementares, com fundamento nas contribuições do APA n. 31864, debatido durante a Audiência Pública n. 007/2024, promovida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.
Em relação a divisão de lotes, informa que a representada, por meio do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), justificou a redução no número de lotes licitados com base na desativação das carceragens em delegacias e na necessidade de adequações no edital, que passou a prever 22 lotes, distribuídos entre 9 regionais.
Ressalta, ainda, que embora tenham sido realizadas fiscalizações sob modelos anteriores de fornecimento de alimentação, não foram, até o momento, efetuadas inspeções sob o novo formato. Destaca, contudo, que a fiscalização da qualidade das refeições fornecidas à população carcerária será prioridade do Plano Anual de Fiscalização (PAF) para o biênio 2024-2025.
Nesse sentido, estão previstas inspeções presenciais em, pelo menos, 30 unidades prisionais, com início programado para o mês de maio de 2025.
II. Considerando as informações prestadas pela 6ª Inspetoria de Controle Externo, não se revela prudente a deliberação sobre o mérito neste momento.
Mostra-se necessário o sobrestamento do presente processo até a conclusão das inspeções previstas no Plano Anual de Fiscalização (PAF) para o biênio 2024-2025, voltadas à avaliação dos novos modelos de fornecimento de alimentação.
Somente após a realização dessas vistorias será possível aferir, com segurança, a existência ou não de irregularidades na da divisão dos lotes licitados.
III. Diante disso, com fundamento no preceituado no art. 351 do Regimento Interno, determino o SOBRESTAMENTO do feito, até que sejam finalizadas as fiscalizações das referidas vistorias, pelo prazo máximo de um ano, nos termos do art. 427 do Regimento Interno.
IV. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova o desentranhamento do Despacho n. 936/25 (peça 134), em razão do erro material constante da assinatura do ato.
V. Após, remeta-se à 6ª Inspetoria de Controle Externo para aguardar a realização das vistorias previstas no Plano Anual de Fiscalização (PAF) para o biênio 2024-2025.
VI. Após, voltem-me conclusos.
VII. Publique-se.
Gabinete, 8 de julho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 323385/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO: ARY CARNEIRO JUNIOR, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
ASSUNTO: CONSULTA
DESPACHO: 1153/25
Considerando o não conhecimento da consulta (peça 6), encaminhem-se à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete, 8 de julho de 2025.
DANIELLE DE MELLO E SILVA[1]
Assessora Especial de Conselheiro / Mat. 52.478-6

_____
1. Instrução de Serviço n. 171/23.

PROCESSO Nº: 315900/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL
INTERESSADO: MARCOS ANTONIO GASPARELLI, MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL
ASSUNTO: CERTIDÃO LIBERATÓRIA
DESPACHO: 1163/25
Transitado em julgado o Acórdão n. 1204/25-STP, conforme certificado na peça 19, e disponibilizada ao requerente a certidão liberatória (peça 16), autorizo, na forma do § 1º do art. 398 do Regimento Interno deste Tribunal[1], o encerramento do processo e o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Gabinete, 9 de julho de 2025.
DANIELLE DE MELLO E SILVA[2]
Assessora Especial de Conselheiro / Mat. 52.478-6

_____
1. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.
2. Instrução de Serviço n. 171/23.

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO N º:-407350/25
ORIGEM:-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ, INFRAVIA - ASSOCIACAO DAS EMPRESAS DE INFRAESTRUTURA VIARIA DO ESTADO DO PARANA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-BRUNO GOFMAN, EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, PAULO VITOR GONÇALVES VIEIRA KAMMERS, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO
DESPACHO:-817/25
DESPACHO
Os presentes autos foram autuados como Representação da Lei de Licitações, com requerimento de medida liminar, em razão da petição protocolada pela empresa INFRAVIA - ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 56.776.914/0001-01, por intermédio de seu advogado, Dr. Edgar Guimarães, OAB/PR sob nº 12.413, em face de supostas irregularidades no processo de contratação regido pelo Edital de Concorrência Eletrônica nº 19/2025, do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ – DER/PR.
Da cópia do edital, juntada à peça 04, constam as seguintes informações:
(i) Data e hora da sessão de licitação: 10/07/2025.
(ii) Modalidade: Concorrência Eletrônica;
(iii) Objeto: "Execução de serviços de manutenção e conservação rotineira e periódica do pavimento das rodovias sob jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), com fornecimento de materiais, subdividido em 40 (quarenta) lotes, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência";
(iv) Valor máximo: R$ 5.243.511.777,55 (CINCO BILHÕES, DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS MILHÕES, QUINHENTOS E ONZE MIL, SETECENTOS E SETENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).
A Representante alega, em sua petição inicial (peça 03), em breve síntese, existirem irregularidades, a seguir elencadas, que legitimariam a concessão de medida liminar para suspensão do certame.
(i) Abertura simultânea de até 10 (dez) lotes, dos 40 (quarenta) previstos, nos termos da cláusula 1.7 do edital;
(ii) Vedação a participação de licitantes que tenham sócios comuns com licitantes que tenham sofrido penalidades em outras contratações públicas, nos termos da cláusula 5.2.3. do edital;
(iii) Proibição de desistência de lances ofertados após a abertura da licitação e possibilidade de o Presidente da Comissão excluir lances "manifestadamente considerado erro de digitação", nos termos da cláusula 8.10 e 8.11 do edital;
(iv) Prazo de 01 dia para apresentação de proposta adequada ao último lance, bem como documentos para habilitação, nos termos da cláusula 9.1. do edital;
(v) Forma de apresentação da proposta final e dos documentos de habilitação em suposta contrariedade com o disposto no §1º do art. 39, da IN SEGES/MGI nº 73/2022, que disciplina o processo das licitações eletrônicas realizadas no Portal de Compras do Governo Federal;
(vi) Previsão de que a visita técnica ao local dos serviços deverá ser feita por Responsável Técnico(a) da licitante, nos termos do item 14.1.5.1 do edital;
(vii) Exigência de declaração de que possui conta corrente no Banco do Brasil S/A ou termo de comprometimento de que irá abri-la, nos termos das cláusulas 14.1.10 e 25.2 do edital;
(viii) Exigência de comprovação de regularidade com a Fazenda do Estado onde estiver sediada licitante e, caso seja em outra Estado, Certidão de Regularidade com a Fazendo do Estado do Paraná, nos termos das Cláusulas 14.1.13.1.4 e 14.1.13.1.5 do edital;
(ix) Necessidade de manifestação imediata de intenção de recorrer, conforme cláusula 17.1 do edital;
(x) Prazo de 10 (dez) dias estabelecido para apresentação de garantia, nos termos da cláusula 21.3 do edital;
(xi) Previsão de necessidade de instalação de escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços, sem ônus para o DER, no local do serviço, nos termos da cláusula 23.6 do edital;
(xii) Previsão, como condição de pagamento, da necessidade de regularidade da documentação fiscal e trabalhista junto Cadastro Unificado/Geral de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, nos termos da cláusula 26.4 do edital;
(xiii) Ausência de previsão de juros de mora para pagamentos em atraso;
(xiv) Previsão contida no item 10.1 do edital estaria divergente do disposto no Anexo III;
(xv) Previsão da necessidade de boneco sinalizador da obra com remuneração pelo serviço supostamente inferior ao custo de aquisição;
(xvi) Previsão de fornecimento e instalação de barreira contínua classe I, supostamente com custo inferior ao necessário para confecção desses materiais, o que afrontaria a exequibilidade das propostas dos licitantes;
(xvii) Previsão da necessidade de utilização de placa para sinalização com película refletiva e suporte de madeira 3" x 3" para sinalização provisória, de forma a gerar dúvida ao Representante quanto ao critério de medição e pagamento;
(xviii) Previsão de transporte da massa asfáltica para os serviços de tapa-buraco (código 596343 – até 55km) (código 596355 – acima de 55km), supostamente subdimensionado;
(xix) Previsões conflitantes para horas de trabalho entre o termo de referência e a planilha de custos para os serviços de "bandeira vermelha", e supostamente entre a quantidade real necessária para a realização do serviço, além da suposta falta de previsão de custos de equipamentos de comunicação entre as extremidades pare-siga;
(xx) Previsões divergentes no Termo de Referência e o Edital para o item "ALUGUEL DE PAINEL DE MENSAGENS VARIÁVEIS, PORTÁTIL MÓVEL, LED, COM BANCO FOTOVOLTAICO DE ENERGIA E MONTADO EM CHASSI COM ENGATE", além da previsão supostamente equivocada de horas trabalhadas diárias do equipamento.
(xxi) Previsão supostamente subestimada do item cone de PVC flexível refletivo H=75, em suposta contrariedade com o manual de sinalização de trânsito;
(xxii) Previsão de alíquotas de PIS/COFINS na definição de BDI supostamente equivocadas;
(xxiii) Supostos equívocos na atribuição de responsabilidades na matriz de risco;
(xxiv) Necessidade de alteração do momento de habilitação para fase anterior ao das propostas.
Após o breve relato, passo a decidir.
A representante aponta a existência de diversas irregularidades que teriam o condão de macular o certame licitatório, como a exigência de abertura de conta em banco específico, sem qualquer amparo legal, ou exigências não justificadas que não decorrem de lei, como por exemplo a necessidade da presença do responsável técnico da licitante na visita técnica.
Além disso, são apontadas diversas supostas impropriedades nas planilhas de custos, as quais, segundo a representante, teriam o condão de afetar a formulação das propostas.
Em análise aos argumentos trazidos pela parte representante, parece, a este Relator, em primeiro momento, não haver elementos de convicção suficientes para concessão da medida de urgência requisitada. Não obstante, o caso em análise exige especial cautela deste Tribunal de Contas do Paraná diante o vultuoso valor previsto para contratação e a relevância social de seu objeto, posto que a manutenção da malha rodoviária assegura a segurança dos veículos que lá transitam.
Fundamentação semelhante foi utilizada no Acórdão nº 723/25-STP, trechos abaixo reproduzidos, de Relatoria do Excelentíssimo Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, que suspendeu cautelarmente procedimento licitatório diante do vultuoso valor da contratação e a proximidade do certame.
No presente caso, o apontamento de irregularidade realizado pelo Representante trata, principalmente, de ausência de transparência nos critérios utilizados para a definição do preço máximo da licitação, e, inclusive, de critérios de habilitação econômica insuficientes para o vulto da contratação, o que pode comprometer a vantajosidade e a segurança da contratação pela Administração Pública.
Tendo em vista que a licitação se realiza no dia de hoje, 01/04/2025, imprescindível a realização da sua suspensão, para fins de melhor análise dos itens apontados na exordial, visando resguardar os interesses da Administração.
Soma-se a existência de múltiplos processos que tratam de supostas irregularidades em licitações realizadas pelo DER-PR. A título de exemplo, cito o Processo nº 55085/24, de autoria da 5ª Inspetoria de Controle Externo, unidade responsável pela fiscalização do órgão, em que foram pontuadas diversas irregularidades em processo de contratação do mencionado órgão.
Assim, considerando a proximidade do procedimento licitatório, marcado para o dia 10 de julho de 2025, torna-se indispensável a suspensão do certame para as devidas análises deste Tribunal de Contas, a fim de garantir a tentativa da lisura do certame.
Portanto, do somatório dos fundamentos deste Despacho, quer sejam, (i) o vultuoso valor da contratação; (ii) dúvidas sobre os critérios utilizados para a formação do preço máximo dos itens colacionados na peça exordial; (iii) proximidade de realização do certame licitatório; (iv) diversos processos de fiscalização e Representações, neste Tribunal de Contas, em face de contratações do DER/PR, entendo pertinente o RECEBIMENTO DA PRESENTE REPRESENTAÇÃO da Lei de Licitações e a CONCESSÃO DA MEDIDA CAUTELAR para fins de suspensão do certame regido pelo Edital nº 19/2025, no estado em que se encontra, e determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para:
a) INTIMAR, com urgência, via telefone e comunicação eletrônica com certificação nos autos, o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ – DER/PR, na pessoa do seu representante legal, para ciência e imediato cumprimento desta decisão;
b) Incluir como partes e CITAR o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ – DER/PR e seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente defesa quanto às irregularidades apontadas nesta Representação.
Para além, os autos devem retornar a este Gabinete antes da próxima sessão do Tribunal Pleno, tendo em vista a necessidade de submeter à apreciação do colegiado a decisão cautelar proferida, conforme disposto no art. 400, §1º-A, do Regimento Interno.

Publique-se.
Gabinete, em 8 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-179047/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN
INTERESSADO:-IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, JAMIL PECH
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-840/25
DESPACHO
Tratam os autos de Prestação de Contas do Prefeito Municipal de Paulo Frontin, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. JAMIL PECH, Prefeito Municipal no exercício em análise e do atual prefeito Ireneu Inácio Zacharias.
Em instrução inicial nº 383/25 (peça nº 7), a Coordenadoria de Contas (CCONTAS) opinou pela irregularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2024, nos termos do artigo 25, III da Instrução Normativa nº 172/22 e sugeriu que seja concedida oportunidade de contraditório para que o Munícipio de Paulo Frontin e os gestores da conta sob análise possam se manifestar sobre os itens que deram base ao opinativo desfavorável a saber: Resultado Orçamentário e Financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); Obrigações de despesas contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato (art. 42 da LRF) – Quadro 7, e também, nas áreas da Transparência e Relacionamento e Administração Financeira, o que pode ensejar a irregularidade e/ou a aposição de ressalvas às contas, nos termos previstos no Anexo II da IN n.º 172/2022.
Foi encaminhado o processo a este Relator, a fim de oportunizar o contraditório, o que está sendo concedido.
Assim, determino a INTIMAÇÃO dos Srs. Ireneu Inácio Zacharias (atual prefeito); Jamil Pech (ex-prefeito); Ircélio Carlotto, na qualidade de Controlador Geral do Município de Paulo Frontin, referente ao exercício de 2024 do MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem contraditório acerca do contida na Instrução nº 383/25 da CCONTAS (peça n° 7), conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno desta Corte.
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para expedição do ato de comunicação e acompanhamento do prazo.
Após, encaminhe-se à Coordenadoria de Contas (CCONTAS) para instrução conclusiva e colha-se o opinativo do Ministério Público de Contas.
Publique-se.
Gabinete, em 8 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-725560/12
ORIGEM:-SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARATUBA
INTERESSADO:-LINDOLPHO PEREIRA DO NASCIMENTO, MUNICÍPIO DE GUARATUBA, SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARATUBA
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-LEONARDO LUIS DA SILVA, LUIZ CARLOS GUIESELER JUNIOR, RICARDO BIANCO GODOY
DESPACHO:-841/25
DESPACHO
Os presentes autos foram encaminhados a este Gabinete, nos termos da Informação n° 2968/25 prestada pela Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) que, em atendimento ao contido no art. 175-L, I, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, efetuaram o registro da documentação juntada pelo MUNICÍPIO DE GUARATUBA por meio da Petição Intermediária nº 307533/25, de 15/05/25 (peças 190/191); e, nº 316702/25, de 21/05/25 (peças 192/193), em cumprimento à Resolução nº 70/2019[1], solicitando deliberação em relação a baixa de responsabilidade do sr. Lindolpho Pereira do Nascimento, em relação a Certidão de Débito n. 80/2013, advinda de sanção de restituição de valores determinada no item "b" do Acórdão n. 3350/2012 – S2C (peça 67)[2], tendo em vista a extinção dos autos de execução fiscal nº. 001962-16.2013.8.16.0088 por decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, com declaração da prescrição intercorrente.
Os autos foram encaminhados para Parecer do Ministério Público de Contas (MPC) através do despacho deste Gabinete sob nº 729/25 (peça 198).
Em seu parecer de nº 561/25 (peça nº 200) a 1ª Procuradoria de contas consignou que "o entendimento adotado pelo TJPR, ao aplicar retroativamente esse novo critério a atos processuais ocorridos entre 2016 e 2019, é indevido, dado que as movimentações realizadas nesse período, sob a vigência do regime anterior, deveriam ter sido reconhecidas como suficientes para afastar a inércia e, portanto, interromper o curso do prazo prescricional. Logo, a declaração de prescrição consumada em 2024 não encontra amparo na jurisprudência atual do STJ, que veda a aplicação retroativa das inovações da Lei nº 14.195/2021"[3]
Este Gabinete segue o entendimento do Parecer do Ministério Público de Contas nº 561/25, inclusive em suas ressalvas (peça nº 200).
Entretanto devido a ordem judicial exarada pelo TJPR com extinção dos autos de execução fiscal nº. 001962-16.2013.8.16.0088 e a declaração da prescrição intercorrente, seguindo o opinativo do MPC, acato integralmente a decisão judicial.
Encaminhem-se os autos para Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para que sejam tomadas as devidas providências para a baixa de responsabilidade do sr. Lindolpho Pereira do Nascimento.
Após, à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivo, tendo em vista seu integral cumprimento, mediante o art. 398, § 1º, do Regimento Interno.
Gabinete, em 8 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

__1__. Alterada pela Resolução nº 109/2024.
__2__. Mantido pelo Acórdão nº 4138/2012 – STP (peça 76).
__3__. Segundo a ilustre procuradora dra. Valéria Borba em seu Parecer 561/2025

Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

PROCESSO N.º:-252459/21
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UNIFLOR
RESPONSÁVEL:-LARISSA CORTEZ BELLEZE GATI
INTERESSADOS:-ALESSANDRO PARANHOS BIONDO, JOSÉ BASSI NETO, LILIAN APARECIDA RIZZO ESTÉRCIO
PROCURADOR:-CLAUDIO ROSA RODRIGUES
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.º:-319/25
EMENTA
1) Execução de multa. Parcelamento do recolhimento do valor da multa em seis prestações, nos termos do Acórdão n.º 4442/24 da Primeira Câmara.
2) Pagamento do valor original da multa pela responsável, com pedido de "retirada dos juros". Alegação da gestora de que não lhe foi enviada a instrução de cobrança emitida pelo Tribunal após referida decisão, contendo os detalhes para o pagamento das parcelas.
3) Impossibilidade de deferir o pedido: previsão expressa no artigo 502, § 2º, do Regimento Interno de que o parcelamento de multas implica o pagamento de "acréscimos" (a título de juros e correção monetária). Inviabilidade de a gestora se escusar de obrigação imposta indistintamente a todos os agentes que parcelam débitos perante este Tribunal. Submissão a tais regras e condições no momento da formulação do pedido de parcelamento.
4) Recebimento como "quitação de parcelas atrasadas" do valor pago pela requerente: presunção de boa-fé da responsável ao afirmar que não recebeu o ofício, considerando a não juntada aos autos de aviso de recebimento – mantendo-se, assim, hígido o acordo de parcelamento. Necessidade de pagamento da quantia remanescente (incluindo os acréscimos), de acordo com planilha apresentada pela Coordenadoria de Medidas Executórias.
5) Indeferimento do pedido. Cientificação da responsável quanto ao teor deste despacho.
RELATÓRIO
Em 1º/7/2025, a senhora LARISSA CORTEZ BELLEZE GATI informou ter pagado o valor original da multa que lhe foi aplicada – de acordo com o item 2 do Acórdão n.º 3337/23 da Primeira Câmara[1] – e requereu, "se possível, a retirada dos juros e baixa do valor pago" (peça 73). Argumentou, em síntese, que não recebeu a instrução de cobrança emitida após o trânsito em julgado do Acórdão n.º 4442/24 da Primeira Câmara, pelo qual foi deferido pedido de parcelamento da dívida relativa à sanção (peça 67).
Destaco que, do valor originalmente imputado – R$ 5.331,60 (peça 56) –, a gestora pagou R$ 2.000,00 à vista e requereu o parcelamento do restante (peça 59). Acolhido o pedido, foi definido o pagamento em seis prestações – cinco de R$ 800,00 e outra no valor do "saldo remanescente" –, a serem quitadas mensalmente a partir de 31/3/2025 (peça 71).
Previamente à análise do requerimento da gestora, foram solicitadas à Coordenadoria de Medidas Executórias as seguintes informações (peça 75):
1) a forma como o Ofício de Comunicação IDC/CMEX n.º 92/25 (peça 71) foi dirigido à responsável, informando se há algum comprovante de recebimento do documento; e
2) qual seria o valor devido pela gestora, a título de atualização e juros, caso os pagamentos houvessem sido realizados nas datas estipuladas na instrução de cobrança (peça 71).
A unidade técnica, em resposta, prestou as informações a seguir (peça 76):
Com relação ao item 1, informamos que o Ofício de Comunicação foi encaminhado via Correios sem aviso de recebimento, porém, conforme verificamos nas peças 58 e 72, os requerimentos da senhora Larissa Cortez Belleze Gati foram encaminhados pelo Fundo de Previdência Municipal de Uniflor que possui acesso aos autos; e ainda que na peça 14 a petição foi feita em seu próprio nome. Ademais, o pagamento da parcela inicial deveria ter sido efetuado no prazo de até 30 dias do trânsito em julgado da decisão (art. 502, § 5º do Regimento Interno e do art. 90 da LC nº 113/2005), sendo que o Acórdão nº 4442/2024 – S1C (peça 67), que deferiu o parcelamento excepcional, transitou em julgado em 12/02/2025, conforme Certidão de trânsito em julgado nº 281/25 – S1C (peça 70). Além disso, observa-se que até o pagamento ocorrido em 01/07/2025 venceram 4 parcelas, e conforme previsão contida no art. 502, § 6º, I, do Regimento Interno, acarreta a rescisão do parcelamento a fata de pagamento de três parcelas, sucessivas ou não.
No que concerne ao item 2, conforme demonstrado na Instrução de Cobrança nº 92/25 – CMEX (peça 71), o valor atualizado até março/2025 era de R$ 4.277,58 (quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) sendo que seriam 5 (cinco) pagamentos de R$ 800,00 (oitocentos reais cada) mais o saldo que iria conter a diferença entre o valor devido e as parcelas, ou seja, R$ 277,58 (duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) acrescido da atualização e dos juros do período.
[nota do Relator: tabelas à página 2 da peça 76]
Considerando o pagamento de R$ 3.331,60 (três mil, trezentos e trinta e um reais e sessenta centavos) em 01/07/2025, hoje o saldo atualizado pendente de pagamento é de R$ 1.218,91 (mil, duzentos e dezoito reais e noventa e um centavos):
[nota do Relator: tabela à página 3 da peça 76]
Se os pagamentos tivessem sido realizados conforme o cronograma da Instrução de Cobrança nº 92/25 – CMEX (peça 71), atualmente haveria um saldo pendente de R$ 1.233,46 (mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e seis centavos), considerando que o vencimento da quinta parcela ainda não ocorreu e que ainda haveria o saldo da parcela complementar.
[nota do Relator: tabela à página 3 da peça 76]
Adicionalmente, nos itens 47 e 48 acima verificamos que o valor pago em 01/07/2025 de R$ 3.331,60 (três mil, trezentos e trinta e um reais e sessenta centavos) corresponderia ao valor de quatro parcelas (R$ 3.200,00) mais um adicional de R$ 131,60 (cento e trinta e um reais e sessenta centavos) que, deduzindo do saldo previsto para a data de 01/07/2025 (quando houve o pagamento), hoje teríamos um saldo de R$ 1.101,86 (mil, cento e um reais e oitenta e seis centavos), sendo de apenas R$ 117,05 a diferença para o valor apurado quadro 3.
Pelo exposto, manifestamos que o valor pago em 01/07/2025 não foi o suficiente para

dar quitação ao débito e que o saldo pendente deve ser atualizado conforme art. 90, § 4º, e art.91 da LC nº 113/2005 em conjunto com o art. 501, § 2º, do Regimento Interno; e os juros de mora são calculados em 1% ao mês conforme art. 90, § 4º, da LC nº 113/2005, em conjunto com o art. 420, § 1º, do Regimento Interno.
Esse, o relatório.
FUNDAMENTOS E DECISÃO
Preliminarmente, destaco que o parcelamento de multas aplicadas por este Tribunal implica o pagamento de "acréscimos", conforme previsto no artigo 502, § 2º, do Regimento Interno:
Art. 502. As multas aplicadas em um mesmo processo poderão ser objeto de parcelamento em conjunto desde que não estejam inscritas em Dívida Ativa, na forma dos incisos I, II e III, do art. 85 da Lei Complementar nº 113/2005, em parcelas mensais, iguais e sucessivas, junto ao Tribunal de Contas do Estado. (Redação dada pela Resolução nº 73/2019)
[...]
§ 2º O débito objeto de parcelamento sujeitar-se-á aos acréscimos previstos no art. 420 deste Regimento, os quais devem ser recolhidos em parcela única, denominada parcela complementar, em até 30 (trinta) dias após o recolhimento da última parcela, para que seja dada quitação total. (Redação dada pela Resolução nº 73/2019) [destaquei]
Consequentemente, com a devida vênia, não pode a responsável se escusar do pagamento de tais acréscimos, imposto indistintamente a todos os beneficiados pelo parcelamento de dívidas. Registro que, ao formular seu pedido perante o Tribunal (peça 59), a gestora submeteu-se às regras vigentes aplicáveis ao presente caso.
Em tal contexto, o pagamento de R$ 3.331,60 é insuficiente para quitar a débito: conforme certificou a Coordenadoria de Medidas Executórias, a senhora LARISSA CORTEZ BELLEZE GATI devia R$ 4.227,59 na data da emissão da guia de parcelamento (6/3/2025) – o que incluía a quantia não paga à vista (R$ 3.331,60) e os acréscimos a título de juros e de correção monetária (R$ 895,99). Na data do recolhimento informado pela gestora (1º/7/2025), a dívida, de acordo com a unidade técnica, totalizava R$ 4.550,51 (página 3 da peça 76) – restando, com o pagamento dos R$ 3.331,60, débito equivalente a R$ 1.218,91.
Caso os pagamentos houvessem sido realizados no cronograma fixado na instrução de cobrança emitida após o parcelamento (peça 71) caberia à gestora, na mesma data (1º/7/2025), o recolhimento de R$ 1.233,46 (página 3 da peça 76) – quantia correspondente à parcela de R$ 800,00 vincenda em 31/7/2025 e à parcela complementar de R$ 433,46 (relativa aos acréscimos remanescentes).
Considerando, por fim, o pagamento dos R$ 3.331,60 como "quitação de parcelas atrasadas" – saldando-se, assim, quatro parcelas de R$ 800,00 e fração de outra (no valor de R$ 131,60) –, a unidade técnica calculou que o valor devido pela responsável em 1º/7/2025 seria de R$ 1.101,86: R$ 800,00 referentes à parcela vincenda em 31/7/2025 e R$ 301,86 equivalentes à parcela complementar (a vencer em 31/8/2025).
Como não foi juntado aos autos o aviso de recebimento do ofício de comunicação da instrução de cobrança expedida após o parcelamento do débito – presumindo-se a boa-fé da responsável ao afirmar que não o recebeu –, acolho o requerimento em exame tão somente para considerar o pagamento dos R$ 3.331,60 em 1º/7/2025 como quitação de parcelas atrasadas, devendo a responsável realizar o recolhimento da quantia restante, conforme definido no Quadro 4 da Informação n.º 3925/25 – CMEX, com a aplicação dos acréscimos cabíveis na data do efetivo pagamento.
Para que não restem dúvidas, reproduzo a tabela:

Item	Simulação do valor devido caso os pagamentos tivessem sido realizados nas datas estipuladas na Instrução de Cobrança nº 92/25 - CMEX (peça 71)	Valor/Índice
13	Total em 06/03/2025 (saldo correspondente ao valor informado na Instrução de Cobrança nº 92/258 - CME	R$ 4.277,59
21	(-) Valor pagamento em 31/03/2025	-R$ 800,00
22	Saldo em 31/03/2025	R$ 3.477,59
23	FCA em 31/03/2025	3,6963
24	FCA em 30/04/2025	3,7447
25	Saldo em 31/04/2025	R$ 3.523,12
26	Juros de 1% ao mês	R$ 35,23
27	Saldo em 31/04/2025 + juros	R$ 3.558,35
28	(-) valor pagamento em 30/04/2025	-R$ 800,00
29	Saldo em 30/04/2025	R$ 2.758,35
30	FCA em 30/04/2025	3,7447
31	FCA em 31/05/2025	3,7657
32	Saldo em 31/05/2025	R$ 2.773,82
33	Juros de 1% ao mês	R$ 27,74
34	Saldo em 31/05/2025 + juros	R$ 2.801,56
35	(-) valor pagamento em 31/05/2025	-R$ 800,00
36	Saldo em 31/05/2025	R$ 2.001,56
37	FCA em 31/05/2025	3,7657
38	FCA em 30/06/2025	3,7819
39	Saldo em 30/06/2025	R$ 2.010,17
40	Juros de 1% ao mês	R$ 20,10
41	Sal em 30/06/2025 + juros	R$ 2.030,27
42	(-) valor pagamento em 30/06/2025	-R$ 800,00
43	(=) saldo em 30/06/2025	R$ 1.230,27
44	FCA em 30/06/2025	3,7819
45	FCA em 01/07/2025	3,7917
46	Saldo em 01/07/2025 (restando pendente a parcela do dia 31/07/2025 + a parcela complementar)	R$ 1.233,46
47	Diferença no pagamento (pagamento de R$ 3.331,60 - 4 parcelas de R$ 800,00)	R$ 131,60
48	**Saldo em 01/07/2025 menos a diferença de pagamento**	**R$ 1.101,86**

Diante do exposto, indeferindo o pedido referente à insubsistência dos "acréscimos" que compõem o débito, com fundamento no artigo 32, § 3º, do Regimento Interno[2], encaminho os autos:
1) primeiramente, à Diretoria de Protocolo a fim de que proceda, por e-mail (conforme endereço eletrônico informado à peça 14) – com certificação nos autos –, à cientificação da senhora LARISSA CORTEZ BELLEZE GATI a respeito do teor do presente despacho; e
2) após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para que registre os valores devidos e acompanhe o cumprimento da decisão.
Curitiba, 8 de julho de 2025.
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Relator

_____
1. "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca: [...] 2) condenar a senhora LARISSA CORTEZ BELLEZE GATI ao pagamento da multa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005, em razão da não comprovação do cumprimento das exigências previstas na Lei n.° 9.717/1998" (peça 52).

2. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: [...] § 3º O Relator do processo originário será também competente para a execução, exceto quando houver modificação da decisão em grau de recurso, hipótese em que essa será de competência do Relator do recurso. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO N.º:-211044/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARQUINHO
RESPONSÁVEL:-TALITA BUSARELLO
INTERESSADA:-MARCELA VARELA
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.º:-320/25
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 9 de julho de 2025.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
1. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Sem publicações

Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA

PROCESSO Nº-262982/23
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE FLORESTA
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
INTERESSADOS:-ADEMIR LUIZ MACIEL E ROGERIO PEREIRA MENDES
DESPACHO 399/25
Considerando o disposto no art. 1º, inciso IV[1], da Instrução de Serviço nº 032/2012[2] c/c o art. 1º da Instrução de Serviço nº 053/13[3], defiro, por 15 (quinze dias), o pedido de prorrogação de prazo solicitado mediante a petição intermediária nº 419773/25 (peças processuais nº 069 e 070), nos termos do art. 389, parágrafo único, do Regimento Interno[4].
Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para controle de prazo.
Publique-se.
Curitiba, 09 de julho de 2025.
Paula Fonseca Camera
Auditora de Controle Externo

_____
1. Art. 1º - Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, ACE JERUSA HELENA PIAZ KLOCK, matrícula nº 51.281-8, e ACE MARCELO DA SILVA BENTO, matrícula nº 50.719-9, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:
IV – deferimento de requerimentos de prorrogação de prazo para exercício do contraditório e da ampla defesa e para cumprimento de diligências, nos termos regimentais, e observado o disposto no art. 40 do Código de Processo Civil;
2. Publicada no periódico 'Atos Oficiais Eletrônicos' nº 333 de 20/01/2012, fls. 139 e 140.
3. Art. 1º O caput do art. 1º, da Instrução de Serviço nº 50/2013, publicada no periódico "Diário Eletrônico do Tribunal de Contas" nº 603, de 21/03/2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 1º Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, EDGAR ANTONIO DOS SANTOS, Analista de Controle, matrícula nº 51.250-8, LUCIANO DINIS DE SOUZA, Analista de Controle, matrícula nº 51.738-0, MARCELO DA SILVA BENTO, Analista de Controle, matrícula nº 50.719-9, e PAULA FONSECA CAMERA, Analista de Controle, matrícula nº 51.702-0, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:"
4. Art. 389. O prazo para manifestação da parte interessada, inclusive na oportunidade do contraditório e da ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.
Parágrafo único. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, esta se dará por igual período, sem solução de continuidade, desde que justificada em petição protocolada no prazo inicial, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados intempestivamente.

Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO

PROCESSO N.º:-193015/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO
INTERESSADO:-DENIS HENRIQUE RODRIGUES DE JESUS, FRANCIELE DA SILVA FERREIRA, MICHELLY GIOCONDO GONÇALVES
DESPACHO N.º:-105/25
Diante do contido na Instrução n° 370/25 (peça 8), da Coordenadoria de Contas, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que, após as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, promova a intimação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Colorado e dos senhores Denis Henrique Rodrigues de Jesus e Michelly Giocondo Gonçalves, a fim de que possam exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa no prazo de quinze dias, conforme estabelece o art. 389 do Regimento Interno.
Protocolada a resposta no prazo ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Contas para instrução conclusiva, conforme preceitua o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 8 de julho de 2025.
Helton Tiago Luiz Lacerda[1]
Auditor de Controle Externo – matrícula nº 51.593-0

_____
1. Por delegação do Relator, Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso, conforme Instrução de serviço n° 154/2022, publicado no D.O.T.C n° 2850 de 7/10/2022.

PROCESSO N.º:-164660/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL - CURIUVAPREV
INTERESSADO:-AFONSO DONIZETE DE OLIVEIRA JUNIOR, WELISON DONIZATE LOPES
DESPACHO N.º:-106/25
Diante do contido na Instrução n° 372/25 (peça 8), da Coordenadoria de Contas, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que, após as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, promova a intimação do Fundo de Previdência Municipal (CURIUVAPREV) e do senhor Afonso Donizete de Oliveira Júnior, a fim de que possam exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa no prazo de quinze dias, conforme estabelece o art. 389 do Regimento Interno.
Protocolada a resposta no prazo ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Contas para instrução conclusiva, conforme preceitua o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 8 de julho de 2025.
Helton Tiago Luiz Lacerda[1]
Auditor de Controle Externo – matrícula nº 51.593-0

_____
1. Por delegação do Relator, Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso, conforme Instrução de serviço n° 154/2022, publicado no D.O.T.C n° 2850 de 7/10/2022.

PROCESSO N.º:-188798/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-FUNDO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE MOREIRA SALES
INTERESSADO:-ANA MARIA CRUBELLATE OLIVA, PATRICIA MARANGONI CERCUNVIS
DESPACHO N.º:-107/25
Diante do contido na Instrução n° 410/25 (peça 9), da Coordenadoria de Contas, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que, após as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, promova a intimação do Fundo Previdenciário Municipal de Moreira Sales e da senhora Ana Maria Crubellate Oliva, a fim de que possam exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa no prazo de quinze dias, conforme estabelece o art. 389 do Regimento Interno.
Protocolada a resposta no prazo ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Contas para instrução conclusiva, conforme preceitua o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 9 de julho de 2025.
Helton Tiago Luiz Lacerda[1]
Auditor de Controle Externo – matrícula nº 51.593-0

_____
1. Por delegação do Relator, Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso, conforme Instrução de serviço n° 154/2022, publicado no D.O.T.C n° 2850 de 7/10/2022.

PROCESSO N.º:-141643/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO
INTERESSADO:-DILCE MARIA HOSDA
DESPACHO N.º:-108/25
Diante do contido na Instrução nº 394/25 (peça 8), da Coordenadoria de Contas, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que, após as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, promova a intimação do Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Planalto e da senhora Dilce Maria Hosda, a fim de que possam exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa no prazo de quinze dias, conforme estabelece o art. 389 do Regimento Interno.
Protocolada a resposta no prazo ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Contas para instrução conclusiva, conforme preceitua o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 9 de julho de 2025.
Helton Tiago Luiz Lacerda[1]
Auditor de Controle Externo – matrícula nº 51.593-0

_____
1. Por delegação do Relator, Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso, conforme Instrução de serviço n° 154/2022, publicado no D.O.T.C n° 2850 de 7/10/2022.

Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

PROCESSO N.º:-348542/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
INTERESSADO:-ALAIS REJANE CARDOSO NOBREGA DE ARAUJO, ALINE CRISTIANE DE MORAIS, ALVINA DOURADO DOS SANTOS, BRUNA DA CONCEICAO SILVA, BRUNO EDUARDO SALVADOR, CAMILA SALVADOR TRENTIN, CELSO GOMES LOPES, CLAUDEMIR DA SILVA RODRIGUES, CRISTIANE DO IMPERIO, CRISTIANE MARREIRO SATIN, DANIELA DE LIMA BOCHIO, DAVID DA SILVA FERIANI, DEISE NATIELLI FERREIRA, DULCIELE MARTINELLI AUGUSTO, EDILAINE DA SILVA SANTANA DOS PRAZERES, EDMILSON CAVICCHIOLI TURATO, ELENICE DOS SANTOS SOUZA LIMA, ELIANE FRACHETA LUCIANO BARBOSA, ELISAINE BARRAGAN DA SILVA, ELTON CARLOS SOMERA TURATO, FABIANA DA SILVA MARCIANO, FABIANO OLIVEIRA DOS SANTOS, FERNANDA GOBATO FERREIRA, IDALINA FERNANDES SALICANO, JESSICA CORDEIRO SOLER, JESSICA DA SILVA OLIVEIRA, JESSICA MENDES DA SILVA BRITO, JOSE CARLOS BARALDI, JOSE MARIA MATOS DOS SANTOS, LIDIA SANCHES RALLO MARQUES, LUCIMAR APARECIDA DE PALMA LIROLA, MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, RONALDO TINTI, ROSIRENE RAMOS NOGUEIRA PAZIAM, SILVIA CORACIN DO NASCIMENTO COLONELLI, VALERIA ALVES DA SILVA, VANIA DO VALE BATISTA LIMA, WAGNER VITORIANO, WANESSA CHRISSIE BUGANZA PIZZI, WERICA CRISTINA DOS SANTOS STREY FARINHA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 54/25
Aprecia-se, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal complementar do Município de São Jorge do Patrocínio com amparo no Edital nº 01/2019 de Concurso Público, relacionados na Instrução nº 4196/25 – COAP (Peça 33), cujas admissões iniciais foram registradas por meio do processo nº 489897/19, julgado pela decisão S1C ACO 3484/2024, publicada em 05/11/2024.
Em consonância com as manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal na instrução acima citada e do Ministério Público de Contas no Parecer nº 533/25 – 5PC (Peça 36), consignando opinativos pela legalidade das admissões, determino o REGISTRO dos respectivos atos, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.
Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o seu correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme art. 398, § 1º do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, devendo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento, em face do previsto no art. 168, VII da mesma norma.
Publique-se.
Curitiba, 9 de julho de 2025.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

PROCESSO N.º:-129210/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ASTORGA
INTERESSADO:-MARCUS EVANDRO GIAROLA
PROCURADOR:-DEWAIR PAULINO CARDOZO, MONICA APARECIDA CARRIEL
DESPACHO N.º:-103/25
Recebo as petições anexadas às peças 15 e 16.
Considerando o determinado no item II do Acórdão n° 1444/25 – S1C (Peça 12), encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Contas para as devidas anotações e providências necessárias.
Publique-se.
Curitiba, 9 de julho de 2025.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

Conselheira Substituta MURYEL HEY

Sem publicações

Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

Sem publicações

TCEPR
CORREGEDORIA GERAL

Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações

TCEPR
OUVIDORIA DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR

ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3795/2025
Processo Nº: 427890/25
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 08:54:10
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Interessado: LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, ROSELI POLI CETNAROWSKI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3796/2025
Processo Nº: 426168/25
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 08:55:46
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU
Interessado: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, RICARDO ALEXANDRE WOLFESGRAU
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3797/2025
Processo Nº: 660324/20
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 08:58:25
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA-FILIAL (EXTINTO)
Interessado: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA-FILIAL (EXTINTO), LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS, MARCO ANTONIO BACARIN, ROBERTO FRANCISCO DE LIMA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheira Substituta MURYEL HEY
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3798/2025
Processo Nº: 426605/25
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 09:04:26
Assunto: CONSULTA
Entidade: SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ
Interessado: SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3799/2025
Processo Nº: 255717/21
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 09:08:48
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
Interessado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, LUIZ FERNANDO FERRACINE, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3800/2025
Processo Nº: 256322/21
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 10:10:51
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
Interessado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS, SIMONE CRISTINA KOZAN ZACARIAS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3801/2025
Processo Nº: 115908/24
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 10:19:37
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
Interessado: AYDE LEMES DA SILVA, FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3802/2025
Processo Nº: 400142/25
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 10:20:51
Assunto: RECURSO DE AGRAVO
Entidade: MUNICÍPIO DE LARANJAL
Interessado: A P BARANKIEVICZ TERRAPLENAGEM LTDA, DANILO NEVES, LUIZ GUILHERME LOPES DOS SANTOS, MAYCON LOPES SIMIONI, MUNICÍPIO DE LARANJAL, PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3803/2025
Processo Nº: 666608/20
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 10:26:46
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA-FILIAL (EXTINTO)
Interessado: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA-FILIAL (EXTINTO), LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS, MARCO ANTONIO BACARIN, MARIO SOARES FOGACA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheira Substituta MURYEL HEY
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3804/2025
Processo Nº: 666659/20
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 10:35:32
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA-FILIAL
(EXTINTO)
Interessado: ELIETE APARECIDA BOTURA JARDINETTE, FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA-FILIAL (EXTINTO), LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS, MARCO ANTONIO BACARIN
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3805/2025
Processo Nº: 42473/21
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 10:42:37
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
Interessado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS, MARCO ANTONIO BACARIN, SONIA LENIRA NUNES DE CARVALHO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3806/2025
Processo Nº: 112533/21
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 11:17:24
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO

Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
Interessado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, LIEL VALIM DA FONSECA, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS, MARCO ANTONIO BACARIN
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3807/2025
Processo Nº: 262982/23
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 11:26:30
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE FLORESTA
Interessado: ADEMIR LUIZ MACIEL, MUNICÍPIO DE FLORESTA, ROGERIO PEREIRA MENDES
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3808/2025
Processo Nº: 653484/19
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 11:38:06
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: ADEMAR LUIZ TRAIANO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, NILTON ROBERTO BARBOSA, PARANAPREVIDÊNCIA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3809/2025
Processo Nº: 697257/24
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 11:44:57
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE IBIPORÃ
Interessado: ALBERTO HENRIQUE DIAS, ALESSANDRA NEIVA ESTEVES DE MATOS, ALINE MIQUELIN DO NASCIMENTO, ANA CLAUDIA PETRYSZYN ASSIS, ANA FLAVIA DA SILVA, ANA LUISA SOARES DE MIRANDA, ANDICLEA CARLA LARANGEIRA RIBEIRO, ANDREA KOVESDY, ANDREIA GOMES DA SILVA, ANITA DOS SANTOS E OUTROS.
Exercício: 2023
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 321415/23, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3810/2025
Processo Nº: 666820/23
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 11:53:19
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO
Interessado: EMERSON QUADROS ZANETTI, INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO, JOSELIA BENATO BERTON, MAURICIO ROBERTO RIVABEM
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3811/2025
Processo Nº: 429230/25
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 15:35:41
Assunto: CONSULTA
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3812/2025
Processo Nº: 429582/25
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 15:48:02
Assunto: CERTIDÃO LIBERATÓRIA
Entidade: MUNICÍPIO DE GRANDES RIOS
Interessado: WILLIAM JOSE GONCALVES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3813/2025
Processo Nº: 430220/25
Data e hora da distribuição: 09/07/2025 17:58:27
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: LUIS ROBERTO WOIDELA
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

Editais

Sem publicações

Despachos

PROCESSO N º:-199870/25
ORIGEM:-SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO - SECOM
INTERESSADO:-CLEBER DE OLIVEIRA MATA
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº:-82/25 - CCONTAS
Por delegação do Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, Relator deste processo, em cumprimento à Instrução de Serviço nº 163/2023, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para a adoção das seguintes providências:
I. Proceda-se à CITAÇÃO da parte a seguir nominada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 302/2025-CCONTAS, nos termos dos arts. 355, 386, 380-A, 389 e 32, § 2º, do Regimento Interno.
a) Sr. CLEBER DE OLIVEIRA MATA, Secretário Estadual, CPF: 280.315.998-82.
II. Proceda-se à INTIMAÇÃO da parte a seguir nominada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 302/2025-CCONTAS, nos termos dos arts. 355, 386, 380-A, 389 e 32, § 2º, do Regimento Interno.
a) SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO - SECOM, CNPJ: 49.179.188/0001-76, na pessoa do seu representante legal, e procuradores constituídos.
III. Alerte-se que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar Estadual nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
Publique-se.
CCONTAS, em 7 de julho de 2025.
EDUARDO SCHNORR
Coordenador de Contas

PROCESSO N º-288741/25
ORIGEM-FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ - ESTADO DO PARANA
INTERESSADO-ATAHYDE FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR, CLEIDE JOSIANE DE OLIVEIRA, FABIO LOURENCO RODRIGUES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2016/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ - ESTADO DO PARANA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7347/25 - COAP peça nº 17:
- FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ - ESTADO DO PARANA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 9 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-338828/18
ORIGEM-MUNICÍPIO DE MARIA HELENA
INTERESSADO-ALEXSANDRA ROMANO SARAGOZA, ALINE DE OLIVEIRA INOCENCIO, ANDREA FERNANDES NUNES, CAMILA PEREIRA MAGALHAES, DANIELLY CONCEICAO DIAS, DIONILSON NONATO DE OLIVEIRA, EDMILSON BALDOINO FERREIRA JUNIOR, ELIAS BEZERRA DE ARAUJO, ERICA DA SILVA, FERNANDA CABRERA, GLEYCE KELLEN DE LIMA PERES, HELLEN APARECIDA DE FREITAS, IRENE FLORES FERREIRA, JANAINA RODRIGUES BARBOSA, LUANA MARTINS SANCHES, LUCIMEIRE FERNANDES, LUCINEIDE JOSE DA SILVA SOUZA, MARCIA REGINA ALVES FABRIL, MARIA REGINA DOS SANTOS, MARLON RANCER MARQUES, MICHELI CRISTINA DE SOUZA, MUNICÍPIO DE MARIA HELENA, RENATO AMADEU OSHIMA, RENATO ANTONIO DA SILVA, ROSANA ALVES DE OLIVEIRA, ROSINEIA ANA CANDIDO, ROSYANE LAZARO GONCALVES, SANDRA REGINA CORREIA SUARES, TAIS APARECIDA MARIA, THAYSSON ISAQUE DE LIMA PERES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2018/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE MARIA HELENA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 67) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação terminou em 09/07/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 9 de julho de 2025.
Ato elaborado por: MARIA CAROLINA ZARDO PINTO RABELLO
Assessora Técnica de Conselheiro - 52.532-4
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-821221/23
ORIGEM-GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA
INTERESSADO-EDILSON GARCIA KALAT, EURIDES MORO, LAURIVAL

PAVANATT, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS, TATIANA MAIA VIEIRA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2019/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7360/25 - COAP peça nº 15:
- GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 9 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-771988/24
ORIGEM-GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA
INTERESSADO-ARLETE TERESA MACIEL DE SOUZA, EDILSON GARCIA KALAT, EURIDES MORO, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2020/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7373/25 - COAP peça nº 16:
- GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 9 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-221864/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE
INTERESSADO-ADEMAR ROGALSKI, ADRIANA WOJCIKIEVICZ DE JESUS, AIDANO DE SA TELES JUNIOR, ALCEU NITSCHE JUNIOR, ALINE LISBOA, AMILTON FELTRIN, ANA PAULA MARINHO COELHO DA SILVA, ARIANE RENATA DA SILVEIRA, BEATRIZ APARECIDA ANANIAS RAKSA, BEATRIZ BARBOSA DA SILVA, CARLOS EDUARDO RODRIGUES DE LIMA, CELINA KUZMA FIGURA, DAIANA BAUMGARTEN, DAMIANE LAZARINO GARCIA OLIVEIRA, DANIEL CESAR DA SILVA, DEBORA NATIELY CAMARGO, DIOGO MIGUEL FIGURA, DJEINIFER THAIANA RUHR, ELAINE CRISTINA DOS SANTOS SZYMKO, ELVIS ETELMAR TEIXEIRA, EMILAINE DE ALMEIDA, ENICE FIGURA, ERIANA HEIDE ALVES, GEOVANE MARTINS CARNEIRO, GISELE KARISE MAI RIBAS, GRAZIELE EDILAINE DA SILVA, HELLEN RAIZA SPERKOSKI, JOAO VICTOR FALKIEVICZ DE ALMEIDA, JOSE HEITOR RODRIGUES DE LIMA JUNIOR, JOSE MARCELO KLIMIONT, JOSE RICARDO LEITE GOLL, JOSMAEL ELIAS PORTELA, LAISA CAMILA GOETZ FERREIRA, LEONAN FERRARI FELIPIN, LIANDRA DE LIMA DOS SANTOS, LUDMILLA KASEKER DA SILVA, MARCOS RENATO DEMBISKI, MARCOS WESLEY LAZARINO, MARI ELLEN PILAR DE OLIVEIRA, MARIELI DE LIMA MACHADO, MARILEIA APARECIDA PIMENTEL HIRT, MARLON VENTURA CANDIDO ROMAO, MELODY ALVES DA SILVA, MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE, NATANIEL ELIAS PORTELA, QUELI CRISTINA FRANCISCO WROBEL, RAFAELA MOREIRA DIOLINDO, STEFANY MARIA BAUMGARTNER, SUZANE APARECIDA DOS SANTOS TEIXEIRA, TATIANA APARECIDA NOVAK, THIAGO JOSE BARBOSA, THIAGO NASCIMENTO CHERMAK, VALDECIR MAGALHAES ALVES, VONICE ANTUNES BERNARDES, WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, YASMIN NENTWIG KOMOCHENA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2021/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7346/25 - COAP peça nº 117:
- MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 9 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-591447/23
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-ELISANDRO PIRES FRIGO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, SERGIO TADEU COVRE MARTINEZ
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2022/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7388/25 - COAP peça nº 26:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 9 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-457228/23
ORIGEM-FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
INTERESSADO-DENILSON VIEIRA NOVAES, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2023/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7401/25 - COAP peça nº 15:
- FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 9 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-812366/24
ORIGEM-GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA
INTERESSADO-EDILSON GARCIA KALAT, EURIDES MORO, PAULO CESAR SMECK DOS SANTOS, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2024/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7409/25 - COAP peça nº 16:
- GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 9 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

Sem publicações

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

Sem publicações

TCEPR

ATOS NORMATIVOS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 187/2025

Altera a Instrução de Serviço nº 149, de 30 de setembro de 2021, que estabelece o fluxo e os modelos de Plano de Trabalho e Termo de Ciência e Responsabilidade, conforme prevê o art. 22 da Resolução nº 87, de 7 de julho de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições estabelecidas no art. 122, I, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, e nos arts. 16, XXVII e XXXIII, 187, III, e 197, do Regimento Interno, no art. 22 da Resolução nº 87, de 7 de julho de 2021, e considerando o Procedimento Administrativo nº 419443/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Instrução de Serviço altera a Instrução de Serviço nº 149, de 30 de setembro de 2021, que estabelece o fluxo e os modelos de Plano de Trabalho e de Termo de Ciência e Responsabilidade, conforme prevê o art. 22 da Resolução nº 87, de 7 de julho de 2021.

Art. 2º Os dispositivos da Instrução de Serviço nº 149, de 2021, adiante enumerados, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 2º Para Gabinetes dos Conselheiros, Inspetorias de Controle Externo e Gabinetes dos Conselheiros Substitutos, a adoção do regime de teletrabalho, quando cabível, compete ao respectivo Conselheiro ou Conselheiro Substituto."

"Art. 8º As informações relativas ao relatório de que trata o inciso III do art. 3º da Resolução nº 87, de 7 de julho de 2021, serão consideradas prestadas de acordo com a avaliação feita pelo gestor durante a avaliação de desempenho do servidor, caso os resultados do trabalho remoto sejam considerados satisfatórios.

§ 1º Caso sejam verificados prejuízos ao trabalho da unidade decorrentes da adoção do trabalho remoto, o gestor elaborará relatório de acompanhamento circunstanciando a situação.

§ 2º O relatório a que se refere o caput será submetido à manifestação técnica da Secretaria de Governança, Planejamento e Gestão Estratégica para acompanhamento dos resultados institucionais do Tribunal.

§ 3º A manifestação técnica de que trata o § 2º poderá indicar a necessidade de reformulação dos procedimentos para corrigir eventuais falhas ou disfunções identificadas."

Art. 3º Ficam incluídos na Instrução de Serviço nº 149, de 2021, os dispositivos adiante enumerados, com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 4º Para a definição de que trata o caput, o gestor deverá garantir a presença física diária de ao menos 40% (quarenta por cento) do total de servidores da unidade.

§ 5º Para os fins do § 4º, poderão ser computados para a aferição do percentual relativo à presença física os servidores que estiverem trabalhando em atividades externas, como fiscalizações e organização de cursos e treinamentos."

"Art. 3º .....

§ 1º A Diretoria de Gestão de Pessoas orientará os gestores previamente à elaboração dos Planos de Trabalho Individuais (Anexo II).

§ 2º A Diretoria de Gestão de Pessoas, antes da autorização de que trata o art. 4º, poderá solicitar ao gestor demandante a apresentação de informações ou de nova avaliação quanto à conformidade do preenchimento dos Planos de Trabalho em relação ao modelo, inclusive quanto à forma das metas."

"Art. 5º .....

Parágrafo único. Em caso de mudança de gestor, o plano de trabalho deverá ser ratificado ou atualizado pela nova gestão."

"Art. 8º .....

§ 4º Após a manifestação, o expediente será remetido ao Diretor-Geral ou ao Coordenador-Geral de Fiscalização, conforme área de atuação, para deliberação quanto às propostas."

Art. 4º Ficam revogados da Instrução de Serviço nº 149, de 2021, os seguintes dispositivos:

I - o parágrafo único do art. 7º;

II - os incisos I a V do art. 8º.

Art. 5º O Anexo I da Instrução de Serviço nº 149, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Anexo I

MODELO DE OFÍCIO

OFÍCIO Nº XX/202x

Curitiba, X de XXXX de 202X.

A Sua Excelência

Conselheiro ... (Nome do Presidente)

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Assunto: Requerimento de adoção do regime de teletrabalho.

Senhor Presidente,

Com fundamento na Resolução nº 87, de 7 de julho de 2021, e na Instrução de Serviço nº XX, de x de xxx de 202X, solicito a adoção do regime de teletrabalho pelos servidores da <nome da unidade>, cujos planos de trabalho individuais apresento em anexo, em razão da <acrescentar justificativa que demonstre a conveniência e o interesse do serviço (art. 5º da Resolução nº 87, de 2021)>.

Respeitosamente,

(assinatura digital)

[NOME]

[Cargo ou Função]"

Art. 6º O Anexo II da Instrução de Serviço nº 149, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Anexo II

MODELO DE PLANO DE TRABALHO

Plano de Trabalho Individual	
Identificação	
Unidade de lotação:	
Nome do gestor(a):	
Nome do servidor(a):	
Condição especial:	( ) Portador de doença que exija cuidados diferenciados ou de necessidades especiais; ( ) Com filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência que exijam seus cuidados em tempo integral; ( ) Gestante; ( ) Lactante; ( ) Estudante em curso voltado à capacitação, nos termos do art. 189 da Lei Estadual nº 19.573, de 2 de julho de 2018; ( ) Não há.

Metas (atividade + quantidade + prazo) a serem alcançadas (agrupar por responsável e por periodicidade de acompanhamento)	
Responsável pelo acompanhamento da realização das metas	
Periodicidade de acompanhamento da realização das metas	

Outras informações			
Modalidade de execução:	( ) total ( ) Regular ( ) parcial	( ) Por tarefa	( ) Especial
Turno do teletrabalho (se cabível):	Segundas-feiras: ( ) Manhã: _____ às _____ horas; ( ) Tarde: _____ às _____ horas; Terças-feiras: ( ) Manhã: _____ às _____ horas; ( ) Tarde: _____ às _____ horas; Quartas-feiras: ( ) Manhã: _____ às _____ horas; ( ) Tarde: _____ às _____ horas; Quintas-feiras: ( ) Manhã: _____ às _____ horas; ( ) Tarde: _____ às _____ horas; Sextas-feiras: ( ) Manhã: _____ às _____ horas; ( ) Tarde: _____ às _____ horas;		
Duração prevista (se cabível, no máximo até o fim da gestão atual):	___/___/____ a ___/___/____		
Forma de controle da jornada (se cabível) e produtividade:			
Prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal à unidade:	____ horas/dias		

Cronograma de reuniões com o gestor da unidade para acompanhamento do trabalho
Reunião: ( ) virtual ( ) presencial
Datas/periodicidade:

Assinaturas Eletrônicas	
Assinatura do(a) servidor(a)	Assinatura do(a) gestor(a) da unidade

Art. 7º A segunda linha da tabela constante no Anexo III, da Instrução de Serviço nº 149, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

O(a) servidor(a) abaixo identificado(a), sem prejuízo de outras obrigações, declara atender as condições d regras do regime do teletrabalho, o conteúdo do plano de trabalho, atribuições e responsabilidades; e se co

Art. 8º Esta Instrução de Serviço entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Curitiba, 8 de julho de 2025.

- assinatura digital -

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Presidente



TCEPR

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-131699/25
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
INTERESSADO:-SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADOS:-
DESPACHO Nº:-2833/25

1. Trata-se de Requerimento Externo oriundo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB (Ofício nº 68/2025 – GABINETE/RFB, peça 2), que encaminha "minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 18 de fevereiro de 2009, objetivando o intercâmbio de informações cadastrais entre a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, e o Estado do Paraná, por intermédio do Tribunal de Contas (TCE-PR), referentes a dados não protegidos pelo sigilo fiscal" (peça 3), nos termos do Ofício nº 68/2025-GABINETE/RFB (peça 2), em atendimento ao Ofício nº 13/25/ODV-GP (peça 4 dos autos de Requerimento Interno nº 137808/25).

Cabe mencionar que por meio do supracitado Ofício nº 13/25/ODV-GP, de 13/02/2025, esta Corte solicitou à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a celebração de instrumento de cooperação ou aditivo a convênio anteriormente firmado, com vistas ao fornecimento, pela RFB, de dados das seguintes bases de dados: CPF, CNPJ, CAEPF, CNO, SIMPLES NACIONAL.

Ainda conforme o aludido Ofício desta Corte, os dados solicitados são necessários para validar os dados de pessoas físicas e jurídicas captados por meio de sistemas captadores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIM-AM, SIAP, SEICED, SIT), bem como atender às demandas de fiscalização, auditoria e análise de informações, promovendo maior eficiência no acesso e uso de dados públicos e privados, garantido a eficiência, segurança e a integridade dos dados.

Remetidos os autos à Supervisão de Licitações e Contrato – SLC, a unidade mencionou que no âmbito dos autos nº 137808/25 a Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF apresentou pedido de celebração de um aditivo ao convênio supracitado, com teor idêntico ao analisado no presente feito (REQ 8/25[1]), contendo o Termo de Convênio Original, o Ofício nº 13/25/ODV-GP, e-mail recebido da RFB, e o Ofício Resposta nº 68/2025 – GABINETE/RFB, acompanhado da minuta do Primeiro Termo Aditivo.

Acrescentou que, todavia, após pesquisas no sistema trâmite e nos controles internos da unidade, constatou que o aludido convênio original com a RFB carece de número de processo eletrônico neste Tribunal e que a ausência de tal identificação não foi suprida posteriormente, o que, em suma, impede a rastreabilidade documental e a vinculação inequívoca a um processo administrativo formal nos moldes atuais.

Recomendou, assim, que ao invés da celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio supracitado fosse elaborado um novo convênio, incorporando as disposições do instrumento original, combinadas com as atualizações e ampliações propostas, como meio de assegurar a continuidade da cooperação entre as partes, preservar os avanços propostos e corrigir a ausência de formalização processual do convênio original, visto que a ausência de um processo, eletrônico ou físico, constitui obstáculo à transparência e ao controle documental, ocasiona dificuldades à fiscalização do cumprimento de seus termos e compromete a rastreabilidade, o controle e a segurança jurídica do convênio original no âmbito desta Corte de Contas.

Acolhida a sugestão da SLC, nos termos do Despacho nº 1205/25-GP (peça 6), determinei a expedição de ofício à RFB solicitando a celebração de um novo instrumento objetivando o intercâmbio das informações cadastrais (Ofício nº 284/25-OPD-GP, peça 8).

Entretanto, por intermédio do Despacho nº 746/25-CGF (peça 12), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização solicitou a esta Presidência nova deliberação a respeito da formalização de ajuste com a RFB, pugnando pela celebração de um aditivo ao convênio de 2009 – o qual consta da peça nº 3 dos autos de Requerimento Interno nº 13780-8/25 –, e não de um novo convênio, por entender, em resumo, "que a inexistência de autuação do convênio original nas bases deste Tribunal não prejudica a sua validade, eis que devidamente assinado pelos gestores das instituições na data de 18 de fevereiro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 03 de março de 2009, conforme consta da peça nº 3 do Protocolo nº 13780-8/25, já mencionado."

É o relatório.

2. Acolho o requerimento da CGF para o fim de rever a decisão constante do Despacho nº 1205/25-GP (peça 6) e, assim, determinar que, ao invés da celebração de um novo convênio, seja retomada a tramitação do aditivo ao convênio celebrado em 18 de fevereiro de 2009 com a União, por intermédio da RFB, e o Estado do Paraná, por intermédio deste Tribunal, para possibilitar o fornecimento a esta Corte de dados das bases do CPF, CNPJ, CAEPF, CNO e SIMPLES NACIONAL, constantes de cadastros da Secretaria de Receita Federal do Brasil, conforme a resposta da RFB ao Ofício nº 13/25/ODV-GP (peça 2) e a minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 18 de fevereiro de 2009 (peça 3).

Na esteira da manifestação apresentada na peça 12 destes autos pela CGF, a celebração de um aditivo ao convênio de 2009, já aceita pela RFB, é apta a "satisfazer sem mais delongas as necessidades básicas de informações estratégicas de competência da RFB".

Ademais, embora a celebração de um novo convênio possa proporcionar maior controle documental e rastreabilidade, cumpre ponderar que, conforme observado pela CGF, "a celebração do aditivo, em protocolado próprio onde constaria o termo de convênio original, supriria a questão formal suscitada".

Como pontuou a CGF, "a inexistência de autuação do convênio original nas bases deste Tribunal não prejudica a sua validade, eis que devidamente assinado pelos gestores das instituições na data de 18 de fevereiro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 03 de março de 2009, conforme consta da peça nº 3 do Protocolo nº 13780-8/25".

Com efeito, o convênio foi celebrado e está vigente, havendo a concordância da RFB com a celebração de um aditivo ao instrumento originário (cf. peças 2 e 3) e, por outro lado, não houve resposta por parte da RFB acerca da adoção de providências para a celebração de um novo convênio, o que pode retardar a produção de benefícios efetivos na fiscalização por parte desta Corte, haja vista o maior transcurso de tempo até a obtenção de acesso às demais bases de dados solicitadas (CAEPF, CNO e SN).

3. Diante do exposto, acolho o pedido da CGF e determino a tramitação de um aditivo ao convênio celebrado em 18 de fevereiro de 2009, objetivando o intercâmbio de informações cadastrais entre a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, e o Estado do Paraná, por intermédio do Tribunal de Contas, referentes a dados não protegidos pelo sigilo fiscal, o que, todavia, deverá ocorrer nos autos nº 137808/25, que além de conter a manifestação da RFB em resposta ao pedido desta Corte e a minuta do aditivo encaminhada pela entidade, contém o requerimento da COSIF, com a descrição do objeto pretendido e a apresentação das justificativas pela unidade.

4. À Diretoria de Protocolo para que providencie a juntada de cópia do presente despacho aos autos de Requerimento Interno nº 137808/25, possibilitando a sua subsequente tramitação, que deverá observar o fluxo previsto no anexo VI da Instrução de Serviço nº 51/2013, com o encerramento dos presentes autos.

5. Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 7 de julho de 2025.

Assinado digitalmente
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. De acordo com o Requerimento 8/25-COSIF, na descrição do objeto (peça 2 do procedimento nº 13780-8/25), consta; I - ampliar o rol das informações não protegidas por sigilo fiscal previstas na cláusula segunda do Convênio celebrado em 18 de fevereiro de 2009, adicionando-se o fornecimento, pela RFB ao TCE-PR, de informações constantes do Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF), Cadastro Nacional de Obras (CNO) e Cadastro Simples Nacional (SN); e II - atualizar a redação de cláusulas do Convênio, de modo a adequá-las à evolução tecnológica e legislativa.

PROCESSO Nº:-711608/21
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO:-CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ, CHANA CRISTINA ZUCONELLI, CLEBER FONTANA, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, ODILA MISSIO, PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ADVOGADOS:-CAMILA ROCHA, CIRO ALBERTO PIASECKI, GABRIELLA DEBASTIANI RODRIGUES, LILIANE GRUHN, MAICON JEAN MENDONCA SCHREINER, RODRIGO ALBERTO CRIPPA, SILVANO GHISI
DESPACHO Nº:-2846/25

1. Trata-se de Tomada de Contas Extraordinária proposta pela 3ª Inspetoria de Controle Externo visando apurar suposto acúmulo irregular, pela servidora Odila Missio, de cargo público junto à Secretaria de Estado da Saúde e de proventos de aposentadoria junto ao Fundo de Previdência do Estado do Paraná e à Previdência Social dos Servidores Públicos de Francisco Beltrão.

Por meio do Despacho n° 331/23 (peça n° 43), acolhendo a pretensão ministerial de apuração de dano decorrente de eventual extrapolação do teto constitucional, o ilustre Conselheiro Relator Maurício Requião de Mello e Silva determinou que a Inspetoria responsável promovesse a complementação do feito, apurando os valores recebidos pela servidora desde 08/04/1994 e verificando a eventual ocorrência de irregularidade.

Considerando que a 3ª Inspetoria de Controle Externo se encontrava inativa à época, os autos foram encaminhados, pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização (peça n° 45), à 1ª Inspetoria de Controle Externo, então responsável pela fiscalização da Secretaria de Saúde (SESA), para que adotasse as medidas cabíveis.

Após diversas diligências, remetidos os autos novamente à 1ª Inspetoria para obtenção e processamento de dados referentes aos valores percebidos pela servidora, a unidade emitiu a Informação n° 10/25 (peça n° 131), em que propôs a remessa dos autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo, considerando o reinício de suas atividades, com base no disposto no art. 262, § 5º do Regimento Interno.

Por sua vez, mediante a Informação n° 3/25 (peça n° 133), a 3ª Inspetoria também declinou da atribuição, sob o argumento de que a análise da possível extrapolação do teto constitucional corresponderia a um novo trabalho de fiscalização, que deveria ser realizado pela 1ª Inspetoria, uma vez que responsável pela fiscalização da SESA no quadriênio 2023-2026, nos termos da Portaria n° 131/24.

Diante do impasse estabelecido, e a partir de sugestão do Ministério Público de Contas[1] , o ilustre Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa encaminhou os autos a este Gabinete da Presidência para que apontasse qual a unidade técnica competente para efetuar o processamento dos dados e a instrução do processo.

2. Divergindo, respeitosamente, do posicionamento do Exmo. Conselheiro Substituto, entendo que não cabe a este Presidente decidir qual a Inspetoria competente para instrução dos presentes autos.

Isso porque eventual decisão nesse sentido não apenas representaria extrapolação das competências do Presidente do Tribunal, uma vez que não se enquadra em qualquer das hipóteses do art. 122 da Lei Orgânica ou do art. 16 do Regimento Interno, mas – ainda mais grave – significaria usurpação da competência do Relator, a quem cabe presidir a instrução do feito, "determinando todas as providências e diligências, e proferindo as decisões preliminares necessárias àquele fim", nos termos do art. 32 do Regimento Interno.

3. Diante disso, retornem os autos ao Gabinete do ilustre Conselheiro Maurício

Requião de Mello e Silva.
4. Publique-se.
Gabinete da Presidência, em 08 de julho de 2025.
Assinado digitalmente
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Que, no Parecer n° 464/25 (peça n° 135), afirmou que cabe "ao Exmo. Relator, com base nas ponderações aqui realizadas e com o apoio administrativo, se necessário for, da Presidência desta Corte, definir a que Unidade Técnica competirá efetuar a aludida apuração".

PORTARIA N° 719/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c o disposto no artigo 16, incisos XL e XLVI, alínea "b", do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 419303/25, da Coordenadoria de Medidas Executórias, resolve
CONCEDER
a LUCAS SENNA WITT, Matrícula nº 52.621-5, servidor do Quadro de Pessoal deste Tribunal, a percepção da gratificação de função prevista no artigo 2º, inciso IV, da Lei nº 17.423/12, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8.863, de 20 de dezembro de 2012, pelo exercício das atribuições de Gerente de Monitoramento, junto à Coordenadoria de Medidas Executórias, a partir de 1º de julho de 2025.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 7 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

PORTARIA N° 722/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea "c", do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 421782/25-TC, resolve
CONCEDER
de acordo com o artigo 83, da Lei nº 19.573, de 02 de julho de 2018, ao servidor EDISON MEIRA COSTA, Matrícula nº 51.456-0, ocupante do cargo de Auditor de Controle Externo, AC, Nível N, Referência 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de sua saúde, no período de 1º a 15 de julho de 2025.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 8 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 723/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c artigo 16, inciso XL, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo n.º 424943/25, resolve
DESIGNAR
o servidor DIEGO DE QUADROS JORGENSEN, Matrícula nº 51.586-8, ocupante do cargo efetivo de Auditor de Controle Externo, AC, Nível N, Referência 09, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para substituir EDISON MEIRA COSTA, Matrícula nº 51.456-0, no exercício das atribuições de Gerente de Fiscalização, junto à 5ª Inspetoria de Controle Externo, conforme artigo 62 da Lei Estadual nº 19.573, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.222 de 03 de julho de 2018, durante seu impedimento (licença saúde), no período de 1º a 15 de julho de 2025, vedada a acumulação prevista no § 1º do art. 1º da Lei Estadual 17.423/2012.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 8 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 724/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005; pelo Regimento Interno,
RESOLVE
Art. 1º Os gestores das unidades do Tribunal encaminharão o registro da frequência e ocorrências à Diretoria de Gestão de Pessoas impreterivelmente até o dia 10 de cada mês.
Parágrafo único. Quando, no mês anterior, houver ocorrências, tais como insuficiências e faltas injustificadas, a Diretoria de Gestão de Pessoas implantará os respectivos descontos em folha de pagamento.
Art. 2º Para os servidores que estejam em regime de teletrabalho (trabalho remoto), a frequência será considerada atendida quando as metas acordadas em Plano de Trabalho forem consideradas atingidas pelo gestor.
Parágrafo único. Nos casos em que o servidor estiver em trabalho híbrido, o gestor poderá indicar a ocorrência de insuficiências e faltas injustificadas quanto aos dias acordados para trabalho presencial.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 8 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 725/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, e, por analogia, o disposto no artigo art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no artigo art. 59 da Instrução de Serviço nº 181/2024, resolve
DESIGNAR
o servidor responsável pelo acompanhamento do convênio abaixo relacionado, conforme discriminação a seguir:

Dados do Convênio		
N.º 06/2025. Processo originário: 19083-0/25. Partícipe: INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS – IBRAOP. Objeto: Desenvolver ações voltadas ao aprimoramento da gestão e do controle de obras públicas no Brasil, bem como para uniformização de entendimentos por meio da elaboração de Orientações Técnicas, Procedimentos de Auditoria de Obras Públicas, realização e reuniões técnicas, cursos, capacitações e eventos técnicos na área de Auditoria de Obras Públicas, entre outros. Valor: O valor anual do aporte do TCE-PR para viabilizar a execução do objeto perfaz o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhido até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano. Vigência: de 07/07/2025 a 07/07/2030.		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Coordenadoria de Obras Públicas – COP	-
Gestor	Titular da Coordenadoria de Obras Públicas – COP	-
Fiscal	Murilo Mayer Pils Machado	52.254-6

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 8 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 726/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no artigo art. 59 da Instrução de Serviço nº 181/2024, resolve
DESIGNAR
os servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo relacionado, conforme discriminação a seguir:

Dados da Contratação		
Contrato n.º 18/2025 Processo originário: 30091-1/25. Contratada: OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA. Objeto: Contratação da empresa Open Soluções Tributárias Ltda. para prestação de serviços especializados de assinatura do sistema web "Gestão Tributária", conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Valor: R$ 11.988,00, a ser pago em parcela única, após a disponibilização integral da licença contratada e a emissão da respectiva nota fiscal, mediante atesto da unidade competente. Vigência: de 09/07/2025 a 09/07/2026		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Diretoria de Finanças	-
Gestor	Titular da Diretoria de Finanças	-
Fiscal	Marcos Venícius Medri	51.805-0
Fiscal Substituto	Antonio Paulo Lemos	50.391-6

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 9 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ No 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: LÍDER NOTEBOOKS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ: 12.477.490/0002-81.
PROCESSO Nº: 77056-6/24.
OBJETO: Registro de preços para Notebook Corporativo e Mini Desktop, especificado no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 22/2024.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano

contado da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
VALOR: R$ 11.594.700,00 (Onze milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e setecentos reais).
DISPOSITIVO LEGAL: Lei Federal no 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2025.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ No 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., CNPJ: 02.543.216/0011-09.
PROCESSO Nº: 77056-6/24.
OBJETO: Registro de preços para Notebook novo workstation DTI, especificado no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 22/2024.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
VALOR: R$ 1.366.000,00 (Um milhão, trezentos e sessenta e seis mil reais).
DISPOSITIVO LEGAL: Lei Federal no 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2025.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ No 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: FAGUNDEZ DISTRIBUIÇÃO LTDA., CNPJ: 07.953.689/0001-18.
PROCESSO Nº: 77056-6/24.
OBJETO: Registro de preços para Monitores Novos e Monitores com Hub USB-C, especificado no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 22/2024.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
VALOR: R$ 2.074.560,00 (Dois milhões, setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais).
DISPOSITIVO LEGAL: Lei Federal no 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2025.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 05/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ No 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: TOMEN INOVAÇÕES LTDA., CNPJ: 51.240.452/0001-81.
PROCESSO Nº: 77056-6/24.
OBJETO: Registro de preços para Workstation Apple com Monitor Pro Display XDR, especificado no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 22/2024.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
VALOR: R$ 259.562,86 (Duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e seis centavos).
DISPOSITIVO LEGAL: Lei Federal no 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2025.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 06/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ No 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: L N CASTAGNARO LTDA., CNPJ: 45.687.323/0001-33.
PROCESSO Nº: 77056-6/24.
OBJETO: Registro de preços para Workstation Apple com Monitor Studio Display, especificado no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 22/2024.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
VALOR: R$ 474.000,00 (Quatrocentos e setenta e quatro mil reais).
DISPOSITIVO LEGAL: Lei Federal no 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2025.

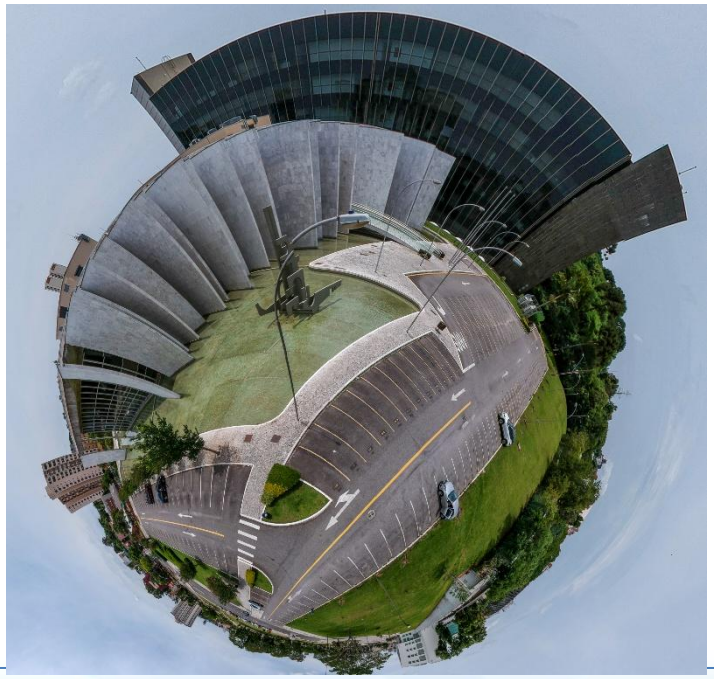
EXTRATO DO CONTRATO N.º 12/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: LÍDER NOTEBOOKS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ: 12.477.490/0002-81.
PROCESSO N.º: 77056-6/24.
OBJETO: Aquisição dos itens 01 e 06 do Pregão Eletrônico TCE/PR n.º 22/2024.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE/PR, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.
VALOR: R$ 6.386.310,00, a ser pago conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital da Licitação nº 22/2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/21.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 13/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., CNPJ: 02.543.216/0011-09.
PROCESSO N.º: 77056-6/24.
OBJETO: Aquisição do item 02 do Pregão Eletrônico TCE/PR n.º 22/2024.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE/PR, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.
VALOR: R$ 683.000,00, a ser pago conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital da Licitação nº 22/2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/21.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 15/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: FAGUNDEZ DISTRIBUIÇÃO LTDA., CNPJ: 07.953.689/0001-18.
PROCESSO N.º: 77056-6/24.
OBJETO: Aquisição dos itens 04 e 05 do Pregão Eletrônico TCE/PR n.º 22/2024.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE/PR, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.
VALOR: R$ 1.353.430,40, a ser pago conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital da Licitação nº 22/2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/21.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 16/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: TOMEN INOVAÇÕES LTDA., CNPJ: 51.240.452/0001-81.
PROCESSO N.º: 77056-6/24.
OBJETO: Aquisição do item 07 do Pregão Eletrônico TCE/PR n.º 22/2024.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE/PR, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.
VALOR: R$ 129.781,43, a ser pago conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital da Licitação nº 22/2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/21.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 16/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: L N CASTAGNARO LTDA., CNPJ: 45.687.323/0001-33.
PROCESSO N.º: 77056-6/24.
OBJETO: Aquisição do item 08 do Pregão Eletrônico TCE/PR n.º 22/2024.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE/PR, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.
VALOR: R$ 158.000,00, a ser pago conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital da Licitação nº 22/2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/21.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2025.



COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiro Corregedor-Geral
- José Durval Mattos do Amaral

Conselheiros
- Fernando Augusto Mello Guimarães
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Procurador-Geral do MPC-PR.
- Gabriel Guy Léger

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria Augusta Camargo De Oliveira Franco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Conselheiros Substitutos
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Tiago Alvarez Pedroso
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Maria das Graças Greco

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- José Durval Mattos do Amaral

Coordenadora da Corregedoria
- Flavia Cristiane Buch

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Gabriel Guy Léger

Procuradores
- Valéria Borba
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Michael Richard Reiner
- Flávio de Azambuja Berti
- Juliana Sternadt Reiner

Diretor do MPC
- Barbara Krysttal Motta Almeida Reis.

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Fernando Augusto Mello Guimarães– FAMG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Cássia Peixoto Doerr

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
-

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Rodolfo Brandao de Proença Jaruga

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete

Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro – GATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete do Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete da Conselheira Substituta Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete do Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Joelcio Luiz Kloss

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
- Rita De Cássia Bompeixe Carstens Mombelli

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Márcio José Assumpção

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
-

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Cinthya Pedron Caciatori

Gabinete da Presidência – GP
- Lohaide Cristine Souza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Rafael Eisfeld Santos

Escola de Gestão Pública – EGP
- Wilmar Da Costa Martins Junior

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Anderson Regis Saladino

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Vivianeli Araujo Prestes

Secretaria de Governança, Planejamento e Gestão Estratégica - SEPLAN
- Ralph Nowakowski Biscouto

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Rodrigo Martins De Oliveira Silva Pinto

Diretoria de Protocolo – DP
- Caroline Lemes Karam De Meneses

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Wellington Glass Da Silva

Controladoria Interna – CI
- Ana Carolina Da Rocha

Gabinete de Assessoria Militar
- Ten.-Cel Edivan Sharles Fragoso

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Rafael Morais Gonçalves Ayres

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX
- Juliano Woellner Kintzel

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Marcus Vinicius Machado

Coordenadoria de Contas– CCONTAS
- Eduardo Schnorr

Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar – CAIS
- Thiago Napoli Ciriaco Dias

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Roberto Alves Ribeiro

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Vinicius De Souza Oliveira

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Luiz Henrique Xavier

Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP
- Danielle Cristina Jaques Urban

Estúdio de Inovação
- Cleiton Eduardo Saturno